

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

ODILON CALDEIRA NETO

INTEGRALISMO, NEOINTEGRALISMO E ANTISSEMITISMO: ENTRE A
RELATIVIZAÇÃO E O ESQUECIMENTO

MARINGÁ
2011

ODILON CALDEIRA NETO

INTEGRALISMO, NEOINTEGRALISMO E ANTISSEMITISMO: ENTRE A
RELATIVIZAÇÃO E O ESQUECIMENTO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM, para obtenção do título de Mestre em História (Área de concentração: Política e Movimentos Populacionais e Sociais. Linha de Pesquisa: Política e Movimentos Sociais).

Orientador: Prof. Dr. João Fábio Bertonha

MARINGÁ
2011

ODILON CALDEIRA NETO

INTEGRALISMO, NEOINTEGRALISMO E ANTISSEMITISMO: ENTRE A
RELATIVIZAÇÃO E O ESQUECIMENTO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM, para obtenção do título de Mestre em História (Área de concentração: Política e Movimentos Populacionais e Sociais. Linha de Pesquisa: Política e Movimentos Sociais).

Aprovado em
BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dra. Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Prof. Dr. João Fábio Bertonha (orientador)
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

MARINGÁ
2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

Ao Prof. Dr. João Fábio Bertonha, pelo apoio e orientação constante, desde o auxílio na confecção do projeto de pesquisa até as linhas finais desta dissertação.

Ao Prof. Dr. Sidnei José Munhoz, por todo o auxílio institucional e dedicação profissional.

Ao Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias, por conta das indicações na banca da qualificação e a presença na banca final.

À Profa. Dra. Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro, não somente pela presença nas bancas desta dissertação, mas sobretudo pelo estímulo e apoio constante.

Aos Profs. Drs. José Miguel Arias Neto e Marco Antônio Neves Soares, pelo companheirismo e auxílio em minha formação desde os anos da graduação.

Aos demais professores do PPH, em especial da Linha de Pesquisa “Política e Movimentos Sociais”, assim como os colegas discentes, sobretudo Jaqueline Tondato Sentinelo e Tiago João José Alves, pelo apoio, companheirismo e paciência a mim dispensados.

Aos colegas do GEINT (Grupo de Estudos do Integralismo), em especial Fábio Chang de Almeida e Rafael Atháides, pela contínua troca de fontes, bibliografias e questões afins.

Aos funcionários das bibliotecas e diversos locais de pesquisa em que estive nos últimos meses, assim como a CAPES, pelo financiamento.

E, por fim, aqueles que são indubitavelmente os mais importantes em minha vida: meus familiares e amigos. Seja em Araçatuba, Bauru, Londrina e São Paulo, agradeço a vocês pelo apoio, amor, carinho e compreensão. É em vocês e para vocês que reside o sonho de um mundo melhor, mais tolerante, justo e harmonioso.

A todos vocês e aos que infelizmente me esqueci, meus sinceros agradecimentos.

CALDEIRA NETO, Odilon. *Integralismo, Neointegralismo e Antissemitismo: entre a relativização e o esquecimento*. Dissertação (Mestrado em História). 234 f. Universidade Estadual de Maringá: Maringá, 2011.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a presença, intensidade e a importância do antissemitismo no integralismo em momentos distintos, isto é, a primeira e mais importante fase institucional do movimento, a Ação Integralista Brasileira fundada oficialmente em 1932, e os atuais grupos neointegralistas, que são pequenos grupos que, desde a morte do chefe nacional dos integralistas (Plínio Salgado), tentam rearticular as forças e os anseios de novos e antigos militantes na reorganização do integralismo, um dos principais movimentos da história política brasileira, marcado pelo discurso nacionalista, autoritário, fascista e intolerante. O antissemitismo, em ambos os contextos históricos, apesar de presente em diversas intensidades, constitui-se em um ponto de esquecimento da trajetória integralista, ao mesmo tempo em que se busca a utilização constante de alguns pressupostos de um discurso intolerante e preconceituoso contra os judeus, numa prática que leva em conta tanto o passado institucional integralista quanto as “necessidades” e limitações a tal prática existentes na sociedade do tempo presente.

Palavras-chave: Integralismo, Neointegralismo, Antissemitismo, Memória.

CALDEIRA NETO, Odilon. *Integralismo, Neointegralismo e Antissemitismo: entre a relativização e o esquecimento*. Dissertação (Mestrado em História). 234 f. Universidade Estadual de Maringá: Maringá, 2011.

ABSTRACT

This study aims to examine the presence, intensity and importance of anti-Semitism in integralism in different moments, ie the first and most important phase of institutional movement, the “Ação Integralista Brasileira” officially founded in 1932, and current neointegralists groups, which are small groups, since the death of the national leader of the Integralists (Plínio Salgado), try rearticulate forces and the quest for new and old in the reorganization of militant integralism, one of the major movements of Brazilian political history, marked by nationalist speech, authoritarian, fascist and intolerant. The anti-Semitism, both in historical contexts, although present in various intensities, it constitutes a point of forgetting the integralist trend, while it seeks the continued use of some assumptions of an intolerant and prejudicial speech against Jews , a practice that takes into account both the institutional integralist past as "needs" and limitations to this practice in society of our time.

Keywords: Integralism, Neointegralism, Anti-Semitism, Memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	símbolo do CEDI (Centro de Estudos e Debates Integralista)	98
Figura 2	Bandeira das “Brigadas Integralistas”	110
Figura 3	Bandeira da Frente Integralista Brasileira (FIB)	111
Figura 4	Harpia estilizada - símbolo das Brigadas Integralistas	111
Figura 5	símbolo Linearismo Integralista	118
Figura 6	Tupã: o Galo Integralista e Linearista	119
Figura 7	Capa original revista <i>Anauê</i> (reprod. PB)	125
Figura 8	AIR: Intervenção sobre capa <i>Anauê</i>	125
Figura 9	Capa de edição dos “Protocolos” traduzido e comentado por Gustavo Barroso (1937)	149
Figura 10	reprodução capa <i>Daily Express</i>	177
Figura 11	Trotsky	196
Figura 12	Detalhe “Verme comunista-liberal”	196
Figura 13	Galo Tupã versus Demônio	198
Figura 14	recorte – banqueiros	199

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Imigração Judaica no Brasil (1900-1929)	130
Tabela 2	Tabela comparativa	187
Tabela 3	Comparativo Trotsky / detalhe “Verme Comunista-liberal”	196

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC	Associação Brasileira de Cultura
ADESG	Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
AIB	Ação Integralista Brasileira
AIR	Ação Integralista Revolucionária
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CBA	Cruzada Brasileira Anticomunista
CCCJ	Confederação dos Centros Culturais da Juventude
CCJ	Centros Culturais da Juventude
CCPS	Centro Cultural Plínio Salgado
CEDI	Centro de Estudos e Debates Integralistas
CEHP	Centro de Estudos Históricos e Políticos
CJBI	Cruzada da Juventude da Boa Imprensa
CPS	Casa de Plínio Salgado
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FIB	Frente Integralista Brasileira
FPU	Frente Pátria Unida
LEC	Liga Eleitoral Católica
MIB	Movimento Integralista Revolucionário
MIL-B	Movimento Integralista e Linearista Brasileiro
MPAPS	Movimento Popular de Apoio à Fundação Plínio Salgado
PAI	Partido de Ação Integralista
PAN	Partido de Ação Nacionalista
PNSB	Partido Nacional Socialista Brasileiro
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PRP	Partido de Representação Popular
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SENE	Sociedade de Estudos do Nacionalismo Espiritualista
SEP	Sociedade de Estudos Políticos
TFP	Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade

UDN	União Democrática Nacional
UND	União Nacionalista Democrática
UOCB	União Operária e Camponesa do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. Das camisas-verdes aos águias-brancas: o Integralismo até 1975	19
1.1 O Brasil e o mundo em tempos de crise	19
1.2 A formação e atuação da Ação Integralista Brasileira	25
1.3 Entre aproximações e ruptura: relações entre AIB e Getúlio Vargas	36
1.4 Integralismo após AIB e Estado Novo: o Partido de Representação Popular	45
1.5 O integralismo e a ditadura civil-militar pós-1964	67
2. O Neointegralismo e a disputa da herança integralista	74
2.1 A ausência do <i>chefe</i> e o surgimento do Neointegralismo	74
2.2 Os integralistas se “mostram”: a AIB de Anésio Lara	78
2.3 A volta à conservação e à reorganização: o Centro Cultural Plínio Salgado	91
2.4 Entre a desarticulação e a reorganização: CEHP e CEDI	95
2.5 Movimento Integralista Brasileiro (MIB): a efemeridade institucional	106
2.6 Frente Integralista Brasileira e a busca pela conservação	108
2.7 Movimento Integralista e Linearista Brasileiro e a atualização do ideal do Sigma	115
2.8 Ação Integralista Revolucionária: em busca das raízes integralistas	121
3. Integralismo e Antissemitismo nos anos 1930	127
3.1 O Brasil e a Questão Judaica nos anos 1930	128
3.2 Gustavo Barroso, Integralismo e Antissemitismo	138
3.3 Integralismo e Antissemitismo além de Gustavo Barroso	157
4. Neointegralismo e Antissemitismo	172
4.1 Ação Integralista Brasileira (Anésio Lara)	174
4.2 Frente Integralista Brasileira (FIB)	183
4.3 Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B)	193
4.4 Ação Integralista Revolucionária (AIR)	204
CONSIDERAÇÕES FINAIS	210
FONTES E BIBLIOGRAFIA	215
ANEXOS	226

INTRODUÇÃO

Dentre as diversas experiências políticas autoritárias da história política brasileira, especificamente das ocorridas até a primeira metade do Século XX, o Integralismo figura como um dos exemplos e casos mais significativos desta prática. Embora não tenha sido o primeiro movimento de cunho fascista surgido no Brasil, foi o que obteve maior apoio e adesão popular, fatores estes que ajudam a consolidá-lo como um dos primeiros partidos de massas do Brasil. O discurso e a prática extremamente autoritária e intolerante dos integralistas conseguiu cooptar diversos militantes perante alguns dos setores mais conservadores da sociedade brasileira, incluindo membros da Igreja Católica, militantes de outras organizações e grupos autoritários e/ou proto-fascistas anteriores.

Além do discurso atraente a estes setores, a Ação Integralista Brasileira (AIB) contava com estratégias de arregimentação de militantes que, após ingressos formalmente no movimento, passavam a receber uma constante doutrinação, não restrito apenas ao aspecto textual perpetuado nos livros, jornais, boletins e outros meios impressos, mas também um extenso aparato simbólico que acompanhava também a apropriação da exterioridade dos militantes, por meio de vestimentas específicas (camisas-verdes, principalmente), tornando-os não somente meros militantes da causa, mas também uma engrenagem neste maquinário em constante processo de expansão e divulgação dos ideais integralistas.

Além do grande contingente de membros que, segundo estimativas aproximadas, variava em torno de 500 a 800 mil de camisas-verdes, a Ação Integralista Brasileira contava com intelectuais e personalidades importantes da vida pública brasileira, muitos dos quais reconhecidos nacionalmente. Plínio Salgado, o líder supremo dos integralistas, já havia militado em partidos políticos tradicionais, participado da Semana de Arte Moderna de 1922, e atuado como jornalista em alguns periódicos da capital paulista. Embora não fosse uma personalidade nacional, ao menos não era um completo desconhecido, de forma que conseguiu agregar vários membros de organizações da extrema-direita brasileira da época em seu entorno, quando fundou a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), órgão onde a AIB foi gerada.

Tanto no processo de formação, quanto já consolidada a fundação da AIB, Plínio Salgado contou com apoio de diversos intelectuais, dentre os quais podem ser destacados Miguel Reale, que se tornaria Chefe de Doutrina da AIB; e Gustavo Barroso (Chefe das

Milícias Integralistas) que, quando adentrou nas *fileiras do Sigma* já era intelectual de renome, um dos mais ativos membros da Academia Brasileira de Letras.

A intelectualidade da organização e a grande massa de militantes não foram suficientes, no entanto, para determinar a chegada do integralismo ao domínio do poder institucionalizado. Decorrente das aproximações entre líderes integralistas e o processo golpista, os integralistas não somente deixaram de manifestar qualquer resistência à implantação da ditadura estadonovista, como também auxiliaram na viabilização da iniciativa, demonstrando intenso apoio, assim como de setores das elites e do Exército nacional, que demonstraram maior receptividade ao projeto do Estado-Novo do que da AIB.

Momentos após a consolidação do Estado-novo, a Ação Integralista Brasileira foi dissolvida, juntamente com os demais partidos políticos então existentes. Teve início, neste momento, a busca pela rearticulação dos integralistas e do integralismo, inicialmente por meio da fundação da Associação Brasileira de Cultura (ABC), que pretendia manter os aspectos organizativos da AIB sob uma roupagem que seria em tese aceita pelo Estado-Novo, algo que não ocorreu. Ao mesmo tempo em que os integralistas buscavam organizar-se e manter intactos os laços que foram construídos durante o período de atuação legal da AIB, a alta cúpula do movimento/partido estabeleciam contatos e proximidades com Getúlio Vargas, buscando desta forma possibilidades de atuação e existência do integralismo durante o período de então, ou mesmo a inserção nas altas esferas do governo federal. Entretanto, tal iniciativa não surtiu efeitos e, além da impossibilidade de reorganização da AIB por meio da ABC, tiveram início algumas medidas repressivas a militantes integralistas, como casos de prisão.

Esta questão, adicionada pelo sentimento de “traição” existente em uma parcela dos camisas-verdes em relação a Getúlio Vargas, gerou uma articulação conspiratória que levou à tentativa de *putsch* fracassada ao Palácio da Guanabara, quando militantes integralistas (e de diversas tendências políticas, inclusive *liberais*) tentaram tomar de assalto a residência oficial e o cargo de Vargas. Após este episódio, diversos integralistas foram presos, inclusive Gustavo Barroso e Plínio Salgado e houve início um processo de ruptura total entre integralistas e o poder do Estado-Novo, seguido de variadas medidas repressivas aos camisas-verdes.

A máquina política e de propaganda do Estado-Novo passou então a formular uma intensa campanha contrária ao integralismo, campanha esta que, no contexto da Segunda Guerra Mundial, passou a *denunciar* a vinculação destes aos regimes do eixo, alçando-os à

categoria de conspiradores e inimigos da nação. Plínio Salgado parte para o exílio em Portugal, de onde viria a retornar somente após o processo de abertura democrática (a partir do Governo Dutra), quando teve início a consolidação da formação do Partido de Representação Popular (PRP), do qual o chefe integralista havia coordenado – à distância – e que buscou reunir os integralistas nos moldes de partido político em disputa democrática.

No entanto, o processo de construção e consolidação do PRP não conseguiu reunir de fato a grande maioria da militância integralista dos tempos de AIB, muitos dos quais que estavam neste momento dispersos ou então em outras vias políticas. Alguns dos antigos líderes integralistas, como Miguel Reale e Gustavo Barroso, sequer participaram deste processo, inclusive ocorrendo casos de críticas públicas a tal iniciativa. Outro problema referente ao período de atuação do PRP se dava em relação à herança simbólica e ideológica da AIB, pois muitos dos preceitos anteriormente defendidos eram renegados ou deixados em segundo plano, o que chegou inclusive a gerar um descontentamento crescente nos quadros da militância integralista do partido.

Houve, desta maneira, a iniciativa de criação de algumas organizações destinadas essencialmente na busca da continuidade ideológica e principalmente doutrinária da Ação Integralista Brasileira. Dentre essas organizações, houve destaque ao papel desempenhado pela Confederação dos Centros Culturais da Juventude (CCCJ), que buscou determinar a continuidade da formação ideológica tal qual ocorria com os camisas-verdes da AIB. Diversos núcleos da CCCJ foram fundados para tal função, formando vários *águias-brancas*, como eram chamados os participantes desta organização.

A trajetória política do PRP foi marcada por vários momentos de tentativa de consolidação de um partido forte, contra regionalismos e coligações momentâneas. Esta estratégia, no entanto, nem sempre foi seguida à risca. Em meados de 1964, quando começaram a ser organizadas as plataformas golpistas que vieram a efetivar o golpe de 1º de abril daquele ano, grande parte dos membros do PRP passou a apoiar publicamente tal iniciativa, inclusive o chefe Plínio Salgado, que participou ativamente do processo golpista, tendo discursado na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” realizada na capital paulista.

Consolidada a ditadura civil-militar brasileira, Plínio Salgado passou a integrar a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), tendo inclusive ocupado cargo de deputado estadual. A presença do integralismo neste período foi, no entanto, bastante tímida, inclusive na atuação parlamentar de Plínio Salgado. Poucas referências foram feitas aos ideais do *sigma*

e, dentre as manifestações públicas desta questão, a grande maioria era pautada no aspecto comemorativo de homenagens em datas especiais, mas não de uma efetiva reorganização visando uma disputa política institucional, de forma que esta condição refletia a gradativa diminuição da presença de ações reivindicativas do ideal integralista que foram acentuadas desde a tentativa fracassada de criação da ABC.

Quando, em 1975, faleceu Plínio Salgado, os integralistas que permaneciam fiéis à doutrina integralista (muito deles ex ou atuais águias-brancas participantes da ainda existente CCCJ), buscaram a reorganização sem a presença da maior liderança do integralismo e maior laço histórico entre os integralistas de então e o movimento da década de 1930. Foi neste momento, portanto, que começou a articulação da criação dos primeiros grupos neointegralistas.

A trajetória destes grupos neointegralistas não reflete a condição de aparente união e unidade existente entre os integralistas até o momento do falecimento de Plínio Salgado. Há uma grande disputa de poder entre a militância, ocasionada por variados aspectos, desde questões de disputas de legitimidade (como no caso da Ação Integralista Brasileira criada e registrada por Anésio de Lara Campos Júnior na década de 1980), até por pontos de revisão doutrinária e/ou adesão de novos elementos no integralismo. Alguns grupos mais conservadores como a Frente Integralista Brasileira (FIB), rechaçam qualquer espécie de atualização do ideal integralista, ao passo que outras organizações visualizam o movimento em constante mutação e plausível de atualização em face ao desenvolvimento tecnológico e científico existente nas últimas décadas do Século XX e primeiros anos do Século XXI, tal qual ocorre com o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B). Alheios a esta disputa, há ainda uma corrente neointegralista, representada pela Ação Integralista Revolucionária (AIR), que busca reunir estas alas em disputas sob uma única sigla, sem que haja receptividade efetiva de tal iniciativa.

O processo de formação destas diversas siglas (que acabam criando outras tantas) é extremamente conflituoso e, em determinados momentos, confuso. Esta condição é gerada em parte, pela falta de unidade existente no movimento, que acaba consolidando certa maleabilidade nos quadros de militância destes grupos. Há, no entanto, alguns pontos em comum entre estes grupos: postulam-se como legítimos *herdeiros* do arcabouço doutrinário, simbólico e ideológico do integralismo e Plínio Salgado, sobretudo em referência à AIB de 1932, que consta como uma espécie de marco referencial para atuação dos grupos neointegralistas do fim do Século XX e início do Século XXI.

Rechaçam também a utilização do termo “neointegralista”, sobretudo da historiografia. A utilização deste termo, de fato, não está restrita apenas aos casos mais recentes do neointegralismo. Há ocorrência do termo desde o período de atuação do PRP (quando um grupo de militantes descontentes com a atuação do partido em relação ao legado integralista tentou formar uma nova AIB, sendo criticados abertamente pela direção do partido¹), ou mesmo sobre os anseios de alguns militantes integralistas que viam em determinadas ações do governo da ditadura militar uma espécie de reconhecimento ao integralismo². A utilização do termo no trabalho aqui apresentado se faz por duas razões principais: são grupos caracterizados por buscar a rearticulação do integralismo sem a presença do principal líder dos camisas-verdes (Plínio Salgado) e, além disto, inseridos num contexto de ressurgimento de várias ideologias e movimentos fascistas ao redor do mundo, fenômeno este que é tratado por grande parte da historiografia específica como Neofascismo. É neste contexto, portanto, lidando com aspectos internos à história do integralismo e global em relação à retomada de movimentos e grupos fascistas, que optou-se da utilização do termo “neointegralismo”.

Outro aspecto em comum entre os principais grupos neointegralistas, especialmente os mais recentes, é a utilização da internet enquanto principal plataforma de veiculação e disseminação da ideologia integralista e dos próprios grupos, por meio de *sites*, redes sociais, *blogs* e afins. É neste espaço, portanto, que se constituem a divulgação do posicionamento destes grupos perante assuntos cotidianos ou mesmo referentes à doutrina integralista. É também por meio da internet que há o processo constante da tentativa de reordenação de alguns pressupostos do movimento em face do tempo presente, uma reescrita de aspectos da memória e também da doutrina integralista, permeada por aspectos de *rememoração*, outros num processo de reflexão, reordenamento ou mesmo de *esquecimento*.

O antissemitismo consta como um dos casos emblemáticos desta questão. O conjunto doutrinário integralista relacionado a esta temática configura-se para os grupos contemporâneos uma questão extremamente problemática. Embora em alguns aspectos seja almejada uma reaplicação deste discurso em questões do tempo presente, noutras há a tentativa de explicação da questão, buscando desvincular a imagem construída do

¹ “Neo Integralismo?”. *A Marcha*, 11.6.1954, p.1. In: CALIL, Gilberto Grassi. *Integralismo e Hegemonia Burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965)*. Cascavel: Edunioeste, 2010, p. 173.

² Cf. TRINDADE, Hélgio. O radicalismo militar em 64 e a nova tentativa fascista. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D’ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1994.

integralismo como um movimento fascista disseminador de teses antissemitas. Ao mesmo tempo em que se busca caracterizar o integralismo como uma ideologia essencialmente *antissionista* (o que na visão dos neointegralistas não configura um posicionamento antissemita), há uma rearticulação constante deste ideal, sobretudo proveniente das obras doutrinárias de Gustavo Barroso, buscando tanto a análise militante dos aspectos históricos da sociedade brasileira dos anos 1930, assim como de temas do tempo presente.

Desta maneira, elementos da obra de Gustavo Barroso como o suposto complô judaico de governança mundial, ou a ação do *banqueirismo (judaico) internacional* são retomados (rearticuladas ou não) como norteadores de análise histórica e social, inclusive da sociedade atual. Além da temática *clássica* do integralismo de Gustavo Barroso, utilizam semelhante discurso do autor na abordagem de questões como a negação do Holocausto (negacionismo), ações do Estado de Israel, e assim por diante. As distinções entre os grupos neointegralistas que disputam a *herança* dos camisas-verdes ocorrem também nesta questão específica, cada qual buscando articular esta condição às exigências particulares, surgidas tanto referentes ao passado do movimento quanto da sociedade contemporânea à atuação destes.

O trabalho em questão, que aborda a diversidade neointegralista em face de alguns pressupostos históricos do integralismo nos anos 1930 – no caso, o antissemitismo-, apresenta-se, desta maneira, dividido em quatro principais capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “*Das camisas-verdes aos águias brancas: o Integralismo até 1975*” é abordado o contexto de criação, atuação e transformação dos diversos grupos integralistas até a morte do *chefe nacional* Plínio Salgado. No segundo capítulo (“*O Neointegralismo e a disputa da herança integralista*”), a abordagem se dá especificamente perante o neointegralismo, a partir dos principais grupos formados desde a passagem de Plínio Salgado às *milícias do além*, até os grupos mais recentes.

A segunda parte do trabalho é dedicada a uma abordagem específica sobre a questão do antissemitismo no processo de constituição e tentativas de retomada do discurso, doutrina e militância institucionalizada do integralismo. Deste modo, no terceiro capítulo (“*Integralismo e Antissemitismo nos anos 1930*”) é efetuada uma análise sobre a presença do antissemitismo no integralismo em sua primeira fase, principalmente a partir de obras de autores como Gustavo Barroso, Anor Butler Maciel, entre outros, que consolidaram uma corrente interna na AIB, marcada pelo radicalismo do discurso antissemita existente na sociedade brasileira dos anos 1930. No quarto capítulo intitulado “*Neointegralismo e Antissemitismo*”, são analisadas as permanências e alterações do discurso antissemita

integralista da década de 1930 nos principais grupos neointegralistas, assim como as adesões de novos teores e práticas antissemitas oriundas do contexto contemporâneo da atuação de tais grupos, gerando compreensões e práticas diversificadas sobre tais aspectos nos grupos em questão.

Busca-se, portanto, uma análise sobre o papel desempenhado pelos integralistas em diversos momentos, nas iniciativas e perspectivas da rearticulação institucionalizada do movimento, sobretudo referente à ocorrência de um processo que busca retomar, explicar ou mesmo neutralizar certos aspectos existentes no integralismo, principalmente na Ação Integralista Brasileira. Desta maneira, o antissemitismo integralista, que desempenhou papel de relativa importância na primeira fase (AIB), passa por um processo em que os novos integralistas estabelecem diversificadas estratégias referentes à questão, que vão desde a permanência de grande parte deste discurso preconceituoso, até a problematização ou mesmo a tentativa de apagamento da questão, lidando não apenas com as limitações existentes na sociedade brasileira contemporânea, mas inclusive com a própria memória militante dos camisas-verdes, seja nos anos 1930 ou mesmo no Século XXI.

1 Das camisas-verdes aos águias brancas: o Integralismo até 1975

1.1 O Brasil e o mundo em tempos de crise

A crise na história é um tema frequentemente utilizado na tentativa de análise de variados fenômenos históricos que reúnem diversificadas expressões das ações humanas, desde movimentos culturais, até disputas do campo econômico e político. No campo político, especificamente, a temática da crise cumpre uma via de mão dupla, utilizada tanto como ponto de partida para compreensão de fenômenos históricos deste território de estudo, quanto como parte de um discurso que busca legitimar diversos partidos e movimentos (de variadas matizes ideológicas) que irrompem no sentido de diminuir ou mesmo neutralizar os efeitos destes acontecimentos.

O contexto político nacional e internacional da década de 1930 foi marcado profundamente pela questão e a temática da crise, crise esta que assumiu caráter global a partir de decorrências da quebra da bolsa de Nova York em 1929. Este acontecimento, no entanto, não pode ser desvinculado de todo o aspecto da crise já existente nas economias dos grandes países, assim como nas nações de economias periféricas. Segue, portanto, uma sucessão de fatores que surgiram, em grande parte, desde a Primeira Guerra Mundial, iniciada em 1914, que polarizou as maiores economias do velho continente em disputa, contando ainda com a participação de países do Oriente - Médio, além do Japão e EUA.

A Primeira Guerra Mundial envolveu, de acordo com Hobsbawm, *todas* as grandes potências mundiais e quase a totalidade do continente europeu, com exceção da Espanha, os Países Baixos, Suíça e o trio Escandinavo³. Apesar de não ter sido extremamente abrangente, no que concerne aos países envolvidos – global –, tal qual a Segunda Guerra Mundial, a primeira grande guerra envolveu parte significativa do *corpus* das altas instâncias das relações internacionais da época e, sobretudo, gerou consequências que afetaram além dos países diretamente envolvidos nas batalhas de 1914 em diante.

A paz *punitiva* que fora imposta aos países que perderam a guerra, por meio do Tratado de Versalhes e outros complementares (Saint-Germain-en-Laye, Trianon, Sèvres, Neuilly), visou enfraquecer e controlar a Alemanha, assim como rearticular a territorialidade

³ HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX – 1914 – 1991*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995, p.31.

da Europa, após o desfalecimento dos impérios Russo, Habsburgo e Otomano. Soma-se a isto o novo mapa do oriente - médio naquele período, formulado de acordo com os ditames imperialistas provenientes da França e Grã-Bretanha. Esta conjunção de fatores, fruto da reformulação do mapa da Europa e Oriente – Médio tornou-se, de acordo com Hobsbawm, uma *reliquia problemática* da Primeira Guerra Mundial, que não foi esquecida pelas gerações posteriores.

Aliada a esta *reliquia problemática*, soma-se a tensão existente causada pela presença do *perigo* bolchevista aos olhos de diversos países e a *Grande Depressão* causada pela quebra da bolsa de Nova York em 1929. A crise alcançara, desta maneira, diversos setores da sociedade, afetando não somente os índices de produção e comércio dos países, mas também a vida dos trabalhadores e das famílias destes locais, gerando, assim, um descontentamento crescente que envolvia com frequência uma crítica ao sistema econômico liberal e a democracia parlamentar.

A busca por solução destes problemas que afligiam diversas coletividades dos países afetados tornou propício o terreno hábil para o surgimento de propostas políticas, econômicas, sociais e culturais constantemente antagônicas e rivais entre si. Além da prática de intervenção estatal nas economias liberais (tal qual praticado por Roosevelt a partir de 1933 por meio do *New Deal*, nos Estados Unidos da América), houve neste momento de crise o crescimento e/ou surgimento de propostas que defendiam a mudança não somente no âmbito econômico dos Estados, mas também a estrutura destes e a prática política.

A crise ocorrida no mundo no contexto dos anos 1930 foi, sobretudo, uma crise vivida pelo liberalismo. A crítica ao liberalismo não era restrita somente à prática econômica em si, adicionada a uma crítica essencialmente política contrária à democracia, vista esta com descrédito total por determinados movimentos políticos. A democracia liberal, deste modo, era caracterizada como *frágil*, aberta aos diversos perigos internacionais, fossem eles econômicos, políticos, “raciais” ou culturais. O sistema democrático era caracterizado como incapaz de manter a integridade nacional e consequentemente proporcionava uma situação de perigo ao bem-estar moral ou mesmo físico das pessoas.

O *perigo* gerado dentro da democracia liberal não era, portanto, restrito somente a práticas econômicas em si. A fragilidade do sistema tornara propícia, segundo os críticos, a possibilidade da dissolução de todos os valores importantes para a sociedade em questão, algo que, hora ou outra, afetaria profundamente as relações pessoais e as instituições mais importantes, tal qual família. A crise era vista de um modo amplo e extremamente abrangente,

a capacidade destrutiva desta e da abertura que ela proporcionava para fenômenos desagregadores e de degeneração era um dos elementos mobilizadores para a formulação de práticas políticas antiliberais e antidemocráticas.

Tomada ao mesmo tempo como fruto e causadora da crise, a democracia liberal estaria fadada à extinção, e isto era almejado de tal forma para que acarretasse o fortalecimento das nações e da população. Somente com uma mudança brusca, que abrangesse a mentalidade da população e às práticas existentes na sociedade (tal qual a política, organização social, profissional, entre outros), é que seria possível um processo de regeneração, com benefícios tão abrangentes quanto a dimensão dos *malefícios* causados pela democracia liberal e a crise.

A resposta a esta crise já havia ocorrido pela esquerda, sob determinada ótica, desde a Revolução Russa de 1917. Mesmo não sendo fruto direto da crise proveniente do pós-guerra, justamente por ter suas origens no marxismo europeu revolucionário do Século XIX, o socialismo e o comunismo arregimentaram diversos intelectuais e militantes de causa sociais na busca pela solução dos problemas da sociedade em crise neste período de pós-guerra. Buscava-se na prática esquerdista revolucionária, o fortalecimento e a expansão internacional das relações existentes dentro da União Soviética, procurando, além disto, estabelecer fortes estruturas para a manutenção desta condição nos países já consolidados.

A proposta mais enfática, enérgica e mobilizadora proveniente da extrema-direita europeia, que alcança posição de destaque neste período e na temporalidade subjacente em diversos países, correspondem certamente ao modelo fascista proveniente da Itália liderado por Benito Mussolini. A Itália, nos anos 1919-20 foi profundamente abalada por diversas greves e agitações causadas por movimentos revolucionários e sociais diversificados, de tendência esquerdista.

A crise do liberalismo na Itália foi evidenciada a partir da experiência de Gabriele D'Annunzio que, ao anexar a cidade de Fiume à Itália, convocou eleições nas quais os candidatos liberais foram derrotados nas urnas pelos partidos de esquerda, em especial o Partido Socialista Italiano, em 1919 ⁴. Neste momento, a Itália vivia uma profunda crise, decorrente da precária condição industrial e econômica no país, que gerou grande número de desempregados, além de altos índices de inflação, entre outros, agravado pelo retorno de cerca de dois milhões de soldados no pós-guerra, aumentando consideravelmente o nível de descontentamento da população e o descrédito no sistema vigente. A derrota dos liberais para os partidos esquerdistas veio a tornar latente para alguns o problema vivido pela democracia

⁴ BERTONHA, João Fábio. *O antifascismo socialista italiano em São Paulo nos anos 20 e 30*. Dissertação (Mestrado em História). UNICAMP: Campinas, 1993, p. 18.

liberal no país, fato este que veio a ser maximizado por conta das agitações sociais vividas nos anos 1919 e 1920.

A Itália foi palco, de acordo com Bertonha, de uma forte agitação social, principalmente da classe operária, sendo que esta mobilização operária chegou ao ápice quando da ocupação de diversas fábricas (cerca de 100) em 1920. Este fato foi tomado como um sinal de alerta para vários italianos, que viram neste episódio o início de uma provável revolução comunista. Neste entremeio, surgia no país um movimento formado por um ex-socialista, Benito Mussolini, que, retomando e reelaborando tradições diversas, proveniente de grupos nacionalistas, futuristas e sindicalistas revolucionários, fundou o fascismo.

O fascismo italiano surgiu com um discurso que defendia o fim do liberalismo e da democracia assim como do socialismo, e utilizava constantemente de métodos violentos, tal qual o espancamento de militantes adversários, queimas de jornais, entre outros. Apesar deste caráter violento, o fascismo contava com um alto apoio da população italiana, em especial da classe média e da elite empresarial, muito por conta do medo do *bolchevismo*, potencializado pelas ocupações de fábricas citadas anteriormente, além do fenômeno grevista, que chegou a reunir cerca de dois milhões de adesões em 1920.

Em 1921 o fascismo deixa de ser um movimento político (*fasci italiani di combattimento*) e torna-se um partido político. O crescimento do fascismo se dá, desta maneira, pelas vias institucionais e, já no primeiro ano de existência partidária, consegue eleger 31 deputados. Nos anos de 1919 e 1920 recebiam pouco apoio popular, porém, em 1921, já transformados em Partido Fascista, contavam com cerca de duzentos mil afiliados⁵.

A forte instabilidade política e econômica italiana proporcionou que Mussolini orquestrasse a “Marcha sobre Roma” em outubro de 1922, onde, após partirem de diversas regiões do país até chegar a Roma, os militantes fascistas (trajados com suas camisas pretas), ocuparam diversos prédios públicos e estações ferroviárias. O Rei Vitório III poderia simplesmente ter decretado estado de sítio e expulsado os fascistas de Roma, porém, fora influenciado por integrantes da Casa Real Italiana, simpáticos ao fascismo e, desta forma, recebeu cordialmente Mussolini e concedeu a este o título de primeiro – ministro italiano. O fascismo chegara ao poder na Itália e, de 1922 a 1926, foi construída gradativa e violentamente a ditadura fascista no país, transformando Mussolini de primeiro ministro a *Il Duce*.

⁵ *Idem*, p. 14.

O fascismo italiano foi, à época, a resposta mais violenta e profunda da direita à crise econômica e social italiana. A forma como chegou ao poder, a mobilização popular, o apelo às massas e a forma de organização do movimento e do partido político influenciaram diversos casos análogos mundo afora. Evidentemente, cada qual destes movimentos buscava efetuar uma releitura da organização fascista para o que julgavam serem os problemas e anseios das nações em que viviam, de forma a não soar como uma mera imitação e se manterem “atualizados” em relação ao contexto geral da nação.

Como o discurso fascista pregava que este era um movimento que buscava ir além da prática político-partidária e, deste modo, firmava uma dinâmica de construção e reconstrução de uma nova mentalidade e postura advinda da nação, isto proporcionou o surgimento de diversos movimentos que se colocaram à prática de análise e estudos dos problemas nacionais, para pontuar nestes casos as raízes exatas dos problemas e as posteriores alternativas idealizadas para a solução da crise em diversos âmbitos.

Este é, sem dúvida, um dos pontos primordiais em comum para o surgimento de movimentos e partidos fascistas ao redor do mundo. Era lugar comum nos diversos movimentos fascistas que cada caso não era apenas uma tentativa de formular uma resposta imediata à crise *pontual* no panorama econômico. Buscava-se, portanto, a construção ou reconstrução de nações, eliminando os problemas econômicos, sociais e morais dos países em questão.

No Brasil, o surgimento dos primeiros movimentos influenciados pelo fascismo ocorreu também como resposta à crise, sendo que esta conjugava fatores internos e externos à política nacional. As décadas de 1920 e de 1930 no Brasil foram marcadas por uma forte agitação política, causada em grande parte por conta da crise econômica do pós-guerra e por conta do desmantelamento do modelo agrário exportador do café, fato este potencializado pela quebra da Bolsa de Nova York e as consequências deste fenômeno, tendo em vista que os Estados Unidos eram os maiores importadores do café brasileiro, sendo este o principal fruto da produção agrícola nacional neste período.

Com esta profunda crise no sistema de produção brasileira, predominantemente agrário, houve a necessidade da busca por um desenvolvimento econômico que estava atrelado a uma crescente industrialização. Soma-se a este processo o fortalecimento de uma burguesia industrial e de um proletariado essencialmente urbano, fatores estes que auxiliaram para a diminuição do poder das oligarquias e da política do café-com-leite.

O declínio do modelo de política praticada na República Velha foi marcado pela deposição do presidente Washington Luiz (eleito em 24 de outubro de 1930) e a imposição do governo provisório, a cargo de Getúlio Vargas, candidato derrotado nas eleições presidenciais. No dia 3 de novembro de 1930, Vargas assumiu efetivamente o cargo de chefia da nação, amparado pela promulgação do Decreto nº 19.398, que possibilitou ao chefe do Governo Provisório a junção de liderança frente não somente ao Poder Executivo, mas também ao Poder Legislativo. Desta maneira, Getúlio Vargas tinha a possibilidade de produzir decretos-leis.

O Governo Provisório dissolveu, portanto, não somente o Congresso Nacional, mas também as Câmaras estaduais e municipais⁶. A dinâmica política brasileira nos anos 1920-30 e o momento conturbado em que vivia o país, além de intensa efervescência intelectual presente, não devem ser explicados apenas pela “simples” sobreposição da República Velha pelo Governo Provisório.

Neste momento de crise de instituições e incertezas que pairavam sobre a população brasileira, dúvidas acerca dos caminhos que seriam traçados pela política na crise da República Velha e no surgimento da República Nova, além das possibilidades do governo e da própria população em lidar com a crise, assim como os perigos que diversos grupos sociais sentiam estar passando, é que surgem no Brasil as primeiras movimentações do que chama Héliog Trindade de *despertar nacionalista*, ou seja, o renascimento de um forte discurso nacionalista, por meio de intelectuais tais qual Alberto Torres, Jackson de Figueiredo, entre outros.

Esta movimentação nacionalista encontrou espaço também na arte brasileira, principalmente na Semana de Arte Moderna de 1922, onde a exaltação nacional era ponto comum entre as diversas tendências políticas e artísticas existentes. Dentre os vários participantes do evento, havia a tendência do Verdeamarelo, que mais tarde se transformaria no grupo Anta. Neste grupo, estava Plínio Salgado, escritor e jornalista paulista, que no ano de 1932 fundou oficialmente a Ação Integralista Brasileira (AIB).

⁶ GOMES, Ângela Maria de Castro. *Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935)* in: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano*, vol.3: Sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª edição, 1996.

1.2 A formação e atuação da Ação Integralista Brasileira

O panorama político brasileiro nas décadas de 1920 e 1930 apresentava condições bastante propícias para a formação de diversos movimentos políticos que buscavam a construção de uma *autêntica* nacionalidade e a solução dos problemas que afligiam grande parte da população. O fascismo foi, certamente, uma das correntes de pensamento que mais arregimentou partidários nesta época. Antes mesmo da fundação do Integralismo (1932) que, de acordo com Griffin, foi o maior movimento fascista além da Europa⁷, organizações com inspiração fascista já estavam presentes no cenário político brasileiro, algumas com maior intensidade, outras nem tanto.

A Legião Cruzeiro do Sul, fundada em 1922, foi, de acordo com Carone⁸, a primeira organização com inspiração fascista no Brasil. Outro grupo foi a Ação Social Brasileira, criada por J. Fabrino, que tinha, de acordo com Trindade⁹, um programa claramente fascista, programa este que incluía a defesa do sistema corporativo de organização, a utilização de uniformes entre os militantes (camisa azul celeste, calças cáqui, entre outros adereços), o poder controlado de forma autoritária e centralizado nas mãos do chefe, entre outros. A Ação Social Brasileira tentou, sem êxito, fundar o Partido Nacional Fascista.

Com uma organização e programas menos detalhados, a Legião Cearense do Trabalho, chefiada pelo Tenente Severino Sombra, foi, dentre as antecessoras da AIB, a que obteve maior expressão política, contando com uma alta taxa de adesão das camadas populares do estado do Ceará. Fundada em 23 de agosto de 1931, a Legião detinha um contingente de cerca de 9.000 membros, que logo chegaram ao número de 15.000 legionários. Estes militantes trajavam uniformes – calças brancas e uma blusa de operário, com a insígnia do grupo – e utilizavam uma saudação (“*Pronto!*”) ao se encontrarem com o Chefe antes das reuniões. O movimento defendia a *volta* ao regime corporativo e conseguiu um relativo apoio de organizações trabalhistas cearenses.

⁷ GRIFFIN, Roger. Introduction. p.22. In: BLAMIRE, Gregory (org.). *World fascism: a historical encyclopedia*. Santa Barbara: ABC Clio Inc., 2006.

⁸ CARONE, Edgar. *A segunda república*. São Paulo: Difusão européia do livro, 1973, p. 288.

⁹ TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979, p. 103.

O Partido Nacional Sindicalista, criado pelo jornalista mineiro Olbiano de Mello, tinha, segundo Trindade¹⁰, um plano doutrinário e de configuração mais bem definido em relação aos movimentos já citados. Mello defendia enfaticamente o molde corporativista advindo do fascismo, tanto que considerava seu programa de governo *uma forma de fascismo*, embora discursasse contrariamente a possibilidades de uma ditadura no país nas mãos de seu partido, ao mesmo tempo em que pregava a favor da *abolição integral do sistema eleitoral baseado no sufrágio universal*. Contava ainda com a proposta de formação de uma milícia do partido (Milícia Sindicalista Nacional), *nos moldes da fascista italiana ou nacional-socialista alemã*.

A Ação Imperial Patrionovista Brasileira, fundada em 1928, como o próprio nome já evidenciava, tinha como ponto principal a retomada da monarquia, vista como essencial para a consolidação do modelo corporativista, também inspirado pela experiência fascista. Defendia que a real consolidação do corporativismo só ocorreria caso este estivesse intimamente ligado ao cristianismo, afirmando que *Sindicalismo sem Deus é um absurdo*.

Estes movimentos, ainda que alguns contassem com um razoável contingente militante, e outros com questões doutrinárias mais bem elaboradas, não conseguiram se desenvolver ao ponto de poderem sonhar efetivamente com a consolidação de um regime aos moldes fascistas no Brasil. O único movimento deste grupo que esteve de fato em proximidade à tomada do poder e que, em diversos momentos, manteve relações (nem sempre pacíficas) com as mais altas instâncias governamentais do país, foi o Integralismo.

A ante-sala da formação do Integralismo foi traçada durante as reuniões da Sociedade de Estudos Políticos (SEP). A SEP foi uma organização (sociedade civil) fundada por Plínio Salgado no ano de 1932, destinada a promover o estudo dos problemas nacionais para, desta forma, proporcionar o surgimento de novas ideias e a criação de uma nova mentalidade no país.

Plínio Salgado fundou a SEP após passar um período em viagem na Europa, principalmente na Itália. Desiludido com os rumos da política nacional, em especial em relação aos desdobramentos da Revolução de 1930, Salgado rompeu com o Partido Republicano Paulista e partiu em viagem, disposto a retornar com soluções para os problemas

¹⁰ *Idem*, p.109.

nacionais. A viagem à Itália Fascista e o encontro que Salgado tivera com Mussolini¹¹ foram fundamentais para a posterior trajetória política fascista de Salgado traçada a partir da SEP.

A primeira reunião da SEP ocorreu no dia 24 de fevereiro de 1932, em São Paulo, na sede do jornal *A Razão*, local onde Plínio Salgado trabalhava¹², reunindo um grupo de jovens intelectuais liderados por Salgado, além de vários estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo. Dezesete dias após a primeira reunião, ocorreu a assembleia de fundação da SEP, onde Plínio Salgado discursou, conclamando para os presentes a necessidade da busca pelo estudo dos problemas nacionais para auxiliar na formação de uma *política salvadora*.

A SEP organizava-se sob a coordenação de um órgão superior (Grupo de Centralização), e os membros eram divididos em vários grupos de estudos temáticos: educação física, arte, história e sociologia, higiene e medicina social, religião, política internacional, agricultura, entre outros¹³. A SEP reuniu diversos intelectuais, sob um discurso ideológico extremamente nacionalista e antiliberal. Dentro da organização havia uma divisão não oficial que foi desenhada em torno de dois grandes grupos: aqueles que seguiam uma cartilha mais próxima ao fascismo e eram capitaneados por Plínio Salgado e outro grupo que era formado por membros do monarquismo patrimonista e que se afastaram gradativamente da organização¹⁴.

Apesar deste fator, é interessante ressaltar que Plínio Salgado conseguiu com a criação da SEP reunir em torno de si uma série de intelectuais da extrema-direita que tinham vários pontos ideológicos em comum e estavam até então relativamente dispersos, ou mesmo em outros movimentos de menor alcance. Esta prática torna-se evidente, inclusive por conta de cartas enviadas por Plínio Salgado a líderes de outros movimentos, como Severino Sombra (Legião Cearense do Trabalho) e Olbiano de Mello (Partido Nacional Sindicalista), em que Salgado convida-os a se unirem, a fim de traçarem planos conjuntos¹⁵.

¹¹ Em cartas enviadas a amigos, assim como em artigo publicado na Revista *Hierarchia* (“Como eu vi a Itália”) Salgado aborda elogiosamente o *Duce* e o fascismo.

¹² O Jornal *A Razão* foi um dos principais auxílios para a divulgação das ideias de Plínio Salgado, desde a sua simpatia para com a Revolução de 30, até a ferrenhas críticas ao Governo Provisório e Getúlio Vargas.

¹³ TRINDADE, Hégio. *op. cit.*, p. 118.

¹⁴ De acordo com Zanotto, um dos membros da ala patrimonista da Sociedade de Estudos Políticos foi Plínio Corrêa de Oliveira, que na década de 1960 criou a TFP (*Tradição, Família e Propriedade*). Oliveira participava, dentro da SEP, do grupo de estudo temático sobre a religião. (ZANOTTO, Gizele. Plínio Corrêa de Oliveira e a TFP: um reacionário a serviço da contra-revolução. *Esboços (UFSC)*, Chapecó/SC, n. 09, p. 193-214, 2002).

¹⁵ TRINDADE, Hégio. *op. cit.*, 122.

No dia 6 de maio de 1932, ocorreu a terceira reunião da SEP. Nesta, Plínio Salgado sugeriu a criação de uma seção subordinada e paralela à SEP, com objetivo de ampliar de forma prática (ação) a educação nos moldes do grupo, de uma maneira mais acessível e abrangente, possibilitando assim a formação de uma consciência acerca dos problemas nacionais. Contrariando a posição de alguns membros, como Cândido Motta Filho (que defendia que a SEP deveria conservar o caráter unicamente *cultural* do movimento), Salgado obteve apoio da grande maioria dos membros da SEP e consolidou a fundação da Ação Integralista Brasileira.

Apesar de datar do mês de maio a organização da AIB, o movimento tomou forma independente de fato cinco meses depois, com o lançamento do *Manifesto de Outubro de 1932*. Neste entremeio, ocorreram ainda duas reuniões da SEP para a formulação do Manifesto, além de conferências na Faculdade de Direito (SP) e Academia Paulista de Letras. A divulgação do texto, já aprovado desde junho daquele ano, teve que ser adiada devido às agitações ocorridas pela Revolução Constitucionalista em São Paulo.

Plínio Salgado iniciou uma campanha de divulgação do integralismo a diversos intelectuais da extrema-direita nacional, conseguindo apoio de grupos em São Paulo e Recife. Dirigentes da Legião Cearense do Trabalho (Jeovah Motta e Helder Câmara) aderiram à AIB, julgando ser o caminho natural a ser seguido pelo movimento, após o exílio de Severino Sombra¹⁶.

O Manifesto de 1932 era composto por dez capítulos: “Concepção do Universo e do Homem”, “Como Entendemos a Nação Brasileira”, “O Princípio de Autoridade”; “O Nosso Nacionalismo”; “Nós, os Partidos Políticos e o Governo”; “O Que Pensamos das Conspirações e da Politicagem de Grupos e Facções”; “A Questão Social, como considera a Ação Integralista Brasileira”; “A Família e a Nação”, “O Município, Centro das Famílias Célula da Nação”; e “O Estado Integralista”, e foi tornado público após uma sessão de leitura em reunião solene no Teatro Municipal de São Paulo¹⁷.

O texto do manifesto é aberto com a expressão “Deus dirige o destino dos povos”, que deixa claro o quão é importante a questão religiosa / espiritualista no discurso e imaginário integralista, assim como o caráter messiânico que o movimento fora construindo durante sua trajetória, em especial nas obras de Salgado. No Manifesto, o Integralismo apresenta-se com o

¹⁶ O Tenente Severino Sombra fora preso e exilado em Portugal por Getúlio Vargas, após apoiar a Revolução Constitucionalista de 1932.

¹⁷ CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932 – 1937)*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 14.

discurso a favor da união da população brasileira em torno de um ideal agregador e edificante, minando a luta de classes, as diferenças entre civis e militares, a distância entre o governo e povo, a economia desorganizada, entre outros.

Contrários às práticas *desagregadoras* dos partidos políticos e da democracia liberal, a desvalorização da família e da nação, o impero de forças *nefastas e conspiratórias*, o integralismo defendia no manifesto a criação/imposição do Estado Integral, que seria a principal força mobilizadora para a criação de não somente uma grande nação, mas também de uma nova humanidade, a *humanidade integralista*. Seria o integralismo, e tão somente o integralismo, o movimento responsável e capacitado para a resolução dos problemas nacionais.

Fundada oficialmente, a AIB passou então à fase de expansão. O integralismo era divulgado tanto por meios mais restritos, como cartas e telegramas, quanto por notas e notícias de jornais em diversas localidades, atingindo um público mais abrangente. Neste momento, entre o fim de 1932 e o início de 1933, o movimento contou com a adesão das que viriam a ser as mais importantes lideranças além de Plínio Salgado: Miguel Reale e Gustavo Barroso, que juntos formariam a tríade chefia integralista.

Em abril de 1933 ocorreu em São Paulo o primeiro desfile da AIB, em apoio à candidatura de Miguel Reale nas eleições para a Assembleia Constituinte, pro ano de 1934. O desfile contou com a participação de cerca de quarenta militantes¹⁸ trajados com as camisas verdes orneadas com um distintivo composto pela letra grega Sigma (Σ), símbolo do integralismo¹⁹.

Outra estratégia de divulgação e arregimentação de novos membros para o integralismo foram as “Bandeiras Integralistas”, que consistiam em viagens feitas pelos líderes (Salgado, Barroso e Reale) a diversas regiões do país, como forma de divulgação e doutrinação. As *bandeiras* que rumaram ao norte e nordeste do Brasil foram lideradas por Gustavo Barroso, sendo nesta bem recebido muito por conta da popularidade deste²⁰.

¹⁸ MAIO, Marcos Chor. & CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932 – 1938). In: FERREIRA, J. & DELGADO, L. A. N. (org.). *O tempo do nacional – estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹⁹ A letra grega Sigma tem como significado nas operações matemáticas a função de soma, sendo agradável ao discurso integralista que buscava “unir toda a nação”. Representa, portanto, a *superação* da dialética *desagregadora*. A utilização deste como símbolo integralista fora proposta por Miguel Reale, chefe de doutrina do movimento.

²⁰ De acordo com Caldeira, isto devido em grande parte ao fato de Gustavo Barroso ser natural do Ceará e também por ser, naquele momento, presidente da Academia Brasileira de Letras. (CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e Política Regional*. São Paulo: Annablume, 1999).

Segundo Barbosa, as *bandeiras* da região Sul do país foram lideradas por Reale, sendo que nestas foram inaugurados os núcleos integralistas do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina²¹.

No ano de 1934 (fevereiro e março), foi realizado o I Congresso Integralista, em Vitória/ES, onde foram aprovados os estatutos do movimento, que definiam o caráter da AIB como *uma associação nacional de direito privado, com sede civil na cidade de São Paulo e sede política na cidade onde se encontrar o Chefe Nacional*, com três finalidades principais: *funcionar como centro de estudos e cultura sociológica, desenvolver uma grande propaganda de elevação moral e cívica do povo brasileiro e implantar no Brasil o Estado Integral*²².

O evento foi marcado também pela tentativa de disputa da liderança do movimento por parte de Severino Sombra, ex-chefe da extinta Legião Cearense do Trabalho, que havia recém retornado de um período de exílio em Portugal. O insucesso de tal empreitada marcou o rompimento em definitivo de Sombra com o Integralismo e Plínio Salgado²³. Salgado conseguiu, além desta *vitória*, confirmar o caráter supremo e irrevogável de sua liderança frente ao integralismo.

A AIB, entre os anos de 1933 e 1934 obteve um aumento significativo em seu contingente, passando de 24 mil para 160 mil membros, segundo dados oficiais²⁴. Ainda que tais dados possam ser questionáveis²⁵, é inegável o alcance e a amplitude do integralismo em diversas localidades do país e sua importância e atuação na vida política brasileira, tornando-se um dos principais movimentos político de massas do país. Para tal finalidade, a AIB utilizou de um grande maquinário ideológico voltado à conquista de novos integrantes e a doutrinação destes.

Logo ao adentrar nas *fileiras do Sigma*, o militante era levado a prestar juramentos que confirmavam a sua obediência total ao chefe e seus superiores, assim como o cumprimento das normas e doutrina integralista. Deste modo, o novo integralista estava ciente que, ao criticar e/ou descumprir qualquer ordem do chefe, ele corria o risco de ser expulso das

²¹ BARBOSA, Jefferson Rodrigues. A ascensão da Ação Integralista Brasileira (1932 – 1937).in: *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v. 6, n. 1/2/3, p.67-81, 2006.

²² *Monitor Integralista*, Ano II, n. 6, maio de 1934, p.3. In: CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. op. Cit., p.16

²³ TRINDADE, Hégio. *Op. Cit.*, p. 124.

²⁴ *Monitor Integralista*, Ano V, n. 22, 7 de outubro de 1937, p.4. In: CAVALARI, Rosa Maria. op.Cit., p. 34.

²⁵ Stanley Hilton (1979) assinala um número que varia em torno de 500 e 800 mil membros, número bastante abaixo em relação aos dados integralistas, mas bastante significativo para a população brasileira no período, cerca de 41 milhões de habitantes.

fileiras, independentemente do cargo por ele ocupado. Estando devidamente ciente de suas obrigações para com o integralismo, o militante era estimulado a participar de grupos formados pelo Departamento de Estudos, destinados a formação do integrante no quesito doutrinário integralista e também visando sua atuação em relação aos problemas sociais. O Departamento de Estudos traçava um plano para o militante que ia além de sua formação doutrinária, pois buscava ampliar o campo de atuação deste.

Havia também a seção dos *Altos Estudos Integralistas*, destinada a formar possíveis líderes dentro do movimento, a nível local e/ou regional. A formação destas possíveis lideranças deixava claro o aspecto crucial do movimento na necessidade de arregimentação de novos membros, incluindo nisto o *convencimento* dos indecisos. Desta maneira, o integralista era levado a buscar a adesão de novos membros em todo seu círculo social, partindo primeiramente da própria família, célula *mater* da nação na visão integralista. As mulheres, portanto, não eram somente aceitas dentro do movimento, como eram também estimuladas a participar dele. Para isto, havia em diversas localidades setores exclusivamente femininos destinados à formação das *blusas verdes*.

Dentro do integralismo, a mulher cumpria um papel de extensão do trato à família e da casa. As *blusas verdes* eram destinadas, portanto, à função de papéis essencialmente femininos, sob a visão da época, tal qual educação, alfabetização, entre outros. Porém, assinala Cavallari, “a mulher ocupava, no Movimento, um papel secundário. Era chamada a doutrinar somente crianças e mulheres. O integralista adulto [...] ficava a cargo dos homens”²⁶. Ainda assim, mesmo com este caráter secundário, as mulheres desempenhavam um papel importante no movimento.

Uma das funções que eram atribuídas em parte às *blusas verdes* era a tarefa de alfabetização de seus pares. Este quesito mostrou-se de extrema importância para a vitalidade e o funcionamento do integralismo, tendo em vista que os analfabetos não podiam votar em eleições e, principalmente, pelo fato da palavra lida ser de extrema importância na formação e controle dos militantes perante a doutrina integralista. Para auxiliar no processo de alfabetização dos militantes, a recomendação geral da AIB era que cada núcleo integralista deveria organizar uma sala de aula dentro de sua sede, dotada também de uma biblioteca doutrinária. Além das salas de aula dentro dos núcleos, a AIB chegou a fundar algumas escolas e escolas técnicas. No total, somando as três categorias, o integralismo contou nesta época com cerca de 3.000 *escolas*.

²⁶ CAVALLARI, Rosa Maria Feiteiro. *Op. Cit.* p.66.

O processo de consolidação do ideal integralista, que consistia em arregimentar novos membros e doutrinar uniformemente os militantes era constituído, de acordo com Cavalari (p.33), por uma rede que envolvia a palavra impressa, a palavra falada, além da ritualização e simbologia. Deste modo, o integralismo tornava-se presente dentro da vida da militância em variadas esferas, possibilitando, portanto a formação constante do indivíduo em diversos níveis socioculturais e faixas etárias, desde os *plinianos* até os camisas e blusas-verdes.

No contexto abordado nesta pesquisa, a categoria da palavra escrita, dentro da máquina doutrinária integralista recebe maior atenção. Foi por meio desta que se deu a maior forma de disseminação e abrangência do ideal integralista e antissemita de Gustavo Barroso e outros autores integralistas e antissemitas, que serão abordados especificamente no terceiro capítulo. Assim como em Gustavo Barroso, no caso de Plínio Salgado e Miguel Reale, juntos os três maiores nomes e formadores do arcabouço doutrinário integralista, o livro constituiu como a forma mais rebuscada desta doutrina. Era por meio dos livros que os ideólogos buscavam levantar os temas mais pertinentes e profundos, na ótica da AIB.

A principal forma de disseminação da doutrina aos membros do Sigma era pela palavra escrita impressa em duas principais formas: os livros e os jornais. Nos livros, o teor dos textos era mais complexo e aprofundado em relação aos jornais, onde havia a prática de publicação dos textos dos livros de forma sintética, comentada e acessível a um público amplo e irrestrito. O procedimento adotado pela AIB no tocante à transmissão da doutrina em amplitude consistia em elaborar uma padronização dos jornais que transcreveriam trechos das obras doutrinárias, seguidos eventualmente de comentários, com a finalidade de tornar mais acessível e compreensível a doutrina, além de atualizá-la em face dos eventuais acontecimentos pertinentes ocorridos perante o integralismo.

Ao jornal cumpria, portanto, a função de apresentar os principais pontos do ideal do integralismo, lançando ao leitor a necessidade deste buscar informações aprofundadas nos livros. Era necessário, portanto, que os jornais integralistas apresentassem um discurso em consonância com o ideal do movimento, não estimulando cisões internas e externas. Para tal, havia na AIB um órgão específico destinado a unificar os diversos periódicos integralistas dentro de um padrão: a Secretaria Nacional de Imprensa, que comandava a *Sigma – Jornais reunidos*.

Cavalari chama a atenção para o fato que, embora em grande número (151 jornais, segundo dados levantados pela autora) os periódicos integralistas apresentavam variação mínima em relação à diagramação e uma uniformidade majoritária no que concerne ao

conteúdo dos jornais. Modificava-se o título das matérias ou das seções em que eram publicados os textos, mas o conteúdo permanecia praticamente intacto, sendo que as edições de periódicos presentes em locais bastante distantes no país permaneciam com conteúdo similar, demonstrando o alto controle e preocupação que a chefia do movimento dispensava sobre os periódicos.

Os jornais pouco abordavam aspectos locais onde eram publicados, o caráter local e regional dos periódicos era constituído, em grande parte, apenas pelos anúncios publicitários e notícias do tipo “coluna social”, abordando batizados, casamentos e outros acontecimentos não muito significativos para o encaminhamento do movimento a nível nacional. Para padronizar a leitura dos militantes, dentro dos jornais haviam seções denominadas “Bibliotecas Integralistas”, onde o leitor era estimulado a adquirir obras relevantes, não somente do integralismo, mas também de autores considerados importantes para a compreensão de vida e mundo.

Todos os periódicos integralistas eram obrigados a enviar uma cópia de cada edição para a Secretaria Nacional de Imprensa e outra para o Chefe Nacional, para análise. Apesar deste tipo de obrigação, isto não outorgava a condição de *oficial* a todos periódicos. De fato, apenas o jornal *Monitor Integralista* era oficialmente ligado à AIB, estando subordinado diretamente a Plínio Salgado.

Outra maneira utilizada pela AIB para expansão do integralismo foi o rádio, principal veículo de comunicação em massa no período. Porém, as inserções do integralismo no rádio não eram muito frequentes, sendo restritas a ocasiões especiais, como discursos do *Chefe Nacional* e divulgação de eventos importantes (como congressos nacionais). A AIB não tinha uma rádio própria de alcance nacional, portanto pagava pela inserção em horários específicos por meio de emissoras importantes, tal qual Mayrink Veiga, Vera Cruz, Record etc. Em casos regionais, no entanto, a AIB chegou a ter emissoras de Rádio, como a Rádio Sigma (Maranhão)²⁷ e a Rádio Voz D’oeste (Bahia)²⁸.

O doutrinamento integralista percorria, portanto, várias instâncias. Desde os livros, passando pelos periódicos, chegando às mensagens via rádio e reuniões nos núcleos. A última instância deste aparato residia na simbologia e ritualística do movimento, utilizada para

²⁷ CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Op. Cit.*, p. 59.

²⁸ FERREIRA, Laís Mônica Reis. O Integralismo na imprensa da Bahia: o caso de O Imparcial. In: *Revista de História Regional*, 11(1): 53-86, Verão, 2006.

fortalecer o sentimento de pertencimento, comprometimento e união do militante para com o grupo.

O item primordial neste quesito era o uniforme, usado não somente como elemento padronizador e hierarquizante no movimento, mas também como demonstração de comprometimento à causa de forma exteriorizada, tendo em vista que o militante era obrigado a levar consigo uma camisa verde em qualquer viagem que fizesse, além de usar o uniforme não somente em dias de marchas e desfiles, mas também nos casamentos, batizados e outros eventos sociais importantes, consolidando assim a presença integralista na quase totalidade da vida dos militantes. Até na morte haviam rituais específicos utilizados para fortalecer o laço entre os membros e a AIB, tendo em vista que um integralista não deixaria o seu ideal nem mesmo com a morte, pois a partir deste momento ele adentraria nas *milícias do além*. A saudação integralista *Anauê*, que em Tupi significa “Você é meu parente”, era usada não apenas como caracterização do movimento, mas também como forma de respeito às categorias hierarquizadas dentro do integralismo.

Nos *feriados* integralistas, os membros compareciam aos seus respectivos núcleos ou sede para participar das festividades. Estes feriados ocorriam nas seguintes datas: 28 de fevereiro/ *Vigília da Nação* (homenagem ao I Congresso Integralista), 23 de abril/ *Matinas de Abril* (comemoração ao primeiro desfile oficial dos integralistas) e Sete de outubro / *Noite dos tambores silenciosos* (protesto contra a lei de segurança nacional que proibira a organização de milícias e, conseqüentemente, as milícias integralistas).

O processo de expansão do integralismo, com a inauguração de diversos núcleos no território brasileiro, além da atenção dispensada à forma de educação conveniente ao movimento, adicionando a tal a simbologia e rituais brevemente abordados acima, foram cruciais para o largo alcance da AIB e na busca do movimento pela uniformidade em seu corpo, com especial atenção aos aspectos doutrinários e organizativos. Esta conjuntura foi determinante para a consolidação da AIB como um dos principais movimentos político de massas do Brasil existente no período.

Além de fatores internos à lógica do movimento, o crescimento da AIB pode ser também explicado em parte devido à atuação da Aliança Nacional Libertadora e o medo do *perigo comunista* na população brasileira. Desde episódios tal qual a *Batalha da Praça da Sé*, até a *Intentona Comunista* em 1935 e adiante, o discurso integralista se tornou cada vez mais incisivo no teor anticomunista e na *denúncia* de complôs dos comunistas para tomar o Brasil. Os integralistas viam-se grandes e com um futuro próspero.

Quando da realização do II Congresso Nacional da AIB, em 1935 na cidade de Petrópolis-RJ, a AIB contava com cerca de 380 mil membros, de acordo com dados oficiais do *Monitor Integralista*. Mesmo que tal número provavelmente tenha sido inflacionado para fins propagandísticos, a amplitude, organização e inserção do integralismo neste momento em vários estados do país são evidentes. A crença no poder que o contingente da militância outorgava ao movimento pode ser visto como um dos motivos que levaram o movimento a mudar sua composição, transformando-se em partido político.

A mudança dos estatutos e caráter da AIB, que se transformou de *associação nacional de direito privado* em *associação civil e partido político*²⁹ refletia o redirecionamento na forma idealizada dos líderes integralistas para a chegada ao Estado Integral. Na primeira fase da AIB, esta se propunha a ser um movimento cívico e cultural, embora o ideal maior fosse justamente a instauração do Estado Integral. Esta estratégia era sustentada por discursos abertamente contrários aos partidos políticos, afirmando que estes não teriam objetivos concretos, programas de ação e comprometimento com o povo brasileiro, apenas interesses pessoais ou classistas e uma ação fragmentada, que fragmentava também o espírito nacional, aumentando as diferenças entre os estados e seus respectivos interesses.

Desta forma, com uma leitura depreciativa do sistema democrático, a AIB deixava em aberto a possibilidade de implantação do Estado Integral, de modo insurrecional, *revolucionário*. Com a mudança nos estatutos, era almejada a implantação deste por vias institucionalizadas, pressupondo-se a disputa de eleições de maneira democrática. O Superior Tribunal de Justiça Eleitoral concedeu em setembro de 1937 o registro da AIB como partido político, e um plebiscito interno escolheu Plínio Salgado como candidato do partido à Presidência da República nas eleições que ocorreriam naquele ano. O decorrer dos acontecimentos, no entanto, minaram quaisquer expectativas dos integralistas em chegar ao poder pelas vias institucionais.

²⁹ *Estatutos da AIB*. In: CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. Op. Cit., p.16.

1.3 Entre aproximações e ruptura: relações entre AIB e Getúlio Vargas

A relação entre a AIB e Getúlio Vargas foi marcada por momentos de aproximações e aparente caminhos em comum e outros de profundas rupturas. A aproximação existente entre ambos era amplamente dinamizada devido a inimigos em comum, expresso pelo discurso antiliberal e anticomunista, assim como algumas reivindicações e plataformas próximas, repletas de um evidente discurso nacionalista, com a defesa da implantação de um Estado forte e centralizador e o grande apelo às classes populares, em especial os trabalhadores. Esta relação, ao que tudo indica, parece não ter sido vista com desconfiança e ressalvas pela elite integralista. De fato, o golpe de Estado que instalou a ditadura do Estado-Novo contou com o apoio em alguns momentos de membros da AIB.

A origem do Plano Cohen, peça fundamental nos desdobramentos da implantação do Estado Novo, contou com a participação de camisas-verdes em sua confecção, principalmente do capitão do exército Olímpio Mourão Filho, que era também o chefe do Estado-Maior das milícias integralistas e teria redigido o Plano Cohen nas dependências do Estado-Maior do Exército, justamente para que tal plano fosse visto pelas autoridades do exército³⁰. O documento narrava um suposto plano da Internacional Comunista de tomada do poder no Brasil, utilizando para isto de greve geral, incêndio de prédios públicos, saques, e o assassinato de qualquer autoridade que se opusesse à revolução, fosse ela civil ou militar.

O documento alcançou o propósito de disseminação dentro dos círculos militares, e foi apresentado em uma reunião que contou com a participação da alta cúpula militar nacional, dentre estes o general Eurico Dutra (Ministro de Guerra), o general Góes Monteiro (chefe do Estado-Maior de Exército) e Filinto Müller (chefe de polícia do Distrito Federal). O teor do Plano Cohen não foi questionado e logo fora divulgado amplamente, causando pavor e comoção na população brasileira, temerária ao *perigo comunista*.

No momento da eclosão do Plano Cohen, a AIB almejava a conquista do poder pelas vias institucionais, tendo em vista que lançara a candidatura de Plínio Salgado à Presidência da República nas eleições que ocorreriam no início de 1938. Porém, a vertente “democrática” existente no partido/movimento sucumbiu facilmente, tendo em vista o amplo apoio da AIB à implantação do Estado Novo, chegando inclusive a retirar a candidatura de Salgado ao pleito.

³⁰ SILVA, Hélio. 1938: Terrorismo em Campo Verde. O Ciclo Vargas, Vol. X. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

Tal atitude, como sugere McCann, foi tomada a partir da crença dos integralistas em que o Estado Novo viria a ser a personificação do ideal integralista³¹.

Momentos antes da eclosão do Plano Cohen e da decretação do Estado de Guerra que proporcionou o golpe de Estado, o integralismo já havia demonstrado em diversas oportunidades o apoio às medidas tomadas por Vargas. Em 1º de novembro de 1937, a AIB organizou um grande desfile na capital federal, que contou com a participação dos camisas e blusas verdes, *plinianos* e oficiais do exército e da marinha, todos devidamente uniformizados. Um dos interesses deste desfile era fazer uma espécie de reprodução da “Marcha sobre Roma” dos fascistas italianos, como forma de demonstrar o poder do integralismo perante a população e ao governo de Vargas. Plínio Salgado assistiu o desfile em uma sacada de hotel, onde os militantes saudaram-no e desfilaram também defronte ao Palácio do Catete, assistidos pelo presidente Vargas, quando os integrantes do desfile saudaram o presidente, como forma de reconhecimento e apoio ao governo.

No dia 9 de novembro daquele ano, Plínio Salgado realizou uma reunião em seu casarão na cidade de São Paulo, onde compareceram diversos militares, o que enraizou a ideia de uma provável existência de aliança informal entre o integralismo e o futuro Estado Novo. Salgado chegou, inclusive, a oferecer os serviços da milícia integralista ao presidente Vargas, como forma de apoio à causa e comprometimento. Estas articulações, que envolviam a militância integralista, os militares, a chefia da AIB e o governo, foram preponderantes para criar, segundo Calil, a ilusão de que o integralismo se consolidaria como base do novo regime³².

Vargas tinha não apenas o apoio da alta cúpula militar, mas também havia o sentimento que o integralismo estava, naquele momento, senão totalmente ao seu lado, apenas sob controle, em uma proximidade que aumentou abruptamente no período que antecedeu o golpe de Estado. Somam-se a isto as consequências geradas pelo Plano Cohen, que aumentaram a receptividade ao discurso anticomunista na sociedade brasileira e criaram um sentimento de temor quanto ao futuro governo do país. Com as possibilidades geradas por conta da decretação do *estado de guerra* pelo congresso, Vargas veio a público no dia 10 de

³¹ MCCANN, Frank D. Vargas and the Destruction of the Brazilian Integralista and Nazi Parties. In: *The Americas*, Vol. 26, No. 1 (Jul., 1969), p.19.

³² CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

novembro de 1937, ordenando o fechamento do congresso e a instauração de uma nova constituição. Teve-se início o Estado Novo.

O apoio dos integralistas a Getúlio Vargas permaneceu intacto após o início do Estado Novo. Em reportagem veiculada no jornal integralista “O povo” (Rio de Janeiro) em dezembro de 1937, os integralistas afirmam que estiveram onde sempre estiveram: ao lado de Getúlio Vargas, junto ao governo, buscando o caminho da salvação da pátria, contra a ruína total³³. Porém, esta condição de proximidade entre a AIB e o Estado Novo durou pouco tempo, pois no dia 02 de dezembro de 1937 Vargas promulgou o decreto-lei nº. 37, que dissolveu todos os partidos políticos e órgãos auxiliares, além de proibir a formação de milícias cívicas e restringir o uso de uniformes e simbologias destas entidades, dentre as quais a AIB³⁴.

Calil sustenta a tese que Plínio Salgado já estava ciente de tal manobra efetuada por Vargas, pois em 28 de novembro de 1937, houve uma reunião entre os dois *líderes*, quando Getúlio Vargas teria tecido diversos elogios ao integralismo e oferecido o cargo de Ministro da Educação e Saúde a Salgado³⁵, como forma de compensação ao decreto-lei que acabaria com a AIB. Salgado não aceitou o cargo devido à perda de poder que tal atitude acarretaria, pois seria inviável o *Supremo Chefe da Nação* estar subordinado a outro *chefe nacional*, mesmo com a existência do apoio existente naquele momento da AIB ao líder do Estado Novo.

O posicionamento inicial dos integralistas frente ao decreto-lei nº. 37 foi de descrédito na possibilidade inerente de Getúlio Vargas limitar ou barrar as atividades da AIB. De fato, os integralistas tentaram dialogar com Vargas, buscando uma alternativa para que o presidente não proibisse a atividade. De acordo com Calil, Plínio Salgado acreditou ainda que fosse possível reverter o quadro e manter a autonomia do integralismo. As esperanças integralistas foram em vão, e a AIB foi extinta com a aplicação do citado decreto-lei. Com a extinção da AIB decretada e consolidada, a alternativa encontrada pela chefia dos camisas-verdes para que o integralismo permanecesse presente na sociedade brasileira - ainda que em menor

³³ “Busca-se irritar os integralistas”. *O Povo*. Rio de Janeiro, 12.1937 in: CALIL, Gilberto Grassi. Op. Cit., p. 66.

³⁴ É necessário ressaltar que o Estado Novo contou com a dissolução do Senado, da Câmara dos Deputados, Assembléias Legislativas Estaduais e Câmaras Municipais, além da decretação do “estado de emergência” (por conta da ameaça ou iminência de perturbações internas), fatores que propiciaram que Vargas governasse por meio dos decretos-leis.

³⁵ CALIL, Gilberto Grassi. *Idem*.

intensidade e em reduzida perspectiva de atuação -, foi a criação da Associação Brasileira de Cultura (ABC), que pretendia seguir os passos doutrinários da extinta AIB, de forma velada.

A expectativa era que, de fato, a Associação Brasileira de Cultura servisse como fachada para a atuação da Ação Integralista Brasileira. Para o funcionamento da ABC - que era organizada como *sociedade civil*, tal qual o integralismo na primeira fase da AIB -, foi elaborado um estatuto da nova organização, que buscava fomentar o espiritualismo e virtudes cristãs no povo brasileiro, proporcionar estudos sobre problemas culturais da sociedade brasileira, promover serviços de formação cultural e física de seus membros para desenvolvimento eugênico destes, entre outros³⁶. É necessário ressaltar que, em comparação aos estatutos da AIB, as diretrizes da ABC destinavam-se à formação cultural e espiritual dos homens, excluindo (no nível discursivo, evidentemente) o panorama político de seu programa. Provavelmente era esperado que o programa da ABC fosse aceito por ser algo desvinculado de investidas políticas, destinado somente à formação humana em aspectos bastante subjetivos e que poderiam ser úteis aos interesses do Estado Novo, no aspecto de *aprimoramento* moral, cultural e espiritual da nação.

A sede da ABC seria fixada no Distrito Federal, com possibilidade da existência de sucursais nos Estados e filiais nos municípios. Diferentemente da configuração da AIB, a ABC não buscava fazer alarde à figura do chefe do movimento, lembrando que o integralismo determinava que a sede civil da AIB fosse na cidade de São Paulo, enquanto a sede política seria onde o chefe nacional estivesse presente. A direção da ABC seria composta por um presidente, dois assistentes, cinco secretários, um tesoureiro, quatro procuradores, um diretor de beneficência, um diretor de estudos, um diretor de cultura física e um superintendente de escolas³⁷. Plínio Salgado foi *escolhido* como presidente da ABC, assim como demais integrantes da elite integralista compuseram o *corpus* restante da ABC. A criação da ABC foi largamente noticiada pelos periódicos integralistas ainda em circulação, que saudavam a criação da associação que teria como função *substituir* o integralismo, seguindo os passos do *Sigma*, porém de acordo com a configuração possível sob o Estado Novo. Esta campanha de divulgação da ABC por meio dos periódicos integralistas durou até os últimos dias do ano de 1937, quando estes deixaram de circular³⁸.

³⁶ Estatutos da A.B.C., Artigo 2.In: *A Offensiva*, Ano I, n. 668, 12 de dezembro de 1937, p.2 in: CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Op. Cit.*, p. 18.

³⁷ *Idem*.

³⁸ CALIL, Gilberto Grassi. *Op. Cit.*, p. 68.

Embora a ditadura do Estado Novo manifestasse as intenções e práticas restritivas e de desarticulação do integralismo, as relações entre os integralistas e Getúlio Vargas ainda não estavam totalmente estremecidas. Neste momento em que a AIB já havia sido extinta, os periódicos integralistas não circulavam mais e a milícia integralista estava proibida de se manifestar publicamente, havia ainda uma parcela presente no integralismo que buscava o entendimento, de maneiras diversificadas. Carone assinala que o integralismo era então palco de correntes diversificadas no tocante à forma que deveria ser levada as ações dos integralistas em face aos atos do Estado Novo.

Plínio Salgado estaria numa posição de barganha com Getúlio Vargas, a fim de buscar representatividade de fato do integralismo no novo governo, e sua posição de ruptura neste diálogo se deu apenas nos primeiros dias de janeiro de 1938, quando recusou o cargo de Ministro da Educação e Saúde, tal como proposto por Vargas. Nota-se, portanto, que mesmo após a decretação do fim da AIB, a alta cúpula da hierarquia integralista não era ainda absolutamente crítica e adversária do Estado Novo.

Outras parcelas de integralistas que se colocavam acrícos às ações do Estado Novo agiam deste modo por acreditarem que o novo governo agia de acordo com alguns dos pressupostos essenciais das reivindicações e propostas doutrinárias integralistas, tal qual o desapego à democracia, a implantação de um *Estado forte* e centralizador, o antiliberalismo e a perseguição aos movimentos políticos de esquerda. A implantação de um sistema corporativista de organização estatal estava em grande parte de acordo com a proposta dos integralistas, embora a forma de organização do aparato ideológico diferisse nos dois casos, entre o totalitarismo integralista e o autoritarismo estadonovista.

A ala crítica ao Estado Novo e que buscava romper as relações entre os integralistas e Vargas que, neste momento se não eram boas eram apenas diplomáticas, começa a ganhar força. Um fator que auxiliou a projetar o aumento desta tendência dentro da AIB/ABC foi a recusa de Salgado à pasta do ministério oferecido por Vargas, como forma de compensar o chefe nacional do integralismo e controlar os ânimos exaltados dentro da AIB.

Para Hilton³⁹, muitos dos militantes integralistas que estavam fortemente vinculados emocionalmente à questão simbólica e ritualística do integralismo não davam muito importância ao discurso que defendia os pontos em comum entre o modelo integralista e a prática do então atual governo, pois para eles os aspectos simbólicos do integralismo

³⁹ HILTON, Stanley. *Op. Cit.* in CALIL, Gilberto. O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 40.

equivaliam a uma espécie de religião, sendo que deste modo Vargas não poderia ser visto como um praticante de pontos em comum, mas sim um *traidor*. Junta-se, portanto, a radicalização da postura de distanciamento de Salgado para com o Estado Novo, e esta tendência ganha força dentro das *fileiras do Sigma*.

No início de 1938 alguns eventos que ocorreram demonstram que a insatisfação era crescente em algumas alas da AIB. Enquanto o chefe do integralismo buscava estabelecer relações com Getúlio Vargas, visando ganhos políticos além do Ministério da Educação, a base integralista e alguns setores da alta cúpula da AIB já visualizavam a impossibilidade de relações diplomáticas entre estes e o governo estadonovista. A repressão ao integralismo já era crescente.

Silva⁴⁰ apresenta alguns casos de repressão a integralistas, por razões aparentemente distintas tal qual a prisão de alguns integralistas em Barra Mansa/RJ, detidos por terem saudado um delegado com o “*Anauê!*”, assim como prisões e boatos de conspiração integralista contra o regime vigente. O ponto máximo que marca a ruptura definitiva entre os integralistas e Getúlio Vargas foi a tentativa de *putsch* integralista em 11 de maio de 1938

O grupo que se formou visando o plano subversivo não imprimia, no início, uma característica marcante do integralismo. Segundo Silva, a ideia inicial consistia em articular um grupo que conseguisse reunir desde integralistas até membros das forças armadas, adicionando indivíduos antigetulistas. Caso conseguissem sucesso na iniciativa, a ideia inicial era que seria instituído um governo formado por uma junta militar, que tão logo fosse *saneado* o problema da política, convocaria eleições, tal qual fora prometido nos casos anteriores, como a experiência subsequente à Revolução de 1930. De acordo com Carone (1973), esta configuração do movimento, reunindo desde elementos *liberais* até integralistas não garantiria, porém, que o objetivo do movimento fosse reduzido apenas à destituição de Vargas, tendo em vista que o cerne do movimento era integralista e o desejo de tomada do poder era iminente.

O plano integralista consistia em tomar o Palácio Guanabara, edifícios públicos, emissoras de rádio, residências de lideranças do governo (ministros) e determinados militares. O episódio mais expressivo do *putsch* foi o ataque ao palácio do governo e a troca de tiros entre membros do levante e a guarda do palácio presidencial, embora os revoltosos tenham sido derrotados sem muita dificuldade. A realização do plano golpista dos integralistas se revelou um fracasso, tanto por conta de uma má organização, assim como da baixa adesão de

⁴⁰ SILVA, Hélio. *Op. Cit.*, p. 11.

elementos importantes ao intento, sobretudo os militares, sendo que até uma provável *covardia* dos integralistas foi vista como um dos elementos preponderantes da derrota.

O fracasso do *putsch* serviu como propulsor para a subsequente repressão da ditadura estadonovista ao integralismo. As apreensões de materiais, desde uniformes e insígnias até livros e edições de periódicos foram constantes após este episódio. As perspectivas de atuação, organização e rearticulações integralistas neste contexto permaneceram bastante diminutas, tendo em vista que a inserção do integralismo na agenda política nacional sofreu um grande revés em comparação à crescente que podia ser observada, no relativo curto período de atuação da AIB. Este panorama fora potencializado a partir da prisão de alguns líderes integralistas após os acontecimentos da tentativa golpista, em especial de Plínio Salgado, que fora preso na fortaleza de Santa Cruz, de onde partiu para o exílio em Portugal.

Plínio Salgado tentou articular à distância a manutenção de algumas instâncias das estruturas da extinta AIB, principalmente, ao que tudo indica, a alta cúpula do movimento. Salgado, no exílio em Portugal, delegou a liderança dos integralistas a Raymundo Padilha, que deveria substituí-lo na chefia, ao mesmo tempo em que deveria cumprir diretrizes determinadas por Salgado, tal qual expressas por cartas datadas de 05 de setembro de 1939 e 20 de agosto de 1940⁴¹.

Outra circular, datada de 08 de setembro de 1941⁴² não chegou às mãos de Padilha, por ter sido interceptada pela censura *estadonovista*. O teor desta carta, porém, demonstra algumas posições que já eram públicas no decorrer dos anos, isto é, a tentativa de aproximação do integralismo com o governo vigente, principalmente sobre os pontos ideológicos em comum. Padilha deveria reforçar este fator, assim como permanecer na luta pela existência de um grupo integralista de acordo com as possibilidades da constituição vigente, ou seja, sem caráter político, apenas cultural.

Desta maneira, Raymundo Padilha chegou a reunir alguns dirigentes integralistas em torno de si, inclusive membros da liderança estadual paulista da AIB, tal como Olbiano de Melo, Alfredo Buzaid, José Loureiro Júnior e Miguel Reale. No entanto, o fato de Plínio Salgado ter determinado Padilha como seu sucessor momentâneo é tido como um dos fatores preponderantes para o posterior afastamento do integralismo dos dois maiores ideólogos além de Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale, que estariam bastante descontentes com a

⁴¹ PADILHA, Raimundo. in: ABREU, Alzira Alves de ET AL. (org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Ed. FGV/CPDOC, 2001

⁴² CPDOC / FGV – (Arquivo Getúlio Vargas - c 1953.03.00/2).

articulação de uma liderança que, mesmo que momentânea, fosse contraposta da organização hierárquica que estava vigente no integralismo durante a AIB.

Assim como expresso nas cartas enviadas a Padilha, onde era definida a posição do integralismo em busca de diálogo com o governo, e mesmo apesar das ações anti-integralistas tomadas por Getúlio Vargas, isto não consolidou um empecilho às tentativas de reaproximação, principalmente por Plínio Salgado. Em maio de 1939, Salgado, já em Portugal, lançou um manifesto reiterando aos seus seguidores o pedido para que não manifestassem qualquer ação subversiva ao governo de Vargas, e que auxiliassem a manutenção da ordem pública. Este manifesto não fora uma circular distribuída apenas aos membros da extinta AIB, mas sim para um público amplo e diversificado. Junto ao manifesto, seguia carta enviada ao então Ministro da Guerra, General Dutra, onde Salgado oferecia – como prova de respeito e amor à pátria – os serviços de *um milhão de brasileiros* (integralistas) ao exército. Salgado voltou a se comunicar com os seus adeptos, quando do início da Segunda Guerra Mundial, a fim de delegá-los a que não ousassem adotar postura que fosse contrária à do Governo Federal referente aos conflitos.

De acordo com Calil⁴³, Salgado empreendeu esforços na tentativa de reaproximação com o governo nacional, tanto por meio de cartas enviadas a Raymundo Padilha e Gustavo Barroso, em que confidenciava suas aspirações; quanto principalmente pelo teor do manifesto de 1941, onde o chefe dos camisas-verdes afirma a existência de grandes semelhanças entre algumas reivindicações do integralismo e práticas do Estado Novo, dentre as quais a abolição do sufrágio universal, a extinção dos partidos regionais, o *fortalecimento* do Poder Central, entre outros.

A iniciativa de Salgado em busca de uma reaproximação com Getúlio Vargas e o Estado Novo foi mais um capítulo da conturbada relação entre ambos. Oficialmente, e principalmente por parte da AIB, havia o interesse em trilhar caminhos conjuntos – e tornar isto público, evidentemente – embora seja compreensível, principalmente pelo aspecto doutrinário do integralismo, que tais posicionamentos tenham sido estratégias utilizadas para se manterem próximos às estruturas de poder, para alcançá-lo quando fosse possível e conveniente.

Esta proposição é embasada pelo episódio do *Putsch* integralista, onde se germinava uma estratégia golpista ao mesmo tempo em que o líder integralista buscava ganhos políticos advindos do apoio integralista ao golpe que implantou o Estado Novo. O posicionamento de

⁴³ CALIL, Gilberto Grassi. *op.cit.*, p.81.

Plínio Salgado durante estes episódios é evidentemente dúbio, tendo em vista que, se por um lado era conveniente manter boas relações com Vargas, por outro o seu contingente necessitava continuar ativo e acessível aos seus ditames. A participação não explícita de Salgado no *putsch* - delegando a liderança a outros líderes regionais do integralismo, assim como de liberais -, demonstra como esta preocupação era presente no líder integralista, de tal forma que, após a derrocada do movimento golpista, Salgado afirmara que não teria mais controle absoluto sobre a massa integralista⁴⁴, e que quaisquer atitudes danosas que fossem tomadas por ex-militantes da AIB e/ou em nome do integralismo não contavam tanto com o seu apoio, quanto de seu conhecimento, ressaltando sua não participação no evento.

Esta proposição de liderança descentralizada pós – Estado Novo esbarra no teor da carta que Salgado envia ao General Dutra, tempos depois, onde este ofereceu os serviços e lealdade de sua militância, além dos manifestos que ele redige em Portugal, estabelecendo normas que deveriam ser seguidas pelos integralistas, a fim de proporcionar uma estabilidade nas relações então conflituosas.

A relação variante entre posições de aproximações e rupturas partem não apenas do integralismo como também de Getúlio Vargas, embora o jogo de interesses existentes entre a liderança dos integralistas e dos *estadonovistas* fosse pautado pelo interesse maior do integralismo em manter-se próximo a Vargas, mesmo com a existência dos episódios e medidas repressivas. O interesse de Vargas em se aliar ao integralismo fora limitado em grande parte ao período que precedeu o golpe do Estado Novo, onde Vargas conseguiu articular o apoio do alto escalão integralista para, depois de consumado o golpe, restringir o campo de atuação da AIB, para então eliminá-los.

A tentativa de Plínio Salgado em aproximar-se do governo, manter imaculada sua imagem perante as altas esferas do poder nacional, e continuar estabelecendo a liderança sobre os camisas-verdes mostrou-se, em grande parte, infrutífera. A desarticulação da AIB, o fracasso do levante integralista e o panorama político gerado em torno dos movimentos fascistas, principalmente da Europa, decorrente em grande parte dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, auxiliaram para que a imagem do integralismo perante a opinião pública sofresse um grande dano.

⁴⁴ De fato, o discurso de Salgado *prevendo* atos revolucionários e insurgentes já data desde 1935, de acordo com Trindade (*op. Cit.*, p. 208). Plínio Salgado tentou, inclusive, defender que o *putsch* fora obra de inimigos do Brasil, de forças ocultas destinadas a derrubar o governo, e que nenhum integralista de verdade teria participado de tal artimanha, conforme é possível perceber em carta enviada por Rosalina Coelho Lisboa a Getúlio Vargas (Acervo Getúlio Vargas CPDOC/FGV - GV c 1941.09.00).

A perspectiva de ganho de poderes políticos para Salgado e grande parte dos integralistas não se resumiam, portanto, apenas em aproximações com o poder e retomada da AIB. Era necessário tentar reverter a associação crescente que era feita pela opinião pública brasileira entre o integralismo e os regimes do Eixo, em especial o fascismo italiano e o nacional-socialismo alemão. A necessidade de rearticulação do discurso integralista, passando de proximidades aparentes com o fascismo internacional, para uma crescente mobilização *democrática* pautou os últimos anos de exílio de Plínio Salgado em Portugal, momento inicial da gestação do Partido de Representação Popular (PRP).

1.4 Integralismo após AIB e Estado Novo: o Partido de Representação Popular

A situação dos integralistas após o fechamento da AIB, a desarticulação da Associação Brasileira de Cultura, o exílio de Plínio Salgado e o fracasso na tentativa de reaproximação do *chefe nacional* junto ao Estado Novo determinou em grande parte o enfraquecimento das possibilidades de permanências das hostes integralistas. Somam-se a isto divergências internas (tal qual o descontentamento gerado por conta da escolha de Raymundo Padilha à função de reorganização do integralismo), assim como a adesão de ex-membros do integralismo ao governo de Vargas.

Conforme assinala Bertonha⁴⁵, enquanto alguns camisas-verdes foram cooptados pelo varguismo, outros decidiram se manter em silêncio (ou mesmo neutralidade) em relação à política de Vargas. Há ainda outro grupo que tentou articular clandestinamente alguns pressupostos do integralismo, porém em conformidade com os aspectos legais de possibilidades de movimentação *cultural* no Estado Novo.

Organizações como a Cruzada Juvenil da Boa Imprensa (CJBI) reuniam alguns militantes integralistas que, dentro dos pressupostos nacionalistas de organizações como esta, buscava inserir um projeto de poder em consonância com o ideal integralista. De acordo com Miranda, a partir de 1940 a CJBI reuniu grande número da militância integralista do estado do Rio de Janeiro, em reuniões onde determinadas celebrações típicas da AIB eram retomadas,

⁴⁵ BERTONHA, João Fábio. Os integralistas pós-1945. A busca pelo poder no regime democrático e na ditadura (1945-1985) in: *LASA 2009 Congress Paper Archive*. Disponível em: < <http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/files/BertonhaJoaoFabio.pdf> > (acesso em 18 fev. 2010).

tal qual a *Noite dos Tambores Silenciosos*. A organização do integralismo neste agrupamento em questão foi alvo de investigação pelo DESPS, embora sem conclusões aprofundadas⁴⁶.

Outras organizações, como o *Appolo Sport Club*, buscavam estabelecer possibilidades de aproximação e manutenção de proximidade entre integralistas, por meio de eventos culturais, esportivos, entre outros⁴⁷. Estas estratégias, entretanto, não se assemelhavam à abrangência mobilizadora do integralismo em sua fase de legalidade. Este cenário instável era decorrente não somente da derrota sofrida pelo integralismo, mas também da repressão exercida pelo Estado Novo e, mais adiante, pelo conturbado panorama político nacional e internacional, decorrência direta da Segunda Guerra Mundial.

Coube ao Estado Novo fazer uso novamente do integralismo como suporte político, para diluir (ou mudar o foco) as acusações de cooperação e proximidades existentes entre Vargas e as ditaduras do Eixo. Para tal, diversos relatórios foram elaborados para denunciar (ou constatar) a relação entre os integralistas, o nazismo e o fascismo, alçando os integralistas à categoria de *inimigos da pátria* e conspiradores contra a unidade nacional.

O respeito e a boa receptividade que o integralismo detinha em significativos setores da sociedade brasileira durante a década de 1930 foram atenuados consideravelmente no decorrer destes acontecimentos. As alternativas de permanência do integralismo na vida política brasileira tiveram que ser revistas, pois as chances do integralismo em chegar ao poder não consistia apenas nas possibilidades de derrotas iminentes do Estado Novo, mas também haveria de ser proposta uma larga rearticulação discursiva a fim de desestabilizar o estigma que estava impresso sobre o Sigma, ou seja, a caracterização do integralismo enquanto um grupo de conspiradores, subversivos, traidores e - no contexto da democracia pós Estado Novo, antidemocráticos.

Ciente destas barreiras impostas não apenas pela repressão *estadonovista*, mas surgidas também pelo contexto político internacional, a “conversão” de Plínio Salgado à democracia fora em grande parte consequência das dificuldades impostas pela opinião pública contra o ressurgimento do integralismo. Apesar de ter retornado ao Brasil somente em 1946, Salgado já havia preparado o terreno para a fundação do Partido de Representação Popular

⁴⁶ MIRANDA, Gustavo Felipe. Os integralistas no Rio de Janeiro: organização e atuação no Estado Novo. In: SILVA, Giselda Brito, GONÇALVES, Leandro Pereira & PARADA, Maurício B. Alvarez. *História da Política Autoritária: integralismos, nacional sindicalismo, nazismo, fascismos*. Recife: Ed. UFRPE, 2010.

⁴⁷ MIRANDA, Gustavo Felipe. Um projeto em disputa: os integralistas na imprensa durante o Estado-Novo. *Anais: XIII Encontro Regional da ANPUH*, Rio de Janeiro, 2008.

(PRP), utilizando novamente os serviços de Raymundo Padilha, que foi quem articulou e registrou o PRP, em 1945.

Previendo a possibilidade de existência de críticas, que levassem em conta que o integralismo só poderia existir circunscrito numa determinada conjuntura e configuração, inclusive no aspecto temporal (estando, desta forma, determinado à existência da AIB), Salgado redigiu um manifesto, distribuído por Padilha em 31 de julho de 1945, no qual afirmava que “A Ação Integralista Brasileira era um partido e foi fechado; mas o integralismo é uma doutrina e ninguém o pode fechar.”. Desta maneira, Salgado buscou legitimar a existência do integralismo enquanto doutrina, possibilitando assim que fosse plenamente viável a inserção do integralismo em modelos políticos anteriormente criticados veementemente: a democracia e o sistema político-partidário.

As dificuldades impostas na rearticulação do integralismo, mesmo que sob uma roupagem democrática (aos moldes da democracia à época) e de acordo com as necessidades legais, não estiveram restritas apenas a questões relacionadas sobre a metamorfose do caráter político, mas também por diversos protestos de adversários do integralismo, que utilizavam um discurso em defesa da democracia e da luta contra o fascismo, tal qual ocorrida na *Semana Antiintegralista*, realizada em junho de 1945, no estado do Ceará⁴⁸. Como aborda Calil, uma dificuldade inesperada à rearticulação do integralismo fora a radical posição contrária de Miguel Reale.

Reale afirmou, em entrevista concedida ao *Diário de Notícias* (12/05/1945), que via a movimentação de rearticulação integralista como um perigo para as possibilidades pacíficas de soluções dos problemas nacionais. O ex- Chefe de Doutrina da AIB já havia manifestado anteriormente o reconhecimento pessoal em que admitia determinadas *deficiências* presentes no ideal de seu *antigo partido*. Os motivos das mudanças de postura que teriam levado Reale a se afastar do integralismo e não apoiar a articulação do PRP ficaram expostos na entrevista, onde Reale afirma que sua desilusão para com o integralismo era causado principalmente por ter visto *na prática* quais foram os resultados dos moldes corporativistas numa nação.

A viagem que fez à Itália fascista em 1938 deu-lhe oportunidade de visualizar o corporativismo *além dos livros*, algo que Reale definiu na prática como um sistema *burocrático decepcionante*. Afirmou que os compromissos que os integralistas tinham com a AIB *desapareceram* quando da transformação desta em ABC, sendo que quaisquer ordens

⁴⁸ CALIL, Gilberto Grassi. *Op. Cit.*, p.96.

destinadas aos antigos integralistas seriam ilusórias⁴⁹. Estas afirmações marcaram por completo a ruptura de Reale com o integralismo, de tal modo que ele se filiou depois ao *Partido Popular Sindicalista* de Marrey Junior.

Embora seja difícil quantificar o impacto que tais declarações tenham causado junto à militância integralista, é necessário ressaltar que outros figurões importantes da mais alta hierarquia integralista, como Santhiago Dantas, Belmiro Valverde e Gustavo Barroso não apoiaram o PRP. Carone⁵⁰ afirma que este foi um grande empecilho à formação do PRP, porém, como observa Calil, grande parte da liderança intermediária integralista apoiou Plínio Salgado e o PRP, ao menos em um primeiro momento. Vários chefes provinciais da AIB, inclusive de alguns estados importantes para o integralismo, tais quais os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraíba, Bahia, Minas Gerais, Guanabara e Rio de Janeiro auxiliaram Salgado.

O maior desafio na criação do PRP, porém, parece ter sido a rearticulação filosófica e doutrinária integralista necessária para que houvesse uma *adequação* à nova fase do integralismo perrepista. Para tal, era necessário não somente reunir antigos dirigentes e militantes integralistas, mas também convencê-los da proposta integralista em nova roupagem. Além dos militantes, era presente a problemática com a opinião pública e os adversários de Salgado e do integralismo, assim como a constante associação dos integralistas aos regimes fascistas e ao espírito autoritário e antidemocrático. A busca pela articulação de textos antigos com novos, contendo discursos que supostamente expressavam o caráter democrático do integralismo em toda sua trajetória foi uma constante na fase inicial do PRP.

Trindade⁵¹ aborda este processo, chamando atenção para o fato de Plínio Salgado adulterar trechos de obras de sua autoria datadas do período da AIB, com claro propósito de forjar um espírito democrático ausente em obras que originalmente continham forte discurso fascista. Desta forma, não somente livros de Salgado (como *O Integralismo perante a Nação*, conforme assinala Trindade), como também os principais fundamentos do integralismo, expressos nas diretrizes básicas da AIB, foram modificados. O integralismo da AIB, contrário ao pluripartidarismo e descrente em relação à democracia, torna-se um integralismo à moda

⁴⁹ Embora seja curioso notar que Reale continuou participando de algumas movimentações integralistas, mesmo após o fim da ABC, tal quais as reuniões organizadas por Padilha.

⁵⁰ CARONE, Edgar. *op. Cit.*, p. 213.

⁵¹ TRINDADE, Hégio. Integralismo: Teoria e Práxis Política nos anos 30. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano*, tomo III, 3º v: Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

do PRP, *defensor* da democracia e dos partidos políticos, buscando a inserção do integralismo na vida política somente pelas vias constitucionais.

A busca por desmentir as acusações de proximidades ou mesmo da existência de uma rede de colaboração que envolveria os integralistas com o nazismo e o fascismo italiano consumiu bastantes esforços do integralismo durante a gestação do PRP. As denúncias mais fortes neste âmbito acusavam os integralistas de traição à pátria, afirmando que estes estariam agindo como espiões para os inimigos da Segunda Guerra Mundial. A mais comum das denúncias, porém, advinha da afirmação que o integralismo recebia financiamento do fascismo italiano e/ou do nazismo. Esta denúncia era comum em diversos meios de divulgação, desde inimigos políticos do integralismo, em especial militantes de partidos e organizações da esquerda, até os principais meios de comunicação, inclusive a grande mídia, tal qual o jornal *O Globo* (um dos jornais de maior circulação do período).

Os integralistas, como estratégia de defesa, utilizavam desde ataques pessoais, até desafios para debates públicos, além de pressão para que as provas de supostos financiamentos fossem apresentadas. Houve ainda casos em que integralistas moveram processos judiciais contra os acusadores, tal como o ocorrido com um jornalista que acusou o integralista Jayme Ferreira da Silva de traição. Calil atenta para o fato de que muitos destes críticos aos integralistas do PRP foram anteriormente próximos ou mesmo antigos militantes da AIB, fator que era usado constantemente como tentativa de desarticulação e descrédito perante estas denúncias.

Plínio Salgado, nesta conjuntura, buscava dar sustentação à ideia que ele teria sido o primeiro intelectual político a se levantar contra o nazismo e o fascismo no Brasil. Tal proposição, porém, esbarrava não apenas nas similaridades entre o integralismo e os principais fascismos europeus, mas também nas proximidades e elogios expressos por diversos integralistas ao fascismo e ao nazismo durante a AIB (incluindo nisto obras de Gustavo Barroso, como “O integralismo e o mundo”, onde o autor comparava o integralismo com diversos movimentos fascistas, reconhecendo as proximidades entre estes). Somam-se a isto, além da relação existente entre militantes integralistas e fascistas nos tempos de AIB, documentos que comprovam o financiamento do integralismo pelo fascismo italiano, conforme assinala Bertonha⁵².

⁵² BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001.

Além da disputa existente destinada a desvirtuar e desarticular as acusações contra o integralismo, o objetivo maior da produção de Plínio Salgado no período inicial do PRP foi de rearticular o ideal, discurso e doutrina integralista, caracterizando-a como um ideal *acima* de qualquer partido político, inclusive da AIB, pois os partidos seriam *transitórios* e o integralismo, eminentemente democrático, *permanente*. Esta dissociação, segundo Calil, era destinada a isentar o integralismo das responsabilidades geradas pela trajetória da AIB. A existência do caráter democrático inerente ao ideal integralista era garantida, segundo Plínio Salgado, pela concepção *espiritualista* da humanidade.

A guinada ao espiritualismo como forma de garantir a existência do integralismo de acordo com as *exigências* democráticas e articulação por vias partidárias toma valor central dentro do processo de construção do PRP. De acordo com Calil, o caráter espiritual que viria a permear a ideologia integralista perrepista começa a ser articulada por Plínio Salgado ainda durante o exílio, como demonstram suas obras, tal qual “O conceito cristão de democracia”, “A vida de Jesus”, entre outros. Este espiritualismo seria constantemente usado como álibi, em busca de comprovação da *democracia integralista*. É necessário ressaltar, no entanto, que este pressuposto espiritualista não era tomado pelo integralismo da AIB como um empecilho à forma fascista que caracterizou o integralismo nos anos 1930.

Enquanto alguns aspectos presentes no integralismo da AIB eram retomados e/ou potencializados, como é o caso do espiritualismo, outros eram minimizados, criticados ou *explicados*. A questão do corporativismo, que nos tempos da AIB era o carro chefe da organização do almejado *Estado Integral*, teve que ser articulada em função da nova configuração do integralismo no sistema partidário. De acordo com Calil, a questão da representação classista era um tema ainda bastante presente dentro da militância integralista do PRP como indicam trechos de programas radiofônicos do partido, que demonstravam um grande apego aos ideais do corporativismo.

A configuração integralista, porém, buscou conciliar a questão das representações de classes no sistema político com a existência do multipartidarismo⁵³. O corporativismo necessitou ser minimizado dentro do PRP não somente pelas distensões geradas com o modelo democrático presente, mas também porque revelava diretamente a relação de proximidade da AIB com o fascismo, principalmente o modelo italiano. Esta questão tornou-se ainda mais problemática a partir do posicionamento de Miguel Reale, que criticara abertamente o modelo corporativista italiano, classificando-o como *burocrático*, ao mesmo

⁵³ CALIL, Gilberto Grassi. *Op. Cit.*, p. 121.

tempo em que isto significou o reconhecimento dos laços ideológicos entre o integralismo e o fascismo, tendo em vista que a crítica também dizia respeito ao modelo proposto pelo integralismo.

Obviamente, este reconhecimento não era matéria cara para Reale - que estava definitivamente afastado do integralismo - tal qual para Plínio Salgado e o integralismo como um todo. A maneira encontrada para *explicar* o uso de exterioridades próximas ao fascismo, em especial a vestimenta, fora peculiar. Salgado afirmou que o uso das camisas verdes era uma estratégia utilizada pelos integralistas para impedir o avanço do nazismo no Brasil, pois, desta forma, os integralistas estariam automaticamente barrando a possibilidade do uso da vestimenta nazista (camisas cáqui) pelos descendentes de alemães. O uso das “armas” do inimigo era destinado única e exclusivamente ao impedimento da inserção destes na vida política nacional. A milícia integralista, por sua vez, teve a existência *justificada* no período de atuação da AIB a partir da necessidade do integralismo em combater o comunismo no enfrentamento direto; de tal modo que no período do PRP tal combate deveria seguir às vias institucionais e democráticas.

Apesar destas diferenciações ressaltadas entre AIB e PRP, que eram explicadas por conta de supostas conjunturas históricas e políticas de cada período, a continuidade do integralismo no PRP era defendida pela presença da liderança de Plínio Salgado e grande parte das lideranças regionais da AIB, assim como pela importância dada ao espiritualismo comum entre AIB e PRP, e também na defesa da ideia que o integralismo estava acima de qualquer movimento político, sendo definido como um gerador de partidos políticos, e não fruto restrito destes.

Embora a defesa da continuidade do integralismo no PRP tenha sido um dos principais pontos da articulação deste, Salgado e Padilha buscavam defender a ideia que a formação do Partido de Representação Popular não tinha sido uma iniciativa de integralistas, tendo ocorrido somente num segundo momento a adesão destes ao partido. Tal postura pode ser compreendida como uma necessidade de defesa do caráter democrático perrepista desde o início do partido, e que o integralismo enquanto doutrina teria se encaixado à proposta do partido, defendendo desta maneira a capacidade de existência do integralismo por vias democráticas.

A rearticulação discursiva sobre a doutrina integralista antecedeu a própria fundação do PRP. De fato, esta prática já era existente desde os escritos produzidos por Plínio Salgado no exílio em Portugal, tendo aumentado significativamente às vésperas da fundação do PRP.

O terreno já estava sendo constituído, fosse para a prática político-partidária ou mesma para a construção de memória, que serviria também para usos políticos.

O Manifesto - Diretiva de Plínio Salgado, veiculado na imprensa brasileira em meados do mês de setembro de 1945 foi peça fundamental para a rearticulação integralista e formação do PRP. Neste texto, Plínio Salgado reafirmava sua luta contra o comunismo, em prol do espiritualismo, da democracia cristã, e rebatia as críticas dos que acusavam o integralismo de fascismo e totalitário. A relação com o Estado Novo era também revista, pois Salgado afirmava que a não aceitação do cargo ministerial proposto por Getúlio Vargas fora causado pela postura *antitotalitária* do integralismo, estabelecendo, portanto, diferenças irreconciliáveis, que teriam sido a causa principal para tal recusa.

Um ponto interessante do texto do Manifesto – Diretiva de Salgado é que neste, o líder integralista descartava a possibilidade de formação de um partido integralista, apesar de ditar normas aos integralistas que por ventura desejassem filiação a partidos políticos. Carone⁵⁴ afirma que Salgado teria sido contrário à formação do PRP, embora, de acordo com Calil⁵⁵, esta posição pode ser entendida como mais uma maneira de desvincular a formação do PRP como iniciativa visando a retomada do integralismo de acordo com as mudanças políticas nacionais. É curioso notar, portanto, que a aprovação dos Estatutos do Partido de Representação Popular tenha ocorrido apenas 15 dias após a divulgação do Manifesto – Diretiva.

Em 26 de setembro de 1945 ocorreu a assembleia geral do partido, contando com participação de 146 presentes, na qual foram aprovados os Estatutos de fundação do PRP, que definiam o caráter fundamental do partido: a defesa do espiritualismo como concepção de vida e base da família brasileira; o repúdio às doutrinas de inspiração materialista; a defesa dos princípios democráticos e do direito à liberdade, justiça e igualdade perante a lei; a afirmação da unidade orgânica da Pátria, sem distinção de raça ou de classes; a busca pelo engrandecimento da nação, auxiliando a condição dos trabalhadores e apoiando os produtores; e o combate a todas as ideologias *totalitárias*, inimigas da soberania nacional e da harmonia entre os povos.

A divulgação dos Estatutos do PRP foi realizada via jornais brasileiros em 14 de outubro, e em 24 daquele mês foi veiculado na Rádio Farroupilha de Porto Alegre uma versão simplificada, a fim de notificar ao grande público. A primeira convenção nacional do PRP

⁵⁴ CARONE, Edgar. *Op. Cit.*, p. 214.

⁵⁵ CALIL, Gilberto Grassi. *Op. cit.*, p. 139.

ocorreu nos dias 1, 2 e 3 de novembro de 1945, onde os Estatutos e Programa partidários foram aprovados, além de eleita a primeira direção do partido. A presença de representantes de 21 estados demonstra, de acordo com Calil, que o partido já havia atingido caráter nacional. Para o cargo da presidência nacional, fora eleito Fernando Cochrane, que havia sido líder dos militares envolvidos no fracassado *putsch* integralista de 1938, fato este que havia levado Cochrane a ser processado e reformado compulsoriamente.

A primeira convenção nacional do PRP não havia formalizado qualquer apoio a candidatura presidencial que ocorreria em breve. O PRP manifestou apoio à candidatura do General Eurico Gaspar Dutra apenas 15 dias antes da realização das eleições, embora tal apoio não tenha sido realizado restrito ao âmbito formal, tendo em vista a significativa defesa público do candidato. Embora contraditório ao discurso do partido, que se proclamava como inimigo da ditadura varguista, o apoio ao General Dutra (que era considerado um herdeiro político do Estado Novo) pode ser explicado a partir da conjuntura política decorrente da necessidade do PRP em obter apoio a sua inserção, sobretudo em relação à legalização do partido.

As eleições de 1945 serviram para o PRP colocar-se de fato no panorama político brasileiro, buscando apoios de bases católicas (tal qual a Liga Eleitoral Católica – LEC), dando vazão ao forte discurso anticomunista e principalmente inserir novamente os integralistas na disputa política nacional, tendo em vista que até este momento o integralismo era lembrado de forma incômoda, como apresentado. Embora baixa a votação alcançada pelo PRP, as eleições tiveram resultado positivo para o partido, pois consolidou novamente a inserção política do integralismo no Brasil.

No dia 26 de outubro de 1946, ocorreu a II Convenção Nacional do PRP, que foi marcada pelo retorno de Plínio Salgado do exílio (após o fim do Estado Novo e a anistia concedida a todos os exilados), a eleição deste à presidência do partido, a reformulação dos programas do PRP e pela aprovação da “Carta de Princípios”. De acordo com Calil, o Programa aprovado no evento diferenciava-se diametralmente dos documentos políticos do tipo da AIB, por ser bastante detalhado, com propostas pontuais a variadas questões, diferentemente do que ocorria na AIB, onde havia um programa com questões gerais, um tanto subjetivo. A importância da família na organização da sociedade e de Deus como a maior hierarquia possível guiavam a tendência perrepista, com afinidades para com o integralismo.

O retorno de Plínio Salgado ao Brasil foi marcado por uma forte comoção dentro do PRP. Notícias nos jornais, correspondências entre os militantes e até poesias comemorativas foram produzidas e demonstram a movimentação ocorrida por conta do retorno do *Chefe Nacional*. Ao ser eleito para a presidência do PRP, pouco tempo após ter retornado ao Brasil, Salgado afirmou que aceitava o cargo após a profunda insistência de alguns correligionários (não integralistas, frisou), pois para ele tal cargo configurava-se como um *sacrifício*.

A martirização que Plínio Salgado fazia questão de ressaltar como prova de sua dedicação à causa é um dos traços característicos de sua liderança tanto na AIB quanto no PRP. Em carta enviada a Severino Sombra, em 09 de maio de 1932⁵⁶, ainda durante a formação da AIB e funcionamento da SEP, Salgado afirmava que *tivera* que assumir a chefia do movimento contra a sua vontade, e que tal posição assumida era fruto de um *sacrifício*. Nota-se, portanto, que nas duas conjunturas havia uma necessidade de aglutinação de forças teoricamente dispersas, no caso da formação da AIB, diversos movimentos de extrema-direita com clara inspiração fascista (alguns com mais adeptos, outros com menos, embora com determinada organização doutrinária). Já no caso relacionado à presidência do PRP, cabia a Salgado tentar reunir adeptos fiéis à sua nova atribuição política. Colocar-se, então, como um indivíduo que renegava a própria identidade e individualidade em prol de um bem comum maior servia tanto como princípio solidificador de uma imagem positiva de Plínio Salgado junto a seus pares, quanto como o principal praticante do discurso espiritualista por ele enunciado.

Apesar da manutenção de algumas características de liderança tal qual ocorria na Ação Integralista Brasileira (como o discurso do *sacrifício* pessoal para o bem da nação), Plínio Salgado em discurso no Teatro Municipal do Rio de Janeiro ao assumir a chefia nacional do Partido de Representação Popular eximiu seus subalternos ao juramento prestado a ele durante a vigência institucional do integralismo nos anos 1930, possivelmente por duas questões centrais: a necessidade de desvincular o PRP ao integralismo, principalmente para a opinião pública nacional e a tentativa de vincular o PRP ao contexto *pluralista* da época, ou seja, um partido aberto a adesões de não-integralistas, desde que em consonância com a proposta do partido.

Esta posição assumida por Salgado, não obrigando os militantes do PRP à postura assumida durante a AIB não anulou, no entanto, a existência de uma rígida obediência e grande idolatria ao líder nacional do PRP. Conforme afirma Calil, fotografias de Plínio

⁵⁶ TRINDADE, Hêlgio. *op.cit.*, p.122.

Salgado eram comercializadas dentro do partido, além da realização de ritos em homenagem ao presidente perrepista. Havia também cerimônias ritualizadas na ocasião da instalação de retratos de Salgado nas sedes do partido, cerimônias estas que se assemelhavam à rica ritualística que foi uma das características marcantes da AIB. Nesta ocasião, cumpria a um antigo integralista discursar e um novo militante perrepista descobrir a imagem de Plínio Salgado que estaria sob a bandeira nacional.

A mística partidária do PRP era um dos carros-chefe da Secretaria Nacional de Propaganda, órgão de grande importância dentro do aspecto organizativo do partido. Tal órgão definia rigidamente aspectos simbólicos do partido, tal qual a predisposição das mesas de reuniões partidárias; a organização decorativa de todas as sedes do PRP; a forma como seriam realizadas as trocas de correspondências dentro do partido (que deveriam ser iniciadas com “*Por Cristo e pela Nação*” e finalizadas com “*Pelo Bem do Brasil*”); a execução do Hino Partidário “Avante!” no início de reunião partidária, assim como o Hino Nacional⁵⁷ ao término destas; a configuração do público presente em reuniões que contassem com a presença de Plínio Salgado (o público deveria ser formado por 60% de correligionários do partido, a fim de criar uma *corrente magnética de entusiasmos* que chamaria a atenção de curiosos e simpatizantes); entre outros.

Estes aspectos internos da organização perrepista demonstram a herança legada da AIB e retomada pelo PRP. Outros procedimentos presentes na AIB foram adotados pelo PRP, tal como a utilização do rádio como disseminador do programa partidário, a inserção paga em emissoras de rádio de grande porte em ocasiões importantes (o discurso de Plínio Salgado na II Convenção Nacional do PRP, que foi transmitido por emissoras como Mayrink Veiga/RJ, Vera Cruz/RJ, Record/SP, etc.); a formação de uma imprensa partidária abrangente e diversificada, que contava com revistas mais informais e até periódicos sob controle direto de Plínio Salgado (*Monitor Populista*, semelhante ao *Monitor Integralista* dos tempos de AIB); etc.

Não apenas princípios organizativos e burocráticos são tomados como herança do legado da AIB ao PRP. Determinados pontos do arcabouço ideológico integralista permaneceram existentes no PRP, alguns em menor intensidade, outros mais presentes. O nacionalismo continuava presente, afirmando a necessidade da construção de uma “tradição histórica brasileira”, buscando gerar uma *autêntica* nacionalidade capaz de formar uma

⁵⁷ Tanto nas reuniões da AIB quanto do PRP, o Hino Nacional era executado somente até a metade, pois o trecho “deitado eternamente em berço esplêndido” exprimia supostamente uma acomodação do povo brasileiro, algo contrário ao ideal integralista.

mentalidade pronta ao combate dos problemas existentes. Esse nacionalismo seria fruto de uma ancestralidade formadora da pátria brasileira, dotada de espiritualidade e cristandade em sua essência.

O nacionalismo do PRP diferenciava-se do praticado pela AIB principalmente pelo abandono das profundas críticas ao capitalismo internacional, que era um dos elementos centrais do nacionalismo da AIB. As críticas ao capitalismo internacional na AIB eram difundidas por meio da doutrina principalmente por Miguel Reale e Gustavo Barroso, embora para Barroso tal questão fosse pautada principalmente na vinculação do capitalismo internacional ao judaísmo, enquanto Reale abordava esta crítica a partir da formação doutrinária do *Estado Integral* nos moldes corporativista fascista, aspecto este que também foram renegados no integralismo perrepista.

A defesa do municipalismo, contra a ação de partidos e políticas em prol de regionalismo que estariam desmembrando a pátria brasileira é um aspecto de continuidade entre a AIB e o PRP, assim como o ferrenho discurso anticomunista. As críticas ao liberalismo, porém, apesar de continuarem existentes, tiveram que ser rearticuladas para não gerar um posicionamento antidemocrático, tal qual ocorrido na AIB, sobretudo na configuração anterior às mudanças ocorridas posteriormente ao II Congresso Nacional da AIB. O posicionamento antiliberal tomou corpo no PRP enquanto críticas a esta prática, afirmando ser o liberalismo um empecilho para o funcionamento da *verdadeira* democracia, esta sim que deveria ser encontrada a partir do PRP.

Embora houvesse um amplo discurso pautado na suposta defesa da democracia e contra o *Estado Totalitário*, tal prerrogativa esbarrava na crítica feita à democracia, vista como praticamente morta, morte esta causada justamente por conta do *excesso de liberdade ou excesso de igualdade* proporcionada pelo sistema democrático em questão.

Apesar de vários traços em comum existente entre o Partido de Representação Popular e a Ação Integralista Brasileira, a adesão de ex-militantes da AIB ao PRP foi tímida no início de atuação do partido. Para contornar esta questão, a liderança perrepista buscou criar um discurso onde a trajetória do PRP fosse vista conjuntamente à da AIB, com as determinadas diferenças advindas decorrentes da necessidade de atuação do integralismo no período de redemocratização e pós – Segunda Guerra Mundial. Buscando a arregimentação dos camisas-verdes, assim como de membros diversos, o PRP construiu um discurso em que o partido era reverenciado como o único portador de sólida doutrina (em especial a questão espiritualista/democracia cristã) e com um programa nacional, assim como raízes históricas, diferentemente

dos demais partidos, caracterizados como imediatistas e construídos com objetivos que não abarcariam a construção de uma identidade nacional.

Estas características, comumente retomadas no discurso do partido, *legitimariam* o PRP como único partido capacitado para barrar o avanço do Partido Comunista no Brasil, pois somente a organização presente dentro do PRP conseguiria combater a organização também presente nos comunistas. O discurso anticomunista do PRP chegou inclusive a afirmar que a abertura encontrada no sistema político nacional para organizações de esquerda seriam fruto não somente de conveniência de Getúlio Vargas ao fim do Estado Novo, mas também de aproximações entre Vargas e Comunistas no fim da ditadura, afirmação esta que buscava unir dois aspectos essenciais nos primeiros momentos do partido: o anticomunismo e o antigetulismo, embora a posição do PRP em relação a Getúlio Vargas tenha sido modificada por volta de 1950, quando Vargas foi eleito presidente da república, e o PRP passa automaticamente a elogiá-lo.

A posição de apoio do PRP a Getúlio Vargas, aproximação esta que já havia sido articulada em outras perspectivas e dinâmicas, quando do apoio da AIB ao golpe do Estado Novo, servem para embasar proposições que levam em conta as alternativas encontradas pelo integralismo na busca do poder ou, ao menos, a proximidade para com este. De acordo com Bertonha, a busca pelo poder no integralismo foi marcada por diversos capítulos, tais quais as aproximações com Vargas, a rearticulação do discurso para a fase institucional do integralismo na *democratização* do país, a tentativa de tomada do poder pelos meios insurrecionais (*putsch* integralista de 1938), entre outros. Esta dinâmica de mobilização em busca do poder tinha origem na própria formação histórica do integralismo, quando Plínio Salgado conseguiu reunir diversos movimentos fascistas e proto-fascistas na SEP e na AIB. Não é à toa, inclusive, que personalidades da extrema-direita brasileira dos anos 1930, como é o caso de Severino Sombra, tenham disputado o poder pela representatividade da extrema-direita brasileira no período.

Partindo da concepção que o integralismo esteve desde o início permeado pela ideia que hora ou outra chegariam ao poder, é necessário ressaltar estas dinâmicas de busca pelo poder. Como já abordado, a AIB já havia sofrido mutações (transformação em partido político no ano de 1935) por conta desta necessidade de busca pelo poder, assim como a reorganização integralista pós Estado- Novo corrobora esta proposição, demonstrando como as estratégias de inserção integralista no cenário político nacional foram determinadas, em grande parte, por exterioridades inerentes ao ideal e discurso integralista, seja na AIB ou

mesmo no PRP. A relação dos integralistas do PRP com Getúlio Vargas, após a eleição deste em 1950 demonstram esta diversidade de posições dos integralistas e a relação destas com os acontecimentos de então, e não necessariamente os ideais doutrinários do integralismo enquanto norteadores da prática política.

Após um período de críticas ferrenhas a Getúlio Vargas e ao Estado-Novo, o PRP buscou determinada aproximação com as hostes do poder federal, principalmente até meados de 1953, de acordo com Calil⁵⁸. A partir de 1953, o PRP iniciou uma série de críticas ao governo de Vargas, acusando-o de desmantelamento da unidade nacional e de estimulador da luta de classes, embora não assumisse adesão a alternativa golpista, tal qual fora defendida pela UDN (União Democrática Nacional) e aliados desta. Após o suicídio de Vargas, o Diretório Nacional do PRP divulgou amplamente por meio da imprensa nacional, uma nota de apoio ao governo Café Filho. Telegramas enviados por Plínio Salgado a Café Filho, repletos de gentileza e cordialidade, reiteravam o apoio ao novo presidente, porém, é necessário ressaltar, como aborda Calil⁵⁹, que este posicionamento pró Café Filho diverge da postura anterior do PRP, que classificava Filho como um *comunista*. Esta tomada de posição em prol de Filho vem a complementar as outras diversas tentativas de aproximações dos integralistas aos mandatários, sendo que nesta ocasião o presidente ignorou as ofertas do chefe perrepeista.

Nos anos de 1953 e 1954, Plínio Salgado percorreu cerca de duzentas cidades, discursando em ocasiões como formaturas de colégios, reuniões de sociedades de agricultores, associações femininas e marianas, faculdades de direito, dentre outros, como parte da divulgação de suas propostas, buscando criar e consolidar uma autoimagem de defensor dos pobres e de um político que não se resumia aos partidos⁶⁰. Estas presenças em meios populares visavam ampla divulgação dos ideais doutrinários e anticomunistas de Plínio Salgado, como parte da estratégia de candidatura às eleições presidenciais de 1955.

Plínio Salgado conseguiu nestas eleições 714.379 votos, 8,3% dos votos válidos⁶¹, a maior quantia obtida por integralistas em eleições. O aumento no coeficiente dos votos do PRP fora encarado não somente como um sucesso, mas também como uma vitória pelos

⁵⁸ CALIL, Gilberto Grassi. *Integralismo e hegemonia burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945 – 1965)*. Cascavel: Edunioeste, 2010, p. 131.

⁵⁹ *Idem*, p. 132.

⁶⁰ BERTONHA, João Fábio. Os integralistas pós-1945. A busca pelo poder no regime democrático e na ditadura (1945-1985). *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 13, n. 1, p. 63-82 2009.

⁶¹ CALIL, Gilberto Grassi. *op. Cit.*, p.166.

correligionários do partido que, seguindo a linha de raciocínio da alta chefia perrepista, visualizou neste *sucesso* um indicativo de um futuro promissor do partido, fato determinante para a tão almejada autonomia partidária no contexto político. Este posicionamento, de busca por uma independência partidária, pela não utilização de alianças e barganhas políticas esbarrou na posterior vinculação e apoio do PRP ao governo do presidente Juscelino Kubitschek, fato este que desencadeou o aumento de uma insatisfação que já tomava corpo dentro da militância integralista no PRP, que começava a notar uma dissociabilidade presente entre o legado integralista e as práticas partidárias perrepista.

Este descontentamento com uma suposta renegação à raiz integralista no PRP, de acordo com Calil, já ocorria desde o regresso de Plínio Salgado do exílio (1946), embora tenha se intensificado na década de 1950. Jayr Tavares, membro do Conselho Nacional do PRP havia se desligado do partido em 1951 por conta de supostas *negações dos princípios integralistas* pelo PRP. Outros militantes chegaram a propor a criação de novas entidades que abarcariam o ideal integralista em substituição ao PRP (cf. CALIL, p. 171). Houve, inclusive, a tentativa de transformação do nome do partido, que deveria passar a ser chamado Partido Integralista Brasileiro, embora tal iniciativa tenha caído no esquecimento.

Há ainda o caso de antigos militantes da AIB que participaram de organizações não integralistas, mas que continham alguns ideais próximos à doutrina do Sigma. A Cruzada Brasileira Anticomunista não mantinha oficialmente qualquer proximidade com o integralismo, seja em termos institucionais ou mesmo na configuração desta. O objetivo principal da *Cruzada*, fundada pelo contra-almirante Carlos Pena Boto, era combater o comunismo “com palavras e não com armas”⁶². A *Cruzada*, que fora fundada em 1952 e extinta em 1973 (quando do falecimento de Pena Boto), estabeleceu posição crítica ao governo Vargas, acusando-o de corrupto e incapaz de conter a *propaganda bolchevista*, embora nunca tenha estabelecido relações abertas com o PRP.

Há, no entanto, um relatório sobre a *Cruzada* (grafada neste como *Cruzada Anti-comunista Brasileira*) disponível no Arquivo Getúlio Vargas/FGV-CPDOC⁶³, onde são analisadas a fundação, reuniões e posicionamentos deste grupo. Neste relatório, é citada a participação de alguns integralistas, em especial Orlando Ribeiro de Castro, *antigo líder*

⁶² LAMARÃO, Sérgio. Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA). In: ABREU, Alzira Alves de ET AL. (org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Ed. FGV/CPDOC, 2001. P. 1723-1724.

⁶³ Cf. *Relatório da Cruzada Anti-Comunista Brasileira sobre a organização e as atividades da mesma*. Arquivos: Getúlio Vargas Classificação: GV c 1953.03.00/2 Data 03/1953 Qtd de Documentos: 1 (8 fl.).

*integralista*⁶⁴, que estaria atraindo diversos antigos militantes da AIB para a *Cruzada*, em especial aqueles residentes no Distrito Federal. Ribeiro de Castro teria afirmado, inclusive, que haveria uma circular assinada por Plínio Salgado, que aconselharia todos os integralistas a adentrarem na *Cruzada*. Independentemente da adesão ou não de integralistas à *Cruzada*, as ações desta resumiam-se quase integralmente a decisões advindas de Pena Boto, o que leva a crer que, doravante a participação de alguns líderes regionais da AIB na *Cruzada*, o grupo não conseguiu obter apoio maciço – e mesmo público – das notórias lideranças integralista.

O descontentamento da militância integralista recaia grande parte sobre suas próprias configurações institucionais e/ou partidária, não havendo um movimento migratório expressivo destes descontentes a outros agrupamentos, tal qual a *Cruzada*. Esta inexistência de uma *corrente migratória* dos integralistas e perrepistas a outros grupos não minimiza, porém, o descontentamento crescente da militância com os caminhos do PRP em relação ao legado integralista, de tal modo que Plínio Salgado e a alta diretoria do PRP se viram obrigados a tentar retomar alguns aspectos da AIB, como forma de demonstrar a existência destes laços para a militância, buscando assim desarticular possíveis dissidências significativas no partido.

No ano de 1952, na ocasião do aniversário de 20 anos do lançamento do “Manifesto de Outubro” (1932), algumas comemorações foram realizadas, contando com a participação de Plínio Salgado, embora houvesse neste momento a tentativa de desvincular tais festividades – organizadas supostamente por *grupos de jovens* – com o PRP. Estes *jovens* citados pela ocasião da comemoração dos 20 anos do “Manifesto de Outubro” referem-se provavelmente aos chamados “Águias Brancas”, nome dado aos participantes da Confederação dos Centros Culturais da Juventude (CCCJ), organização fundada por Plínio Salgado justamente no ano de 1952, que visava manter a doutrinação nos moldes integralistas para a juventude, a partir de aulas de História, Política Internacional, Filosofia, entre outros, além de cursos de antimarxismo. O CCCJ era, de acordo com Plínio Salgado, uma resposta dos nacionalistas e integralistas aos órgãos e estratégias de doutrinação utilizadas pelos Comunistas para com a juventude.

⁶⁴ De acordo com Bulhões, Ribeiro de Castro havia sido dentro dos quadros da AIB, Secretário de Organização Política do Paraná. (BULHÕES, Tatiana da Silva. “*Evidências esmagadoras de seus atos*”: fotografia e imprensa na construção da imagem pública da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2007, p. 83).

Os “Águias-brancas” eram reconhecidos como autênticos integralistas, embora alguns destes não fossem filiados ao PRP⁶⁵. De fato, havia determinadas categorias existentes dentro do quadro de associados do PRP, que congregava desde integralistas (camisas-verdes ou águias-brancas) até simpatizantes ao ideal do Sigma, embora alguns deste preferissem colocar-se como simplesmente perrepistas, por conta da filiação ao partido ser proveniente de questões políticas e eleitorais, não sendo determinante para tal o passado, legado ou toda a carga ideológica integralista.

Embora houvesse um discurso majoritário dentro dos quadros do PRP e CCCJ no tocante aos caminhos que deveriam ser seguidos pelo integralismo, isto é, a forma como eles seriam determinados pela escolha do Chefe – partidário e nacional (integralismo) – Plínio Salgado, em meados de 1956 houve um crescimento substancial no desejo da militância integralista em relação à suposta necessidade da retomada de alguns aspectos, preceitos e exterioridades integralistas.

Gumercindo Rocha Dórea, presidente da CCCJ publicou uma série de artigos em 1956, nos quais defendia uma mobilização das forças integralistas para retomada de algumas bandeiras que, segundo ele, haviam sido cooptadas pelos opositores. Este tipo de iniciativa fora tachado inicialmente de *radical* e *megalomaniaco* pelo PRP (via jornal *A Marcha*⁶⁶), tendo em vista que supostamente contrariavam a liderança de Plínio Salgado, pois somente o Chefe poderia determinar quando e quais seriam os rumos a serem desenvolvidos pelo integralismo naquele determinado momento. O principal suporte discursivo utilizado pelo PRP para minimizar os anseios de maximização da presença e uso de diversas características da AIB levava em conta, até o momento, a questão da *independência partidária* do PRP, visto como um trunfo proveniente da integridade partidária deste, alheio aos conchavos da política brasileira, determinando, desta maneira, a configuração do PRP como partido dotado de verdadeiros ideais.

Porém, as decorrências provenientes da eleição de JK ao Governo Federal e a consequente vinculação do PRP a este governo, criaram um choque com a suposta *independência partidária*. Esta estratégia tornou-se insustentável para barrar o descontentamento enunciado acima, de tal modo que a direção integralista optou por retomar parte da simbologia e história integralista. De acordo com Calil, em Convenção Regional do

⁶⁵ CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. *Do sigma ao sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas*. Tese de doutorado (História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

⁶⁶ Cf. CALIL, Gilberto Grassi. *op. Cit.*, p. 174.

PRP realizada no Rio de Janeiro em dezembro de 1956, Álvaro Sardinha (presidente regional eleito) pediu ao público presente a saudação típica da AIB ao Chefe Nacional (três “Anauê!”), sendo amplamente atendido pela *enorme multidão*. Este episódio é um dos marcos iniciais da retomada da simbologia integralista pelo PRP, sendo crescente no ano posterior, o ano do *Jubileu de Prata do Integralismo*.

A comemoração dos 25 anos do integralismo foi uma oportunidade chave para que o PRP comemorasse o passado *glorioso*, buscando desarticular o descontentamento crescente dentro do partido, assim como retomar a militância integralista que havia se afastado das fileiras perrepistas, para desta forma não somente comemorar o passado, mas evidenciar o presente, buscando uma maior consolidação partidária. De acordo com Christofoletti, o lançamento de “A Enciclopédia do Integralismo” (dividida em 12 volumes, lançados de 1957 a 1961), um dos marcos da comemoração do Jubileu Integralista, fora sobretudo um grande projeto publicitário com a função de comemorar os 25 anos do integralismo sem um discurso radical, utilizando para isto de uma abrangência editorial que conferiu ao Verde integralista *tons pastéis*⁶⁷. A *Enciclopédia* serviria, portanto, como suporte de comemoração, enquanto ao PRP ficaria encarregada a irradiação da doutrina, isto tudo permeado por um discurso menos radical, mas que, ao mesmo tempo, conseguiria rememorar o passado *pujante*.

Além de comemorar o passado – embora com discurso menos radical do que o original – que até então era *esquecido* segundo parcela da militância integralista e perrepista, o PRP buscou retomar outros aspectos importantes na tradição integralista da AIB. Nos dias 26 a 28 de junho de 1956, foi realizado o 1º Conclave Nacional do PRP, na mesma cidade (Vitória/ES) e local (Teatro Carlos Gomes) do I Congresso Nacional da AIB. Um dos principais aspectos formalizados no Conclave foi a volta da utilização do Sigma como símbolo partidário, substituindo o sino prateado usado até então. O Sigma fora inclusive benzido pelo Padre Ponciano dos Santos (filiado ao PRP).

O encerramento do Conclave foi marcado com o lançamento do “Manifesto de Vitória” que, de acordo com Calil, fora uma espécie de atualização do Manifesto de Outubro de 1932. As comemorações referentes ao jubileu não cessaram ao fim do evento, outras festividades, incluindo missas, exposições históricas, exposições de arte, além de congressos

⁶⁷ CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. A face intelectualizada do Novo Verde: a Enciclopédia do Integralismo como suporte de auto-afirmação democrática. *Dimensões*, Vitória, n. 13, p. 187-195, 2001.

simultâneos das principais organizações integralistas⁶⁸ foram realizadas. Foi realizada ainda uma marcha em comemoração à primeira marcha integralista, além de tentativas de reproduzir o ritual das “Matinas de Abril” – que não pode ocorrer devido a uma forte chuva que atingiu a cidade de São Paulo no dia marcado.

Além das festividades, o jornal *A Marcha* publicou uma lista de quinze preceitos que deveriam ser cumprido à risca pelos integralistas. Grande parte dos preceitos fazia menção à rígida hierarquia presente no integralismo em tempos de AIB, como a obediência total ao *Chefe*, a obrigatoriedade em assinar o jornal do partido (algo que ocorria semelhantemente com os núcleos da AIB), não cultivar a individualidade perante a coletividade, dentre outros. A simbologia também era retomada, porém em menores escalas: “3 – Usar o distintivo do Sigma”⁶⁹ -, fato que agradava a parcela de integralistas que haviam reiteradamente protestado contra a perda/diminuição destes elementos dentro do PRP nos últimos anos.

As cerimônias em homenagem ao legado integralista da AIB duraram até meados de 1958, auxiliando a minimizar significativamente o descontentamento existente dentro da militância integralista. Embora, como afirma Calil, seja inegável que estes eventos tenham causado comoção junto aos remanescentes e chamadas atenções (de diversas formas) de meios públicos, o período de atuação institucional do PRP – 12 anos – já havia consolidado um espaço do partido no sistema político nacional, mesmo que diminuto. Estas homenagens à AIB, que constantemente eram acompanhadas de clamores pela volta dos primórdios integralistas, não eram vistas com bons olhos por uma grande parcela de integrantes do PRP, que temiam que o radicalismo que pudesse acompanhar esta volta às origens poderia significar a perda do pouco espaço garantido pelo PRP, sobretudo nos cargos garantidos por meio de alianças com outros partidos.

Este temor fora um dos principais fatores para que a retomada da simbologia e organização integralista - visto como algo concreto por alguns militantes mais esperançosos - tivesse um curto período de *comemoração*. O perigo iminente da perda do pouco poder garantido pelo PRP parece ter sido preponderante para a limitação imposta à retomada do verde – ainda que em *tons pastéis*. A ala dos militantes descontentes com o barramento da

⁶⁸ PRP, CCCJ e UOCB – União Operária e Camponesa do Brasil (Organização extrapartidária para arregimentação de trabalhadores para o integralismo. Os resultados desta organização foram bastante modestos, menos de uma centena de núcleos municipais).

⁶⁹ “Ninguém pode dizer que é integralista se não cumpre os seguintes preceitos”. *A Marcha*. 19.12.1957, p.3. in: CALIL, Gilberto Grassi. op. cit., p. 182.

retomada integralista criticou veementemente o partido, *denunciando* a infiltração de *vigaristas* e *aventureiros* neste.

Sob estes aspectos, a CCCJ e os *Águias Brancas* tiveram participação crucial para a manutenção da ideologia integralista, não deixando somente a cargo do PRP a tarefa de *persistência* do ideal dos camisas-verdes. De acordo com Carneiro⁷⁰, utilizando do conceito de participação política de Gramsci, os integralistas (e o integralismo) adotavam diversificadas estratégias em relação à conjuntura política: uns em guerra de movimento, outros em guerra de posição. Aqueles em guerra de movimento seriam os integralistas inseridos na plataforma político-partidária, ou seja, os integralistas perrepistas. Em contrapartida, aqueles em guerra de posição seriam os integralistas águias-brancas, determinados a salvaguardar a doutrina e filosofia integralista nos Centros Culturais da Juventude.

É necessário ressaltar, no entanto, que esta divisão estratégica não significava uma divisão concreta dentro dos integralistas, pois havia aqueles que eram militantes do PRP ao mesmo tempo em que participavam do CCCJ, como era o caso de Gumerindo Rocha Dórea entre outros. Isto, todavia, não anulou o grau de convicção de integralismo que estava diferentemente associado a cada grupo, pois os membros do CCCJ julgavam que era junto aos *Águias-brancas* que residia o integralismo em sua essência, diferentemente do PRP onde, apesar da presença integralista – principalmente por conta do chefe Plínio Salgado –, havia a necessidade de articulação política, além da participação de membros perrepistas que não eram necessariamente vinculados ideologicamente ao integralismo.

Apesar desta distinção existente entre o CCCJ e o PRP, o fato de Plínio Salgado ser o presidente do Partido de Representação Popular era significativo o bastante para manter próxima parte da militância integralista, embora, como visto, houvesse momentos de críticas e ameaça de ruptura, tendência esta pouco significativa (em relação à concretização destas iniciativas), tendo em vista que tais atitudes poderiam contrapor um dos principais pressupostos que um integralista deveria seguir - a obediência ao *Chefe Nacional*. Era desta forma, portanto, que os *Águias-brancas* permaneciam fiéis a Plínio Salgado, mesmo sendo plausível supor que fosse grande o descontentamento pelo não-uso maciço da simbologia integralista dos tempos de AIB, principalmente após a breve retomada desta simbologia pelo PRP.

⁷⁰ CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. A busca incessante pelo Sigma: o integralismo no Século XXI. *Anais: IV Simpósio Nacional – Estado e Poder: Intelectuais*. UEMA: São Luiz do Maranhão, 2007.

O descontentamento da militância integralista com a trajetória do PRP não foi restrito apenas aos episódios referentes à retomada integralista. As aproximações partidárias efetuadas pelo PRP eram motivo de crescente descontentamento dentro da militância, tal qual ocorrido durante a aliança entre o PRP e Leonel Brizola (PTB – Partido Trabalhista Brasileiro), fato este que gerou repercussão interna e externa ao partido, ocasionando inclusive o rompimento de vários militantes integralistas do PRP, embora parte destes tenha retornado após o fim da aliança do PRP com o PTB⁷¹.

Embora o rompimento com Brizola e o PTB tenha se dado antes da eleição de Plínio Salgado como deputado pelo Paraná em 1958, tão logo o líder integralista assumiu o cargo, utilizou da projeção alcançada a si e ao PRP, para defender publicamente o integralismo, estratégia usada também para reunir novamente integralistas em torno à existência institucional. Em seu primeiro discurso na Câmara dos Deputados, Plínio Salgado lembrou o histórico do integralismo, ao mesmo tempo em que fazia uma defesa pública de sua doutrina. A grande maioria dos deputados presentes na sessão (com exceção de apenas um – Rui Ramos / PTB-RS) criticou veementemente o integralismo e a iniciativa do líder do PRP. A repercussão na imprensa, de acordo com Calil⁷², também foi negativa.

Mesmo havendo uma recepção negativa da opinião pública perante o posicionamento abertamente integralista de Salgado e companheiros – como o caso de Abel Rafael (PRP-MG) -, a evidência dada ao integralismo era vista como uma compensação à militância integralista, que tanto havia protestado de fatores como o desapego à simbologia integralista, a institucionalização partidária do integralismo, a não-independência partidária, dentre outros.

A defesa do integralismo nos discursos perrepista não significou, todavia, o abandono da estratégia anteriormente utilizada pelo PRP em busca de articulação para o posicionamento de acordo com as mudanças de governo no âmbito federal. Como já havia ocorrido em outros episódios (embora com outros candidatos), o posicionamento do PRP fora de ferrenhas críticas a Jânio Quadros quando da campanha eleitoral de 1960, passando à posição de observador *independente* assim que Jânio foi eleito, até a busca de cargos no governo, em 1961. Embora tenha havido este *jogo* em busca de aumento na participação político-partidária do PRP, o partido dos integralistas nunca chegou a renegar sua origem e aspectos de sua configuração ideológica, em especial o anticomunismo.

⁷¹ CALIL, Gilberto Grassi. *Op.cit.*, p. 217.

⁷² Cf. CALIL, Gilberto Grassi. *Op. Cit.*, p.221.

Por mais que Plínio Salgado houvesse, em primeira instância, renegado teses conspiratórias que ligavam Jânio Quadros – além de Carlos Lacerda e Pena Boto (CBA) – ao regime soviético, esta tendência permaneceu exercendo fascínio junto aos dirigentes e militância integralista, sendo o discurso anticomunista retomado posteriormente em diversas críticas de Salgado e do PRP contra a política externa de Jânio Quadros, as relações diplomáticas com Cuba e a suposta *infiltração vermelha* em diversos setores da sociedade brasileira. Embora não tenha ocorrido um rompimento concreto entre o PRP e o governo federal de então, quando chegou ao fim a presidência de Jânio Quadros, o jornal *A Marcha* retomou críticas antigas do PRP ao “agitador comunista”, buscando silenciar a participação do partido no governo deste⁷³.

Quando João Goulart assumiu a presidência do Brasil, o PRP buscou mais uma vez articular-se ao poder, discursando na defesa da *idoneidade* de Jango que, segundo Plínio Salgado, era uma pessoa capaz de contornar crises e tranquilizar o país, além de não ser um comunista. A participação do PRP no governo de Jango, em especial com a nomeação de Raimundo Barbosa Lima à presidência do IPASE, rendeu um período de diminuição às críticas ao governo federal, todavia houvesse ainda um impasse referente a política externa de Jango. Este impasse não cessou, e foi um dos pontos principais discutidos em um Conclave Nacional do PRP em novembro de 1961, onde fora definido o posicionamento do partido na defesa de uma campanha nacionalista e anticomunista, a exemplo do ocorrido no governo de Jânio Quadro, ou seja, a denúncia da *infiltração comunista*.

A articulação golpista, que contou com participação intensa do PRP, dividiu espaço dentro do partido com mais um movimento de retomada integralista, buscando novamente estabelecer laços concretos entre o legado da AIB e a existência institucional do PRP, em resposta às críticas que afirmavam a “acomodação” e “aburguesamento” do partido. Plínio Salgado buscou articular o lançamento do “Movimento de Reconstrução Nacional”, que reuniria as forças de diversas entidades com fundamentos integralistas, como os Centros Culturais da Juventude (CCCJ), a União Operária e Camponesa do Brasil (UOCB), a Livraria Clássica Brasileira⁷⁴, o jornal perrepista *A Marcha*, além da proposta de utilização de métodos de disseminação próximos aos utilizadas pela AIB, tal qual programas de rádio, panfletos, comícios, etc. O PRP, longe de ser imaginado em uma segunda instância de retomada

⁷³ *Idem*, p. 263.

⁷⁴ Editora de algumas obras integralistas, tal qual edições de obras de Plínio Salgado – “O integralismo perante a Nação” (3ª edição), “Psicologia da Revolução” (4ª edição), “Direitos e Deveres do Homem”, entre outras.

integralista, deveria ser a base para a penetração política do Sigma, buscando, assim, a recusa às propostas de fechamento do partido.

No início de 1962 (janeiro), ocorreu ainda o VI Congresso da CCCJ, marcado pela defesa na ampliação desta, além da busca pela efetiva retomada do integralismo, por meio de uma grande campanha de *renovação cultural* em locais não-integralistas, principalmente em colégios, faculdades e organizações estudantis. O Movimento de Reconstrução Nacional, que acompanharia também as prerrogativas do VI Congresso da CCCJ, foi lançado oficialmente em 1962, via *A Marcha*⁷⁵. Apesar da crença expressa que o *Movimento* pudesse auxiliar na retomada integralista, tal iniciativa teve pouco – ou nulo – resultado, sobretudo por conta do contexto pré-golpista, que provavelmente nortearam a atenção dos perrepistas. É plausível supor, todavia, que esta empreitada tenha sido causada não somente por conta de uma necessidade de resposta aos críticos internos do PRP, mas também uma tentativa de criação de alternativa à realidade conflituosa brasileira no momento, embora, como dito, não obteve apoio maciço extrapartidário.

O bojo da atuação política do integralismo – via PRP – a partir de 1962 foi, sem dúvida, a articulação do golpe de 1º de abril de 1964, a princípio por meio de forte campanha anticomunista (que afirmava a existência de uma revolução comunista em curso), e na defesa pública das instituições nacional a qualquer preço e por quaisquer meios, ou seja, a *solução* golpista.

1.5 O integralismo e a ditadura civil-militar pós-1964

Embora tenha cumprido papel relevante (contudo, não majoritário) na consolidação do golpe que acarretou a implantação da ditadura civil-militar em 1964, para Calil, a participação do Partido de Representação Popular neste episódio é minimizada pela historiografia. De fato, aparentemente a historiografia é atada massivamente a episódios-chave da conspiração golpista, além da participação de militares e indivíduos dos principais partidos políticos.

O PRP, ainda que houvesse conquistado alguns cargos relevantes para a vida pública e política nacional durante o período de atuação, pouca projeção alcançou em relação aos maiores partidos políticos de então. Coube, sem dúvida, em muitos momentos, a busca por

⁷⁵ CALIL, Gilberto Grassi. *Op.cit.*,p.306.

barganha e inserções junto ao alto escalão político nacional. Como visto em diversos momentos, o posicionamento institucional do PRP fora marcado por ambiguidades e negações de suas próprias posturas anteriores, e mesmo que isto não fosse exclusividade do partido, acarretava danos à imagem deste perante sua própria militância, em especial aqueles comprometidos com o legado da origem integralista, ou mesmo esperançosos de uma retomada dos camisas-verdes.

Enquanto a política de aliança partidária perrepista, com auge marcado por episódios como a aproximação com Brizola, certamente provocava um profundo descontentamento da militância integralista do partido, as oportunidades em que os líderes perrepistas – e, obviamente, sobretudo Salgado – determinavam a atuação partidária pela *denúncia* e o *combate* anticomunista, embora não significasse necessariamente uma retomada integralista, garantiam a permanência de laços práticos e ideológicos entre os integralistas e o PRP. É propício afirmar, neste sentido, que alguns elementos presentes no PRP, claramente advindos da AIB (e de outras organizações/grupos) são preponderantes para a permanência do integralismo durante a vigência do PRP, pois estabeleciam laços com o passado e o presente, não ficando restrito apenas sob a questão da liderança de Salgado, mas vinculados também a partir de organizações como a CCCJ.

O integralismo conseguiu permanecer vivo durante o período da democracia, por meio do PRP, CCCJ, entre outras organizações, e, sobretudo, pela busca de inserção, retomada e/ou defesa de aspectos do integralismo na agenda política nacional. Estes aspectos do integralismo que tentavam conservar estavam condicionados, em grande parte, pela realidade política brasileira, o que acabou estabelecendo limite a esta inserção, assim como a rearticulação dos discursos e práticas integralistas, tal qual já havia ocorrido (embora com as devidas particularidades) em momentos como a ditadura do Estado Novo.

É necessário ressaltar, portanto, que embora tenha permanecido em *estado de espera*, o autoritarismo integralista – em sua expressão abertamente antidemocrática - pôde voltar à tona com a formação das correntes golpistas do pré-1964, desvencilhando-se, portanto, do suposto caráter e discurso “democrático” perrepista. De acordo com Calil⁷⁶, o integralismo teve participação marcante na articulação das “Marchas da Família por Deus e pela Liberdade”, sobretudo na realizada em São Paulo, no dia 19 de março de 1964, onde Plínio Salgado discursou em defesa da *democracia* e das famílias e em apoio às mulheres e ao movimento golpista.

⁷⁶ *Idem*, p.320.

Embora a participação dos integralistas no processo do golpe desencadeado em 1964 possa ser constatada majoritariamente pela participação de Plínio Salgado nas *Marchas*, Calil sinaliza que há indícios da ocorrência de reuniões entre Salgado, diversos líderes do PRP e alguns conspiradores militares⁷⁷. Há ainda o fato que outros membros do PRP participaram das *Marchas*, como foi o caso do deputado federal Abel Rafael, e de Aníbal Teixeira e Sebastião Navarro, deputados estaduais, especificamente a marcha realizada em Minas Gerais.

Outros documentos apresentados por Calil, possivelmente de autoria de Plínio Salgado⁷⁸, demonstram que o líder integralista planejava apropriar-se dos movimentos das *Marchas*, a partir da criação de uma entidade integralista denominada *Confederação das Famílias por Deus e pela Pátria*. Tal entidade primava pela diferenças entre os homens e as mulheres, além da defesa de uma *revolução interior* nos moldes *cristãos*, aspectos com clara referência ao integralismo. O objetivo máximo desta entidade seria a formação de uma “Cruzada de Educação Popular”, com ação em três setores: nacional, internacional e doutrinário.

A partir de correspondências de Salgado analisadas por Calil, é possível constatar que o chefe integralista não mediu esforços para apoiar e viabilizar o golpe, da mesma forma como tentou cooptar a movimentação do episódio para as ambições integralistas. Salgado afirmara, inclusive, que a *revolução gloriosa* tinha sido obra *exclusiva* de integralistas, que teriam sido ingenuamente passados para trás pela junta militar que tomara o poder. Esta afirmação é, evidente, superestimada, embora de fato os integralistas houvessem participado ativamente do processo golpista.

O posicionamento do PRP após o consumado golpe foi inicialmente de euforia, principalmente por conta da *derrocada* do comunismo e pelo viés autoritário que começava a se instalar no governo. Entretanto, críticas começaram a surgir dentro do PRP, acusando o governo de pouco empenho às causas anticomunistas, cobrando o rompimento formal das relações com Cuba e a União Soviética. De acordo com Calil, o ano de 1965 foi marcado pela oscilação do posicionamento do PRP ao governo, ora de apoio a determinadas medidas, ora crítico. Partes destas críticas provinham das incertezas dos integralistas perante o futuro institucional, tendo em vista a eminente possibilidade de mudanças no caráter pluripartidário até então vigente, assim como as condições que seriam exigidas para a existência dos

⁷⁷ Cf. *idem*, p. 317-319.

⁷⁸ Cf. *ibidem*, p.323 (n. rodapé)

partidos. Porém, a partir da decretação do Ato Institucional número 2 em 27 de outubro de 1965, todos os partidos políticos foram extintos.

Com a extinção do PRP, as principais lideranças integralistas passaram a discutir a possibilidade de participar do partido que seria formado em apoio ao governo militar. Apesar do desgosto existente em adentrar em um partido no qual os integralistas seriam minoria, Plínio Salgado e outras lideranças perrepistas filiaram-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), buscando atrair a militância integralista consigo. Embora a liderança integralista tentasse convencer a militância do partido que a condição de inserção na ARENA era provisória (o PRP haveria de voltar), grande parte da militância não aceitou as condições de existência institucional imposta pelo bipartidarismo, negando-se à filiação.

Alguns integralistas paranaenses que, apesar de divergências, aceitaram as condições impostas e possíveis do período, tentaram fundar uma *sublegenda* dentro da ARENA, denominada “Nacionalismo Cristão”, embora tal iniciativa sequer tenha alcançado projeção nacional⁷⁹. A participação dos integralistas na ARENA fora extremamente discreta, contando com apenas dois membros (Salgado e Zanello) dentre os 62 membros do Diretório Nacional, e nenhum nome sequer na primeira Executiva Nacional⁸⁰. De acordo com Calil, a estratégia utilizada por Plínio Salgado na tentativa de manter a unidade (não oficial) do PRP dentro da ARENA consistia em trocas de correspondências entre o chefe integralista e os últimos presidentes de cada Diretório Regional do PRP, que por sua vez, deveriam manter os militantes integralistas informados perante as deliberações do *líder*.

A inserção eleitoral integralista via ARENA fora pequena nas eleições de 1966, quando foram eleitos apenas quatro deputados federais, em especial Plínio Salgado pelo estado de São Paulo. A tentativa de formação de uma *bancada integralista* da ARENA se mostrou falha, o que certamente desagradou as ambições integralistas. A posterior radicalização do governo militar e o aumento das medidas repressivas tornaram o ambiente político nacional mais propício para as aspirações dos grupos de extrema-direita, em especial os integralistas.

A decretação do Ato Institucional número 5 (1968), marco das investidas incisivas da chamada linha dura dos militares da ditadura, foi acolhido de prontidão pelos integralistas. No ano de 1969, após o afastamento do General Costa e Silva e a imposição da Junta Militar que

⁷⁹ *Ibidem*, p.359.

⁸⁰ *Ibidem*, p.360.

continha dois integralistas dentre os três ministros militares (Brigadeiro Márcio de Melo e Souza e Almirante Augusto Rademaker), significava não somente o afastamento do governo com as tendências *udenistas* da ARENA, mas também a possibilidade de uma real inserção dos integralistas na ditadura via candidatura do integralista General Albuquerque Lima. Apesar da derrota do Gal. Lima, os integralistas permaneceram com anseios de chegar ao poder, e vislumbraram na composição do governo indícios de possibilidades um “governo” integralista.

Plínio Salgado inclusive afirmou, em entrevista realizada no dia 13 de maio de 1970, que o integralismo se fazia presente, com cerca de 700 mil militantes que poderiam ser reunidos quando do interesse do *Chefe Nacional*, além de cerca de cem membros na Câmara dos Deputados e de outros no Executivo, fatores que indicariam uma possibilidade de presença marcante no governo, ou mesmo da direção nacional⁸¹. Porém, concretamente esta possibilidade de mobilização esteve relegada a um segundo plano, tendo em vista que a inserção dos integralistas na política nacional nestes anos se deu majoritariamente por questões de apoio ao governo e ou mesmo pela inserção neste, mas não necessariamente por uma política explicitamente integralista.

O chefe integralista manteve a posição de entusiasta com a ditadura militar, inclusive, de acordo com Calil, apoiou intensivamente o decreto governamental que instituía a censura prévia, do qual havia sido relator⁸². No início da década de 1970, três principais organizações buscavam rearticular e manter o processo de doutrinação integralista “ativo”: a Cruzada de Renovação Nacional, os Centros Culturais da Juventude e a tentativa de rearticulação da União Operária e Camponesa. A Cruzada de Renovação Nacional que seria destinada à função de reunir e coordenar as diversas organizações integralistas seria inaugurada oficialmente no ano de 1972, em comemoração aos 40 anos do integralismo. Entretanto, Plínio Salgado cancelou as comemorações e o lançamento desta *Cruzada*, alegando que estas movimentações provocariam possibilidades de exploração dos inimigos ao integralismo. Desta maneira, a Cruzada de Renovação Nacional foi lançada no ano posterior.

A Confederação dos Centros Culturais da Juventude não havia desaparecido durante o período da ditadura, apesar de ter perdido bastante força. De acordo com Calil, no ano de 1964 eram dez as sedes dos águias-brancas, ao passo que no ano seguinte eram quatro (dois

⁸¹ A volta do “Chefe”, *Revista Veja*, São Paulo, 13 de maio, p. 20-23, 1970.

⁸² CALIL, Gilberto Grassi. *Op. Cit.*, p 365.

recém-fundados). Nos anos seguintes, houve um ligeiro aumento no número de sedes dos CCJ, embora não muito significativo⁸³. Em 1974, Plínio Salgado decidiu ausentar-se das eleições para empreender dedicação exclusiva a CCCJ. A última das três entidades integralistas citadas, a União Operária e Camponesa do Brasil teve poucas – quase nula – atividades, e as poucas referências⁸⁴ feitas a tal entidade foram decorrentes de apoio ao golpe e a ditadura civil-militar.

Como a Cruzada de Renovação Nacional era recente e a União Operária e Camponesa do Brasil politicamente efêmera, a principal organização integralista nos anos iniciais da década de 1970 era, sem dúvida, a Confederação dos Centros Culturais da Juventude. Mesmo que tenha havido diminuição do número das sedes ao redor do país, a CCCJ era ainda a principal entidade de caráter integralista em atividade, de tal modo que o líder integralista havia escolhido esta para dedicação exclusiva, após a desistência na concorrência das eleições vindouras.

Porém, no ano seguinte o integralismo sofre um revés significativo, inclusive para as pretensões políticas: a morte de Plínio Salgado (dezembro de 1975). Para os integralistas, a morte de Salgado significou não somente a perda da mais alta liderança do movimento e das organizações integralistas, mas também o fim da existência do laço mais significativo então evidente entre as diversas entidades integralistas existentes até o ano de 1975 e a SEP e AIB dos anos 1930. Por mais que houvesse ainda o uso do discurso que o chefe era uma *idéia*, de tal modo que o integralismo estaria acima das personalidades e/ou instituições, os integralistas – e sobretudo o *chefe nacional* – utilizavam maciçamente do culto ao chefe (obediência, lealdade e compromisso) como forma de legitimar e justificar a permanência e continuidade das iniciativas integralistas, desde o fim da AIB até os anos que antecederam a morte de Plínio Salgado.

Aos integralistas que permaneciam fiéis ao chefe nacional, principalmente àqueles que compartilhavam os anseios de retomada integralista, em especial os integrantes da CCCJ, UOCB e Cruzada de Renovação Nacional, a morte de Plínio Salgado consolidou um panorama ainda mais problemático a estas iniciativas. Órfãos da liderança de Salgado, não apenas “afetivamente”, mas também em relação aos caminhos que deveriam ser traçados de acordo com as decisões da chefia nacional. Desta maneira, o integralismo perdeu a unidade

⁸³ Calil (p.367) afirma que no estado de Minas Gerais, no ano de 1966, o movimento chegou a ser reestruturado, sob o nome de “Novos Legionários da Democracia”, com objetivo-síntese de combate ao comunismo.

⁸⁴ De acordo com levantamento efetuado por Calil (p. 366).

existente que era até então garantida pelo chefe nacional, pois quem fosse contrário às decisões de Plínio Salgado posicionaria automaticamente contrário não apenas as ordens da liderança, mas também ao fundador do integralismo, principal doutrinador e *Chefe Nacional*, ou seja, contra o próprio integralismo.

A perda desta unidade proporcionou, inclusive, o surgimento de diversas tendências integralistas, num primeiro momento não necessariamente dissonante em questões doutrinárias e filosóficas acerca do movimento, mas principalmente em relação às estratégias levantadas para mobilizar os militantes e na busca do poder (fosse ele meramente institucional ou político, de fato). Ao passo que após a morte de Plínio Salgado, a principal entidade integralista - os Centros Culturais da Juventude – cessou as atividades, com o passar dos anos e principalmente por conta da gradual abertura política e redemocratização, novas possibilidades de ressurgimento integralista foram notadas aos olhos dos militantes. É a partir deste contexto, portanto, que surge o fenômeno neointegralista, onde os militantes oriundos de diversas organizações integralistas (desde a AIB até os CCJ) ou mesmo recém iniciados nas *fileiras do Sigma* buscam rearticular o integralismo sem a *presença física* de Plínio Salgado.

2. O Neointegralismo e a disputa da herança integralista

2.1 A ausência do *chefe* e o surgimento do Neointegralismo

Sem a presença e liderança do *chefe nacional*, os integralistas passaram a se organizar gradativa e separadamente. A primeira ação organizada dos integralistas após a morte de Plínio Salgado foi, de acordo com Calil⁸⁵, o lançamento do jornal “Renovação Nacional” (1978), editado por Jader Medeiros (que já havia participado de outras organizações integralistas, tal qual *Appolo Sport Club*⁸⁶). O jornal provavelmente era destinado a ser o carro chefe da tentativa de rearticulação da *Cruzada de Renovação Nacional*, tendo em vista que em reportagem veiculada na revista *Veja* no ano de 1981, tal grupo é citado como uma das organizações de extrema-direita então existentes no Brasil. Tal reportagem⁸⁷ aborda, inclusive, um aspecto peculiar: dentre os membros do grupo haveria um médium encarregado em *incorporar* o espírito de Plínio Salgado e psicografar cartas do *Chefe Nacional* endereçadas a Jader Medeiros⁸⁸.

Calil afirma que outra tentativa de retomada integralista ocorreu em 1979 quando Gumercindo Rocha Dórea, Holanda Cunha e Walter Povoleri tentaram reorganizar a AIB, porém sem sucesso⁸⁹. Esta empreitada surgiu, de acordo com Delcio Lima, a partir da tentativa de reorganização da Associação Brasileira de Cultura (tal qual a ABC pós AIB), liderada por Ruy Arruda (antigo secretário de Loureiro Júnior – chefe do gabinete da AIB), Genésio Pereira Filho (sobrinho de Plínio Salgado), Damiano Gullo, Adib Casseb (ex-AIB) e também Gumercindo Rocha Dórea⁹⁰.

⁸⁵ *Idem*, p.369.

⁸⁶ Cf. CRUZ, Natália dos Reis. *O Integralismo e a Questão Racial: a intolerância como princípio*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2004, p. 60.

⁸⁷ “Os diferentes rostos da direita radical”. *Revista Veja*, 08 de Abril, 1981.

⁸⁸ Esta questão não era aceita por uma parcela dos integralistas, como demonstra entrevista de Anésio Lara Campos Jr. a Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro, onde este afirma que Jader Medeiros estaria inserindo elementos do *espiritismo* no integralismo, pois Medeiros afirmava que “conversava com Jesus Cristo”. (CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. *Op. Cit.*, p. 269).

⁸⁹ *Idem*, p.369.

⁹⁰ LIMA, Delcio Monteiro de. *Os Senhores da Direita*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1980.

O corpo desta nova ABC seria formado majoritariamente por integralistas pós-AIB, principalmente *águias-brancas* e perrepistas, e a estimativa do grupo residia em tentar repetir um processo semelhante ao ocorrido com a Sociedade de Estudo Políticos da década de 1930, ou seja, reunir uma série de intelectuais integralistas, visando uma possível rearticulação da Ação Integralista Brasileira. Lima destaca alguns fatores que demonstram a existência de pequenas discordâncias em relação a alguns pontos-chaves do integralismo, tal qual a utilização da “mística integralista” (supõe-se que em especial a questão do uso dos uniformes – camisas-verdes), que naquele momento dividiria estes integralistas em dois grupos majoritários: aqueles que julgavam ser indispensável a utilização da “mística” e simbologia integralista e outros com posição antagônica. Dentre os defensores desta manutenção, estariam os integralistas mais antigos, em especial os poucos remanescentes presentes da AIB, ao passo que no outro grupo majoritário estariam os “novatos” na doutrina do *Sigma*.

Além das possíveis dissidências geradas por opiniões contrárias em relação ao uso (ou não) da simbologia integralista, outra questão problemática já presente era referente à liderança do movimento. Estando Plínio Salgado morto (ou, utilizando os termos integralistas, nas *milícias do além*), quem seria o incumbido em ditar os passos dos integralistas? Embora esta questão tenha sido um fator de segundo plano na rearticulação integralista, havia alguns pontos preponderantes na preocupação referente ao possível “novo líder” integralista: além de este ser carismático e comprometido com a causa, era necessário que este portasse laços evidentes com o integralismo do ponto de vista histórico ao movimento, ou seja, tivesse sido um camisa-verde, perrepista ou águia branca.

Apesar do fato da liderança da tentativa de rearticulação da ABC contar com participação de integrantes dos movimentos integralistas anteriores, de fato tal movimento não conseguiu constituir-se com sucesso, pois outras organizações do tipo viriam a surgir posteriormente. Outra organização voltada a retomar o integralismo teria sido o Movimento Popular de Apoio à Fundação Plínio Salgado (MPAPS) que, segundo Delcio Monteiro de Lima, havia sido fundado em 1979 no estado do Maranhão e teria conseguido organizar e promover a militância integralista em municípios supostamente sem antecedentes de mobilização do tipo, tal qual “Caxias, Bacabal, Carolina, Barão do Grajaú, São João dos Patos, Presidente Dutra, Timon, Ribamar, Pinheiros e Turiaçu”⁹¹. O manifesto do MPAPS

⁹¹ *idem.*, p. 98. Esta afirmação é discordante ao apresentado por João Ricardo de Castro Caldeira, em estudo realizado sobre a atuação da AIB no estado do Maranhão. De acordo com Caldeira, dentre os núcleos municipais e distritais existentes no Maranhão entre os anos 1933 e 1937, constavam núcleos em algumas cidades citadas por Delcio Lima: Turiaçu, Caxias, Carolina e Bacabau. (cf. CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Op. Cit.*, p. 127 – Anexo 3).

defendia o combate ao comunismo, a crença em Deus, o amor à pátria e a defesa da família, tal quais os moldes dos discursos e os lemas integralistas à AIB. Outras referências a tal movimento são escassas (senão nulas), indicativos de um provável fracasso de tal iniciativa.

A Associação Cívico-Cultural Minuano fundada em 1957, localizada então na antiga sede do PRP de Porto Alegre, reunia de acordo com o autor “milhares de integralistas” e promovia “reuniões semanais para conferências e debates de temas da atualidade brasileira”⁹². De fato, esta organização manteve durante alguns anos em suas dependências um grande material integralista, reunido desde a época da AIB e principalmente do PRP e, embora não tenha havido uma evidente organização política de retomada do integralismo, serviu como manutenção material e ideológica destes⁹³. De qualquer maneira, é necessário ressaltar que a finalidade primordial deste grupo não era necessariamente empreender uma retomada política e institucional organizada do integralismo, de tal modo que sua existência fora voltada principalmente à conservação e comemoração da memória integralista.

A década de 1970 foi marcada, portanto, por uma fase de reorganização do integralismo sem a presença do chefe nacional Plínio Salgado. A ausência da liderança de Plínio Salgado significou não somente o fim de uma liderança carismática, capaz de congrega e organizar integralistas mesmo décadas após o fim da principal entidade integralista (AIB), ou mesmo garantir a permanência do ideário, assim como a transmissão da ideologia para as novas gerações (como ocorrido durante os anos de funcionamento dos Centros Culturais da Juventude). A perda do *Chefe Nacional* significou, sobretudo, o fim de uma hierarquia que determinava a forma de organização dos integralistas, pois sem as ordens de posicionamento e atuação delimitadas por Salgado, foi aberto um campo de disputas de poder de lideranças do movimento, assim como futuros confrontos referentes aos aspectos de

⁹² *Idem*, p.99.

⁹³ Este material integralista foi a principal fonte para a consolidação do Centro de Documentação sobre a AIB e o PRP (CD-AIB/PRP) em 1995, conforme descrito por Silva e Calil: “*Em virtude das reservas da equipe de historiadores em trabalhar no âmbito da Associação Cívico-Cultural Minuano, formalmente apartidária mas identificada com a doutrina integralista, acordou-se com seus diretores que a mesma cederia a guarda da documentação a uma nova entidade a ser criada, esta com um caráter efetivamente apolítico e voltada para a conservação da documentação, sua organização e disponibilização para consulta pública. Foi criado então o Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular*” (SILVA, Carla L. & CALIL, Gilberto G (org.). *Velhos integralistas: a memória dos militantes do Sigma*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 14)

retomada integralista, não somente do ponto de visto organizativo, mas também ideológico/doutrinário⁹⁴.

Além da perda da figura mais importante do movimento, outro aspecto tornou ainda mais problemático os caminhos do integralismo pós-1975. Enquanto durante os anos de domínio da chamada linha-dura dos militares na ditadura pós-1964 proporcionou a inserção de alguns integralistas no governo (inclusive, como visto, levando aos integralistas supor sobre a possibilidade concreta de conquista do poder), a dinâmica de afrouxamento das práticas ditatoriais instalou-se como uma incógnita ao futuro nacional, em especial para as possíveis ambições integralistas.

Desta maneira, levando em conta inclusive o movimento de redemocratização da política nacional, a articulação integralista após a morte de Plínio Salgado teve como aspecto central a tentativa de agrupar os indivíduos que permaneciam fiéis a ideologia do Sigma. Portanto, nesta conjuntura, a movimentação dos integralistas esteve voltada principalmente à conservação da ideologia integralista e, embora tenha havido algumas tentativas de retomada institucional (a iniciativa de formação de uma nova ABC ou mesmo do citado MPAPS), estas não foram as principais atividades ligadas ao integralismo durante a década de 1970. Alguns dos personagens inseridos neste contexto do integralismo logo após 1975 tornaram-se uma espécie de guardiões do legado de Plínio Salgado e figuraram em diversas organizações integralistas posteriores.

Um dos principais grupos integralistas surgidos durante os anos do fim da ditadura militar brasileira e que teve como atuação inicial a conservação da memória integralista foi a Casa Plínio Salgado, que além de servir concretamente para este aspecto, conseguiu reunir diversos integralistas que estavam até então de certo modo dispersos. Descrita como uma associação sem fins lucrativos, a Casa Plínio Salgado foi fundada em 10 de outubro de 1981⁹⁵, por iniciativa de dois irmãos integralistas, ex- águias-brancas e perrepistas: Pedro Baptista Carvalho e José Baptista Carvalho, além do apoio de outros ex águias-brancas.

De acordo com os fundadores, em entrevista concedida a Márcia Carneiro⁹⁶, a Casa Plínio Salgado foi idealizada e constituída por eles com o auxílio de alguns ex-participantes dos CCJ, contando com apoio de Rui Arruda Camargo (antigo membro da AIB) e da viúva de

⁹⁴ Evidentemente, as disputas por liderança e mesmo em questões referentes aos aspectos doutrinários do movimento integralista sempre existiram, mas a morte de Plínio Salgado acabou de certa forma a *legitimar* esta disputa.

⁹⁵ CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. *Op. Cit.*, p. 230.

⁹⁶ *Idem.*

Plínio Salgado, D. Carmela Salgado. Situado no centro da cidade de São Paulo, a Casa Plínio Salgado foi desde o início, destinada a ser um meio para a guarda da memória militante do integralismo. Entretanto, este aspecto exclusivamente voltado à conservação da memória do integralismo gradativamente dividiu espaço com as tentativas de retomada institucional dos camisas-verdes, inclusive no espaço físico da Casa Plínio Salgado, tendo em vista que o local foi utilizado diversas vezes para a realização de reuniões que acabariam por gerar os primeiros grupos neointegralistas voltados à atuação no âmbito político e institucional, tal qual a “recriação” da Ação Integralista Brasileira.

2.2 Os integralistas se “mostram”: a AIB de Anésio Lara

Apesar de organizações como a Casa Plínio Salgado terem sido idealizadas com o propósito principal de conservação da memória integralista, é evidente que elas auxiliaram no surgimento de grupos neointegralistas, pois além de possibilitar o acesso material ao integralismo, estas organizações tornaram-se locais propícios para a reunião de diversos militantes, onde eram discutidas, inclusive, as possibilidades e estratégias de retomada do movimento. De acordo com Márcia Carneiro, no ano de 1983 ocorreu a primeira tentativa de retomada institucional integralista surgida a partir do quadro de freqüentadores da Casa Plínio Salgado: a Ação Nacionalista Brasileira, fundada pelo advogado Anésio de Lara Campos Júnior⁹⁷, antigo membro do PRP paulista, oriundo de tradicional família da capital paulista.

A Ação Nacionalista Brasileira teve, de fato, atuação efêmera. As produções historiográficas que tratam dos movimentos de retomada integralista pouca menção fazem a esta organização. De acordo com Márcia Carneiro, a Ação Nacionalista Brasileira projetava a possibilidade futura em tentar organizar-se como um partido político do integralismo. Apesar do fracasso de tal iniciativa, é necessário ressaltar o papel desempenhado por Anésio Lara como um dos primeiro sujeitos que iniciaram a tentativa de organizar os integralistas de forma institucional, além da iniciativa de colocar-se como uma liderança, da mesma forma como ocorrido com Jader Medeiros que, conforme apresentado, havia chefiado a Cruzada de Renovação Nacional.

⁹⁷ CARNEIRO, Márcia Regina da Silva. *Op. Cit.*, p. 150.

Após o fracasso da Ação Nacionalista Brasileira, no ano de 1985, Anésio de Lara Campos Júnior formaliza a tentativa de retomada da Ação Integralista Brasileira, registrando a nova AIB em seu nome. No contexto de redemocratização da política brasileira, Anésio Lara busca articular a nova AIB em conjunto com alguns agrupamentos da extrema-direita então existentes no Brasil. Um destas organizações que mantiveram relações com a AIB de 1985, foi o *Partido de Ação Nacionalista* (PAN) que, de acordo com René Dreifuss, tinha como presidente Rômulo Augusto Romero Fontes e Antônio Carlos Meirelles no cargo de secretário geral⁹⁸.

Rômulo Fontes havia sido, de acordo com Beatriz Kushnir⁹⁹, um dos cinco militantes da *Vanguarda Popular Revolucionária* (organização de luta armada da extrema-esquerda brasileira) que, após serem capturados por órgãos repressivos da ditadura militar, negociaram um “arrependimento público” veiculado em diversas emissoras de televisão e jornais do país. A guinada de Fontes à direita se dá logo após tal “arrependimento”, quando ele passa a trabalhar no jornal “Folha da Tarde” que, durante a ditadura militar assumiu caráter de um dos porta-vozes do governo. De acordo com Dreifuss, uma das principais apoiadoras e financiadoras do PAN foi a “Causa-Brasil, braço político-ideológico e operacional da chamada ‘Seita Moon’”¹⁰⁰, que teria investido algo em torno de 600 milhões de cruzados para promover a campanha de 600 candidatos (de 16 diferentes estados) à constituinte.

O PAN tentou, de fato, atrair os integralistas para dentro de sua legenda. Em declaração veiculada em reportagem do jornal *Folha de São Paulo*¹⁰¹ sobre a ação dos integralistas no “lobby” da constituinte, Antônio Carlos Meirelles criticava o posicionamento da Casa Plínio Salgado, por esta ter uma postura supostamente apenas *contemplativa* do integralismo e das obras de Plínio Salgado. Desta maneira, o secretário-geral do PAN buscava chamar a atenção dos integralistas, para que eles passassem do estágio de *mera* conservação

⁹⁸ DREIFUSS, René. *O jogo da Direita*. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 1989, p.92.

⁹⁹ KUSHNIR, Beatriz. Responsabilidade e soberba: os sigilos e acordos das pautas de jornais, no Brasil, pós 1964. *Anais do XII Encontro Regional de História (Usos do Passado) da ANPUH*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Beatriz%20Kushnir.pdf>> (Acesso em 12 mai. de 2010).

¹⁰⁰ DREIFUSS, René. *Op.cit.* p.94. De acordo com o autor, a “Seita Moon” era constituída por uma grande variedade de empresas (“império Moon), muitas das quais com comércios em âmbito internacional. O objetivo de tal financiamento seria o combate ao comunismo e a possibilidade de novas adesões à igreja/seita do Reverendo Sun (sol) Myung Moon (lua). (Sobre a citada seita, cf. MONTEMAYOR, Juan de. *La Secta Moon: Carrera política y estratégia internacional*. IEPALA: Madri, 1989).

¹⁰¹ “Integralistas tem tímido ‘lobby’ para a constituinte”. *Folha de São Paulo*, 21 de dezembro de 1986, 1º caderno, pág. A5.

para a atuação concreta, apoiando maciçamente o partido, algo que segundo Meirelles já estaria ocorrendo. Apesar de Meirelles afirmar que o PAN tinha forte organização, tendo havido realizado duas convenções nacionais e possuía dezoitos núcleos organizados em diversos estados, de acordo com Dreifuss o partido tratava-se de mais um caso de “agrupamentos de formação incipiente e momentânea” ¹⁰².

A relação existente entre o PAN e o integralismo não residia apenas na tentativa de absorção dos camisas-verdes pelo breve partido. Antônio Carlos Meirelles além de secretário geral do PAN era, segundo Dreifuss, uma das principais lideranças da nova AIB. A participação de membros do PAN na nova AIB é um indicativo que a organização integralista buscou articular-se com diversos personagens da direita radical brasileira da época, atestando que, embora não tenha havido uma movimentação significativa, ao menos havia esta proposta na entidade.

A busca por esta inserção do integralismo institucionalizado nas esferas do poder é analisada por Dreifuss, a partir de afirmações de Anésio Lara dando conta que a AIB contava com o apoio tanto de políticos evangélicos quanto de outros setores conservadores, tal qual o deputado monarquista Cunha Bueno (PDS). Estas afirmações eram evidentemente superestimadas, ao ponto de Anésio Lara defender que, mesmo que não houvesse um apoio público de alguns políticos, os integralistas se sentiam “representados” por diversos políticos e personalidades, como Aníbal Teixeira (Ministro do Planejamento do governo Sarney) e mesmo o jurista Miguel Reale.

Tal suposição era, como dita, superestimada, fruto em muito causado por uma busca pela legitimação desta tentativa de retomada integralista. Ao citar o nome de Miguel Reale como uma personalidade *representativa* do integralismo, Anésio Lara (e os demais participantes da nova AIB) buscava minimizar – ou mesmo esquecer – as críticas deste ao integralismo da AIB dos anos 1930 e das possibilidades de retomada do ideal do Sigma, que no caso, como abordado, referentes à organização do PRP. O posicionamento crítico de Miguel Reale ao integralismo era problemático aos integralistas de tal grupo por duas razões: além de criticar a reorganização integralista pós Estado-Novo, o que, consequentemente, seria estendido às posteriores organizações integralistas (inclusive a AIB de Anésio Lara), Reale havia também criticado o próprio arcabouço ideológico integralista da AIB dos anos 1930, o que também poderia ser atrelado à AIB dos anos 1980, pois ainda havia a defesa da instituição do Estado Integral, fator principal das críticas do ex- Chefe de Doutrina integralista.

¹⁰² DREIFUSS, René. *Op. Cit.*, p.92.

Entretanto, como dito, tais críticas eram minimizadas na percepção e posicionamento discursivo dos integralistas de então, justamente pela necessidade de inserção com legitimação.

No contexto da formação de organizações que visavam à retomada integralista, a nova AIB conseguiu certa relevância, principalmente em relação aos outros movimentos do tipo existentes até então, que seriam a Associação Brasileira de Cultura de Ruy Arruda (e outros), a Ação Nacionalista Brasileira (do próprio Anésio Lara), o Movimento Popular de Apoio à Fundação Plínio Salgado ocorrido no estado do Maranhão (conforme citado por Delcio Lima) e a Cruzada de Renovação Nacional de Jader Medeiros, entre outros prováveis. Esta AIB, de fato, conseguiu articular o apoio de alguns indivíduos da extrema-direita brasileira do período, não somente aqueles mais próximos a Anésio Lara.

Além do apoio público dos líderes do PAN e a suposta articulação com algumas lideranças próximas ao integralismo, a AIB de Anésio Lara reuniu alguns participantes das organizações neointegralistas anteriores, como foi o caso de Jader Medeiros e a Cruzada de Renovação Nacional. Embora a quantidade de membros e, sobretudo, a significância política destes apoios e movimentos tenha sido praticamente nula a nível nacional, dentro dos remanescentes e simpatizantes integralistas isto era algo significativo, por ser uma iniciativa concreta e articulada às aspirações neointegralistas.

Uma das estratégias utilizadas por esta AIB para difundir o ideal integralista e estabelecer possibilidades de crescimento, era por meio da publicação de um jornal “carro-chefe” intitulado “Ação Nacional”, além do “Jornal da Comarca” e boletins diversos. O “Ação Nacional”, segundo Dreifuss, era editado por membros integrantes de um grupo intitulado “Ação Nacionalista”. Tal informação, proveniente de reportagem¹⁰³ realizada com Antônio Carlos Meirelles, não mencionava se tal grupo seria algum desmembramento ou resquício da Ação Nacionalista Brasileira, também fundada por Anésio Lara.

Além da busca pela legitimação e aceitação da nova AIB perante os diversos integralistas de então, havia ainda a necessidade latente em aplicar a ideologia do integralismo dos anos 1930 para o então tempo presente (década de 1980). Neste aspecto, os integrantes da AIB fundada por Anésio Lara buscavam aliar o teor dos livros doutrinários do integralismo de Plínio Salgado (e outros ideólogos do movimento) ao panorama nacional e internacional, predominantemente nas áreas política e social.

¹⁰³ “Do sebo à paixão por Plínio Salgado”. *Jornal do Brasil*, 04.05.1988.

As denúncias do *perigo vermelho* e da suposta infiltração dos comunistas na política nacional era amplamente analisadas/divulgadas durante a primeira fase do integralismo. De uma maneira geral, na concepção dos integralistas estas atividades *comunistas* buscavam destruir os pilares da concepção moral dos próprios camisas-verdes, menosprezando o papel de Deus (cristão) na sociedade, minimizando a relevância da família e atacando o espírito de nacionalidade e as ideologias nacionalistas. Estes *perigos* enunciados pelos integralistas na primeira fase, também eram abordados pelos integralistas da nova AIB. No entanto, estas denúncias reuniam elementos de “análise” da política de então. Na mesma reportagem citada acima, em pleno contexto internacional da Guerra Fria, Meirelles afirmara que tanto o KGB quanto a CIA, estariam financiando diversos movimentos de esquerda no Brasil, com o propósito de acirrar no país a disputa entre o capital e o trabalho, neutralizando assim o crescimento e fortalecimento da economia brasileira.

O posicionamento dos integralistas da nova geração incorporava, portanto, teores discursivos e ideológicos da primeira fase, aliando-as com elementos diversos provenientes de seu tempo presente. A crítica da imprensa, vista como um meio em acordo com os ideais do comunismo e/ou liberalismo continuou desta maneira, sendo adicionados este discurso crítico a presença e atuação das emissoras de televisão, que, segundo o integralista Sebastião Cavalcante, promoviam o homossexualismo e divulgavam *a promiscuidade* (por meio de uma campanha contra a AIDS) para a população ¹⁰⁴.

Entretanto, se por um lado havia a busca pela aplicabilidade de diversos pressupostos ideológicos do integralismo no panorama nacional dos anos 1980 e adiante, outros pontos do integralismo eram deixados de lado. A utilização do uniforme integralista (camisa-verde, principalmente) foi revista pelos novos integralistas. Como apresentado no primeiro capítulo, a utilização das camisas-verdes era obrigatória aos adeptos em várias ocasiões, inclusive casamentos, batizados, solenidades públicas, viagens, entre outros; estratégia utilizada para exteriorizar o comprometimento e pertencimento do militante à causa. Já nos grupos neointegralistas, desde a segunda AIB até os movimentos mais recentes, tal prerrogativa não foi retomada, o que pode ser compreendido como uma herança das vinculações surgidas principalmente durante o Estado Novo, que assimilavam tal aspecto simbólico do integralismo aos movimentos fascistas europeus, principalmente o fascismo italiano e o nazismo.

¹⁰⁴ “Integralista tenta reabrir AIB, extinta há 50 anos.”. *Jornal do Brasil*, 05.05.1988.

Para *explicar* a utilização de tal exterioridade e, conseqüentemente, desvincular o integralismo do fascismo italiano e nazismo, os neointegralistas utilizavam o discurso de Plínio Salgado à época do PRP, que afirmava (de forma pouco convincente) que o uso das camisas-verdes e a existências das milícias integralistas – semelhante aos moldes das *fasci di combattimento* – eram estratégias criadas para barrar a penetração dos regimes do eixo no Brasil. No entanto, em algumas mobilizações e encontros, alguns militantes neointegralistas utilizavam as camisas-verdes como forma de resgate histórico e sobretudo *homenagem*.

Uma importante questão inerente aos neointegralistas da nova AIB, além do quesito de consolidação no aspecto organizativo do movimento, era a necessidade de ampliação no quantitativo da militância, sobretudo com a adesão de jovens, tendo em vista inclusive que os que haviam participado de outras organizações integralistas (AIB, CCCJ, PRP) já estavam em idade avançada. Para suprir esta “necessidade”, a nova AIB organizou uma Ala Jovem do movimento, a fim de atrair, articular e doutrinar os mais jovens. Para isto, estes integralistas buscavam divulgar a doutrina em escolas e universidades, com especial atenção às camadas populares.

Nesta estratégia de disseminação do integralismo às camadas populares e da juventude (estratégia que, diga-se de passagem, é mais um traço histórico entre a AIB da primeira fase aos integralistas após a morte de Plínio Salgado), a nova AIB buscou cooptar alguns agrupamentos de *skinheads*, que haviam surgido no Brasil há poucos anos, em especial os “Carecas do Subúrbio”. Os *Carecas*, principal facção das diversas existentes no *skinhead* brasileiro, surgiram como uma dissidência do movimento *punk* paulista em meados da década de 1980¹⁰⁵. Adeptos de um discurso nacionalista, moralista e conservador, contrários à homossexualidade e as ideologias de esquerda (em especial o comunismo) e com um discurso em defesa da família, tais posicionamentos tornaram propícias tentativas de aproximações entre tal grupo e algumas organizações neointegralistas.

A AIB criada por Anésio Lara tentou em diversos momentos cooptar grande parte destes *skinheads* para as novas “fileiras do Sigma”, inclusive em algumas oportunidades tal proposta fora evidenciada e tornada pública. No dia 1º de maio de 1988, em evento organizado pela CUT (Central Única dos Trabalhadores) na Praça da Sé (São Paulo) em comemoração ao Dia dos Trabalhadores, um grupo de integralistas formado por cerca de 400

¹⁰⁵ COSTA, Márcia Regina da. *Os Carecas do Subúrbio: caminhos de um nomadismo moderno*. São Paulo: MUSA, 2000.

militantes¹⁰⁶ oriundos de diversas localidades (São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba e Porto Alegre), levando consigo bandeiras do movimento, permaneceram no local onde estavam ocorrendo manifestações de diversas organizações de cunho esquerdista.

Após cerca de 100 militantes integralistas¹⁰⁷ (liderados por Anésio Lara) tentarem invadir o palanque aonde integrantes da CUT realizavam comício, teve início uma confusão contornada somente após intervenção da Polícia Militar. O plano dos integralistas era supostamente cantar o hino nacional no local, desfraldando a bandeira nacional e a integralista, além de efetuar a queima de bandeiras dos EUA e da URSS, como forma de *demonstrar que ainda havia patriotas* no Brasil.

Contornado o conflito, cerca de vinte integralistas foram presos, inclusive alguns membros dos Carecas do Subúrbio, que posteriormente foram elogiados por Rômulo Fontes (então um dos líderes do PAN) por demonstrarem “a reação da juventude contra os *ataques* dos comunistas”. Segundo Márcia Regina da Costa, um dos então dirigentes do integralismo¹⁰⁸ havia afirmado a tentativa concreta em transformar os “carecas” em tropa de choque contra os militantes esquerdistas, inclusive por conta da imagem do “careca” como um jovem forte, potente, contrário às drogas e moralista (*guerreiro contra os inimigos da nação*).

O episódio ocorrido em 1º de maio de 1988 evidenciou não somente a relação de participação/proximidade de alguns “Carecas” com o neointegralismo, mas também proporcionou reportagens sobre tais organizações. Alguns veículos de mídia, em especial jornais de grandes centros urbanos, passaram a veicular algumas reportagens realizadas junto a liderança do movimento. Exemplo disto fora outra reportagem realizada pelo *Jornal do Brasil* onde é abordada uma reunião dos integrantes da nova AIB realizada na sede da Associação dos Trabalhadores Cristãos que contou com a participação dos “Carecas”. Entretanto, neste evento em particular um integrante do grupo afirmara que eles estariam

¹⁰⁶ “Na Praça da Sé, Prestes defende a luta armada”. *Jornal do Brasil*, 02.05.88, p. 6.

¹⁰⁷ *Idem*, p. 6.

¹⁰⁸ O nome do então dirigente não foi veiculado, provavelmente à pedido do entrevistado (COSTA, Márcia Regina da. *Op. Cit.*, p. 159).

participando apenas como encarregados da segurança do local¹⁰⁹, e não estariam efetivamente participando da reunião.

A utilização dos “Carecas” em serviços de segurança nas reuniões da nova AIB, assim como a presença de alguns integrantes do grupo nas manifestações neointegralistas indicam que, embora não tenha havido uma completa absorção dos “Carecas” por tais organizações¹¹⁰, a iniciativa se fazia presente. É curioso notar que esta tentativa de absorção – com as devidas particularidades e proporções – de alguns grupos *skinheads* pela extrema-direita já havia ocorrido na Inglaterra (local de surgimento do *skinhead*) no fim da década de 1970 e início dos anos 1980. Embora tenha surgido a partir da fusão de variados aspectos culturais multiétnicos¹¹¹, uma ala do *skinhead* britânico foi radicalizado a ponto de serem absorvidas por movimentos neonazistas, justamente por conta do discurso chauvinista, preconceituoso, anti-imigração e conservador de ambas as partes.

A principal organização neonazista que cooptou grande parte da ala mais radical dos *skinheads* britânicos foi o *National Front*, partido neonazista fundado em 1967. A principal estratégia utilizada para atrair estes novos integrantes, de acordo com Cotter¹¹², foi a fundação de uma ala jovem do partido (*Young National Front*), que promovia eventos musicais e esportivos juntamente com reuniões doutrinárias. Outra estratégia inicial de cooptação dos *skinheads* era a utilização destes para a segurança de determinados eventos, o que garantia uma maior proximidade entre ambos, facilitando assim uma posterior doutrinação.

Tal aspecto é semelhante ao ocorrido com os “carecas” e os serviços de segurança efetuados nas reuniões da nova AIB. Entretanto, não é possível determinar se houve uma troca de informações no que concerne às estratégias de cooptação existente entre os variados movimentos de extrema-direita no mundo, em especial os neofascistas. No entanto, tal prática

¹⁰⁹ “A porta do auditório onde se realizou a reunião era guardada por seis membros do grupo Carecas do Subúrbio” (in: “Integralistas voltam”, *Jornal do Brasil*, 22.05.88).

¹¹⁰ Inclusive, Márcia Regina da Costa (*op. Cit.*) discute sobre a resistência dos *Carecas* em serem cooptados por organizações da extrema-direita brasileira da década de 1980, inclusive o caso do grupo integralista em questão.

¹¹¹ Sobretudo elementos estéticos, musicais e comportamentais, em especial de imigrantes jamaicanos e jovens suburbanos ingleses.

¹¹² COTTER, John M. Sounds of Hate: White Power rock and roll and the neo-Nazi skinhead subculture. In. GRIFFIN, Roger & FELDMAN, Matthew (org.). *Fascism: Critical concepts in Political Science* (Vol. V – Post-war Fascisms). Routledge: New York, 2004, p. 295.

exprime o desejo de ambas as organizações¹¹³ em doutrinar e organizar os *skinheads* mais radicais, inclusive pelo fato da existência da necessidade de tornar a ideologia – no caso, o integralismo – atraente e condizente com os anseios da juventude, algo inerente a grande parte dos movimentos do campo político, sobretudo aqueles com anseios futuros.

A presença do integralismo na mídia de alcance nacional, mesmo tendo sido quase insignificante se comparado aos tempos da AIB de 1930, proporcionou aos integralistas a esperança que a organização e retomada pudesse de ser de fato efetivada. Soma-se a isto a volta da participação exteriorizada dos integralistas em mobilizações públicas e a aceitação da doutrina por alguns jovens, como o caso de uma porção dos “carecas”.

Embora o contexto de redemocratização da política brasileira e da construção de uma nova constituição fora marcada por uma tônica antiautoritária, o que, *a priori*, distanciaria os integralistas desta nova configuração política nacional, tal panorama atraiu a atenção dos integralistas, que visualizaram nesta, novas possibilidades de atuação¹¹⁴. Desta maneira, fora inclusive discutida a hipótese da possibilidade de fundação de um partido estritamente integralista, o Partido de Ação Integralista (PAI). Tal questão, no entanto, retomava uma grande discussão presente ao longo da trajetória dos integralistas, que é justamente a questão da inserção do integralismo no campo político institucional sob os moldes da *democracia liberal*, algo que era (e ainda é) mal-visto por grande parte dos militantes.

Apesar da aparente hegemonia do grupo liderado por Anésio Lara em face da retomada do integralismo, questão corroborada inclusive pelas possibilidades de articulações partidárias, havia um descontentamento crescente de outros integralistas e pessoas ligadas historicamente aos camisas-verdes por diversos aspectos de atuação da nova AIB. A primeira questão era referente à utilização do nome *Ação Integralista Brasileira* pelo grupo de Anésio.

A utilização de nome idêntico¹¹⁵ à AIB dos anos 1930 por Anésio Lara era – e continua sendo – garantida legalmente, tendo em vista que Lara havia registrado em cartório a

¹¹³ Esta tentativa de cooptação doutrinária e da utilização de *skinheads* em serviços de segurança de movimentos e partidos da extrema-direita não se restringe apenas ao caso inglês e brasileiro. De acordo com o relatório da *Anti-Defamation League*, estratégia semelhante ocorreu na Polônia, com o grupo nacionalista *Narodowe Odrodzenie Polski*. (*Anti-Defamation League. The Skinhead International: A Worldwide Survey of Neo-Nazi Skinheads*. New York: Anti-Defamation League, 1995. Anti-Defamation League, 823 United Nations Plaza, New York, NY 10017. Disponível em: <<http://www.nizkor.org/hweb/orgs/american/adl/skinhead-international/skins-poland.html>> acesso em 10 abr. de 2009).

¹¹⁴ Por outro lado, esta nova configuração da política nacional pode ter sido vista como um *problema* a mais aos integralistas, que buscaram articular-se de modo a participar do então novo processo político. Seria, portanto, mais uma questão de adaptação.

¹¹⁵ Com a exceção de ajustes ortográficos: *Acção Integralista Brasileira* – *Ação Integralista Brasileira*.

“Ação Integralista Brasileira” em 1983¹¹⁶. De fato, o próprio ato de registrar a AIB em seu nome já explicitava o desejo de Anésio em situar-se como liderança política da extrema-direita brasileira na pós-ditadura, sendo que tal prática não foi restrita apenas ao caso da AIB, pois Anésio Lara havia também registrado novamente a Liga Eleitoral Católica (LEC) e tentado rearticulá-la¹¹⁷, assim como outros movimentos/organizações.

No caso integralista, ainda que houvesse (poucos) seguidores e uma modesta inserção da nova AIB na grande mídia nacional, isto não outorgava de fato uma liderança incontestada dos integralistas a Anésio, e esta suposta liderança não era vista de modo algum como um consenso dentro os militantes do Sigma. Além da polêmica sobre a suposta usurpação da legenda integralista por Anésio Lara, pesavam também outras questões problemáticas, em especial a referente à ausência do apoio de alguns integralistas ainda vivos e atuantes, sobretudo da viúva de Plínio Salgado, Carmela Salgado.

Com a morte de Plínio Salgado, ao passo que tal fato determinou a possibilidade de uma disputa explícita e forjamentos de lideranças dos neointegralistas, acarretou consigo o aumento da necessidade de existência de laços históricos destas prováveis lideranças e movimentos com as organizações e personalidades integralistas mais antigas. E, no caso desta militância mais antiga dos integralismos, que era constituída desde ex-perrepistas, ex- águias-brancas e até ex-camisas verdes, a mais significativa destas era, sem dúvida, a da esposa do *chefe nacional*, assim como de seus filhos e militantes mais próximos.

Desta maneira, a viúva de Plínio Salgado acabou por consolidar outra ala dos remanescentes integralistas, em uma disputa aberta por poder sobre a *herança* e a posse simbólica e política do legado de Plínio Salgado¹¹⁸. Além da questão da “usurpação” da legenda por Anésio Lara, o grupo liderado por Carmela Salgado criticava também as iniciativas que previam a articulação de um partido político integralista, algo que não era bem visto por esta ala dos integralistas. As discordâncias entre os integralistas haviam sido tornadas, portanto, evidentes.

¹¹⁶ BARBOSA, Jefferson Rodrigues. Entre milícias e militantes (IV): neointegralistas ou integralismo contemporâneo. *Passa Palavra*. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=8711>>(Acesso em 25 jun. de 2009).

¹¹⁷ A Liga Eleitoral Católica foi fundada originalmente em 1932, por dom Sebastião Leme, com apoio de Alceu Amoroso Lima, destinada a penetrar no âmbito político a representatividade dos setores mais conservadores da igreja católica, em especial alguns determinados integrantes do *Centro Dom Vital* e da revista *A Ordem*.

¹¹⁸ CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. *Op.cit.*, p.151.

Até meados de 1988, Anésio de Lara Campos Júnior se negava a deixar a presidência da nova AIB, justamente por conta de ser o detentor legal do registro da organização. Tal situação chegou ao limite ao ponto de ser realizado em 1989 um Congresso na cidade de Niterói (RJ) destinado a discutir os novos caminhos para o integralismo, em especial a questão da presidência da nova AIB. De acordo com Márcia Carneiro¹¹⁹, tal evento (realizado na sede do Sindicato dos Jornalistas do antigo estado do Rio) contou com a participação dos familiares de Plínio Salgado, alguns ex-militantes da década de 1930 em diante, os militantes da nova AIB e a juventude do movimento, com propósito claro de resolução de rugas internas e determinar um caminhar conjunto nas ações dos integralistas.

A eleição realizada para decidir qual seria o novo presidente da Ação Integralista Brasileira fundada por Anésio Lara, determinou que o cargo fosse ocupado pelo médico Sebastião Cavalcante de Almeida. Para Anésio Lara, antes de ser um demonstrativo do crescente descontentamento da militância integralista com as atitudes dele e os encaminhamentos que estavam sendo determinados ao principal grupo neointegralista de então, tal resultado nas eleições foram vista quase qual uma obra do *acaso*.

Em entrevista concedida a Márcia Carneiro¹²⁰, Anésio afirma que o resultado obtido por Sebastião Cavalcanti teria ocorrido por conta de uma baixa decorrente de um mal-estar de Arcy Lopes Estrella, que havia se ausentado no período de votação, levando consigo sua esposa e cerca de oito companheiros mais próximos. A ausência dos votos destes militantes, que seriam segundo Anésio a favor dele, foi determinante para o resultado do pleito (Anésio afirmara que havia perdido por cerca de dois votos). Ficou determinado, portanto, que a presidência da nova AIB seria ocupada por Sebastião Cavalcanti, enquanto Anésio Lara ocuparia o cargo de vice-presidência.

Sebastião Cavalcanti chegou a assumir a presidência da Ação Integralista Brasileira, o que serviu para acalmar os ânimos exaltados por conta das disputas referentes às atitudes de Anésio de Lara Campos Júnior. No entanto, no mesmo ano de 1989, Cavalcanti renunciou ao cargo e como Anésio Lara ocupava a vice-presidência da nova AIB, retornou automaticamente à presidência do grupo. A volta de Anésio Lara à chefia da nova AIB obviamente não era bem vista pela porção mais crítica do movimento, e o fato de Anésio ser

¹¹⁹ *Idem*.

¹²⁰ Entrevista com Anésio de Lara Campos Jr. Série: Política no Brasil: *Memória do Integralismo*. Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI). Universidade Federal Fluminense (UFF).

detentor legal do registro da *Ação Integralista Brasileira* dificultava imensamente as possibilidades de mudanças desta condição.

As críticas e o descontentamento que já existiam contra as atitudes e encaminhamentos provenientes da liderança de Anésio Lara tornaram-se ainda mais evidentes ao passo que o discurso do líder da nova AIB ficou ainda mais radical, tornando pública a busca por alianças e relações com outras organizações da extrema-direita brasileira da época. De acordo com Márcia Carneiro, após 1989 tornaram-se público os relacionamentos entre Anésio Lara e alguns grupos autodenominados *nacional-socialistas*. A principal organização destes, e que trouxe à tona o relacionamento existente entre a AIB de Anésio Lara (ao menos na questão do líder) e tais grupos, foi o *Partido Nacional Socialista Brasileiro* (PNSB), fundado por Armando Zanine Júnior.

Zanine era, de acordo com Dreifuss, oficial licenciado da Marinha Mercante e já tinha um histórico de militância em outras organizações de extrema-direita brasileira, tal qual a *Falange Patriótica* (fundada em 1962 e que tinha como lema “Deus, Pátria e Liberdade”¹²¹). Para Zanine, o PNSB¹²² seria o detentor do final de uma genealogia histórica do nacionalismo brasileiro, que teria início na AIB dos anos 1930, passando pela Falange Patriótica até chegar aos nacional-socialistas de seu grupo. Os planos de crescimento do grupo estipulavam, num primeiro estágio, a absorção de grande parte de contingente das Forças Armadas brasileiras, para depois gradualmente chegar à classe média, aos operários e aos estudantes universitários.

A defesa da ideologia nazista previa uma tentativa de reabilitação da imagem histórica de Adolf Hitler, a implantação de medidas eugênicas de controle social (embora afirmassem a “impossibilidade” de serem racistas), um forte combate à corrupção (instituição da pena de morte, inclusive) e a defesa de profundas medidas com teor anticomunista e antisemita (embora o termo mais utilizado fosse *antissionista*). Tinham contato com outros grupos neonazistas oriundos da Europa, embora negassem que houvesse qualquer espécie de financiamento. Tal qual ocorrido com a AIB de Anésio Lara e outros movimentos neofascistas internacionais, o PNSB tinha um setor voltado à juventude (*Juventude Nacional Socialista*) e buscou também cooptar *skinheads* (conhecidos e autodenominados *White Power*).

¹²¹ DREIFUSS, René. *op. Cit.*, p.96.

¹²² O partido fundado por Armando Zanine não chegou a conseguir registro no Tribunal Superior Eleitoral, tendo um efêmero histórico de atuação.

A existência da relação de Anésio de Lara Campos Júnior - e, consequentemente, do principal grupo integralista de então - com organizações neonazistas era extremamente mal visto aos olhos de determinada ala dos integralistas. Sem dúvida, as relações e proximidades ideológicas existentes entre o integralismo e o nazismo eram um tema caro aos militantes, não somente ao caso específico dos grupos neointegralistas, mas também desde o período do Estado Novo, quando os integralistas foram acusados de *traidores e agentes do eixo*. Desta maneira, qualquer vinculação explícita entre os integralistas e o nazismo (e o fascismo, em menor instância) era evitada, e de fato a própria trajetória dos camisas-verdes indica que houve a tentativa de *apagamento* (ou, em menor instância, *silenciamento*) destes aspectos.

A proximidade existente entre Anésio Lara e o grupo de Armando Zanine Júnior era vista, inclusive, como uma própria negação do posicionamento adotado historicamente pelos integralistas desde a época do Estado Novo, que consistia justamente em negar as acusações de cooperação que haviam ocorrido assim como determinadas características ideológicas ou semelhanças doutrinárias evidentes. O afastamento (discursivo, sobretudo) do integralismo com o fascismo foi inclusive uma das características marcantes do período de gestação do Partido de Representação Popular, quando Plínio Salgado buscava *explicar* o uso das milícias integralistas e da existência das simbologias e ritualísticas semelhantes aos *congêneres* europeus, em sua maioria. Esta relação, portanto, não era mal-vista somente a alguns integralistas contemporâneos de Anésio, mas também à certa constância de posicionamento dos integralistas até então.

Além do relacionamento com Zanine, Anésio Lara esteve envolto em alguns episódios marcados pelo antissemitismo, sobretudo em relação à questão das teorias de negação do holocausto (negacionismo). Do mesmo modo que ocorria com o histórico de relações existentes com o nazismo e o fascismo (italiano, principalmente), a questão do antissemitismo era um dos pontos principais da prática de *silenciamento* e/ou *apagamento* dos neointegralistas referente à trajetória do movimento, questão esta que analisada especificamente no quarto capítulo.

De qualquer maneira, os *problemas* causados aos integralistas por conta de posicionamentos extremados de Anésio Lara eram cada vez maiores, assim como a dimensão que estes problemas alcançavam. E, ao contrário do que ocorria em relação a questões de disputas de poder (como o caso da *usurpação* do nome da AIB), a proximidade com os grupos neonazistas eram evidentemente públicas, o que afetava não somente a estrutura interna organizacional das tentativas de retomada do integralismo, mas também recaía sobre a

imagem pública do movimento, inclusive daqueles que por ventura não compartilhavam dos posicionamentos de Anésio, mas permaneciam fiéis ao ideal do *Sigma*.

Desta forma, as questões problemáticas envolvendo Anésio Lara tornaram-se mais uma mácula ao integralismo e um aspecto *dificultador* da volta à militância. E, em se tratando da reorganização integralista visando a disputa institucional do poder, o fato de Anésio Lara ser o detentor do registro da AIB tornava-se outro aspecto preponderante nesta questão, pois era de se esperar que a volta institucional do integralismo viesse tal qual o período pujante para os camisas-verdes, inclusive na questão do nome a ser utilizado.

Embora tenha havido um período no qual Anésio não foi de fato presidente da nova AIB, a facilidade com a qual ele retornou à chefia (inclusive por conta de falta de líderes dedicados à organização) do movimento, determinou ainda mais a compreensão que Anésio continuaria no cargo, mesmo com a crise existente, as pressões contra sua permanência e o profundo descontentamento de parte da militância e da família de Plínio Salgado. Sendo assim, as possibilidades de penetração do integralismo no âmbito do campo político institucional (partidário, inclusive) foram diminutas, inclusive por conta da trajetória da nova AIB, que despontava como a principal organização neointegralista do período.

Como abordado anteriormente, as movimentações dos integralistas no período não eram limitadas apenas à questão institucional representada pela organização fundada por Anésio Lara. Além da movimentação existente que se pautava pela disputa de poder institucional, os integralistas buscavam organizar formas de salvaguardar a memória militante, tal qual ocorria com a Casa Plínio Salgado, na capital paulista. Estes locais, além de servir para a função de *conservação* da memória, proporcionavam também um espaço de sociabilidade entre os integralistas, assim como a realização de reuniões e encontros com fim especificamente doutrinário.

2.3 A volta à conservação e à reorganização: o Centro Cultural Plínio Salgado

A existência de locais e iniciativas voltadas especificamente à conservação da memória militante do movimento foi importante inclusive para que os integralistas não ficassem totalmente reunidos sob uma só sigla, no caso a nova AIB, principalmente após as

primeiras ocorrências descritas. A sociabilidade da militância nestes locais fora preponderante para organizações que surgiram no decorrer dos anos.

Além da Casa Plínio Salgado, fundada pelos irmãos Carvalho e outros ex-águias branca no centro da capital paulista, outra organização bastante importante no aspecto de conservação e rememoração do integralismo nas décadas de 1980 e 1990 foi o Centro Cultural Plínio Salgado (CCPS), fundado na cidade de São Gonçalo (Rio de Janeiro) por Arcy Lopes Estrella, advogado que fora militante integralista desde a década de 1930, jovem decurião e participante das Milícias Integralistas. De acordo com Márcia Carneiro¹²³, o espaço do CCPS estava localizado na parte térrea de um sobrado onde Estrella residia, contendo uma biblioteca com diversificados títulos e principalmente um grande acervo de material integralista. Havia ainda uma sala, onde eram realizados os encontros. Tal espaço era decorado semelhantemente às salas e salões dos núcleos integralistas dos anos 1930, ou seja, contava com a presença de um retrato de Plínio Salgado laureado pelas bandeiras nacional e integralista.

Arcy Estrella reunia constantemente vizinhos para reuniões doutrinárias na sede do CCPS, onde também eram realizados encontros mais abrangentes, que contavam com a participação de diversos militantes integralistas, além de grupos afins como os “Carecas” do Rio de Janeiro, ou mesmo alguns representantes do grupo liderado por Armando Zanine Jr. Márcia Carneiro observa que o espaço do Centro Cultural Plínio Salgado possibilitava a inserção e o reconhecimento dos novos integrantes perante a velha militância. Era por meio destes encontros que as diretrizes doutrinárias eram repassadas à juventude do movimento, como estratégia de permanência e disseminação do ideal. A preocupação acerca da reorganização institucional além da iniciativa de Anésio Lara era uma presença constante nestas reuniões, onde se discutia inclusive as possibilidades e limitações para esta iniciativa, assim como a pertinência de uma provável configuração político-partidária do integralismo.

Tal qual ocorriam debates no decorrer da década de 1980, a questão partidária continuava dividindo o posicionamento dos integralistas nos anos 1990. Havia, deste modo, militantes que negavam qualquer possibilidade de formação de um partido político essencialmente integralista, ao ponto que outros defendiam esta estratégia para maior alcance da disseminação do ideal, assim como aqueles que permaneciam contrários à fundação de um partido político, embora admitissem que o integralismo enquanto movimento político e de ideias deveria se relacionar com partidos, a fim de influenciar a trajetória destes. Apesar de

¹²³ CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. *Op. Cit.*, p.152.

uma inicial cordialidade presente nestas correntes ideológicas, com o passar dos anos foi desenhada uma clara divisão entre aqueles que defendiam a inserção partidária e os que eram veementes contra tal perspectiva.

Tal divisão, no entanto, não era necessariamente profunda durante estes encontros realizados no Centro Cultural Plínio Salgado e na Casa Plínio Salgado, ao ponto de gerar dissidências concretas. Isto pode ser analisado como decorrência direta do caráter não institucional (do ponto de vista político) de tais iniciativas. Como eram locais voltados principalmente à conservação da memória, realização de encontros e reuniões doutrinárias, tais espaços não tinham uma perspectiva estritamente expressa quanto à vinculação ideológica em relação às correntes conflitantes do neointegralismo. Desta maneira, era possível uma sociabilidade ampla entre os participantes, inclusive não-integralistas.

A trajetória dos grupos integralistas logo após a morte de Plínio Salgado e o processo de redemocratização da política nacional, demonstra que vários fatores internos e externos podem ter sido as causas da pouca aderência de militantes novos ou velhos a tais movimentos. Em primeiro lugar, decorre-se a ausência de unidade marcante no movimento, que não conseguia determinar (ou auto determinar-se) uma liderança, possibilitando assim uma disputa de poder realizada em vários aspectos, desde questões de atribuições memoriais do movimento, até estratégias de disseminação, arregimentação, assim como o posicionamento perante temas bastante polêmicos, tal qual o antissemitismo e os movimentos neofascistas (em especial o neonazismo).

Soma-se a esta falta de unidade, uma quase completa ausência de poder arregimentador do integralismo. Obviamente, tal questão pode ser analisada justamente à luz da falta de paradigmas consolidados no movimento, o que acabaria determinando em parte uma relação auto-engendradora ao ponto que a falta de unidade no movimento determinava inexistências de perspectivas de crescimento, e vice-versa. No entanto, é plausível supor que o discurso destes neointegralistas estivesse “fora de lugar”, principalmente se for levado em conta o então fim recente de um período nacional extremamente autoritário, período este que as próprias lideranças integralistas (no caso, Plínio Salgado e dirigentes do PRP) haviam auxiliado na implantação e vigência.

Ao buscar atrair os setores conservadores que haviam apoiado historicamente as iniciativas de Plínio Salgado, os neointegralistas esbarravam numa profunda transformação do contexto político institucional, o que provavelmente tornava as teorias autoritárias do integralismo não agradáveis ao receptor desejado. Soma-se a isto, como dito anteriormente, a

ausência do carisma e liderança de Plínio Salgado, perda significativa para os integralistas e prováveis simpatizantes.

Desta maneira, o contexto político nacional no decorrer da década de 1980/90 minimizava as perspectivas de inserção concreta dos integralistas na agenda política nacional, fosse à margem ou de fato inserido nos moldes do sistema partidário. A crise interna nos quadros da militância neointegralista de certa forma limitava a reorganização do movimento, fosse à experiência partidária ou não. A maneira como se deu a trajetória dos primeiros anos da organização fundada e registrada (à revelia dos supostos herdeiros legítimos do integralismo) por Anésio Lara demonstra que havia uma esperança concreta no renascimento com força do ideal e militância integralista, algo que inclusive a “simples” suposição de formação de um partido político ajuda a corroborar.

Além das dificuldades expressas da reorganização e “futura” inserção política do integralismo, o aporte sistêmico de difusão e divulgação dos ideais integralistas de outrora eram praticamente inexistentes no integralismo de então. Ao passo que a AIB dos anos 1930 (e, em menor instância o PRP de Plínio Salgado) contava com uma ampla rede constituída de impressos, jornais, boletins, periódicos e obras doutrinárias, nesta perspectiva os neointegralistas tinham que se adaptar às limitações “impostas” por conta da citada não-inserção e do limitado contingente militante.

É certo que havia ainda a produção escrita, repassada por meio de boletins informativos e jornais (tal qual o editado por Jader Medeiros) neointegralistas. Porém, este aparato sequer se assemelhava ao montante da ancestralidade institucional integralista. Os próprios materiais integralistas “clássicos” eram de difícil acesso, pois os livros não eram reeditados há tempos, sendo de difícil acesso inclusive em “sebos”¹²⁴.

Para os neointegralistas, a década de 1980 foi marcada, portanto, por duas experiências distintas, embora complementares: os locais de conservação da memória integralista e de sociabilidade dos militantes remanescentes com os recém-ingressos, e a organização fundada por Anésio Lara destinada à penetração no âmbito político institucional. Tanto a Casa de Plínio Salgado (São Paulo) quanto o Centro Cultural Plínio Salgado (São Gonçalo) cumpriam, de certa maneira, com seus objetivos expressos, embora com certas

¹²⁴ “Livros dos ‘camisas-verdes’ são raros mesmo em ‘sebos’”. *Folha de São Paulo*, 21.12.1986.

Na realidade, as obras integralistas não deixaram de circular, pois a “Editora Voz do Oeste” continuava a reeditar material integralista, principalmente de autoria de Plínio Salgado. O principal encarregado por tal iniciativa era Gumercindo Rocha Dórea, antigo presidente da Confederação dos Centros Culturais da Juventude, que anos depois, fundou a própria editora (Edições GRD) que continuavam com a proposta de circulação de obras integralistas. No entanto, ao que tudo indica, a circulação era extremamente restrita ou pouco abrangente.

dificuldades. Já no caso do movimento fundado por Anésio, ocorreram diversas fases, que eram extremamente contrastantes: o reaparecimento do integralismo na mídia nacional era um ponto positivo, ainda mais pelo fato de os integralistas terem oportunidade (e suposto poder organizativo) para voltarem às ruas.

Tal condição, no entanto, é contrastada com a crise interna existente em relação à “usurpação” da marca maior do integralismo institucional por Anésio Lara e a vinculação deste (e sua militância, evidentemente) a setores da extrema-direita brasileira que provocaram um enorme desagrado. A curva de análise sobre tal experiência que pode ser traçada, portanto - que vai desde uma grande euforia até uma crise que extrapola os limites internos do movimento e provocaram um “racha” - ajudam a compreender o porquê de um período com poucos novos projetos de retomada integralista na década posterior (1990).

2.4 Entre a desarticulação e a reorganização: CEHP e CEDI

É somente nos últimos anos da década de 1990 que começam a surgir iniciativas que buscavam dar sobrevida ao movimento, muitas destas organizadas por novos militantes. Uma destas iniciativas foi Centro de Estudos Históricos e Políticos (CEHP) que, de acordo com Rogério Lustosa Victor¹²⁵, fora um “núcleo nacionalista” fundado em 1998 na cidade de Santos (SP). As atividades iniciais do grupo se resumiam a reuniões de leituras de textos de Plínio Salgado e Gustavo Barroso. Após certo tempo, o grupo ampliou a atuação para outras localidades: São Paulo, Ribeirão Preto (SP), Rio de Janeiro e Goiânia.

Após esta ampliação de atuação, o grupo realizou um congresso intitulado “I Congresso Unionista”, realizado em 2001 na cidade de Santos, no qual participaram militantes de diversos grupos nacionalistas (cerca de 60 participantes, de sete estados brasileiros). Um dos resultados do evento fora a determinação da criação de uma organização de ação política: a Frente Pátria Unida (FPU). A FPU estaria destinada, portanto, à ação política, enquanto o CEHP tornar-se-ia a base cultural e ideológica do movimento, ambas com ideologia integralista.

O grupo e evento foram noticiados na imprensa local, apresentados como “a TFP do Século XXI”. De fato, estes grupos contavam com o auxílio de diversas outras organizações

¹²⁵ VICTOR, Rogério Lustosa. *O integralismo nas águas do Lete: história, memória e esquecimento*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

da extrema-direita brasileira do período. Tal circunstância é devida ao fato de a grande maioria destas organizações possuírem um limitado número de adesões e escasso quadro de militância, além da proximidade entre diversos grupos, por conta de determinadas semelhanças advindas por conta do posicionamento político à direita ultra-radical.

A TFP (*Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade*) enquanto um dos porta-vozes da extrema-direita brasileira foi alvo de tentativas de consolidação de alianças e apoio com diversas organizações afins, entre estas alguns grupos neointegralistas. Alguns integralistas, inclusive, participavam da TFP ao mesmo tempo em que militavam nas *fileiras do Sigma* e, por ventura, em outras organizações nacionalistas e conservadoras. É necessário ressaltar este aspecto até porque, em diversos momentos tais grupos noticiavam (e ainda noticiam) a realização de encontros, reuniões e festividades com a participação de representantes de diversos grupos nacionalistas. Esta suposta rede de colaboração entre os grupos da direita não devem ser visto com descrédito, embora sim devam ser analisados com os devidos respaldos.

A possibilidade existente de um indivíduo em participar de diversas organizações ao mesmo tempo, supostamente poderia ser utilizada de uma maneira propagandística. Neste caso, ao ser noticiada a participação de uma determinada organização em evento de outra, poderia ser o caso de um militante específico, vinculado às diversas organizações, transitando como representante, de forma que tais informações de cooperação institucional poderiam (e podem) às vezes ser fruto de casos pessoais, não determinando, portanto, uma colaboração concreta institucional entre diversas organizações, ou seja, um caso de superestimação.

No caso específico da TFP, a aproximação com esta organização era constantemente almejada por alguns neointegralistas. O fato da TFP ser uma instituição já consolidada, com certo apoio (não oficial) e adesão dos setores mais conservadores da Igreja Católica assim como de alguns políticos, fez com que os neointegralistas idealizassem um apoio intenso desta para com o integralismo. Mesmo a TFP não passando por um período “pujante” como ocorria principalmente na década de 1960, uma provável relação de cooperação poderia impulsionar o crescimento dos integralistas, em particular no que concerne ao público cativo dos *tefepistas*, receptores idealizados pelos neointegralistas.

Os diversos traços em comum entre a TFP e o integralismo, que incluíam entre estes o caráter anticomunista, forte conservadorismo e a defesa da família nos moldes cristãos eram imaginados como motivos concretos para a formalização de uma aliança e/ou cooperação entre os dois grupos, algo que de fato nunca ocorrera oficialmente. A transitoriedade de

alguns indivíduos entre ambos – e outros – movimentos tal qual descrito acima, foi utilizada como estratégia de busca para efetivação desta proposta. Um dos principais defensores desta iniciativa era Marcelo Mendez, que era ligado a alguns membros da TFP, além de membro participante do CEHP¹²⁶, sócio da Casa de Plínio Salgado, membro do movimento pró-Monarquia, do Círculo Monárquico do Rio de Janeiro, do Centro Cultural Plínio Salgado e do Apostolado da Oração (vinculado à Igreja Católica).

O caso de Mendez ilustra bem esta diversificação de adesões e transitoriedade em diversos movimentos, na busca da congregação de diversas categorias de nacionalistas e conservadores em torno do integralismo. Era participante das organizações mencionadas e comparecia constantemente em reuniões integralistas, especialmente no CCPS, como afirma Márcia Regina Carneiro. Apesar de novato no integralismo, mantinha um bom relacionamento com a “velha guarda” do movimento, tanto que, no ano de 1999 com o auxílio de Arcy Lopes Estrella, Mendez fundou informalmente o Centro de Estudos e Debates Integralistas (CEDI). O marco oficial do início do CEDI foi a realização de uma missa no dia 16 de junho de 2001, celebrada por Padre Crispim - afilhado de Plínio Salgado e um constante defensor da causa integralista, assim como da memória de seu padrinho¹²⁷. Na celebração da missa, entre os participantes havia integrantes do Círculo Monárquico e do Movimento MV-Brasil¹²⁸ e, durante a celebração, houve a entronização de Nossa Senhora de Fátima, padroeira da TFP, tomada também como padroeira do CEDI, o que explicita a busca pela formação de uma rede de colaboração entre as organizações.

O Leão-rampante, em posição de ataque, no caso da TFP sempre voltado à esquerda (simbolizando a luta contra as ideologias de esquerda), um dos principais elementos da simbologia da TFP, era também utilizado pelos membros da CEDI, no caso laureando a imagem de Plínio Salgado. É possível afirmar, portanto, que os membros do CEDI buscavam consolidar efetivamente um provável apoio da TFP aos neointegralistas. Tal estratégia, no entanto, havia sido inócua, pois, de fato, uma provável relação entre ambos os movimentos provavelmente não era interessante – sequer “necessária” – para a TFP.

¹²⁶ VICTOR, Rogério Lustosa. *Op. Cit.*.p.75.

¹²⁷ Inclusive, segundo Márcia Carneiro (*op. Cit.*), Padre Crispim teria mencionado o integralismo durante a homilia.

¹²⁸ O Movimento MV-Brasil apresenta-se como um grupo multipartidário, destinado à defesa e valorização da Cultura, idioma e riquezas do Brasil. Ultranacionalista, realiza campanhas nas ruas e na internet (*via website* <http://mv-brasil.org.br/>) contra o que consideram práticas que corrompem a cultura e identidade nacional.



Fig. 1 – símbolo do CEDI (Centro de Estudos e Debates Integralista)

Ainda no ano de 1999, o CEDI estabeleceu um marco nas estratégias de divulgação e disseminação, estratégia esta que posteriormente seria maciçamente utilizada por outros grupos neointegralistas: a inauguração de seu *web site*, no dia 1º de setembro daquele ano¹²⁹. A iniciativa de construir um *site* para o integralismo veio como forma de diminuir um grande problema: a falta de espaços – e meios – de divulgação do integralismo (à maneira militante, evidentemente), pois além da questão da dificuldade de aceitação da população de uma ideologia autoritária aos moldes do integralismo, os neointegralistas tinham poucas verbas para poder financiar a consolidação de estratégias de disseminação.

Os custos elevados eram sem dúvida um entrave nesta questão, fosse para financiar uma imprensa própria ou mesmo para “alugar” espaço em diversos setores de mídia existente. No caso do integralismo dos anos 1930 (e, em menor intensidade, quando da atuação do Partido de Representação Popular), os valores para a consolidação de uma imprensa *verde* também não eram baixos, porém o financiamento advindo de diversas origens, sobretudo da própria militância, ajudava a viabilizar tal questão. Estratégias utilizadas pela AIB (década de 1930), como a obrigatoriedade da assinatura de diversos periódicos, auxiliava a engendrar um maquinário de imprensa integralista bastante significativo para a época.

Não há um trabalho destinado unicamente ao levantamento concreto (ao menos que se tenha tido contato) acerca do montante de produções impressas dos neointegralistas à época de atuação da AIB de Anésio Lara. De fato, talvez seja difícil enumerá-los, pois a baixa circulação gerava um número escasso de publicações e cópias de cada. Não havia, certamente, uma imprensa integralista oficial como a da primeira fase institucional do integralismo (em que Plínio Salgado e um setor específico analisavam e determinavam o conteúdo e

¹²⁹ VICTOR, Rogério Lustosa. *Op.cit.*, p. 76.

padronização organizativa e gráfica de cada periódico), até porque de certa forma a própria inconstância do movimento gerava isto.

No entanto, a falta de unidade preponderante no neointegralismo não significava a ausência de materiais escritos. Ao contrário disto, a continuidade da existência de boletins e jornais, assim como o surgimento de novos materiais do tipo, garantia a existência da ideia que ainda havia integralistas dispostos a atuarem e em divulgar os ideais do movimento. O CEDI, por exemplo, tinha um boletim (*Informativo CEDI*), editado por Arcy Lopes Estrella. De acordo com Márcia Carneiro, Arcy Estrella era um dos maiores – senão o maior – responsável pelas publicações neointegralistas durante a década de 1990. Além do boletim do CEDI, Estrella editava os jornais *Alerta*, o *Idade Nova*, o *Avante*, o *Quarta Humanidade* e o *Ofensiva*, fato este que auxiliava em consolidar ainda mais a figura de Estrella como uma das lideranças dos integralistas e também uma “ponte” entre novos e velhos militantes.

Além da mídia impressa, fosse ela integralista ou não, outros veículos de mídia provavelmente despertavam atenção dos novos integralistas. A rádio, que havia sido utilizada em alguns momentos pelos integralistas na época de Plínio Salgado, majoritariamente via inserção paga, já não tinha a mesma intensidade tal qual a televisão. Entretanto, as poucas inserções dos neointegralistas em programas televisivos haviam sido desastrosas¹³⁰.

Desta maneira, a inserção do integralismo na internet tornara-se bastante atrativa. A presença do site do CEDI (que, na época, constava no endereço <<http://www.integralismo.org/>>) na internet determinava este como *autêntico* porta-voz do integralismo na rede. Possibilitava, desta maneira, o contato e troca de informações entre militantes das mais distantes localidades, além de defensor do discurso em meio ao que os militantes chamam de *distorção* da historiografia sobre o tema, ou seja, um contraponto em defesa do integralismo, uma militância no espaço cibernético. A inserção do site do CEDI neste meio possibilitava uma defesa constante do integralismo, pois o conteúdo do site estaria sempre (salvo problemas técnicos ocasionais) disponível para aqueles que buscassem informações sobre a *doutrina do Sigma*. Um dos aspectos mais vantajosos na criação de um espaço integralista na internet era a possibilidade de que diversas pessoas com dúvidas e curiosidades sobre o tema/movimento pudessem ver a opinião e posicionamento dos próprios militantes, estimulando assim as possibilidades de configuração de um meio propagandístico para o integralismo, atraindo inclusive a atenção de jovens e possíveis novos integrantes.

¹³⁰ Algumas destas inserções serão objetos de análise no quarto capítulo.

O caso de Fernando Batista Rodrigues representa bem esta questão, que inclui a propaganda política juntamente com a defesa de uma versão própria da história e da busca por novos militantes por meio da internet. Quando estava prestes a concluir o Ensino Médio, Rodrigues vivia graves problemas familiares, desmotivação quanto ao futuro profissional e outras angústias típicas da juventude. Um colega havia comentado sobre o integralismo, afirmando que este era um movimento nacionalista liderado por Plínio Salgado, o que logo despertou interesse de Rodrigues, que afirmara¹³¹ que já nutria um sentimento nacionalista. Decidido em buscar maiores informações sobre Plínio Salgado e o integralismo, Rodrigues passou a efetuar pesquisas na internet, chegando até o *site* do CEDI criado por Marcelo Mendez. Logo, entrou em contato com Mendez, manifestando o desejo em informar-se sobretudo sobre o aspecto religioso das obras de Plínio Salgado. Mendez enviou então uma cópia da obra de Plínio Salgado intitulada “A Vida de Jesus”, título publicado em 1942 quando o líder integralista vivia no exílio em Portugal.

A leitura da obra de Plínio Salgado teria despertado em Fernando Rodrigues uma necessidade em aprofundar-se nas questões doutrinárias. Num primeiro momento, converteu-se ao catolicismo e, após a conversão, buscou estudar as questões políticas do pensamento de Plínio Salgado, aderindo ao integralismo. O contato com os integralistas contemporâneos ocorreu inicialmente com Marcelo Mendez (criador e responsável pelo *site* do CEDI) e Arcy Estrella (por conta da proximidade com Mendez). O contato com outros militantes, principalmente os mais jovens, era por meio da internet. Após a “filiação” ao integralismo, Rodrigues começa uma atuação maciça dentro do movimento, em especial em relação ao Centro Cultural Plínio Salgado. Iniciou um próprio jornal, intitulado “A quarta Humanidade”, mesmo título de uma das principais obras doutrinárias do integralismo de Plínio Salgado.

Além do jornal, que atingia uma modesta circulação (cerca de 150 exemplares cada, de acordo com informações do próprio autor), Fernando criou também um *site*, intitulado “Anauê Foz” (ele residia na cidade de Foz do Iguaçu/PR), que representava também o CEDI (Núcleo Integralista de Foz do Iguaçu /Centro de Estudos e Debates do Integralismo – Estado do Paraná – Curitiba, Londrina, Foz do Iguaçu)¹³². A partir do marco inicial do CEDI, a internet passa a ser a principal via de acesso e plataforma de divulgação do integralismo. Por

¹³¹ Entrevista concedida a Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro e Rita Érica Molini (Série: Política no Brasil: Memória do Integralismo. Laboratório de História Oral e Imagem, Universidade Federal Fluminense, 2003.).

¹³² O *site* pode ser encontrado no seguinte endereço: <<http://www.anauefoz.hpg.com.br/>>. No entanto, aparenta estar sem atualização há bastante tempo, no mínimo 04 anos (tempo de monitoramento constante da página para fins de pesquisa).

meio de *sites* como o CEDI e “Anauê Foz”, os neointegralistas buscavam situar da melhor maneira (e mais convenientes às aspirações militantes) a história do movimento, defendendo-se da “pecha” de fascismo/fascistas, assim como de um posicionamento à direita. Este processo de defesa da memória do integralismo (principalmente da 1ª fase institucional) possibilitava aos neointegralistas a circunscrição de sua própria trajetória numa linearidade histórica, situando estes novos militantes em um processo histórico longínquo, auxiliando inclusive a tentativa de autodeterminação de suas práticas, perante a história, a opinião pública e aos militantes, sobretudo os mais antigos.

Ao enunciarem as posturas reivindicativas perante o sistema vigente, assim como ao defender a memória militante contra as supostas distorções da história, a nova militância conseguia *forjar* uma unidade de posicionamento perante a militância e o movimento, algo que auxiliava na diminuição dos anseios por uma nova militância realmente ativa dos integralistas, visto como necessário não somente por conta da disseminação de uma ideologia política, mas também por questões práticas, pois os militantes mais antigos já estavam em idade avançada. Neste processo de busca por uma consolidação da militância, aliado a uma perspectiva de renovação dos quadros, coube ao Centro Cultural Plínio Salgado o papel de proporcionar a sociabilidade essencial para tal, não somente por conta do local para realização de reuniões e sessões doutrinárias, mas também por configurar-se como um lugar da memória¹³³ “em movimento” para os novos integralistas.

O papel do CCPS e do CEDI nesta fase de reestruturação da militância integralista, tanto nos meios físicos quanto os virtuais foi de extrema importância, assim como de seus *líderes*, Arcy Lopes Estrella (enquanto guardião da memória integralista e tutor da nova geração) e Marcelo Mendez (articulando novas possibilidades de inserção dos integralistas, inclusive na *web*). De acordo com este prognóstico, seria compreensível supor que os fundadores destes grupos se apresentariam e fossem plenamente aceitos como líderes de uma possível nova forma institucional do integralismo. Entretanto, no cerne das atividades do CCPS e do CEDI, atividades e ações estas que poderiam proporcionar uma unidade organizada para fundação de uma ação política institucional integralista, havia determinada disputa decorrente de questões internas ao movimento, principalmente sobre a existência da relação de alguns destes integralistas com outros grupos que não eram neste momento vistos

¹³³ Leva-se em conta “lugares de memória” a partir da conceituação efetuada por Pierre Nora, que toma o lugar de memória num aspecto não necessariamente físico, construído de modo objetivo e subjetivo, destinados a conservar e/ou comemorar aspectos históricos de coletividades ou mesmo individualidades (cf. NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.).

com bons olhos pelos neointegralistas: os seguidores do PNSB de Armando Zanine Júnior e os Carecas (do subúrbio, Rio, etc.).

Na possibilidade de transformação do novo grupo em um movimento que ao mesmo tempo tratava a questão da defesa da *verdadeira história* do integralismo, não era interessante (vantajoso, do ponto de vista tácito) estabelecer relações diretas – tampouco públicas – com estes grupos. Como forma de efetuar a desvinculação dos neointegralistas com grupos neonazistas e dos Carecas, os sites integralistas vinculados ao CEDI divulgaram um texto (“Manifesto Integralista 2001”) expondo o posicionamento oficial do grupo perante este e outras temáticas tidas como relevantes e polêmicas ao integralismo e a nação. No manifesto de 2001 (que fora lançado no dia 22/01, data de nascimento de Plínio Salgado), os neointegralistas buscavam a constante desvinculação com o autoritarismo e períodos ditatoriais brasileiros, em especial o Estado Novo. O “compromisso” com a democracia (aos moldes integralistas, a democracia orgânica) era constantemente apresentado como prova do caráter aberto do movimento e contrário ao autoritarismo. Na defesa da *verdadeira* importância histórica do integralismo, o texto de tal manifesto chega a afirmar que algumas conquistas políticas e sociais brasileiras seriam decorrências diretas do *Manifesto Integralista* de 1932, dentre as quais a questão da previdência social, a criação das organizações sindicais e a instituição da justiça do trabalho.

Para a atuação no tempo presente, defendiam a importância dos teores expressos na encíclica papal “rerum novarum” do Papa Leão XIII como forma de diminuir as desigualdades sociais, criticando também o individualismo da sociedade brasileira e a “subordinação dos interesses brasileiros ao imperialismo e aos banqueiros internacionais”¹³⁴. O regime corporativista, que Getúlio Vargas teria distorcido durante o Estado-novo, seria um dos pilares da institucionalização do integralismo, que defenderia os valores cristãos e da família, com o apoio das Forças Armadas, a partir da *implantação* da *Democracia Orgânica*. Além da crítica ao Estado Novo como forma de sustentar um suposto antiautoritarismo, os neointegralistas afirmavam neste texto um compromisso com as liberdades individuais em um provável governo, que seria um “regime aberto ao debate, ao diálogo, não permitindo qualquer tipo de repressão à livre manifestação do pensamento”¹³⁵.

¹³⁴ *Manifesto Integralista 2001*. Disponível em: <<http://www.anauefoz.hpg.ig.com.br/>> (acesso em 19 jan. 2009).

¹³⁵ *Idem*.

Ao final do texto, é feito um clamor à “opinião pública”, para que esta saiba distinguir os *sites* verdadeiramente integralistas daqueles que se *faziam passar* como tal, especialmente os vinculados aos *Carecas*, neonazistas, movimentos xenofóbicos e *radicais de extrema-direita*. Para delimitar os espaços *verdadeiramente* integralistas na internet (no ano de 2001), o grupo atribui tal caráter a exatas nove páginas, num grupo que reunia *sites* dos núcleos do CEDI em diferentes localidades, uma em homenagem à história da AIB (produzida por um militante, evidentemente), a página oficial do Centro de Estudos Históricos e Políticos (apresentada como uma entidade de *caráter nacionalista*), entre outros, assim como uma listagem de grupos de endossam tal iniciativa (CEHP, CCPS, Núcleos do CEDI e a *Juventude Nacionalista Seguidores do Sigma*). A questão da legitimidade das práticas neointegralistas perante os antigos militantes e os herdeiros mais próximos de Plínio Salgado (familiares, sobretudo), é apresentada por meio de uma nota final (“nota importante”, em negrito) onde se afirma o apoio expresso da família de Plínio Salgado, por meio da ciência e apoio da filha, do sobrinho e de uma sobrinha-neta do *chefe nacional*.

O texto do manifesto integralista de 2001 buscava apresentar, portanto, o CEDI e o CCPS como autênticos herdeiros e manifestantes do integralismo no Século XXI, de forma que já se falava abertamente sobre uma possível tentativa de governo integralista. A tentativa de distanciamento no texto expressa esta perspectiva de planos futuros. No entanto, a relação do integralismo com os “Carecas” e o neonazismo não era necessariamente pautada unicamente por conta da suposta tentativa de infiltração destes nas “fileiras do Sigma”. Houve sim uma relação entre os grupos, tanto por parte da organização fundada por Anésio Lara (a *nova AIB*), quanto por conta da participação destes grupos em alguns encontros ocorridos na sede do CCPS (que também era sede do CEDI) onde, ao menos no início, eram recebidos sem grandes ressalvas, principalmente no caso dos “carecas”.

Isto, entretanto, não exclui a possibilidade de existência de uma provável disputa interna entre duas – ou mais – alas díspares existentes no CEDI e CCPS. De qualquer maneira, a questão parecia por hora solucionada, inclusive por conta do teor do texto expresso no manifesto. Embora houvesse certa unidade presente dentro do CEDI, um fato abalou profundamente o grupo: a morte de Marcelo Mendez. O criador do CEDI cometeu suicídio no dia 28 de fevereiro de 2002, em pleno cemitério do Caju (RJ), em frente ao Mausoléu Integralista (local onde estão depositados os restos mortais de 11 militantes integralistas mortos na tentativa de *putsch* em 1938), trajando o uniforme típico dos integralistas. Mendez deixou como *legado* uma carta-testamento endereçada aos integralistas, em que afirma o

sentido nacionalista de tal atitude, denunciava a infiltração dos partidários de Armando Zanine, acusara alguns companheiros do movimento de traição e por fim pedia para que Padre Crispim rezasse por sua alma e realizasse missas em sua homenagem. De acordo com Rogério Lustosa Victor¹³⁶, Marcelo Mendez estava passando por uma série de atritos com alguns integrantes do movimento, e estaria correndo o risco de ser *expulso* do integralismo. Tal ato extremado demonstra o grau de comprometimento de alguns destes neointegralistas com o ideal, e também como isto (a atuação, não o ato) é determinante para visualizarem-se como autênticos herdeiros e continuação do projeto político proposto por Plínio Salgado e outros intelectuais.

A morte de Marcelo Mendez que, além de fundador do CEDI (juntamente com Arcy Estrella), era visto – ainda que houvesse variadas disputas internas de poder e acusações diversificadas - como uma das possíveis lideranças do neointegralismo, praticamente determinou o fim da atuação do CEDI. Ainda que alguns *sites* continuassem disponíveis para o acesso na internet (como é caso do “Anauê Foz/ CEDI Paraná”, que está acessível ainda hoje¹³⁷), a ausência do fundador do grupo e também as críticas que fez em sua carta-testamento¹³⁸ contra alguns colegas de movimento, determinavam uma complexa conjuntura para o continuísmo do grupo. Após o ocorrido com Marcelo Mendez, a sede do CEDI deixa de ser conjunta com o Centro Cultural Plínio Salgado (na residência de Arcy Estrella, em São Gonçalo/RJ) e é transferida para a Casa Plínio Salgado, em São Paulo.

A morte de um dos líderes dos novos integralistas em 2002 acabou determinando, em parte, algumas dificuldades na trajetória que era almejada, inclusive expressa no manifesto de 2001. Tal situação tornou-se ainda mais complexa quando Arcy Estrella, o fundador do CCPS, faleceu quase um ano após a morte de Marcelo Mendez, em janeiro de 2003. De acordo com Márcia Carneiro, Arcy Estrella era visto aos olhos dos novos militantes como uma espécie de guardião vivo da memória integralista, e realmente tinha um farto material integralista, que compartilhava com os mais jovens em sua casa, por meio da sede do CCPS. Desta maneira, não somente Arcy Estrella tornara-se um guardião da memória militante integralista, como o próprio espaço físico de sua casa era uma espécie de lugar de memória,

¹³⁶ VICTOR, Rogério Lustosa. *Op. Cit.*, p. 77.

¹³⁷ Último acesso: 12 jul. de 2010.

¹³⁸ Mendez teria, inclusive, utilizado a internet para enviar via *e-mail* a carta-testamento a alguns colegas integralistas, momentos antes de cometer suicídio.

com aspectos que estavam em prática desde comemorações do âmbito político, quanto características não definidas por questões cronológicas, como aborda Pollak¹³⁹.

Após o falecimento de Arcy Estrella, o material integralista presente na sede do Centro Cultural Plínio Salgado foi alvo de uma disputa entre familiares do velho militante integralista e alguns membros do CEDI, que já estavam localizados na capital paulista, juntos à Casa Plínio Salgado. A morte de dois dos maiores entusiastas dos planos de reorganização integralista estabeleceu mais um obstáculo deste processo. A sede do CCPS, além da questão sentimental e memorialística do integralismo, servia também como o espaço mais utilizado nas reuniões entre os novos e velhos militantes. Com o fechamento desta, a Casa Plínio Salgado volta a ser então o principal ponto físico de encontro e disseminação da ideologia integralista, auxiliada agora com as ferramentas surgidas com o advento da internet.

A perspectiva e possibilidades de atuação dos integralistas neste momento eram dimensionadas, portanto, na busca pela permanência das estruturas de organização até então construídas, principalmente no quesito de conservação e comemoração da memória, como forma de não apenas determinar um contraponto à visão hegemônica sobre o integralismo na historiografia (e outros meios diversos), mas também de proporcionar um espaço onde os militantes estariam representados e poderiam fazer uso deste.

Neste período, alguns militantes buscaram estabelecer contato – ou aprofundá-los – com alguns grupos e organizações representativas da extrema-direita brasileira. Um caso em especial foi a aproximação de alguns integralistas com o PRONA, *Partido de Reedificação da Ordem Nacional*, fundado em 1989 pelo médico Enéas Ferreira Carneiro. Desde o surgimento a nível nacional do PRONA no cenário político brasileiro, principalmente durante as eleições presidenciais ocorridas em 1989, o partido era tido como o maior representante político da extrema-direita brasileira, por conta de um discurso ultranacionalista, contra a submissão aos países estrangeiros e em defesa da família cristã, contra o aborto e o casamento entre pessoas do mesmo gênero. Estas propostas e posicionamentos eram evidentemente próximos (ou simpáticas e atraentes) a algumas das bandeiras levantadas historicamente pelos integralistas, ou mesmo em questões contemporâneas (sobretudo a questão do *casamento gay*). O ano de 2002 que, para o neointegralismo fora marcado pela morte de Marcelo Mendez (CEDI), foi também o auge do PRONA, quando Enéas Carneiro foi eleito deputado federal pelo estado de São Paulo, obtendo a marca histórica de maior votação ocorrida para o cargo em questão até então.

¹³⁹ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

O montante total dos votos de Enéas Carneiro fora de fato tão expressivo, que acabou determinando (por conta do sistema proporcional previsto pela lei eleitoral) a eleição de mais cinco deputados federais do PRONA, alguns dos quais com menos de mil votos válidos. O crescimento do PRONA provocou, portanto, o aumento do interesse de alguns integralistas para com o partido, visualizando-o como receptor de grande parte dos principais ideais dos camisas-verdes, de forma que a atuação do partido possibilitaria não somente a defesa destas propostas “conjuntas”, mas também uma maior aceitação da opinião pública em relação a um possível *ressurgimento* integralista. É possível supor, inclusive, que os integralistas viam nesta relação um aspecto da proposição que afirmava que o integralismo não criava partidos, mas sim transformava-os. Desta maneira, a participação dos integralistas no PRONA poderia influenciar o partido gradualmente até que este se tornaria um partido “integralista” (nas práticas, não nas denominações).

O apoio dos integralistas ao PRONA e a outras organizações da direita brasileira do período não minimizava a busca por uma reconstrução organizada do integralismo, até porque não estava claramente definido para a militância qual seria a estratégia utilizada para a penetração do integralismo no âmbito político, de forma que a participação em outros grupos que reunissem algumas similaridades não configuraria um caso de “traição”. Em 05 de dezembro do ano de 2004 os integralistas decidiram se reunir para buscar fundar uma nova organização que reunisse os militantes então dispersos, na busca por uma nova inserção política institucional do integralismo.

2.5 Movimento Integralista Brasileiro (MIB): a efemeridade institucional

Na ocasião, houve a realização do “1º Congresso Integralista para o Século XXI”, realizado na cidade São Paulo, na sede da União Nacionalista Democrática (UND), uma organização ultranacionalista que tem como cerne de atuação um forte discurso anticomunista, em defesa de uma versão da história a favor da ditadura civil-militar brasileira, entre outros¹⁴⁰. Além dos integralistas (membros do CEDI e de outros núcleos diversos existentes no país, assim como militantes “independentes”), estiveram presentes no evento alguns representantes do PRONA, do MV-Brasil, da União Católica Democrática e da

¹⁴⁰ O atual presidente da UND é o advogado Antônio Ribas Paiva. O site da UND encontra-se disponível no seguinte endereço: <<http://undbrasil.org/>> (último acesso de 10 abr. 2010).

Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG)¹⁴¹, o que indica que, embora não fosse de fato uma grande mobilização da direita radical brasileira, tal evento contou com o apoio expresso de vários setores desta.

O principal argumento para a realização do evento era a determinação na iniciativa de criação de uma organização que congregasse tanto os grupos de conservação da memória integralista (Casa Plínio Salgado e Centro Cultural Plínio Salgado), quanto os núcleos integralistas e do CEDI (também a atuação destes na internet), assim como do CEHP, para desta forma articular a retomada integralista, com vistas à atuação política. Fruto desta iniciativa e principal resultado final do evento foram a determinação da criação do “Movimento Integralista Brasileiro” (MIB), assim como de um Conselho Nacional Integralista, que reuniria quarenta membros militantes que teriam como função expressa a atividade de articular o resgate do integralismo em diversas localidades do país. O nome da nova organização integralista (MIB) fora escolhido em assembleia, assim como a Direção Nacional, empossada durante o evento.

Quando os responsáveis pelo recém-criado grupo foram registrá-lo em cartório, descobriu-se que o nome “Movimento Integralista Brasileiro” não estava disponível para registro, pois Anésio de Lara Campos Júnior já o havia efetuado anos antes, em meados de 1983. Curiosamente, Anésio Lara estava presente no momento em que fora determinada a escolha do nome a ser utilizado pelo novo grupo, embora não tenha se pronunciado a respeito. Desta forma, a iniciativa tinha sido em vão, pois a impossibilidade jurídica da utilização da sigla determinou o fracasso desta iniciativa (que incluía a escolha do nome, a realização e aprovação de uma ata, a formação de um Conselho Nacional, entre outros). Embora Anésio Lara ainda circulasse entre os integralistas e participasse de eventos e festividades realizadas tal qual o evento em questão, a forma conturbada como se deu a atuação da AIB registrada por ele e, inclusive, a questão da suposta *usurpação* da sigla mais famosa do integralismo determinavam que houvesse de ser mantido um distanciamento seguro entre Anésio e os cargos de lideranças das organizações integralistas. Deste modo, a utilização da sigla MIB estava fora de questão

Em parte devido ao completo fracasso na tentativa de “fundação” do Movimento Integralista Brasileiro, foram sendo desenhadas diversas dissidências internas na suposta –

¹⁴¹ A ADESG utiliza da internet como meio de defesa dos feitos dos militares durante o “regime”. Há um portal nacional da associação (<http://www.adesg.org.br>), além de diversos outros *sites* das delegacias regionais (estaduais e, em alguns casos, municipais), como a Delegacia Regional da ADESG do Estado de São Paulo (<http://www.adesgsp.org.br>).

embora frágil – unidade contemplativas dos integralistas até então. Além das questões de disputa de liderança e poder, tal qual já apresentado alguns aspectos/episódios anteriormente descritos no texto, outras questões passaram a ser inseridas na disputa da herança da memória e legitimidade de atuação dos integralistas, principalmente em questão de releitura da ideologia e prática integralista.

Alguns militantes afirmavam que alguns conceitos presentes no integralismo (na 1ª fase, principalmente) estariam, senão ultrapassados, necessitados de serem revisto aos olhos das transformações ocorridas até o Século XXI, tanto na questão do desenvolvimento da sociedade quanto nos problemas que tal fator teria acarretado. Outros discordavam sobre quais teriam sido os erros e acertos existentes no integralismo, de modo que determinadas posturas deveriam não mais ser praticadas. A relação e o grau de intensidade com que estas alas defendiam manter, de maneira praticamente intacta, com a trajetória e memória do integralismo era variável conforme fosse o posicionamento perante temas polêmicos tal quais os descritos acima, assim como a forma que lidariam com aspectos problemáticos da trajetória histórica do integralismo, como a questão do discurso antissemita de Gustavo Barroso, a relação existente entre Plínio Salgado e ideólogos fascistas, entre outros. A situação tornou-se insustentável para a manutenção da frágil unidade existente até então entre estes militantes integralistas, e como decorrência direta destes enfrentamentos, surgiram três principais organizações neointegralistas que lutam entre si pela busca de autodeterminação do caráter de legitimidade da permanência da práxis integralista. São estes grupos: Frente Integralista Brasileira (FIB), Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B) e Ação Integralista Revolucionária (AIR).

2.6 Frente Integralista Brasileira e a busca pela conservação

A Frente Integralista Brasileira desponta como o grupo mais bem organizado dentre as três mais recentes – e principais – organizações neointegralistas. Conseguiu de fato aglutinar consigo grande parcela dos membros que já haviam militado em outros grupos diversos que atuavam em defesa do integralismo desde a morte de Plínio Salgado, principalmente nos casos mais recentes, como o caso da CEDI, a Casa Plínio Salgado e o Centro Cultural Plínio Salgado (os participantes ativos desta última). O CEDI, neste contexto, foi incorporado pela

FIB de forma que passou a funcionar como um núcleo de formação contínua dos integralistas, auxiliando na busca por análises aprofundadas dos problemas nacionais, agindo, desta maneira, de forma semelhante ao trabalho desempenhado pela SEP antes da fundação da AIB da 1ª fase.

A Casa Plínio Salgado passa a ser utilizada como suporte físico e emocional para a manutenção da memória integralista, basicamente da mesma maneira como havia sido desde a sua origem. Com o desmantelamento do CCPS, a Casa Plínio Salgado passa a ter ainda maior importância perante esta nova militância. Segundo Márcia Carneiro, a grande maioria dos militantes da FIB no período de sua formação concentrava-se nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, justamente localidades da atuação dos dois principais “lugares da memória” integralista. Embora seja uma questão evidente (e, sob certa perspectiva, necessária) para os neointegralistas a discussão existente sobre as possibilidades e pertinência das mudanças (ideológicas ou estratégicas) possíveis para o integralismo do Século XXI, a FIB desde o início se apresenta como um movimento que estaria interpretando de forma *fiel* a ideologia e doutrina dos camisas-verdes dos anos 1930. A forma de atuação que o movimento deve (deverá) seguir não é expressa de maneira muito clara pela FIB. O apoio (ou tentativa de influenciá-los ideologicamente) a partidos políticos concentrava-se em candidatos do PRONA, alguns destes reconhecidos publicamente integralistas. Após o fim do PRONA em 2006 esta questão é aparentemente abandonada, passa o integralismo à tarefa de manifestar suas opiniões (publicamente ou via *web*) como estratégia de defesa de uma visão de vida e posicionamento político.

A questão ideológico-doutrinária e a relação com a Igreja Católica seguem os moldes expressos no Manifesto Integralista de 2001 produzido pelo CEDI. Deste modo, defendem a encíclica “*rerum novarum*” como forma de trato com as questões sociais, além de tecer críticas às modernizações que teriam sido fruto do Concílio Vaticano II, tornado a Igreja mais próxima aos apelos populares e distante de um tradicionalismo conservador que agradava não somente aos integralistas, mas também outros setores da direita (TFP em especial). Sendo assim, os integralistas filiados à FIB buscam combater a homossexualidade, ameaças diversas ao conceito idealizado de família e as correntes progressistas “infiltradas” no clero, em especial aquelas vinculadas à Teologia da Libertação.

Em relação às questões estratégicas e de atuação nas ruas, a FIB conta ainda com as “Brigadas Integralistas” que seriam o equivalente às Milícias Integralistas que eram coordenadas por Gustavo Barroso, sendo o líder integralista adotado como patrono das

Brigadas. A organização interna das Brigadas, seguindo a parafernália característica de uma organização paramilitar, envolve a utilização de uma simbologia própria. A bandeira da Brigadas Integralista faz menção à raiz histórica reivindicada, utilizando a bandeira tradicional da Ação Integralista Brasileira (1932) com outros elementos posteriormente adicionados. Além da cor azul e a letra Sigma inscrita numa circunferência, as Brigadas adicionam os seguintes elementos visuais: duas colunas (horizontais e verticais) que se encontram formando uma cruz, além da inserção das estrelas do Cruzeiro do Sul em volta do Sigma.

Tal simbologia teria a seguinte definição: as linhas representariam a hierarquia (verticais) e a disciplina (horizontais) presentes no movimento, ao passo que as estrelas representando o Cruzeiro do Sul seriam demonstrativos da ligação da Brigadas com a FIB. A utilização das estrelas do Cruzeiro do Sul foi determinada pela chefia da FIB, em referência a um estandarte específico da Juventude Pliniana. Desta maneira, utilizando tal elemento estético, os membros da FIB atribuem-se como representantes diretos de uma *autêntica* linha cronológica, uma árvore genealógica integralista: a quarta geração, herdeiros da eterna juventude integralista.

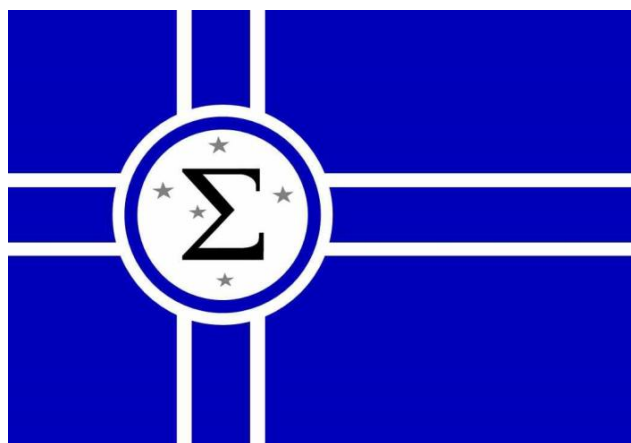


Fig. 2 – Bandeira das “Brigadas Integralistas”

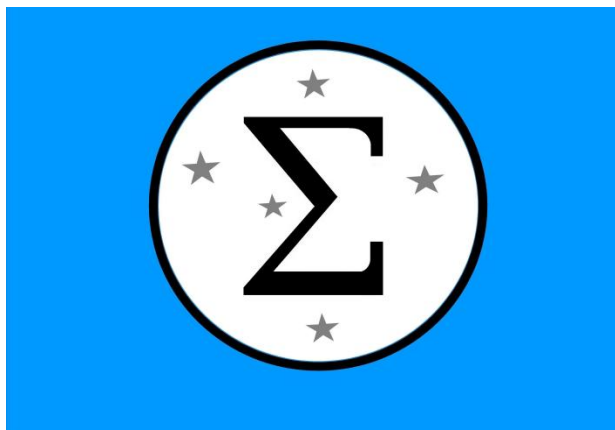


Fig. 3 – Bandeira da Frente Integralista Brasileira (FIB)

Além da simbologia expressa por meio das bandeiras, as “Brigadas Integralistas” utiliza também a figura da harpia estilizada, por esta ser uma ave de rapina representativa de força. Outro motivo para utilização deste elemento é que a harpia teria sido usada como símbolo também pela Frente Pátria Unida (FPU), organização ligada ao Centro de Estudos Históricos e Políticos (CEHP), da qual alguns membros da Brigadas haviam sido membros ou simpatizantes.

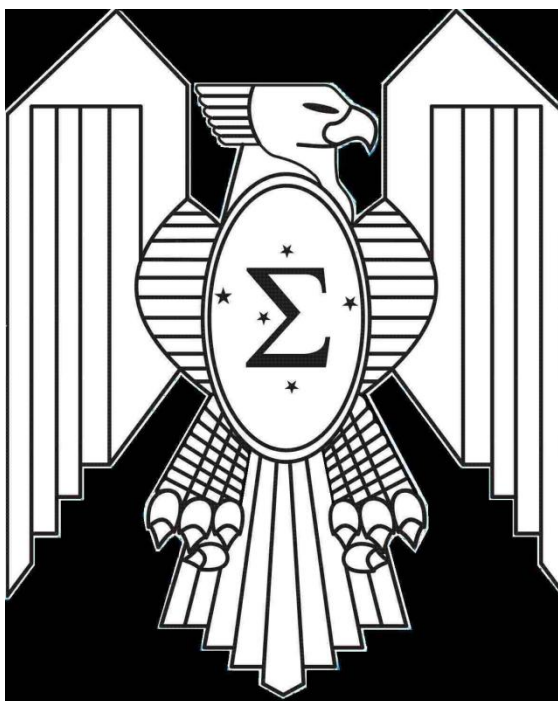


Fig. 4 – Harpia estilizada - símbolo das Brigadas Integralistas

A questão da referência que o texto do *site*¹⁴² das Brigadas Integralista faz na questão da história do grupo relacionada com a FPU, é uma forma utilizada para situar a trajetória e a antecedência prática do grupo na história, algo que é também praticada pelo discurso oficial da FIB em seu *site*¹⁴³. A apresentação da história do integralismo que, segundo a FIB, desenvolve-se linearmente desde a gestação da AIB nas reuniões do SEP até os aspectos mais recentes na história da FIB, busca determinar o grupo como legítimo herdeiro desta antecedência e também “única organização do integralismo há (*sic*) nível nacional”.

Além de a FIB ser apresentada como única expressão do integralismo com abrangência nacional e legítima herdeira do legado de Plínio Salgado, nesta tentativa de construção da memória o texto em questão apresenta que a FIB seria a decorrência direta, única e autêntica do Congresso Integralista ocorrido em 2004, apagando, portanto, tanto a breve e efêmera existência do Movimento Integralista Brasileiro, quanto às outras duas principais organizações que competiam (e ainda competem) pelo *status* de legítimas herdeiras dos camisas-verdes.

Embora a Frente Integralista Brasileira tenha conseguido estabelecer uma unidade entre grande parte dos militantes integralistas que haviam participado do Congresso Integralista de 2004, esta iniciativa em *explicar* o ritmo da história de acordo com os anseios do grupo, ainda que seja compreensível (não aceitável), minimizam e/ou tentam apagar as diversas rupturas, incongruências e disputas simbólicas e de poder características das transformações históricas, ainda mais no caso de questões majoritariamente políticas. A iniciativa em escrever uma história dos novos integralistas que não levasse em conta as disputas internas e externas utilizava da estruturas já construídas pelos grupos antecessores à FIB, em especial na questão dos *sites* integralistas.

Além de utilizar o espaço consolidado na internet em relação à defesa e atuação do integralismo, a FIB buscou ampliar este campo, inaugurando novas páginas, algumas com visual mais bem elaborado (recursos tecnológicos). Além das páginas representantes oficiais da FIB, o grupo lançou alguns *sites* de seções regionais da organização, tal qual o “Integralismo Rio”¹⁴⁴, o “Integralismo no Sul”¹⁴⁵, além do jornal virtual “Nova Offensiva”

¹⁴² *Brigadas Integralistas*. Disponível em: <<http://www.integralismo.org/>> (Acesso em 13 jul. 2009). O mesmo endereço havia sido utilizado anteriormente para a página do CEDI criada por Marcelo Mendez.

¹⁴³ *Frente Integralista Brasileira*. Disponível em: <<http://www.integralismo.org.br>> (Acesso em 13 jul. 2009).

¹⁴⁴ *Integralismo Rio*. Disponível em: <<http://www.integralismorio.org/>> (Acesso em 13 jul. 2009).

¹⁴⁵ *Integralismo no Sul*. Disponível em: <<http://www.integralismonosul.net/>> (Acesso em 13 jul. 2009).

¹⁴⁶ (editado pelo núcleo carioca da FIB) e também páginas de militantes do grupo, tal quais os *blogs*¹⁴⁷ “Sigma Integralista”¹⁴⁸, “Integralismo”¹⁴⁹, “O Sigma Reluzente”¹⁵⁰, “Cristianismo, Patriotismo e Nacionalismo”¹⁵¹, entre outros. Além dos *sites* e *blogs* vinculados diretamente (mas não necessariamente oficialmente) à organização do movimento, a FIB busca a penetração e disseminação do movimento neointegralista em algumas redes sociais existentes na internet, em especial o *Orkut*¹⁵² (a mais popular do tipo, no Brasil), onde há diversas comunidades (fóruns de discussão) sobre temáticas envolvendo o integralismo e nacionalismo, em que vez ou outra é palco de acirradas discussões entre integralistas e adversários ou mesmo entre militantes.

Espaços como estes são propícios campos de atuação para movimentos políticos, como o caso do integralismo, por serem espaços multifacetados, em que uma pessoa que desconhecesse o ideal integralista tornar-se-ia um futuro militante. Outro aspecto interessante para a inserção dos grupos nas redes sociais é que elas são utilizadas por um público bastante jovem, como é o caso do Orkut (53,48% de usuários entre 18 e 25 anos; 14,99% entre 26 e 30 anos¹⁵³).

Apesar da atuação da Frente Integralista Brasileira na perspectiva de defesa de seus ideais ocorrer majoritariamente pela internet, o movimento não permanece restrito somente ao ciberespaço. Evidentemente, as atuações realizadas em meios digitais não permanecem restritas a uma realidade paralela, do modo que há uma interconexão direta entre a conjuntura

¹⁴⁶ *Nova Offensiva*. Disponível em: <<http://www.integralismorio.org/offensiva/index.html>> (Acesso em 13 jul. 2009).

¹⁴⁷ *Blogs* é, grosso modo, espécie de diários virtuais, onde os responsáveis (que podem ser desde uma única pessoa até grandes coletividades) incluem textos, vídeos, sons e imagens diversas a partir de uma ferramenta de editoração própria da prestadora de serviço (que podem ser gratuito ou não), sem que haja necessidade de um conhecimento apurado acerca das tecnologias de criação, editoração e manutenção de páginas da internet. O processo de criação de um *blog* é muito mais rápido se comparado com de um *site* qualquer (mesmo os mais simples), sendo esta uma das características principais da grande proliferação dos *blogs* na rede.

¹⁴⁸ *Sigma Integralista*. Disponível em: <<http://sigmaintegralista.blogspot.com/>> (Acesso em 13 jul. 2009).

¹⁴⁹ *Integralismo*. Disponível em: <<http://integralismo.blogspot.com/>> (Acesso em 13 jul. 2009).

¹⁵⁰ *O Sigma reluzente*. Disponível em: <<http://osigmareluzente.blogspot.com/>> (Acesso em 13 jul. 2009).

¹⁵¹ *Cristianismo, Patriotismo e Nacionalismo*. Disponível em: <<http://cristianismopatriotismoenacionalismo.blogspot.com/>> (Acesso em 13 jul. 2009).

¹⁵² *Orkut*. Disponível em: <<http://www.orkut.com>> (Acesso em 13 jul. 2009).

¹⁵³ Dados referentes a última verificação realizados nas estatísticas oficiais da rede social Orkut. Disponível em: <<http://www.orkut.com/MembersAll>> (acesso em 15 dez. 2009)

e encaminhamento dos movimentos em suas ações cotidianas nas “ruas” com as práticas realizadas na internet. Portanto, não é porque determinada atitude ocorra na *web* que ela não acarretará implicações na “vida real”. Em diversos momentos, inclusive, a internet é utilizada de uma maneira tal qual um serviço de troca de correspondências qualquer, principalmente no quesito de intercomunicação entre militantes, algo que traz resultados e decorrências não restritas apenas aos meios digitais.

Os materiais produzidos e disponibilizados na rede de computadores não são determinados pela existência meramente tecnológica, pois há explicitamente um desejo para que estes materiais rompam as fronteiras digitais (em relação à materialidade concreta). Um exemplo prático desta proposição são as cartas de repúdio (“Nota pública” ¹⁵⁴) que os neointegralistas remetem a alguns veículos de comunicação (emissoras de televisão, jornais, revistas) que tratam do movimento de forma que o desagradam. A circulação deste material somente na internet certamente é um fator de desagrado aos integralistas, pois a abrangência é limitada. Por este e outros motivos, os membros da FIB buscam estabelecer algumas atividades – públicas e privadas – além dos “muros” digitais.

Em datas comemorativas do integralismo, tal qual o aniversário do lançamento do “Manifesto de 1932”, os militantes reúnem-se como forma de manutenção dos laços históricos com a origem de seus ideais. Em outras oportunidades, são realizadas missas em homenagem ao chefe Plínio Salgado (que tradicionalmente são celebradas pelo Padre Crispim, afilhado de Plínio Salgado, na Igreja de Santo André). Estas mobilizações não têm apenas o aspecto de comemoração da memória, mas também o caráter representativo de atuação política da instituição, que ocorrem em outras esferas tal qual em panfletagens e marchas em apoio a causas simpáticas ao ideal do integralismo, ou mesmo na presença dos militantes em eventos como Sete de setembro, entre outros. Alguns dos textos integralistas, antigos ou atuais, são distribuídos além da internet, em boletins ou jornais impressos, tal qual o “Bandeira do Sigma” (vinculado ao núcleo da FIB do Rio de Janeiro, editado por Jorge Figueira). Busca-se, portanto, o fortalecimento de relações construídas pela internet, e vice-versa.

Os textos produzidos pela FIB não se limitam apenas na relação da análise política e social brasileira por meio da ideologia integralista, ou seja, uma análise de dentro (integralismo) para fora. Há também a produção de análise do próprio movimento, por textos que discorrem sobre a condição do integralismo no Século XXI, em especial na questão da

¹⁵⁴ Disponível em: <<http://www.integralismo.org.br/novo/?cont=57>> (Acesso em 28 fev. 2009).

existência de diversos grupos que competem (nem sempre cordialmente) sobre a continuidade e “legitimidade” da herança integralista. Sobre a análise do neointegralismo (termo não aceito pelos integralistas do Século XXI, evidentemente), há uma clara disputa entre a FIB e o MIL-B (Movimento Integralista e Linearista Brasileiro), tornada pública *via internet*.

2.7 Movimento Integralista e Linearista Brasileiro e a atualização do ideal do Sigma

Os primórdios do Movimento Integralista e Linearista Brasileiro remetem segundo texto veiculado em um dos sites oficiais do movimento¹⁵⁵, ao ano de 1991 quando Cássio Guilherme Reis Silveira (que seria mais adiante o fundador do MIL-B) passou a integrar o grupo *Juventude Nacionalista*, na cidade mineira de Juiz Fora. No fim daquele ano, ele e alguns colegas membros do grupo entraram em contato com a literatura doutrinária integralista, de modo com que o grupo rapidamente se transforma em um núcleo integralista da cidade, no ano de 1992. Ao mesmo tempo em que começam a ter contatos com outros integralistas, alguns participantes da Casa Plínio Salgado (CPS), o grupo do qual Cássio Guilherme participava começa a empreender uma discussão no que tange às possibilidades de atualizações doutrinárias e filosóficas no integralismo.

O grupo integralista de Juiz de Fora era formado, além de Cássio, por alguns colegas mestrando em física, de modo que algumas temáticas relacionadas a esta área do saber eram constantemente analisadas e discutidas, tais como: metafísica, Matemática do Caos, Sistemas Dinâmicos e Mecânica Quântica. A ideia do grupo consistia basicamente no seguinte: aliar o legado do pensamento integralista com o desenvolvimento científico, em busca da possibilidade de traçar um paralelo entre as leis físicas e matemáticas com a dinâmica social e política da realidade brasileira. Parte dos integralistas com que tinham contato não apoiavam esta iniciativa em aliar a doutrina integralista com ideias diversas, tendo em vista que, para os militantes mais conservadores, o ideal do sigma reúne um completo e perfeito arcabouço ideológico, não sendo necessário, portanto, a releitura deste ideal.

O descontentamento perante o grupo de Cássio Guilherme era constante e crescente entre outros militantes neointegralistas. O rompimento definitivo ocorreu, portanto, após o 1º Congresso Integralista para o Século XXI e o fracasso de fundação do MIB, de forma que as

¹⁵⁵O que é *Linearismo*. Disponível em:

<<http://www.doutrina.linear.nom.br/o%20que%20%C9%20linearismo.htm>> (acesso em 27 mai. de 2009).

divisões internas que já haviam sido desenhadas no movimento foram determinantes. Durante este processo, Cássio e alguns companheiros começam a colocar em prática a tentativa em formular uma “seqüência harmônica de explicação” que, partindo de alguns pressupostos da física e matemática, juntamente com a doutrina integralista, fosse capaz de explicar – e solucionar, na aplicação prática – as mazelas da sociedade sobre variados aspectos, dentre as quais, as sociais, econômicas, políticas e até espirituais. Nascia aí, portanto, a filosofia linear, ou o linearismo.

O linearismo postula-se contra o positivismo não por conta de qualquer cientificismo, mas sim por renegar o primado espiritualista no conhecimento. Para os linearistas, portanto, o conhecimento total – e, conseqüentemente, a resolução das mazelas da sociedade – só se dará a partir da junção do conhecimento e práticas científicas a partir da elevação espiritualista. É contrário também ao materialismo e ao existencialismo, por estes supostamente imporem uma lógica caótica de compreensão da natureza, de forma com que a filosofia linear há de seguir um ritmo de “lucidez”, e é neste ponto especificamente que ocorre o maior diálogo com a doutrina integralista, pois esta defende o “despertar de consciência”, justamente com base no espiritualismo. Busca, em detrimento à teoria do três estados positivistas, um processo de entendimento conjunto e não sobreposto, valorizando, deste modo, tanto o “entendimento teológico da natureza quanto o entendimento físico-matemático e mesmo o entendimento metafísico, através da Astrologia, Numerologia, Cartomancia, Parapsicologia e outros” ¹⁵⁶.

Esta perspectiva da busca de compreensão da natureza em diversos processos em similaridade analítica advém, afirmam os linearistas, principalmente do conhecimento estabelecido pelo físico Gottfried Leibniz (1646 – 1716), que foi um dos primeiros pensadores a propor análise combinatória dos fatores ¹⁵⁷. Há também menção a Santo Agostinho (por buscar pautar a fé a partir de bases racionais) assim como Isaac Newton, que, embora este fosse empirista (os linearistas afirmam seguirem a linha racionalista espiritualista), deixou um grande legado de fórmulas matemáticas com as quais os linearistas buscam compreender em parte a realidade que os cerca. A filosofia integralista de Plínio Salgado, tido como o maior brasileiro de todos os tempos surge, portanto, como o elo final que fecha um círculo perfeito de análise social e científica, assim como encaminhamento político, social e mesmo espiritual.

¹⁵⁶ *Idem.*

¹⁵⁷ Leibniz é considerado também como um dos principais responsáveis pela criação do cálculo moderno que, coincidentemente, é um desenvolvimento de elementos do cálculo integral (Σ).

Afirma ainda uma profunda admiração por Jesus Cristo, Plínio Salgado, Baden Powell (fundador do escotismo) e São Francisco de Assis.

A doutrina integralista linearista é, segundo os membros, claramente derivada da doutrina integralista de primeira fase, embora a linearista tenha alcançado terrenos científicos e filosóficos *mais descritivos e atuais*. Há na “Linearidade Doutrinária”¹⁵⁸ menção a temas de discussões mais atuais, como a homossexualidade (“Não nos posicionamos a favor nem contra os homossexuais e nem os perseguimos [...]. Consideramos o Homossexualismo como uma patologia clínica psicológica”) e as *ciências metafísicas* (“O Linearismo valoriza as ciências metafísicas como Parapsicologia, Astrologia, numerologia. Incentivamos os estudos também nessas áreas de pesquisa”). Outro aspecto que difere da abordagem tradicional do integralismo em sua primeira fase é a relação com a maçonaria que, principalmente nas obras de Gustavo Barroso, era compreendida como conspiradores a serviço do suposto complô judaico de governança global. Para o linearismo¹⁵⁹, no entanto, as críticas do integralismo à maçonaria se davam mais por questão da contaminação que esta havia sofrido (pelo materialismo, principalmente) do que necessariamente perante sua configuração. Desta maneira, buscam rever o posicionamento sobre tal, almejando inclusive alianças.

O posicionamento do MIL-B perante a Igreja Católica é extremamente crítico, de modo que afirmam que a Igreja estaria contaminada pelas tendências esquerdistas, em especial a Teologia da Libertação, assim como da *farsa* do Velho Testamento, o qual renegam veementemente. Buscam, portanto, uma maior receptividade a outras religiões, desde que em acordo com o ideal linearista integralista. Embora haja uma série de fatores que distanciem o posicionamento do MIL-B ao integralismo tradicional dos anos 1930, este laço é permanentemente almejado. Visualizam-se como a autêntica expressão integralista na contemporaneidade, até porque para eles o integralismo só não teria sido tal como o linearismo porque não haveria contato (existência) com o arcabouço ideológico e científico na época da AIB de Plínio Salgado e companhia. Na estratégia de determinar uma ancestralidade legitimadora, os integralistas linearistas fazem menção à parte da simbologia da AIB, de maneira renovada.

¹⁵⁸ *Linearidade Doutrinária*. Disponível em:
<<http://www.doutrina.linear.nom.br/linearidade%20doutrinaria.htm>> (Acesso em 15 nov. 2009).

¹⁵⁹ *Integralismo Linear e Maçonaria e Monarquia*. Disponível em:
<http://www.integralismolinear.org.br/site/mostrar_texto.asp?id=19> (Acesso em 15 nov. 2009).

Além da utilização da letra sigma (Σ) tal qual a AIB, utilizam também a letra latina *elo*, que simboliza o linearismo. A letra está inscrita em um círculo de cor branca (simbolizando infinito polígono e infinitas possibilidades), tal qual a bandeira usual do integralismo e, diferentemente da “antecessora”, o círculo em questão fica localizado dentro de uma forma hexagonal, que simboliza para o MIL-B a ordem do mundo geométrico contra o maior inimigo do linearismo: o caos absoluto. Cada vértice do hexágono representa – em sentido horário – as ideias fundamentais do MIL-B: Deus, Pátria, Família, Ordem, Justiça e Doutrinação. A cor azul *Royal*, referência direta ao integralismo inspirador; e a letra *elo* *estilizada manualmente*, fazem referência ao início caótico das coisas e que, estando dentro do círculo e do hexágono, converte-se em ordem¹⁶⁰.



Fig.5 – símbolo Linearismo Integralista

Além do símbolo linearista e do sigma integralista, o MIL-B tem outro símbolo que é o Galo Tupã, um forte galo de briga integralista que, trajado com uma camisa polo (com o sigma e o elo inscritos) e calções pretos, aparece em charges em que “protege” o Brasil do “Verme Comunista-Liberal, gerado no ventre do Grande Capital Financeiro Internacional”¹⁶¹, impedindo que tais inimigos continuem “devorando” a nação. O galo de briga integralista é uma referência clara à alcunha de “galinhas-verdes” que os adversários utilizavam para debochar e minimizar os integralistas durante a AIB. A utilização desta simbologia “inversa” pelo MIL-B busca, desta maneira, não apenas minimizar o deboche criado para atingir os integralistas, como também representar e caracterizar o movimento enquanto apto para a ação. De acordo com Márcia Carneiro, um diferencial do MIL-B em relação aos demais grupos

¹⁶⁰ *Significado do símbolo Linearista*. Disponível em:
<<http://www.doutrina.linear.nom.br/simbolo%20linearista.htm>> (Acesso em 15 nov. 2009).

¹⁶¹ <<http://www.integralismolinear.org.br/site/>>. (Acesso em 15 nov. 2009).

neointegralistas é justamente a demonstração pública do movimento, em manifestações diversas e constantes panfletagens¹⁶².



Fig. 6 – Tupã: o Galo Integralista e Linearista

As mudanças propostas pelo MIL-B perante o integralismo *clássico* dos anos 1930 não são bem vista perante outros grupos neointegralistas, em especial a FIB, que combate abertamente o que chama de *distorção de um pseudo-integralismo*. Afirmam que, se há questões novas suscitadas pelo contexto do Século XXI, é justamente na obra de Plínio Salgado (e demais ideólogos integralistas) que os militantes devem encontrar as explicações, e não adicionando ideias externas ao arcabouço doutrinário integralista. Desta maneira, orientam, inclusive, para que os integralistas retirem-se de toda e qualquer organização controlada pelo linearismo, além da defesa da exclusão dos linearistas de todos os núcleos integralistas existentes (vinculados à FIB, evidentemente), com exceção daqueles que por ventura se desligarem do MIL-B¹⁶³.

Após o congresso integralista realizado em 2005 que resultou (embora não-efetivado) no MIB, do qual o grupo do MIL-B participou, os integralistas linearistas passaram a realizar congressos anuais, sem a participação de outros grupos. Quando o grupo passa a tomar corpo

¹⁶² *Idem*, p. 338.

¹⁶³ *Orientação aos Integralistas sobre um Pseudo-integralismo*. Disponível em: <<http://www.integralismo.org.br/novo/?cont=58&tx=11>> (Acesso em 17 fev. 2009).

como organização independente, Cássio Guilherme já havia mudado de localidade, passando a residir em Campinas/SP, onde são concentradas as atividades do grupo. O grupo tem uma sala própria, no centro de Campinas, onde funciona também a Sociedade de Estudos do Nacionalismo Espiritualista (SENE). A SENE funciona para o MIL-B tal qual o CEDI para a FIB, ou a SEP para a AIB. Presidida por Marcelo Franchi até meados de 2009 (sucedido por Cássio Guilherme), a SENE funciona como órgão completar ao MIL-B, embora não seja, segundo Cássio Guilherme¹⁶⁴, definida somente pelo caráter integralista e linearista, mas sim nacionalista e espiritualista, congregando portanto (ao menos em sua proposta) indivíduos de diversas tendências com valores nacionalistas e espiritualistas em comum.

A efetivação da criação da SENE ocorre no dia 02 de dezembro de 2006 quando é realizado simultaneamente o I Congresso da Sociedade do Nacionalismo Espiritualista e o II Congresso Integralista e Linearista Brasileiro. Na ocasião, o programa foi apresentado (e não discutido, pondera Márcia Carneiro¹⁶⁵), contendo dezesseis pontos principais, alguns com temáticas expressamente autoritárias, repressivas e/ou polêmicas, tais como: controle da mídia (imprensas estrangeiras atuariam no país apenas com visto do Estado), combate ao materialismo, *instauração* da democracia orgânica (Estado Corporativista), proibição de setores da mídia (emissora de TV e rádio, provedoras de acesso à internet) que estejam contra os interesses nacionais, liberdade religiosa aos que não coloque em perigo a moral nacional, entre outros. Neste evento, assim como na ocasião do primeiro congresso integralista do Século XXI (MIB), houve a participação de alguns representantes de organizações da direita radical brasileira, tal como a ADESG, do Círculo Monárquico de Campinas, da União Nacionalista Democrática (UND), além de alguns representantes da Maçonaria.

Portanto, a partir da consolidação do SENE e do MIL-B, buscam inserir a proposta do linearismo integralista em disputa pela herança do legado histórico, político e ideológico de Plínio Salgado e demais ideólogos camisas-verdes. Esta disputa, como é possível constatar, nem sempre é amistosa e cordial, principalmente se tratando da questão existente entre o MIL-B e a FIB. Diferencialmente destes, o terceiro grupo mais significativo das organizações neointegralistas, a Ação Integralista Revolucionária (AIR) segue uma linha de atuação relativamente diversificada de suas “concorrentes”, buscando uni-las em seu grupo, ao invés de criticá-las abertamente.

¹⁶⁴ CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. *Op. Cit.*, p. 336.

¹⁶⁵ *Idem*, p. 342.

2.8 Ação Integralista Revolucionária: em busca das raízes integralistas

A Ação Integralista Revolucionária foi fundada no dia 25 de dezembro de 2006, na cidade de Rio Claro, por Jenyberto Pizotti. A cidade de Rio Claro, no interior de São Paulo, é um importante lugar de memória para velhos e novos militantes integralistas por diversos fatores, muito em conta por ter sido intitulada como uma das primeiras “cidades integralistas” durante o auge da AIB, tal quais outras diversas cidades (Ilhéus/BA, Blumenau/SC, etc.) que contavam com expressiva movimentação dos camisas-verdes no período. É também na cidade de Rio Claro que está depositado o Fundo Plínio Salgado, localizado no Arquivo Histórico Municipal de Rio Claro, que é composto, de acordo com Bertonha¹⁶⁶, por cerca de 60 mil documentos, documentos de variados tipos do acervo pessoal do chefe integralista, cobrindo importantes aspectos do integralismo, sobretudo da AIB e do PRP, fruto de doação da viúva de Plínio Salgado (Carmela Salgado) ao Arquivo Municipal.

O fato de a cidade ter sido um dos polos de atividade integralista e preservar a memória (não apenas via documentos arquivados) do movimento contribuíram para a formação integralista de Pizotti. Em entrevista concedida a Márcia Carneiro, Pizotti afirma que o primeiro contato que teve com o integralismo fora no fim da década de 1970, quando da ocasião da inauguração de uma praça em homenagem a Plínio Salgado na cidade (Praça Plínio Salgado, evidentemente). Na ocasião festiva, teria conhecido um ex-miliciano integralista que o ajudou a buscar maiores informações e conhecer de fato a doutrina dos camisas-verdes. Logo, passa a ter contato com Jäder Medeiros que, como já apresentado, na época (isto já na década de 1980) era um dos principais articuladores do neointegralismo. Passa então a estudar com afinco a doutrina integralista, de modo que se tornaria consequentemente (em sua opinião) um dos maiores entendedores do movimento e doutrina integralista.

Esta condição de *profundo conhecedor* do integralismo seria determinante, segundo Pizotti, para que começasse a ser visto como uma possível nova liderança inerente ao neointegralismo, algo que teria sido reconhecido por Jäder Medeiros e mesmo Arcy Estrella (CCPS/CEDI). No contexto das confusões e disputas geradas em muito por conta das ações e posicionamentos de Anésio de Lara Campos (AIB dos anos 1980), Pizotti teria sido

¹⁶⁶ BERTONHA, João Fábio. A construção da memória através de um acervo pessoal: O caso do Fundo Plínio Salgado em Rio Claro (SP). *UNESP – FCLAs – CEDAP*, v.3, n.1, 2007.

incumbido pela viúva de Plínio Salgado ao papel de determinar uma resolução do problema. Nesta ocasião, Dona Carmela Salgado teria o presenteado com uma medalha das milícias integralistas, medalha esta que teria sido do próprio *chefe nacional*, alçando-o, portanto, à condição de líder natural das organizações integralistas que surgiriam futuramente.

Quando ocorrem as articulações para a realização do "1º Congresso Integralista para o Século XXI", Pizotti é convidado a participar do evento, mas declina o convite, afirmando que não aceitaria a participação de outros grupos no encontro (em especial partidos políticos, no caso do PRONA), assim como o tempo curto (dois dias de evento) para discussão e encaminhamento de proposta de tamanha magnitude. Esta posição, evidentemente, tem que ser vista à luz da análise de disputa de poder pela liderança do movimento, pois o próprio chefe da AIR afirma que já seria indicado à liderança durante algum tempo, sendo reconhecido até pela viúva Carmela Salgado. Ao organizarem um evento integralista destinado a reunir os militantes dispersos, provavelmente Pizotti esperava que sua liderança fosse automaticamente reconhecida, e não apenas um *simples* convite.

Por conta do fracasso da iniciativa em formalizar o Movimento Integralista Brasileiro, Pizotti funda a AIR exatos 20 dias após a realização do congresso de 2001. Esta iniciativa de Pizotti advém claramente do contexto de acirradas disputas que haviam sendo travadas dentro dos grupos e militantes neointegralistas. Em sua visão, somente um líder nato e legítimo seria capaz de acalmar os ânimos e unir os integralistas de forma pacífica. Como mostra a própria trajetória destes grupos, que viriam a se tornar o FIB e o MIL-B, respectivamente, tal iniciativa não obteve sucesso, e isto é decorrência não somente da não aceitação da liderança de Jenyberto Pizotti, mas também das opiniões divergentes destas correntes sobre o integralismo.

Colocando-se como profundo entendedor da doutrina integralista e um futuro líder dos camisas-verdes do Século XXI, Pizotti tem uma visão crítica sobre a trajetória e algumas atitudes tomadas pelos integralistas nos anos 1930. Segundo ele, um dos principais erros (ou deslizamentos/enganos) de Plínio Salgado e dos líderes integralistas, fora cometido no ano de 1935, quando ocorreu a transformação do integralismo que, até então era em sua compreensão um movimento cívico e revolucionário em partido político, aceitando, portanto, os moldes da democracia em concepções burguesas. Esta decisão, segundo Pizotti, além de determinar uma distorção da própria essência integralista, acabou por legitimar a extinção do movimento quando do decreto de Getúlio Vargas, durante a ditadura do Estado Novo. Para Pizotti, estas questões, assim como outros pontos de foro doutrinário das lideranças do integralismo (como

o profundo antissemitismo de Gustavo Barroso) tinham que ser revistas, para que o encaminhamento presente do integralismo (início do Século XXI) não cometesse novamente os mesmo erros, de certa maneira autofágica.

Sendo assim, os estatutos da Ação Integralista Revolucionária preveem a organização de um movimento cívico-ideológico integralista de volta às origens revolucionárias do movimento, solucionando, portanto, um “equivoco estratégico”¹⁶⁷ das antigas lideranças, para desta maneira unir “num só bloco de pensamento e ação” os antigos e novos militantes, destinados a *implantar* no Brasil o Estado Integral. Os estatutos da AIR definem que o presidente, no caso o próprio fundador do movimento, seja atribuído do cargo de chefe nacional, com plenos poderes deliberativos para a escolha e formação dos quadros de liderança do movimento. Em texto sobre o “posicionamento oficial da Ação Integralista Revolucionária”, Jenyberto Pizotti reafirma a crença na liberdade interpretativa e de estudo do integralismo, determinando, portanto, o posicionamento do grupo em relação à escolha de qual parcela da trajetória histórica da AIB deveria determinar a condição de atuação do integralismo no Século XXI, afirmando inclusive que algumas ações de Plínio Salgado seriam discutíveis, um ponto que naturalmente não é consenso entre os neointegralistas.

Nas “resoluções da Chefia Nacional”, Pizotti determina a criação da Sociedade de Nacional de Estudo dos Problemas Brasileiros (SNEPB) – “*resolvo criar a Secretaria Nacional de Estudo dos Problemas Brasileiros (SNEPB)*” – que é destinada à função de análise de questões relevantes da sociedade brasileira, de forma similar a atuação da SEP pré-AIB (e das demais “congêneres” dos outros grupos neointegralistas). Neste documento, lançado oficialmente no dia 18 de fevereiro de 2006 (pouco mais de um ano após a publicação dos Estatutos da AIR), Pizotti determina que os cargos de gerência da Secretária Nacional de Organização e Ação Política (SNOAP) e da Secretária Nacional de Finanças (SNF) da AIR deveriam ser ocupados, respectivamente, por Cássio Guilherme Reis Silveira e Marcelo Franchi Stievano. Curiosamente, ambos já estavam inseridos no projeto integralista e linearista fundado por Cássio Guilherme, sendo que Marcelo Franchi meses após tal determinação seria nomeado líder da SENE (Sociedades de Estudos do Nacionalismo Espiritualista, vinculado ao MIL-B), o que pode ser um indício de uma tentativa de cooptação da MIL-B pelo AIR.

Como forma de divulgar o grupo frente à população brasileira, a AIR lançou em 09 de julho de 2005 o “Manifesto da Ação Integralista Revolucionária ao Povo Brasileiro”, onde é

¹⁶⁷ ESTATUTOS DA AÇÃO INTEGRALISTA REVOLUCIONÁRIA - A.I.R. Disponível em: <<http://br.geocities.yahoo.com/airevolucionaria/estatutos.htm>> (acesso em 11 jan. de 2009).

realizada uma incisiva crítica ao governo federal do então presidente Luis Inácio Lula da Silva (“eleito como homem do povo, sem o ser, preferiu abandonar a Nação”), clamando aos empresários, agricultores, comerciantes e diversos outros *brasileiros honestos* para que resistissem às “forças internas entreguistas e às forças externas apátridas”, assim como o faz com os (as) professores (as) e intelectuais. Aos militares é destinada atenção especial no texto, primeiramente elogiando-os (“Nossas gloriosas e honradas Forças Armadas, hoje tão mal compreendidas e tão mal pagas, sempre de prontidão na defesa do nosso Brasil, precisam reagir”), para depois, utilizando um discurso expressamente golpista, conclama-os para que parem de *tapar buracos* e, se preciso for, *coloquem seus soldados nas ruas*.

A forma mais utilizada para divulgação destes textos, igualmente ao caso de outros grupos neointegralistas, é por meio de *site* na internet. No entanto, o caso da utilização da internet pela AIR tem duas diferenças substanciais: em primeiro lugar, não há uma identidade visual e simbologia própria do movimento. O único elemento gráfico encontrado da AIR encontrado é na realidade uma capa da revista *Anauê* de 1936 (ano II, n. 9) em que há um desenho de autoria de Arthur Thompson¹⁶⁸ que, segundo Rogério Souza Silva, simboliza a tentativa de golpe comunista (intentona/levante de 1935) sobre o Brasil (representado na figura pelo índio) sendo barrado por um braço verde (integralista). A arte original da revista *Anauê* utilizada/apropriada pela AIR sofreu, no caso, uma intervenção artística digital, onde são inseridos alguns elementos que a tornam mais atual: no braço vermelho “comunista” é adicionada uma estrela de cinco pontas com margens brancas, provavelmente simbolizando o Partido dos Trabalhadores (PT) – suponha-se que seja uma referência ao governo Lula -, no braço verde “integralista” é inserida uma bandeira integralista (AIB) e no canto inferior direito é adicionada uma inscrição em letras amarelas da “Ação Integralista Revolucionária”.

¹⁶⁸ Cf. SILVA, Rogério Souza. A política como espetáculo: a reinvenção da história brasileira e a consolidação dos discursos e das imagens integralistas na revista *Anauê*!. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 25, n. 50, Dec. 2005.



Fig. 7 – Capa original revista *Anauê* (reprod. PB)



Fig. 8 – AIR: Intervenção sobre capa *Anauê*

Outro aspecto que diferencia a AIR do MIL-B e da FIB na inserção do neointegralismo na internet é a condição pela qual esta prática é estabelecida. Tanto a FIB quanto o MIL-B têm mais de um *site* oficial (no caso dos linearistas, são dois do próprio movimento e um da SENE, e da FIB é um da unidade nacional do grupo e outros três de núcleos regionais) dotados de domínio próprio, diferentemente do ocorrido com a AIR, que utiliza-se de serviços gratuitos de hospedagem, além de um único site.

Mesmo sendo uma produção mais modesta deste grupo neointegralista nos meios digitais em relação aos demais, é por meio desta plataforma que é feita a articulação de grande parte da militância destes grupos. Neste espaço digital – ciberespaço - que contém uma relação evidente com a “realidade” palpável, que são costuradas partes das ações destes grupos neointegralistas mais recentes, e também por onde é efetuada a vazão das releituras do movimento, não apenas sobre aspectos organizativos, mas também doutrinários. Desta maneira, questões interpretativas sobre parte da doutrina integralista, sobretudo provenientes da primeira fase institucional do movimento, são exteriorizadas pelos militantes, num processo contínuo de construção de memória, com práticas de comemoração, exaltação, silenciamento ou mesmo esquecimento.

Para analisar este processo, ou seja, como os integralistas contemporâneos buscam dialogar e relacionar a memória militante do integralismo histórico dos anos 1930 com a atuação política em pleno Século XXI (e fins do Séc. XX), analisar-se-á especificamente o caso do antissemitismo integralista, justamente por ser um dos pontos mais problemáticos aos neointegralistas nas iniciativas de explicação e defesa do passado do movimento. É necessário, portanto, compreender inicialmente como se deu o antissemitismo no integralismo em sua primeira fase, assim como ele se relacionava com a sociedade brasileira do período, para, num segundo momento, abordar esta dinâmica no fenômeno neointegralista.

3 Integralismo e Antissemitismo nos anos 1930

A questão da presença do antissemitismo no integralismo em diversos momentos, abordados aqui em dois focos de análise distintos – ainda que complementares: a Ação Integralista Brasileira e o fenômeno Neointegralista necessitam que seja levada em conta a caracterização histórica desta prática (antissemitismo), ou seja, uma análise que aporte as devidas singularidades e complexidades destes dois grandes blocos organizados para fins analíticos, embora seja corrente o discurso dos interlocutores do tempo presente em busca de uma construção linear e perene das práticas integralistas, mesmo que evidente a fragilidade discursiva e prática de tal postulado.

A busca por uma análise que leve em conta as devidas particularidades de tempo, espaço ou mesmo constituições, é pautada não apenas por uma característica da própria prática historiográfica, que busca nos fatores e nos devidos pormenores constituintes as possíveis chaves de compreensão e constatação das singularidades históricas, mas também pela questão do próprio objeto de pesquisa, no caso o antissemitismo. É uma necessidade presente ao historiador que trabalhe com temáticas do antissemitismo fugir da mera “denúncia” da ocorrência de tal preconceito, qualquer seja o objeto de pesquisa analisado. Tal pressuposto leva em conta, conforme aborda Hannah Arendt, que o trato *ahistórico* com o as práticas antissemitas leva invariavelmente à reconstrução/fortalecimento da “doutrina do eterno antissemitismo” que, longe de compreender a repetição e/ou persistência destas práticas, acaba inclusive tornando propícia a construção de um ideário que leve em conta o “eterno antissemitismo” como legitimador do próprio preconceito, dando margem, então, para que seja tomado em conta como algo normal e natural, em suma, “aceitável”.

Leva-se em conta, portanto, o fenômeno do antissemitismo no integralismo como uma prática dialética, não no sentido de buscar na sociabilidade da comunidade e da cultura judaica os fatores que seriam os “causadores” de tal preconceito (o que, certamente, seria um disparate), mas sim de buscar colocar tal preconceito sob uma ótica de análise de determinada conjuntura social e política em que se inseria o integralismo nos anos 1930. Esta proposta se dá também para o foco sobre os neointegralistas pois, ainda que haja uma evidente e significativa perda de espaço das práticas e propostas dos “camisas-verdes” do tempo presente, eles buscam dialogar – no sentido de apresentar propostas e resoluções– com a

sociedade de seu tempo, não ficando, portanto, restrito apenas à uma condição de comemoração ideológica, mas sim na busca de uma problematização e inserção social.

Para situar, portanto, a prática de antissemitismo tanto do integralismo nos anos 1930, quanto dos atuais neointegralistas, é preciso delimitar algumas das redes de sociabilidade presente na configuração de um ideal antissemita na sociedade brasileira pois, de fato, não compete à Ação Integralista Brasileira o surgimento de um ideal discriminatório aos judeus, embora uma sistematização doutrinária seja evidente, em especial no caso de Gustavo Barroso. Abordar-se-á, portanto, ainda que brevemente, alguns dos precedentes históricos mais próximos ao ideal antissemita moderno, que encontrará eco e representatividade no integralismo, tanto no período áureo dos camisas-verdes (1932-1937) até os casos mais recentes.

3.1 O Brasil e a Questão Judaica nos anos 1930

A larga disseminação de práticas e discursos antissemitas organizados no Brasil remonta majoritariamente à década de 1930, quando diversas obras, textos e revistas são difundidas com apologias discriminatórias aos judeus. No entanto, é possível constatar que séculos antes já havia indícios de possibilidades de aceitação de determinada parcela da sociedade brasileira perante a tais ideias, principalmente às ligadas a setores religiosos.

Durante o Brasil Colonial, conforme aborda Blay¹⁶⁹, desde as primeiras ocorrências da Santa Inquisição na Bahia já é possível notar o surgimento da preocupação da elite dirigente (no caso, o visitador Furtado da Mendonça) com as possíveis atuações “nefastas” de indivíduos judeus na sociedade brasileira. Séculos adiante, algumas obras de teor antissemita passaram a ser reproduzidas e difundidas em território nacional. De acordo com Bruno Feitler¹⁷⁰, uma das principais obras antissemita em circulação no Brasil durante o início do Século XVIII foi *Synagoga Dezenegada*, escrita pelo italiano Giovanni Pietro Pinamonti, traduzida por Giovanni Antonio Andreoni (Antonil) e publicada pelo então arcebispo da

¹⁶⁹ BLAY, Eva Alterman. INQUISIÇÃO, INQUISIÇÕES: Aspectos da participação dos judeus na vida sócio-política brasileira nos anos 30 *Tempo Social*; Rev. Social. USP, S. Paulo, VOLUME 1(1).

¹⁷⁰ FEITLER, Bruno. Circulação de obras antijudaicas e anti-semitas no Brasil Colonial, p. 63-83 in: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *O Anti-Semitismo nas Américas: história e memória*. São Paulo: Edusp/FAPESP, 2007.

Bahia D. Sebastião Monteiro da Vida, no ano de 1720. Tanto o teor da própria obra (que não era referente à “atuação” dos judeus no Brasil, mas sim na Itália), quanto o próprio preconceito antissemita no Brasil Colonial, como observa Tucci Carneiro¹⁷¹, estão ligados, inclusive por questões cronológicas óbvias, ao modelo de antissemitismo tradicional, principalmente de fundo religioso (deicídio, etc.). Evidências de práticas antissemitas ligadas ao modelo tradicional são notadas mais adiante pela autora¹⁷², como em meados de 1839 e posteriormente, em textos trazidos por meio de jornais literários, romances históricos, folhetins, entre outros, veiculando uma imagem estereotipada dos judeus, correntemente discriminatória.

A passagem do discurso antissemita tradicional (de fundo teológico e religioso) ao antissemitismo moderno (adicionando questões “científicas” e “raciais”) obedece no Brasil um modelo em voga em várias localidades do globo, em especial na Europa. É neste momento que são adicionadas (ou superlativizadas) a imagem do judeu como um peregrino apátrida, disposto a vagar por diversas nações em busca de práticas parasitárias e usurárias, trajando a coletividade e cultura judaica como dissonante de valores considerados essenciais às sociedades, como o apego ao trabalho, o bom trato com atividades braçais, entre outros. No caso brasileiro, a disseminação e circulação de obras e outras produções literárias antissemitas estava basicamente restrita aos meios doutrinários católicos não-laicos e/ou setores literatos até o início do período do Estado republicano.

O crescimento da preocupação de parcela da intelectualidade e categorias políticas brasileira com a Questão Judaica e a conseguinte eclosão de obras e teses discriminatórias começam a tomar corpo em meados da década de 1920 por diversos elementos. Um destes principais fatores foi certamente o vertiginoso aumento da imigração judaica no Brasil. De acordo com Jeffrey Lesser¹⁷³, após o fim da Primeira Guerra Mundial, diversos países que recebiam grande número de imigrantes judeus passaram a impor medidas (leis) restritivas a tal fluxo, em especial os Estados Unidos da América, o Canadá, a África do Sul e, no caso sul americano, a Argentina, que, num primeiro momento, desautorizou que organizações judaicas de imigração e colonização emitissem vistos em passaportes. Além dessa medida, outra lei obrigava que os cônsules argentinos concedessem vistos apenas para imigrantes em seus

¹⁷¹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Preconceito Racial em Portugal e Brasil Colônia: os cristãos-novos e o mito da pureza de sangue*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

¹⁷² CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Veneno da Serpente*. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 31.

¹⁷³ LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a Questão Judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995, p. 59.

países de origem, o que automaticamente determinava que grande parcela de refugiados judeus no pós-guerra fosse impedida de obter o visto. O autor afirma que, além de uma explicação que leva em conta o “fechamento” estadunidense, outros fatores indicam a causa para o aumento do fluxo migratório judaico ao Brasil.

Além das medidas restritivas proveniente de outros países, o Brasil passara a ser mais bem visto aos olhos dos imigrantes de origem judaica por conta de uma relativamente forte economia nacional, impulsionada pelo tímido – e tardio – processo de industrialização, algo que, inclusive, tornava propício o surgimento de empregos ou mesmo a possibilidade de investimentos na área. Ainda que no ano de 1921 o governo de Epitácio Pessoa determinou, assim como os casos acima citados, medidas restritivas para imigrantes (o imigrante desejoso em aportar no Brasil teria que provar a condição para sobrevivência financeira no país), o país continuou a receber um significativo número de imigrantes judeus. Notando o endurecimento das medidas estatais à imigração, a ICA/JCA (*Jewish Colonization Association*) passa a instalar um escritório na capital federal brasileira visando articulações políticas para desenrijecer tais políticas oficiais, de modo que tal medida obteve relativo sucesso, como é possível observar na tabela abaixo, a partir de dados de Decol (valores e percentual de aumento)¹⁷⁴.

<i>Brasil – Imigração Geral e Judaica, por períodos (1900 – 1929)</i>					
<i>Período</i>		<i>Geral</i>		<i>Judaica</i>	
1900	1909	622.407	11,6%	5.000	5,4%
1910	1919	815.453	15,2%	5.000	5,4%
1920	1929	846.647	15,8%	30.316	32,5%

Tabela 1 – Imigração Judaica no Brasil (1900-1929)

A ação da ICA, principal organização em atividade na América de organização da imigração judaica tinha, de acordo com Bila Sorj¹⁷⁵, um mote ideológico influenciado pelo discurso filosemita, de maneira que defendia que os judeus que adentrassem ao país deveriam integra-se aos costumes e cultura nacional de uma maneira ampla, não constituindo, portanto, uma comunidade independente, à parte, aos olhos da sociedade local. Este posicionamento

¹⁷⁴ DECOL, René Daniel. Judeus no Brasil: explorando os dados censitários. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 2001, vol.16, n.46, pp. 147-160.

¹⁷⁵ SORJ, Bila. “Normalizando” o povo judeu: a experiência da *Jewish Colonization Association* no Brasil. In: SORJ, Bila. (org.). *Identidades Judaicas no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Imago, 1197.

ideológico da ICA perante a leva de imigrantes judeus ao Brasil não diferia do que era praticado em relação à Argentina, principal destino destes imigrantes à América do Sul até o surgimento das limitações legais descritas. De acordo com Falbel¹⁷⁶, a política da ICA em relação ao Brasil era uma repetição da ocorrida com a Argentina, esta sim tomada com principal atenção.

Desta maneira, a intenção inicial das agências judaicas de colonização era estabelecer um plano para que os imigrantes efetuassem atividades primordialmente ligadas ao setor agrícola, não somente por conta das características locais, mas também pela influência absorvida do discurso filosemita, buscando, assim, que o imigrante judeu fosse mais facilmente “absorvido” pela sociedade local.

As práticas de colonização agrária tiveram relativo sucesso no Brasil até meados da década de 1920. Dentre os casos mais significativos, consta a experiência da fazenda “Quatro Irmãos” no estado do Rio Grande do Sul (93.850 hectares, na região da cidade de Passo Fundo), adquirida por membros da JCA em meados de 1909. A fazenda e a própria experiência agrícola eram iniciativas consideradas vitoriosas para os órgãos de colonização. Com o fim da experiência (causado por conflitos regionais), parte dos trabalhadores desta passaram a trabalhar em outras iniciativas do tipo, mas uma grande parcela de outros membros passou a dedicar-se a atividades relacionadas aos centros urbanos.

Ainda que a trajetória dos imigrantes judeus que trabalhavam na fazenda “Quatro Irmãos” não seja um modelo estático explicativo da passagem de trabalho do setor agrícola ao urbano/industrializado dessas pessoas, serve bem para ilustrar o fluxo migratório destes já estabelecidos ou mesmo daqueles imigrantes que estavam por vir. Com o aumento significativo do processo de industrialização brasileira a partir dos anos 1920, os grandes e médios centros urbanos passam por um gradativo fortalecimento da consistência financeira destes locais, gerando, portanto, necessidade de mão-de-obra e também possibilidades de absorção de variadas camadas da sociedade brasileira, em especial de imigrantes de diversas origens, inclusive judaicas.

Em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, importantes centros urbanos no período, os imigrantes passam a desempenhar papel essencial de mão-de-obra e na própria economia local. Afirma Lesser que, por conta do baixo nível de instrução da população brasileira nativa do período, os imigrantes foram se tornando razoavelmente bem-sucedidos, gerando, portanto, uma crescente onda de mobilização e de descontentamento da

¹⁷⁶ FALBEL, Nachman. “A imigração israelita à Argentina e ao Brasil e a colonização agrária” in. *Judeus no Brasil: Estudos e Notas*. São Paulo: Humanas/Edusp, 2008.

população nativa frente ao “sucesso” destes imigrantes, que passaram a ser vistos por alguns setores da sociedade como uma das principais causas do “martírio” da população local.

No tocante aos imigrantes judeus de maneira específica, o fato de estes passarem gradativamente a atuar em áreas urbanas, fez que deixassem de ser apenas uma idealização do perigo judaico à sociedade brasileira, e se apresentassem de fato como um “perigo” real, materializado, não mais restrito a povoamentos agrícolas. A inserção destes imigrantes nos meios urbanos tornou possível a consolidação em parte do imaginário social da concretude da tese de judeu enquanto um ser alienígena social e parasitário. Por mais que tais teses caminhassem, de certa forma, diametralmente opostas da realidade, o simples fato da inserção crescente dos judeus na sociedade nacional já seria um “indício” de tal “perigo”. Se for levado em conta ainda o relativo sucesso de imigrantes em suas atribuições pessoais / profissionais, delegava-se um fator adicional para a composição de um ideário discriminatório sobre a coletividade judaica, ou seja, a gradativa composição de um corpus preconceituoso sobre os judeus.

Categorias políticas, tanto a nível estadual quanto federal, passavam a trazer a questão da imigração (e de diversos conflitos sociais gerados por conta do citado “sucesso” profissional de imigrantes) para o conjunto de suas propostas políticas, tanto no nível discursivo ou mesmo programáticas. Além da questão da inserção de tal debate no jogo político de maneira superficial, isto é, visando ganhos políticos isolados ou mesmo eleitorais, a década de 1920 é marcada profundamente para uma nova significação política nacional, não apenas nas mais altas instâncias de poder, mas inclusive pela crescente discussão e preocupação dos meios intelectuais em relação à configuração da identidade nacional, além do próprio Estado.

A discussão sobre a essência do povo brasileiro e também as propostas políticas que auxiliariam o desenvolvimento da nação brasileira tem um significativo aumento na década de 1920. Autores como Azevedo Amaral, Alberto Torres, Oliveira Viana, entre outros, passam a discutir quais seriam as necessidades de configuração da sociedade brasileira, utilizando para tal um debate sobre as possíveis categorias sociais perniciosas ou pertinentes ao desenvolvimento nacional, inclusive racial. Oliveira Viana, de acordo com Matos¹⁷⁷, buscou situar o debate a partir de teses do naturalismo sociológico herdados principalmente do

¹⁷⁷ MATOS, Karin Mandeli. O Autoritarismo em Oliveira Viana. *Metavnoia*. São João Del Rei, n. 2, p. 71-75, jul. 2000.

darwinismo social, de forma que, afirma Boris Fausto¹⁷⁸, defendia uma proposta de *branqueamento* da sociedade brasileira como forma de alçá-la a um novo patamar de desenvolvimento, tendo inclusive manifestado para a Câmara de Deputados Federais a defesa da necessidade de priorização de uma política pública visando a “arianização” da sociedade brasileira.

As teorias raciais em relação às supostas necessidades de constituição de uma nova identidade nacional estão presentes também no ideal e obras de Azevedo Amaral, embora em outras perspectivas. Diferentemente dos pressupostos de Oliveira Viana, que buscava o “embranquecimento” da sociedade brasileira como modo ideal de desenvolvimento, Amaral defendia que era justamente a miscigenação um dos entraves para a concretização de um tipo ideal de identidade. Desta maneira, afirma Souza¹⁷⁹, era a própria miscigenação que, na visão de Amaral, longe de agregar características “positivas” de diversas “raças”, determinava a impossibilidade de sucesso da identidade nacional de então, gerando regionalismos perniciosos à nação.

Evidentemente, a discussão da nacionalidade e unidade nacional não era restrita apenas a teorias abertamente racistas (seja no âmbito do “embranquecimento” da população, ou contrário à mestiçagem) e discriminatórias. Alberto Torres, de acordo com Boris Fausto, apesar de utilizar uma apreciação de fundo biológico sobre o tema racial (mito das três raças), encarnava uma crítica ao racismo ao defender profundamente a miscigenação como elementar para a constituição da identidade nacional, posicionamento semelhante a Álvaro Bomilcar, Arnaldo Vieira, entre outros.

Entre estes e tantos outros autores e suas teorias, é possível constatar que em meados de 1920 e adiante, a discussão sobre o caráter do povo brasileiro estava em pauta. Ainda que houvesse vozes dissonantes das teses reconhecidamente discriminatórios, grande parcela dos intelectuais dedicados a esta temática estigmatizavam os imigrantes enquanto seres alienígenas e perigosos à nação. O judeu, neste quesito, embora não fosse o alvo principal do descontentamento da elite intelectual brasileira do período, já começa a ser encarado como um dos mais nocivos elementos da imigração. Levava-se em conta, inclusive, o próprio antissemitismo tradicional já existente – embora não hegemônico – na sociedade brasileira, principalmente de parcelas mais ligada aos setores dirigentes da elite religiosa.

¹⁷⁸ FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

¹⁷⁹ SOUZA, Ricardo Luiz de. Os caminhos da modernidade em Azevedo Amaral. *Sociedade e cultura*, janeiro-junho, ano/vol. 8, 2001.

Lesser atenta para o fato de que, além da discussão sobre “O Problema Judaico” existente então em setores acadêmicos, intelectuais e da imprensa no período, já começavam a surgir em camadas políticas algumas vozes propondo práticas antissemitas. Fidelis Reis, deputado federal do Partido Republicano Mineiro, notório crítico à imigração de africanos e asiáticos, passa a criticar também a atuação da ICA, afirmando que a sociedade brasileira precisava passar a combater o que chamava de um novo perigo social. Além da própria questão da inserção dos judeus na sociedade brasileira por conta do processo de imigração e, depois, pela presença de setores da coletividade judaica em áreas urbanas, exercendo (além de mão-de-obra) atividades comerciais ou mesmo empresariais, questões da política nacional passam a dar “embasamento” para o fortalecimento de um discurso antissemita na sociedade brasileira, estabelecendo questões pontuais que serão mais adiante articuladas no discurso antissemita.

Uma das questões cruciais das mudanças ocorridas na década de 1920 no Brasil foi ao panorama político por conta das diversas crises existentes no setor que, em intensidades diferentes, auxiliaram no que culminou com o fim da República Velha. É, portanto, durante a década em questão que começam a serem articuladas novas práticas políticas desvinculadas de um modelo oligárquico e pautado pelo coronelismo. Novas forças políticas passam, portanto, a se organizar ou mesmo criadas. Uma destas ocorrências que, num período de crise política e disputa de poder entre variados grupos, vai acabar impulsionando o surgimento de novas expressões do antissemitismo é a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no ano de 1922.

A criação do PCB veio a fortalecer o temor de setores da elite nacional frente a organizações de esquerda. Desde as mobilizações e greves anarquistas da década de 1910 adiante, o pavor destes setores com o fortalecimento e/ou criações de grupos de esquerda mais organizada (fossem eles anarquistas ou comunistas) era crescente. Adentrou, portanto, no imaginário e discurso de parcelas da sociedade brasileira o perigo iminente que tais grupos “ofereciam” não somente à elite política nacional, mas também aos costumes e a sociedade cristã como um todo.

De acordo com Motta¹⁸⁰, desde o século XIX, os judeus eram vistos pelos setores reacionários (inclusive no Brasil) como indivíduos instigadores de perturbações sociais e de processos revolucionários, embora a questão comunista não estivesse evidentemente clara neste discurso. É somente após a Revolução Russa (1917) e o surgimento de movimentos e

¹⁸⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O mito da conspiração judaico-comunista. *Revista de História (USP)*, n, 138, 1998.

partidos fascistas na Europa que começa a ser formulada a tese da indissociabilidade entre judaísmo e comunismo ou, como chama o autor, o mito da conspiração judaico-comunista. Toma corpo, portanto, no bojo das elites intelectuais, religiosas, financeiras e políticas, uma forte reação à modernidade e aos processos reivindicativos e/ou revolucionários, vistos como uma ameaça concreta a seus poderes e própria existência. Os judeus passam a ser vistos, desta maneira, como elementos ativos desta modernização, fruto e produtores da modernidade.

No caso do Brasil, no contexto de conturbação política por conta da crise da república velha e também devido à crescente articulação das organizações de cunho esquerdista, em especial pela fundação do PCB, há um fortalecimento da prévia composição necessária para a constituição do mito judaico-comunista no Brasil. De acordo com Jeffrey Lesser, o fato da grande maioria dos imigrantes judeus no Brasil serem oriundos do Leste Europeu auxiliou a consolidação na elite intelectual e política brasileira da crença que estes imigrantes eram todos comunistas e exploradores econômicos. O imaginário do perigo da atuação destes *agitadores revolucionários* tornava-se crescente, de modo que o temor e descontentamento sobre a presença judaica eram alocados não apenas em relação à questão da constituição nacional no panorama étnico, mas também nas questões políticas e inclusive religiosas.

A condição da Igreja Católica nas décadas de 1920 e 1930 seguia um padrão de tentativa de rearticulação por conta da perda de hegemonia após a proclamação da República em 1889, de forma que após a separação entre Estado e Igreja, a Igreja já não detinha o poder que havia exercido até então. Desta maneira, a alta cúpula católica previa ações de recristianização da sociedade que, de acordo com Wiazovski¹⁸¹, teve aumento significativo no Brasil a partir do Pontificado de Pio XI (1922-1939), por meio da chamada “Ação Católica”, que visava à articulação de organizações de católicos leigos militantes em oposição ao Estado Liberal. Um dos “carros-chefes” da atuação da Ação Católica no Brasil foi por meio da criação de uma imprensa alinhada a estas propostas, chamada de “Boa Imprensa”, justamente em contraposição ao que estes setores consideravam a má imprensa: a imprensa neutra. Houve inclusive a criação de um Centro da Boa Imprensa (1910), destinado a organizar a atuação destas, auxiliando no combate do comunismo e do liberalismo, não apenas por meios impressos, mas inclusive por difusão de imagens, como o cinema¹⁸². A imprensa ligada à

¹⁸¹ WIAZOVSKI, Taciana. *O mito do complô judaico-comunista no Brasil: gênese, difusão e desdobramentos* (1907 – 1954). São Paulo: Humanitas, 2008.

¹⁸² *Idem*, p. 138.

Ação Católica editou diversas revistas no Brasil, algumas de circulação regional¹⁸³ e outras de alcance nacional, como foi o caso da revista *Vozes de Petrópolis* e *A Ordem*.

A *Vozes de Petrópolis*, fundada em 1907 pela Ordem dos Franciscanos, foi o primeiro veículo de imprensa de expressão ligada aos ideais da Ação Católica, uma arma na luta contra a modernidade. Tinha uma abordagem predominantemente religiosa, embora outras temáticas – tal qual literatura – também tinham espaço garantido. Desde o primeiro fascículo, afirma Wiazovski, a revista já detinha o alcance nacional de distribuição e era um importante veículo de imprensa, não apenas para setores religiosos, mas também laicos, por conta do caráter plural desta publicação, de modo que abrangia e agradava diversos setores da sociedade. Deste modo, os escritores da revista não eram restritos apenas aos representantes do clero, mas também de outras importantes figuras da intelectualidade brasileira

A revista *A Ordem* foi fundada por Jackson de Figueiredo em 1921, e assumiu o papel de porta-voz do Centro Dom Vital (fundado em 1922, por Figueiredo e D. Sebastião Leme). O Centro Dom Vital – e, conseqüentemente, a revista *A Ordem* – tinha por finalidade tentar atrair nomes da intelectualidade nacional para a Igreja, visando à formação de uma “nova geração de intelectuais brasileiros”. Além da revista, afirma Romualdo Dias¹⁸⁴, o Centro Dom Vital buscava ampliar sua abrangência a partir de outras organizações, como a Ação Universitária Católica, a Confederação Nacional dos Operários Católicos e o Instituto Católico de Estudos Superiores, todos com objetivos de ampliar a recatolização da sociedade brasileira, tanto no meio intelectual, quanto no operariado e estudantil.

De acordo com Wiazovski, tanto a revista *A Ordem* quanto *Vozes de Petrópolis* traziam uma leitura altamente maniqueísta da realidade nacional e internacional, pautando suas atuações numa luta entre o Bem e o Mal, onde o Bem seria constituído por toda a tradição católica e o Mal, as forças desagregadoras da modernidade, em especial o liberalismo. A corrupção da sociedade de então era, nesta visão de mundo, entendida como obra de forças malignas em que o judeu era parte integrante, por vezes explicitamente citado ou mesmo sutilmente presente. O comunismo passa gradativamente a constar nestas publicações como mais um elemento das forças desagregadoras, notado também como uma expressão do judaísmo.

¹⁸³ No Paraná, para citar um exemplo, havia *A Cruzada*, o *Cruzeiro*, o *Luzeiro*, o *Alvor*, a *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*, entre outras (cf. CAMPOS, Nívio de. Ação católica: o papel da imprensa no processo de organização do projeto formativo da igreja católica no Paraná (1926-1939). *Educ. rev.*, Curitiba, n. 37, 2010).

¹⁸⁴ DIAS, Romualdo. *Imagens de ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil, 1922-1933*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996, p. 89.

É possível notar que, durante as décadas de 1920 e 1930, surge e fortalece em parcela das elites nacional (intelectual, religiosa, política, etc.) um discurso discriminatório que busca acusar, apontar, elencar, categorizar e hierarquizar diversas coletividades e minorias presentes na sociedade de então. Embora o antissemitismo não fosse o aspecto central da questão, ele aparecia em diversificadas ocorrências e em variadas intensidades, ligado às categorias de indesejáveis e socialmente impertinentes ou perniciosos. Não adeptos da religião oficial do país, com práticas que às vezes eram consideradas uma afronta ao que a elite e a população julgavam ser autêntico costume nacional, os judeus passavam a ser ainda mais estigmatizados como alienígenas e alheios às questões brasileiras. A presença destes em áreas urbanas, assim como um relativo sucesso profissional de alguns dos representantes da coletividade judaica, tornava-os ainda mais evidente e, de certa forma, suscetíveis ao preconceito.

Adiciona-se além das questões pontuais de descontentamento de fundo mais ligado às questões financeiras, a evidência da pauta sobre a discussão da nacionalidade brasileira e as devidas medidas repressivas e intolerantes que eram constantemente propostas como possíveis resoluções para determinados “problemas”. Somam-se ainda determinadas discussões do campo político ligadas ao crescente anticomunismo e a estruturação e difusão no Brasil do mito do complô judaico-comunista e, mais ainda, questões advindas de fundo religiosas intimamente influenciadas pelo modelo de antissemitismo tradicional. Estas variadas questões tornam possíveis, portanto, ainda de que não de uma maneira central e hegemônica, a formação de um terreno propício para a construção de propostas políticas e ideológicas aliadas ao discurso antissemita em crescimento ao redor do mundo, especialmente na Europa.

Cronologicamente mais adiante, levando em conta as tensões sociais e políticas fruto do fim da República Velha e da Revolução de 1930 e, decorrência direta deste processo histórico, a possibilidade de constituição de margens possíveis para a construção de novas propostas políticas, o antissemitismo passa a ser, ainda que uma questão periférica, um fator importante para delimitar algumas práticas políticas ou mesmo possibilidades de inserção destas novas ideias em alguns setores da sociedade. Longe de ser apenas um mero detalhe do jogo político, o antissemitismo já encontrava eco no imaginário social e nos discursos das elites, influenciando novos e antigos nomes da política e da *inteligentiza* nacional.

O antissemitismo deste período não residia somente em setores da extrema-direita, mas foi, certamente, onde cumpriu maior importância. O próprio Estado-Novo, como indica os estudos de Tucci Carneiro, continha um forte setor antissemita em suas elites dirigentes,

como é possível notar nas medidas restritivas aos imigrantes judeus e nas circulares secretas do Itamaraty no período¹⁸⁵.

É, porém, no integralismo que reside a maior expressão organizada de um movimento político com tendência antissemita no Brasil durante os anos 1930. Ainda que (e isto será discutido adiante) o antissemitismo não tenha sido o ponto central da ideologia integralista, tampouco um consenso dentre a elite intelectual do movimento, é possível caracterizar o integralismo como o principal grupo político difusor e articulador de teorias antissemitas no período. Embora seja possível constatar que o papel do antissemitismo no integralismo não fosse uma bandeira política levantada por uma só pessoa, é inegável que o papel de principal articulador desta corrente antissemita dentro do movimento integralista cabia ao Comandante Geral das Milícias Integralistas: Gustavo Barroso.

3.2 Gustavo Barroso, Integralismo e Antissemitismo

Gustavo Barroso nasceu em 29 de dezembro de 1888, em Fortaleza, capital do estado do Ceará. Órfão de mãe (Ana Dodt Barroso) sete dias após o nascimento, Barroso foi educado por uma avó e tias paternas, com o auxílio de seu pai, Antônio Felino Barroso¹⁸⁶. No ano de 1898 ingressou em um dos colégios mais tradicionais do estado, o Liceu do Ceará, onde permaneceu até se formar no de 1906. Neste mesmo ano, de acordo com Marcos Chor Maio¹⁸⁷, Gustavo Barroso publica seu primeiro artigo em um jornal local (*Jornal da República*), utilizando o pseudônimo *Nautilus*.

Embora o cristianismo tenha se tornado um ponto comum em várias de suas obras (inclusive no integralismo), Gustavo Barroso não foi educado em um ambiente com forte religiosidade, tendo em vista que seu pai era agnóstico e o colégio Liceu do Ceará era laico. Desde jovem, Barroso demonstrava o grande apego a temáticas militares, de modo que ansiava por uma carreira militar. No entanto, afirma Maio, o fato das funções profissionais

¹⁸⁵ Cf. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-semitismo na Era Vargas: Fantasmas de uma geração* (1930-1945). São Paulo: Perspectiva, 2001.

¹⁸⁶ CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. Gustavo Barroso, enfim, soldado da farda verde. In: *Anais – XXI Encontro Regional de História* (ANPUH/RJ), UERJ, 2007.

¹⁸⁷ MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky: O pensamento anti-semita de Gustavo Barros*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

militares não serem bem vista pelas elites da época foi um fator preponderante para que Barroso seguisse o rumo mais comum dos jovens filhos da elite (ainda que em crise) da época: formou-se em Direito.

No ano de 1907, adentrou na Faculdade de Direito do Ceará, embora tenha finalizado o curso na cidade do Rio de Janeiro, em 1912 (Faculdade de Direito), dois anos após mudar-se para a então capital Federal. Foi no ano de 1912 que Barroso publica sua primeira obra – “Terra do Sol”, sob o pseudônimo de João do Norte – e filia-se ao Partido Republicano Conservador, onde permaneceu até 1918. Em 1915, Barroso casa-se com Antonieta Labourien e é eleito deputado federal pelo estado do Ceará, cargo que ocupou até o fim do mandato, em 1917. Sua atuação como parlamentar fora caracterizada por um situacionismo, tanto a nível estatal quanto federal. Entre os temas levantados durante a legislatura de Barroso, Chor Maio elenca alguns pontos principais: a seca do Nordeste, o banditismo social (cangaço), o controle da imigração e a preservação das comunidades indígenas. Em consonância com seu forte apego às temáticas militares, Gustavo Barroso propõe em 1916 a criação dos “Dragões da Independência” (1º Regimento de Cavalaria de Guardas).

Em 1922, foi um dos principais idealizadores e fundadores do Museu Histórico Nacional, tendo ocupado o cargo de Diretor desde a fundação do Museu até 1930, e depois de 1932 até 1959. De acordo com Oliveira¹⁸⁸, a própria constituição do Museu Histórico Nacional pode ser tomado como mais um aspecto do forte apego aos temas militares, algo que Gustavo Barroso demonstrou durante toda a vida, inclusive em obras específicas sobre esse temática (“História Militar do Brasil”, “A Guerra do Rosas”, “A Guerra do Lopez”, etc.).

No ano de 1923, após duas tentativas sem sucesso, Gustavo Barroso é aceito como membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), tendo inclusive ocupado cargo de presidência da ABL em quatro oportunidades (1932, 1933, 1949, 1950)¹⁸⁹, assim como de secretário (1928, 1931, 1949). Além da função de político, advogado, e escritor, Barroso já detinha certa notoriedade nacional inclusive por sua atuação como jornalista, função que começara a exercer desde jovem no Ceará, chegando a dirigir a Revista *Fon-Fon!*, no Rio de Janeiro. Uma das poucas polêmicas de cunho intelectual que Gustavo Barroso protagonizou em vida data do ano de 1950, quando Thomaz Oscar Marcondes de Sousa (membro do

¹⁸⁸ OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. *O conservadorismo a serviço da memória: Tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso*. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica: Rio de Janeiro, 2003.

¹⁸⁹ *Biografia – Gustavo Barroso – Academia Brasileira de Letras*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=617&sid=213>> (acesso em 10 mai. 2010).

Instituto Histórico Geográfico de São Paulo) acusa Barroso de publicar um artigo na revista *O Cruzeiro*, fruto de plágio¹⁹⁰.

Em sua carreira política, apesar das atuações partidárias ligadas ao modelo liberal democrático de então, Gustavo Barroso sempre manifestou uma forte visão conservadora, o que pode ser notado inclusive em parte de suas obras literárias. Na segunda metade da década de 1920, assinala Maio, Gustavo Barroso passa a criticar o modelo político liberal, e ensaia uma aproximação com o Partido Democrático de São Paulo. Esta aproximação, no entanto, estaria mais ligada ao entusiasmo de Gustavo Barroso com o projeto de moralização política defendida pelo Partido Democrático. No contexto eleitoral de 1930, Barroso participa ativamente da campanha eleitoral de Júlio Prestes e Vital Soares, criticando o empenho “separatista gaúcho”¹⁹¹. Com a Revolução de 1930, consequentemente Barroso perde poder político, inclusive tendo sido obrigado a deixar o posto de diretor do Museu Histórico Nacional ainda naquele ano.

Em 1933, Barroso adere à Ação Integralista Brasileira e, mesmo não tendo participado do processo de fundação da AIB, torna-se um dos principais ideólogos e doutrinadores dos camisas-verdes. Até o momento final da existência legal do integralismo (AIB) nos anos 1930, Gustavo Barroso dedicou-se profundamente ao movimento/partido. Quando da realização do I Congresso Nacional Integralista, realizado em Vitória/ES entre fevereiro e março de 1934, Gustavo Barroso foi empossado do cargo de Comandante-Geral das Milícias Integralistas, organização paramilitar dos integralistas. Tal função correspondia ao segundo cargo mais alto do escalão da hierarquia do movimento, juntamente com a chefia de doutrina (Miguel Reale) e abaixo somente da chefia nacional (Plínio Salgado).

A atuação profissional e intelectual de Gustavo Barroso até o momento em que adere ao integralismo demonstra que ele já estava em contato com os altos patamares da elite dirigente e intelectual do país. Embora já houvesse indício do fortalecimento de uma visão preconceituosa sobre os judeus na elite brasileira do período e, devido ao seu posicionamento, é possível supor que Gustavo Barroso tenha tido algum contato com algum material ou discurso antissemita, o surgimento do antissemitismo em obras de Barroso se dá somente após quando ele já tinha se tornado um importante homem na rígida hierarquia integralista.

¹⁹⁰ “Américo Vespúcio descobriu o Brasil” – “O Cruzeiro” de 8(3) julho/ 1948 (Cf. SOUSA, Thomaz Oscar Marcondes de. *O acadêmico Gustavo Barroso e o seu processo “sui generis” de cuidar de história*. São Paulo: s/ ed., 1950).

¹⁹¹ *Correio Paulistano*. 19.02.1930. In: MAIO, Marcos Chor. Op. Cit., p. 77.

Inclusive, em uma de suas obras de cunho autobiográfico, “Reflexões de um Bode”¹⁹², lançada quando a AIB ainda estava ativa, Gustavo Barroso atribui o contato e aprofundamento com a temática antissemita ao próprio círculo social integralista: Madeira de Freitas (chefe provincial da AIB na Guanabara, e redator-chefe do mais importante jornal integralista – *A Offensiva*), teria lhe emprestado uma edição na língua francesa de “Os Protocolos dos Sábios de Sião”, e o próprio *Chefe Nacional* Plínio Salgado, que, após uma longa conversa sobre a temática em questão, teria despertado em Barroso a necessidade em aprofundar a análise acerca desta questão, sobretudo no Brasil.

Evidentemente, estas afirmações têm que ser vistas com ressalva (e mais adiante serão devidamente analisadas), ainda mais se tratando de um material de cunho autobiográfico. Ainda que isto não legitime a questão, é possível notar, no entanto, que a primeira obra de Gustavo Barroso dedicada/sobre o integralismo – “O Integralismo em marcha (1933)”¹⁹³ – não traz o antissemitismo que depois seria a principal característica do integralismo de Gustavo Barroso. O livro, dividido em quatro capítulos (O integralismo no sentido filosófico; O Integralismo no sentido brasileiro; O Integralismo no sentido concreto; O Integralismo no sentido internacional), era precedido por uma “Carta á mocidade brasileira”, onde Gustavo Barroso fazia um apelo à juventude do Brasil para que adentrassem às *fileiras do Sigma* e fizessem parte da iniciativa que, somente com o apoio desta *mocidade*, alcançaria o sucesso.

A visão teleológica da história, onde no Integralismo residiria a única possibilidade de salvação nacional (seguindo, segundo Barroso, o exemplo do fascismo italiano, alemão, entre outros), trata de apresentar aqueles que seriam os *causadores* da dramática situação nacional e mundial: o liberalismo e comunismo, com principal ênfase no primeiro.

Demais, estamos convencido que o materialismo governamental, mais antigo na história do que geralmente se pensa, embora às vezes mascarado de fórmulas contrárias, é o unico responsavel por todos os males de que sofre a humanidade.¹⁹⁴

Ainda que haja, no trecho apresentado, o indício de um discurso que leva em conta a noção da existência de um suposto complô que ditaria o sentido da história – o que, adiante, será representado pela figura do judeu (judaísmo) -, o teor deste não difere da grande massa doutrinária integralista, principalmente na questão de elencar as principais práticas políticas de suposto caráter destrutivas, e inimigas do integralismo: o liberalismo e o comunismo. O

¹⁹² BARROSO, Gustavo. *Reflexões de um bode*. Rio de Janeiro: Gráfica Educadora Ltda., 1937.

¹⁹³ BARROSO, Gustavo. *O Integralismo em Marcha*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.

¹⁹⁴ BARROSO, Gustavo. *O Integralismo em Marcha*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933, p. 122.

antisemitismo vai de fato tomar corpo e ser adicionado à bibliografia integralista de Gustavo Barroso a partir da segunda obra de abordagem integralista de Barroso: “O Integralismo e o Mundo”¹⁹⁵, lançada também no ano de 1933.

A obra é dividida em quatro partes (Integralismo, Fascismo, Nazismo; O Fascismo e o mundo; O Integralismo e o mundo; O Comunismo no mundo), mais um pequeno texto destinado ao leitor (clamando para que este fizesse uma leitura atenta da obra, de acordo com a sua consciência e espírito nacionalista). Tinha por objetivo apresentar, sob uma ótica partidária, as características gerais de diversos movimentos fascistas ao redor do mundo, com especial atenção ao fascismo italiano e ao nacional-socialismo alemão. Além disto, o capítulo dedicado ao comunismo e ao anarquismo buscava pontuar as *desgraças* cometidas por estas ideologias em diversos países.

Na visão de Gustavo Barroso, o que unia os diversos movimentos fascistas internacionais era uma *reação natural ao materialismo e ao internacionalismo dissolvente*. Dentre estes diversos, o Integralismo se destacaria positivamente por ter uma alta espiritualidade em sua essência e um *corpo de doutrina mais perfeito à formação dos grupos naturais e à solução dos problemas materiais*. Esta espiritualidade positiva no Integralismo seria, para Gustavo Barroso, fruto da defesa dos princípios básicos da civilização cristã ocidental pelos camisas-verdes. Um problema encontrado, segundo o autor, no fascismo italiano e no nazismo era que, no primeiro, ao buscar retomar a tradição do Império Romano, acabaria por reavivar o espírito pagão. No caso do nazismo, o problema residiria na busca de retomada da tradição racial nórdica, de fundo *odínico*, levando os dois casos, portanto, a se distanciarem do ideal da tradição cristã ocidental defendida pelo integralismo, modelo ideal de sociedade que, de acordo com Rago Filho¹⁹⁶, seria para Barroso a ordem feudal, de uma Europa Medieval *à sombra da cruz*.

Ao elencar os pontos em comum do Integralismo em relação ao fascismo italiano e o nazismo, Barroso afirma que, no terreno moral, a congruência seria determinada pela reação em defesa ao sentido nobre do trabalho honesto e das ações contrárias ao “utilitarismo sem honra da burguêsia judaizada e paganizante”¹⁹⁷. Adiante, afirma que o integralismo caracteriza-se pelo combate aos judeus, de forma diferente à proposta pelo caso alemão

¹⁹⁵ BARROSO, Gustavo. *O Integralismo e o mundo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

¹⁹⁶ FILHO, Antônio Rago. *A crítica romântica à miséria brasileira: o integralismo de Gustavo Barroso*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989, p. 106.

¹⁹⁷ BARROSO, Gustavo. *O Integralismo e o mundo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937, p. 17.

(*exclusivismo racial*), justamente por ser o integralismo supostamente contrário aos exclusivismos raciais. Nesta questão, afirma Barroso, o antissemitismo seria legitimado pela suposta tendência judaica de uma irreduzível busca por exclusividades raciais, determinando-os como os mais racistas do mundo.

O discurso antissemita de Gustavo Barroso adquire, neste ponto, inicialmente o caráter de suposta autodefesa contra os exclusivismos raciais que os judeus seriam praticantes. Desta maneira, o autor busca qualificar a questão de um modo maniqueísta, colocando o integralismo e a tradição cristã ocidental (de que os integralistas seriam legítimos representantes) ao lado do bem, enquanto a “intolerância” do que seria a busca pela exclusividade judaica é vista como uma questão desagregadora na sociedade brasileira, estando, portanto, a serviço do mal. Os judeus passam a configurar, desta maneira, como indesejáveis no discurso integralista de Gustavo Barroso, por estarem contrário ao ideal de nação integralista, pautada na ideia de unidade total, a síntese integralista.

Na terceira obra integralista de Gustavo Barroso, “Brasil Colônia de Banqueiros”¹⁹⁸ lançada em 1934, o antissemitismo passa a se tornar peça central do discurso do autor. A obra - destinada a ser uma análise sobre os processos de empréstimos contraídos pelo Brasil desde a consolidação da primeira constituição nacional pós-independência (1824), até o então tempo presente (1934) - é estruturada a partir de uma análise que considera as mazelas nacionais fruto das ações financeiras a cargo do judaísmo. Para Barroso, o processo de independência culminado em 1822 não significou necessariamente uma independência concreta do povo e da nação brasileira, pois seria neste momento em que ficariam consolidadas as estruturas de poder do *judaísmo internacional* na nação.

Livres de Portugal em 1822, não nos libertamos da metrópole comercial inglesa senão lá para 1834, pois até essa data duraram os efeitos do tratado preferencial. E passamos a um jugo pior: fomos transformados em colônia da casa bancária judaica Rotschild, em colônia do supercapitalismo internacional, que não tem pátria e como que obedece a leis secretas de aniquilamento de todos os povos¹⁹⁹.

O processo de empréstimos teria transformado, portanto, o Brasil novamente em colônia. No entanto, esta dominação não seria vista a olhos nus, pois as estratégias de dominação do *supercapitalismo* judaico agiriam nos planos subalternos da política, a partir de

¹⁹⁸ BARROSO, Gustavo. *Brasil – Colônia de Banqueiros* (História dos empréstimos de 1824 a 1934). 5. Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

¹⁹⁹ BARROSO, Gustavo. *Brasil – Colônia de Banqueiros* (História dos empréstimos de 1824 a 1934). 5. Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936, p.7.

leis secretas, destinadas à destruição de todos os povos em processo de exploração. Para Barroso, cabia ainda às ações do capitalismo judaico o processo de *proletarização* das massas, destruindo, deste modo, não apenas a economia do país, mas também os valores morais.

O capitalismo é hoje, no mundo, um permanente proletizador das massas, um continuo transmutador de valores morais, um açambarcador de economias privadas, um opressor da agricultura, da indústria e do comércio, tudo submetendo ao seu império²⁰⁰.

O campo político nacional estaria composto de estratégias construídas pela ação do capitalismo judaico, destinadas a desarticular a possibilidade de formação de uma consciência política popular, autêntica e independente. Desta maneira, os políticos tradicionais agiriam como fantoches de um teatro orquestrado por esta dominação judaica. Para convencimento da população brasileira, seriam desenhadas possíveis disputas políticas, tanto de cunho separatistas, quanto revolucionárias ou mesmo liberais democráticas. No entanto, todas estas seriam destinadas a gerar um simulacro de antagonismo político que, para Barroso, partiam de um núcleo criador em comum: os banqueiros internacionais.

Os partidos políticos, em cuja proa aparece a catadura dos amigos dos banqueiros, assumem atitudes as mais variadas, para iludir o povo, ora com o regionalismo separatista, ora com o acenar novas e maiores liberdades, ora a defender obscuros princípios revolucionários. O povo aplaude e acompanha esses políticos que estendem sobre os banqueiros internacionais a clâmide pura de suas intenções patrióticas, sagrando-os amigos da Pátria²⁰¹.

Na visão de Gustavo Barroso, diante da inoperância da classe política e da dominação e forjamento do próprio sistema pelo complô dos banqueiros do *capitalismo judaico*, cabia ao integralismo o papel de redenção da nacionalidade brasileira. Para o autor, era no integralismo, e somente no integralismo, que residia a possibilidade do povo brasileiro romper os grilhões desta dominação.

Já é tempo de dizer a verdade ao povo brasileiro. Ela não consta, senão veladamente, das mensagens oficiais. Calou-a sempre a boca mentirosa ou covarde dos políticos do liberalismo. Embora acoimados pelos comunistas de servirem ao capitalismo, os Integralistas são os que até hoje têm tido a coragem de pregá-la – para que o colosso acorde, se espreguice, quebre as cadeias e, erguendo o tacape duma verdadeira liberdade, espatife os ídolos e os bezerras de ouro. Já basta de se dizer que a casa Rotschild presa tanto os títulos brasileiros que com eles constitui o dote de suas filhas casaduras. Já basta de considerá-los nossos amigos, como eu próprio me

²⁰⁰ *Idem*, p.9.

²⁰¹ *Idem*, p. 10.

penitencia de o haver feito, levado por essas balelas e por ainda não ter estudado a fundo os nossos empréstimos²⁰².

Além de se defender contra as acusações que os militantes comunistas faziam ao integralismo²⁰³, Gustavo Barroso empreende um *mea-culpa* sobre a questão dos inimigos judaicos apresentados na obra. Esta afirmação provavelmente refere-se a um episódio ocorrido no ano de 1932. Em novembro daquele ano, o Barão Henri de Rotschild havia visitado a Academia Brasileira de Letras. Gustavo Barroso, enquanto presidente da instituição, o recepcionou e fez um discurso elogioso, agradecendo o apoio que este teria dispensado ao mundo das artes²⁰⁴. Como apresentado, cerca de dois anos após o encontro, Barroso define os Rotschild como o pioneiro nome da suposta dominação judaica sobre o Brasil pós-independência, de forma que o autor sente-se obrigado a reconhecer o “desvio”, ao mesmo tempo em que utiliza a questão de maneira estratégica para reafirmar a convicção na identidade salvadora do integralismo, inclusive para ele próprio.

Cabe ressaltar que nas primeiras páginas de “Brasil – Colônia de Banqueiros”, Gustavo Barroso utiliza citação do livro “As forças Secretas da Revolução – Maçonaria, Judaísmo”²⁰⁵ de Léon de Poncins, que é um exemplo claro do mito do complô-judaico comunista: “*Trotsky e Rotschild marcam a amplitude das oscilações do espírito judaico; estes dois extremos abrangem toda a sociedade, toda a civilização do século XX.*” Trechos de obra do mesmo autor são também apresentadas em “O Integralismo e mundo”. Isto demonstra o apreço de Gustavo Barroso às obras deste autor, e dá embasamento à afirmação de Tucci Carneiro, que afirma que a gênese das obras antissemitas de Gustavo Barroso estão ligadas a três clássicos do antissemitismo moderno, muito em voga nos anos 1930: “Os Protocolos dos Sábios de Sião”, “O Judeu Internacional” (Henry Ford) e “As forças secretas da Revolução” (Léon de Poncins).

Para se compreender a difusão internacional das obras antissemitas durante os anos 1930, em especial das relacionadas ao integralismo, é necessário apresentar os pontos gerais

²⁰² *Idem*, p. 15.

²⁰³ Entre diversas questões do debate ideológico entre comunistas e integralistas, é possível exemplificar pontualmente sobre a questão do posicionamento favorável dos integralistas em relação à propriedade privada.

²⁰⁴ *Jornal do Comércio*, 8/11/1932 in: MAIO, Marcos Chor. *Op. Cit.*, p. 77.

²⁰⁵ PONCINS, Léon de. *As forças secretas da Revolução: Maçonaria, Judaísmo*. 2ª Ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

da obra que disseminou mundialmente a teoria do complô judaico de dominação, teve larga aceitação dentro dos círculos autoritários e conservadores (em especial dos partidos e movimentos fascistas) e auxiliou a moldar um discurso extremamente preconceituoso: “Os Protocolos dos Sábios de Sião”. Obra apócrifa, os “Protocolos” surgem na Rússia Czarista nos primeiros anos do Século XX, sendo publicados pela primeira vez no ano de 1903 no jornal *Zvania* (A Bandeira). A trajetória da obra, conforme indica Rosenfeld ²⁰⁶, demonstra que diversas edições foram se sucedendo até alcançar o modelo que seria largamente difundido ao redor do mundo.

De acordo com Tucci Carneiro²⁰⁷, a estrutura e teor texto dos “Protocolos” são inspirados em obra escrita por Sergey Nilus no fim do Século XIX, inspirado por sua vez em “O diálogo no inferno entre Maquiavel e Montesquieu”, de autoria de Maurice Joly (1864), sátira sobre como se daria um provável encontro entre Maquiavel e Montesquieu no inferno, utilizando do enredo como pano de fundo para tecer críticas a Napoleão, este apresentado como cínico, ambicioso e inescrupuloso. A base crítica a Napoleão na obra de Joly é utilizada para dar corpo à *denúncia* de um complô judaico de dominação mundial²⁰⁸.

O enredo dos “Protocolos” é apresentado a partir de uma suposta ata de uma reunião entre líderes judaicos destinada a estabelecer os planos gerais para ditar o processo de consolidação de um governo mundial, desde a gestação de um processo veladamente golpista até a concretização do ato. Desta maneira, a suposta ata determina uma estrutura padrão a ser seguida pelas lideranças judaicas, para desarticulação dos governos nacionais legítimos, sem que para tal fosse necessária a representação pública destas forças. Para tal proposta, ficaria determinado que a ação do complô judaico agiria a partir de várias trincheiras, dentre as quais: destruição dos valores cristãos, sistemática guerra econômica (desvalorização das moedas nacionais, sistema de empréstimos, etc.), o uso da imprensa como articuladora das estratégias de dominação, inserção subterrânea nos governos, agitações sociais, alta no preço dos produtos essenciais, o incentivo ao consumo de bebidas alcoólicas (alcoolismo), reformas educacionais, uso do lazer como estratégia para barrar a conscientização do povo, dentre outras estratégias para que, ao fim de um período - que poderia durar até um século - de

²⁰⁶ ROSENFELD, Anatol. *Mistificações Literárias: “Os Protocolos dos Sábios de Sião”*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

²⁰⁷ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Veneno da Serpente*. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 53.

²⁰⁸ Sobre o processo de forjamento dos “Protocolos”, cf. COHN, Norman. *A conspiração mundial dos judeus: mito ou realidade? (Análise dos Protocolos e Outros Documentos)*. São Paulo: IBRASA, 1969.

estruturação conjunta em várias plataformas, um golpe em nível mundial, com a instauração de uma ditadura altamente sanguinária e repressiva, destruindo toda a civilização cristã e ocidental.

É possível notar por base nos pontos dos “Protocolos” o grande temor em relação aos processos de modernização da sociedade e, sobretudo, a tentativa de personificar todo este *perigo* em um ponto comum, no caso, o judaísmo. A rápida disseminação dos “Protocolos” ao redor do mundo mostra que este pavor frente à modernidade, aos possíveis conflitos sociais e a recepção às ideias antissemitas não residia somente na Rússia. Há, de acordo com Motta²⁰⁹, dois fatores preponderantes para a larga difusão e aceitação dos “Protocolos”: na Rússia, por conta do processo Revolucionário de 1905 e, a nível mundial, as decorrências da Primeira Guerra Mundial e temor proveniente por conta da Revolução Russa de 1917, o que, em Gustavo Barroso, pode ser notado a partir da abordagem do chamado processo de “*proletarização das massas*”. No entanto, afirma Motta, o tom de denúncia dos Protocolos ainda não sistematizava a importância do comunismo enquanto aspecto de disseminação dos supostos planos judaicos de dominação mundial. Isto vai se encaminhar, de fato, somente após a Revolução Bolchevique.

Uma das principais obras destinadas a elencar o comunismo como mais uma das ações de um complô judaico é “As forças secretas da Revolução”, de Léon de Poncins, publicada inicialmente em 1928. Nascido em 1897, Léon de Poncins²¹⁰ foi um católico fervoroso e sua atuação como jornalista, ensaísta e escritor estão intimamente ligadas a um posicionamento altamente reacionário e contra-revolucionário. Extremamente antissemita e anti-maçônico, Poncins editou diversas obras em que buscava denunciar a atuação da maçonaria nos processos revolucionários (principalmente Revolução Francesa e Revolução Bolchevique). Em 1921, traduziu os “Protocolos” para a língua francesa e, em 1928 publicou “As forças secretas da Revolução”, sua obra mais conhecida dentre as mais de duas dezenas de títulos antissemitas.

Em “As forças secreta da Revolução”, Poncins busca determinar o papel relevante que a maçonaria teria tido em diversos momentos chave da história francesa e mundial. Utilizando do molde discursivo explicativo de complô presente nos “Protocolos”, Poncins busca traçar

²⁰⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. Cit.*

²¹⁰ “PONCINS Léon de (1897-1975)” In: JAMES, Marie-France. *Esoterisme, occultisme, franc-maçonnerie et christianisme aux XIXe et XXe siècles*. Explorations bio-bibliographiques. Paris: Nouvelles Editions Latines, 1981, p. 214.

uma linearidade histórica que comprovaria o jogo maçônico principalmente durante a Revolução Francesa (mas também após), jogo este enquanto estratégia de manutenção de um ideal maior. Este ideal maior seria, na visão de Poncins, justamente o caráter judaico da maçonaria, ou seja: uma associação secreta, formada por uma minoria internacional, contendo um ódio implacável ao cristianismo e destinada a destruir a civilização cristã, para que, sobre os escombros destas antigas civilizações cristãs, fosse erguida uma nova civilização - mundial e atéia²¹¹.

A maçonaria seria, portanto, nada além do que uma organização criada por uma finalidade judaica de destruição da civilização cristã. O judaísmo, enquanto fomentador das práticas revolucionárias *contrárias* ao cristianismo seria o verdadeiro cerne da disseminação do ideal revolucionário, tanto na maçonaria, quanto no comunismo. Para “comprovar” a tese da indissociabilidade entre judaísmo e comunismo, Poncins enumera alguns líderes da Rússia pós-revolução, *acusando-os* de serem judeus. Seriam, portanto, 447 judeus dentre a alta organização *bolchevista* de 545 pessoas²¹². Estes dados são também reproduzidos em obra de Henry Ford (“O Judeu Internacional”). Trazendo também o mesmo discursivo conspirativo, Ford foca mais o que seria a atuação nefasta dos judeus nas finanças estadunidenses. Ainda que se aproxime de Poncins ao considerar o comunismo uma obra do judaísmo, Ford diferencia-se por não abordar sistematicamente a ação da maçonaria enquanto célula do judaísmo internacional.

Gustavo Barroso, portanto, aproxima-se fortemente destas três obras brevemente citadas. Sobre a relação de Gustavo Barroso com estas obras, cabe lembrar que, além de citar Léon de Poncins em “O Integralismo e mundo” e “Brasil – Colônia de Banqueiros”, se levamos adiante a afirmação contida em “Reflexões de um Bode” que, segundo Barroso, o primeiro contato dele com os “Protocolos” teria sido a partir de uma edição francesa emprestada pelo integralista Madeira de Freitas, é bem provável (inclusive por razões cronológicas) que esta obra fosse a edição traduzida por Léon de Poncins.

Especificamente sobre os “Protocolos dos Sábios de Sião”, Gustavo Barroso foi autor responsável pela primeira tradução desta obra no Brasil, publicada inicialmente no ano de 1936²¹³. Na terceira edição dos “Protocolos” prefaciada e comentada por Gustavo Barroso, isto ainda no ano de 1937, a capa já traz em si uma mensagem antisemita. Uma serpente,

²¹¹ PONCINS, Léon de. *Op Cit.* pp. 80-99.

²¹² *Idem*, p.118.

²¹³ BARROSO, Gustavo. *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. Porto Alegre: Revisão, 1989.

representando o povo judeu, aparece entrelaçando os continentes, como representação do controle do suposto complô judaico de dominação global.

A representação simbólica da serpente, não por acaso, remete a elementos religiosos fartamente encontrados em expressões do antissemitismo tradicional: a serpente, na gênese, responsável pela expulsão de Adão e Eva do paraíso e, além disso, desde a Idade Média²¹⁴ como a representação do próprio Satanás, fazendo menção ao mito deicida. No antissemitismo moderno, a representação judaica como serpente adquire outros significados, somados aos já existentes: a presença rasteira nas sociedades; animal que vive às sombras; portador de sujeira e constante disseminador de infecções. É como afirma Girardet²¹⁵, o “bestiário dos complôs”, que reúne não somente serpentes, mas também ratos, polvos, sanguessuga, etc.



Fig. 9 – Capa de edição dos “Protocolos” traduzido e comentado por Gustavo Barroso (1937)

²¹⁴ PADOVANI, Ariovaldo. Os medos escatológicos: a representação do demônio e os seus agentes no imaginário medieval. *Alétheia* - Revista de estudos sobre Antiguidade e Medievo, Janeiro/Dezembro, 2008.

²¹⁵ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 44.

Além de traduzir os “Protocolos”, Gustavo Barroso faz um prefácio à obra, em que busca deslegitimar o então recente “Processo de Berna” (1934), quando os “Protocolos” foram *julgados* e fora reconhecida a falsificação presente na obra. De fato, as afirmações denunciando a falsidade presente nos “Protocolos” datam desde 1921, a partir de uma série de reportagens escritas por Phillip Graves, jornalista correspondente do periódico inglês *The Times*²¹⁶.

Ainda que a farsa tivesse sido desmontada, os disseminadores dos “Protocolos” - grupo no qual, evidentemente, se encaixa Barroso - tentavam sistematicamente desqualificar o julgamento, taxando-no como mais uma evidência do controle judaico sobre toda a humanidade. Ademais, Barroso afirmara em “Brasil – Colônia de Banqueiros” que em nada adiantava o processo sobre a questão da falsificação, pois a verdade constaria nos fatos, e não somente na obra: “[...] a formidável documentação dos chamados *Protocolos dos sábios de Sião*, embora apregoados como uma falsificação, veio confirmar ponto por ponto todos os libelos acusatórios anteriores.”²¹⁷.

Na sua edição de “Os Protocolos dos Sábios de Sião”, Gustavo Barroso comenta determinados pontos de cada capítulo da obra, como forma de contrapor as evidências de falsificação atestadas pelo “Processo de Berna”. Apresenta, portanto, o que seriam provas do suposto domínio judaico sobre o Brasil. No capítulo XVI da obra, que trata especificamente das estratégias que os judeus utilizariam para destruir o ensino livre dos países (como forma de perversão da juventude e da própria intelectualidade), Gustavo Barroso traz o debate sobre a questão para o caso brasileiro, “exemplificando” a destruição do ensino nacional pelas forças judaicas.

Vimos no Brasil, como exemplo, a Universidade do Distrito Federal, fundada para fins dissolventes e judaicos. Seus mentores e professores foram preparados judaicamente no estrangeiro, a fim de imporem à mocidade carioca a orientação que lhes traçaram seus mestres. O fenômeno tem se repetido por toda a parte. Em São Paulo, o judeu Roberto Simonsen, magnata dos grandes negócios de café, inaugura e

²¹⁶ ROSENFELD, Anatol. *Op. Cit.*, p. 46.

²¹⁷ BARROSO, Gustavo. *Brasil – Colônia de Banqueiros* (História dos empréstimos de 1824 a 1934). 5. Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936, p. 8.

orienta a Escola Livre de Sociologia e Política, onde vai instilando o sutil e perfumado veneno de suas teorias.²¹⁸

A busca pela exemplificação das obras do suposto complô judaico no Brasil é uma constante nas obras integralistas e antissemitas de Gustavo Barroso. Há de se levar em conta que Gustavo Barroso estava direcionando suas obras para um público extremamente nacionalista, composto por militantes do integralismo e por simpatizantes. Por mais que nas acusações de Barroso a atuação dos judeus fosse tratada como um aspecto além das fronteiras nacionais, o mais relevante eram os estragos que tal corrente trazia à nacionalidade brasileira, para o público leitor. Esta questão voltada ao panorama nacional cabia ainda pra tentar legitimar a atuação dos camisas-verdes, pois somente um movimento extremamente nacionalista poderia romper com as estruturas de dominação que o *judaísmo internacional* havia estabelecido no país. Na visão integralista de Gustavo Barroso constava que os modelos liberais, democráticos e os revolucionários (no sentido *bolchevista* do termo), estavam ou infectados pela obra deste complô internacional ou então eram verdadeiros agentes desse mal.

Além das obras voltadas à *análise* do passado nacional, como o caso de “Brasil – Colônia de Banqueiros”, Barroso também escrevia sobre questões do tempo presente, na mesma ótica de denunciar a ocorrência de supostas práticas degradantes dos judeus. Em “A Sinagoga Paulista”²¹⁹, o foco se dá evidentemente sobre o estado paulista, a fim de *constatar* a hegemonia judaica por sobre o estado. Reafirmando a crença que o Brasil não passava de “uma colônia de judeus vorazes”²²⁰ e que o país era um verdadeiro “paraíso de judeus”²²¹, Barroso defende que no estado de São Paulo residiria a força do *mal judaico* no Brasil. Inclusive, o processo da Revolução Constitucionalista de 1932 teria sido obra direta – embora velada - dos judeus contra Getúlio Vargas, utilizando as forças paulistas como parte desta estratégia.

Os insaciáveis judeus da Sinagoga Paulista contrariados momentaneamente em todas as suas pretensões pela revolução de 1930, aliaram-se a políticos despeitados e ambiciosos e envenenaram o povo paulista contra o governo central e o resto do Brasil, conduzindo-o à guerra civil de 1932. Fizeram crer à mocidade que o Sr.

²¹⁸ BARROSO, Gustavo. *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. Porto Alegre: Revisão, 1989, p. 129.

²¹⁹ BARROSO, Gustavo. *A Sinagoga Paulista*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: ABC Ltda., 1937(a).

²²⁰ *Idem*, p. 9.

²²¹ *Idem*, p. 11.

Getúlio Vargas era inimigo de São Paulo, aplicando o processo judaico a que alude Ford: “incitar o ódio contra as pessoas a quem se quer aniquilar”. Entretanto, nós integralistas, técnicos por dever de ofício, sabemos que os únicos inimigos de São Paulo são os judeus que o sugam, pronunciando frases amáveis e belas ou fazendo afirmações acacias e ôcas.²²²

O trecho destacado segue como visto uma estrutura padrão das acusações antisemitas de Gustavo Barroso. Primeiramente apresenta o problema, normalmente ligado às conjecturas de crise das elites e classe média nacional; para depois *desvendar* a propriedade judaica da questão. Por fim, o integralismo e a massa militante seriam os únicos capacitados a resolver o “problema”. No caso específico da denúncia do judaísmo paulista – “Sinagoga Paulista” – Cytrynowicz²²³ nota que o objetivo era atacar não somente os judeus, mas também o regionalismo paulista (representado, em máxima espécie, pelas questões da Revolução Constitucionalista) e ainda o forte complexo industrial, fatores estes que fortaleciam demasiadamente uma região, em detrimento à unidade nacional almejada pelos integralistas.

Este conjunto de reações, contra práticas liberais e a própria modernidade, é encarado por Barroso como a síntese do combate ao “espírito judaico”, que estaria presente tanto no bojo do surgimento destas práticas, quanto nas conexões possíveis, mesmo nos processos de ruptura (no caso, a insurgência paulista, mas também o comunismo, etc.). Desta maneira, o discurso de Barroso toma um corpo e estrutura padrão, de forma que é repetido em diversas conjecturas de abordagem. No caso da maçonaria, em “Espírito do Século XX”,²²⁴ Gustavo Barroso afirma que a maçonaria também estava nas mãos das forças judaicas. As estruturas maçônicas, o caráter secreto, o suposto benefício mútuo entre os membros seriam nada mais além do que características do próprio judaísmo.

No entanto, em relação à literatura da época, Barroso difere – ainda que minimamente – de Léon de Poncins. Enquanto o autor francês enxergava a maçonaria como uma organização definitivamente judaica, Barroso afirma que há um domínio judaico por detrás da maçonaria. Desta maneira, para Barroso, certos maçons estariam na condição de agentes do judaísmo sem ao menos estarem cientes disto: “o maçom não passa, às vezes, sem se

²²² *Idem*, p.13

²²³ CYTRYNOWICZ, Roney. *Integralismo e Anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 30*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, 1992, p. 65.

²²⁴ BARROSO, Gustavo. *Espírito do Século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

perceber, dum escravo dos judeus”²²⁵. A salvação para um maçom (um “judeu artificial”, nas palavras de Barroso) residiria, evidentemente, no integralismo - desde que este renegasse à maçonaria.

Ao denunciar o judeu como o articulador do mal por detrás de todos os males da nação, elemento corruptor e destrutivo, Gustavo Barroso alçava-o (os judeus) automaticamente à categoria de inimigo do integralismo. No entanto, isto conflitava com o próprio discurso integralista, que afirmava a busca da união ao invés da exclusão, da síntese integral da nação ao invés dos regionalismos. Evidentemente, é possível notar que o discurso integralista era em essência - e também na prática -, autoritário e intolerante, não somente em relação aos judeus, mas também sobre diversos inimigos políticos ou mesmo particularismos da sociedade em geral, que não encontrariam espaço em um almejado Estado Integral.

No entanto, o Integralismo buscava sistematicamente utilizar o apelo à unidade nacional como ponto chave de suas propostas, onde as diferenças seriam *resolvidas* ao invés de *suprimidas*. Mais ainda, este suposto caráter aglutinante do integralismo tinha relação direta com a importância do discurso espiritualista cristão no movimento, que seria pautado pela chamada “revolução espiritualista” (embora, em 1936 opte pela inserção político-partidária). Não caberia, portanto, optar pela exclusão um movimento que se propunha determinantemente cristão e/ou espiritualista.

Gustavo Barroso, ciente desta questão, buscava descaracterizar seu discurso enquanto prática antissemita, afirmando que a questão contra os judeus em suas obras eram essencialmente políticas, portanto legítimas e não antissemitas. Em “Integralismo e Catolicismo”²²⁶, obra que o próprio título deixava evidente para *quem* o autor estava falando, há transcrição de uma entrevista concedida ao jornal católico “A União”²²⁷ – portanto, para interlocutores não necessariamente integralistas. Na entrevista, questionado sobre as semelhanças e diferenças entre o integralismo e o nazismo, Barroso afirma o seguinte:

[...] também a questão judaica aqui se não apresenta sobre o mesmo aspecto. Temos de nos libertar da escravização ao banqueiro internacional. Temos de impedir a formação de forças paralelas ao Estado, que entravam a ação deste e o lavem a

²²⁵ *Idem*, p. 70.

²²⁶ BARROSO, Gustavo. *Integralismo e Catolicismo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: ABC Ltda., 1937(b).

²²⁷ O jornal “A União” em questão é provavelmente o periódico fundado por Felício dos Santos em 1897 e que, segundo Villaça, caracterizava-se pelo discurso “tradicional, ortodoxo, severo, de um pietismo à maneira antiga” (VILLAÇA, Antonio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 102).

medidas favorecedoras de interesses de grupos políticos, econômicos e financeiros. O Integralismo combaterá, pois, os estrangeiros, judeus ou não judeus, pelas propagandas subversivas ou pela formação de Estados no Estado ou ainda pelo exercício de certas atividades, contra o bem geral da nação.²²⁸

Portanto, para diferenciar o integralismo do nazismo, Barroso afirma que os âmbitos das ações integralistas não se dariam pela questão religiosa ou étnica/racial, mas sim por atribuições profissionais e políticas que seriam incondizentes com o bem estar da nação. No entanto, a seguir Barroso faz a seguinte afirmação:

O nacionalismo integralista não é xenofobia, mas o reconhecimento do justo predomínio dos interesses nacionais sobre outros quaisquer, sem esquecer as legítimas influências do resto do mundo sobre nossos destinos. Em verdade, está provado que na grande maioria dos casos, a organização dessas forças paralelas e dessas propagandas malsãs é obra judaica. Nesse caso e só nesse caso, o Integralismo poderá combater o judeu.²²⁹

Nota-se, portanto, que para Gustavo Barroso haveria espaço e possibilidade de *combate* aos judeus. Afirma que as forças exploradoras, em sua grande maioria, seriam obras comprovadas de judeus, o que legitimaria as ações. Entretanto, observa-se que há certo distanciamento de Barroso em atribuir aos judeus à *totalidade* do mal existente na nação. Tal questão deve ser vista com ressalvas, pois, além das diversas obras em que Gustavo Barroso sistematicamente denunciava a aliança concreta entre mal – criação/ação - judeus, leva-se em conta que Barroso estava dialogando com um público que, embora próximo e receptivo, não era necessariamente integralista. Desta maneira, cabia por parte do líder integralista um posicionamento não muito radical sobre o tema, afim de não *afugentar* possíveis aliados.

Quando Gustavo Barroso falava exclusivamente para o público integralista, de maneira doutrinária, como é o caso de “O que o Integralista deve saber”²³⁰, o posicionamento antissemita é evidente, embora o autor ainda buscasse distanciar os ideais da caracterização de “antissemitismo”.

A questão judaica não é, como pensa muita gente e como muitos judeus se esforçam por espalhar, uma questão *religiosa* ou *racial*. É uma *questão política*. Ninguém combate o judeu porque ele seja de raça semita nem porque siga a religião de Moisés. Mas sim porque ele age *politicamente* dentro das nações, no sentido dum plano preconcebido e levado por diante através dos tempos. A medonha crise que se

²²⁸ BARROSO, Gustavo. *Integralismo e Catolicismo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: ABC Ltda., 1937(b), p. 114-115.

²²⁹ BARROSO, Gustavo. *Integralismo e Catolicismo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: ABC Ltda., 1937(b), p. 115.

²³⁰ BARROSO, Gustavo. *O que o Integralista deve saber*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

vem desencadeando sobre toda a humanidade desde muitos anos [...] não é propriamente o resultado de causas acidentais, porém foi *deliberadamente provocada*.²³¹

Evidencia-se novamente a tentativa de desconstrução da condição de antissemitismo sobre suas obras. No entanto, a estigmatização antissemita proveniente do discurso permanece. E, diferentemente do que Barroso afirma na passagem de “Integralismo e Catolicismo” onde a possível ação antissemita seria voltada ao futuro (“O Integralismo poderá combater o judeu”), no trecho destacado acima é possível notar a urgência da questão para o autor. Mais adiante, afirma Barroso:

Está definitivamente verificado e provado que a maioria desse *bando de criminosos* é composta de judeus e que sua inspiração e suprema direção oculta provêm de judeus. Essa é a questão judaica. Em todas as épocas da história, ela veio à tona mais fracamente ou mais intensamente, conforme, sempre, porém, aos mesmos desígnios imutáveis de implantação dum Estado no Estado e de desagregação dos povos para dominá-los. O que Hitler pratica nos nossos dias é a repetição do que fez Tiberius em Roma e, antes de Tiberius e antes de Cristo, o pretor Hispanus. É a defesa do Estado.²³²

O autor utiliza, portanto, do mito do eterno antissemitismo como normalizador da causa. O que diferiria o Império Romano, do nazismo e do próprio integralismo sobre a questão, seriam as intensidades para com as quais teriam destinado à “questão judaica”. O que não mudaria, no entanto, é o caráter judaico de dominação, este sempre presente e constante legitimador do próprio antissemitismo. De acordo com as obras apresentadas até então, os textos de Gustavo Barroso seguem um modelo e objeto de acusação constante: o judaísmo, enquanto encarnação de todos os males modernos, é o principal (ou único) responsável por tais fenômenos. Ao *combater* as ações deste suposto complô judaico de dominação mundial, os integralistas estariam salvaguardando não somente o território nacional, mas toda a civilização cristã.

Apesar de trazer alguns elementos do antissemitismo tradicional, ligado mais ao aspecto religioso, a articulação do discurso antissemita barrosiano é essencialmente político, situando vários autores e atores de seu tempo, em diversos âmbitos da vida social e política. Raoul Girardet atenta para uma das características centrais da questão do mito político na modernidade, na qual a teoria conspiratória – no caso, o *complô judaico* – não alude ao

²³¹ BARROSO, Gustavo. *O que o Integralista deve saber*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935, p.118 (grifos do autor).

²³² *Idem*, p. 120 (grifos do autor).

suposto complô apenas os espaços governamentais: “A estratégia da manipulação se faz, em outras palavras, multidimensional. [...] Esta se expande para todos os domínios da vida coletiva, quer se trate dos costumes, da organização familiar, como também do sistema educacional ou dos mecanismos econômicos”²³³.

Além da função *explicativa* de ideologias e doutrinas políticas, afirma Girardet, o mito político moderno serve ainda como princípio legitimador de práticas governamentais. Em variados casos, a temática de complô (não somente judaico) foi diversas vezes utilizada para que os altos escalões governamentais se vissem livre de suspeitos e opositores, ou mesmo para legitimar expurgos e exclusões, como é o caso específico do integralismo, ainda que o movimento não tenha se estabelecido no poder. Contudo, é necessário ressaltar que, embora as falsificações e o discurso intolerante sejam evidentes, leva-se em conta que: “Nenhum dos mitos políticos se desenvolve, sem dúvida, no exclusivo plano da fábula, em um universo de pura gratuidade, de transparente abstração, livre de todo contato com a presença das realidades da história”²³⁴.

No caso das obras antissemitas de Gustavo Barroso, longe de tornar aceitáveis ou legítimas quaisquer práticas decorrentes deste discurso, é necessário atentar para o fato que o fenômeno insere-se num panorama em que há o contato com a realidade, ainda que em plano subalterno. Evidentemente, este contato com a realidade não se dá na acusação de um complô milenar, motor da modernidade, do liberalismo, do comunismo e ameaça constantemente da cristandade. Este contato se dá sobretudo ao pegar determinados pontos em voga na sociedade: a desconfiança face ao desconhecido, o pavor frente às organizações revolucionárias de esquerda, a perda de poder de parcela da sociedade, a existência da maçonaria e a presença dos próprios judeus na sociedade, entre outros. O ambiente coletivo permeado pela incerteza, pelo medo e pelas disputas de poder (político, social e econômico) propiciava para que teorias como a de Gustavo Barroso fossem não somente produzidas, mas encontrassem interlocutores. Setores reacionários e ultraconservadores da Igreja Católica, movimentos autoritários e fascistas, tal qual foi o integralismo, sentiam-se em parte representados pelo discurso antissemita e intolerante de Gustavo Barroso.

É necessário ressaltar, no entanto, que por mais que as obras e discurso de Gustavo Barroso tenham encontrado respaldo e público cativo em vários setores da sociedade, em

²³³ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.38.

²³⁴ *Idem*, p. 51.

momento algum chegou a ser uma unanimidade, sequer dentro da Ação Integralista Brasileira. Mesmo assim, o antissemitismo exerceu um importante papel ideológico na AIB, inclusive na doutrinação da militância, sobretudo na ala mais radical do movimento/partido. Para compreender esta configuração, é necessário olhar a questão do antissemitismo no integralismo além de sua principal figura que é, obviamente, Gustavo Barroso.

3.3 Integralismo e Antissemitismo além de Gustavo Barroso

Em pesquisa realizada com antigos militantes e dirigentes integralistas, Héglio Trindade²³⁵ traçou um panorama geral sobre a importância de alguns aspectos/temas na adesão dos militantes ao integralismo. De acordo com estes dados, o antissemitismo figuraria em nono e último lugar como motivador de adesão ao integralismo, atrás do anticomunismo, simpatia pelos fascismos europeus, nacionalismo, etc. Porém, de acordo com Trindade, embora o antissemitismo figurasse como coadjuvante nas *motivações de adesões*, ele exercia papel relevante dentro da ideologia da AIB.

No tocante às obras doutrinárias do primeiro escalão hierárquico integralista – tríade chefia -, o antissemitismo foi peça central somente nas obras de Gustavo Barroso. Isto não significa, no entanto, que a questão não tenha estado presente também em obras de Plínio Salgado e Miguel Reale. Porém, o discurso radical e que generalizava todo o mal existente como uma criação judaica era propriedade de Gustavo Barroso, isto no alto escalão da AIB.

Este posicionamento radical de Gustavo Barroso gerava problemas não somente internos, mas também externos ao movimento. Em 1934, afirma Deutsch²³⁶, os integralistas foram acusados de explodir bombas em uma escola judaica em São Paulo. Na ocasião, algumas crianças ficaram feridas, e a comunidade judaica acusou o ocorrido como obra das milícias integralistas, que negaram a participação no episódio. Na cidade de Belo Horizonte (MG), Isaías Golgher, importante membro da União Israelita de Belo Horizonte²³⁷, tentou

²³⁵ TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930*. Rio de Janeiro: Difel, 1979, p.153.

²³⁶ DEUTSCH, Sandra McGee. *Las Derechas: Extreme-right in Argentina, Brazil and Chile (1890 – 1939)*. Stanford: Stanford University Press, 1999, p. 280.

²³⁷ Cf. “Isaías Golgher e a Memória da Imigração Judaica no Brasil” in: FALBEL, Nachman. *Judeus no Brasil: Estudos e Notas*. São Paulo: Edusp, 2008, pp. 81-93.

realizar um *juízo* sobre os “Protocolos”, com a presença de Gustavo Barroso, que não aceitou o convite. De acordo com Grinberg²³⁸, cabe ainda a Isaías Golgher a fundação de um Comitê Anti-Integralista em Belo Horizonte, no ano de 1937.

De acordo com Lesser, Isaiah Raffalovich, da *Jewish Colonization Association*, chegou a se encontrar com Plínio Salgado em 1934 para reclamar do crescente antissemitismo na AIB. Teria recebido a garantia que a “questão judaica” ficaria fora do programa integralista. Ainda de acordo com o autor, alguns judeus abastados chegaram a fornecer verba aos integralistas, como forma de pressionar para que deixassem de divulgar propaganda antissemita. O dinheiro teria sido aceito, porém a propaganda persistiu²³⁹.

As críticas externas ao antissemitismo de Gustavo Barroso, embora existentes, não tiveram tanta repercussão – ao menos para os militantes - quanto às críticas da própria AIB ao radicalismo do chefe das milícias integralistas. No ano de 1936, por meio da revista *Panorama* (periódico dirigido por Miguel Reale e destinado à alta intelectualidade do movimento), edição 4-5, Plínio Salgado publicou uma carta – datada de 1934 - em que discorria sobre a questão do antissemitismo na AIB, criticando o discurso antissemita e buscando desvincular o integralismo de tal prática.

Não sustentamos preconceitos de raça; pelo contrário, afirmamos ser o povo e a raça brasileiros tão superiores como quaisquer outros. Em relação ao judeu não nutrimos contra essa raça nenhuma prevenção. Tanto que desejamos vê-la em pé de igualdade com as demais raças, isto é, misturando-se, pelo casamento, com os cristãos. Como estes não são intransigentes nesse sentido, desejamos que tal inferioridade não subsista nos judeus porque uma raça inteligente não deve continuar a manter preconceitos bárbaros. Quanto ao capitalismo judeu, na realidade, ele não existe como tal. O que se dá é apenas uma coincidência: mais do que 60% do agiotarismo internacional está nas mãos israelitas [...] O judeu-capitalista é igual a um cristão capitalista: sinais de uma época de democracia liberal. Ambos, não terão mais razão de ser porque a humanidade se libertará da escravidão dos juros e do latrocínio do jogo das Bolsas e das manobras banqueiristas. A animosidade contra os judeus é, além do mais, anticristã e, como tal, até condenada pelo próprio catolicismo. A guerra que se fez a essa raça, na Alemanha, foi, nos seus exageros, inspirada pelo paganismo e pelo preconceito de raça [...] Não podemos odiar uma raça da qual saiu Jesus Cristo [...] O problema do mundo é ético e não étnico.²⁴⁰

O trecho destacado da carta de Plínio Salgado publicada em *Panorama* deixa evidente a busca do líder nacional dos integralistas em determinar o movimento a partir de um cunho

²³⁸ GRINBERG, Keyla. Imigração e Identidade Judaica no Brasil Contemporâneo. In: GRINBERG, Keyla. *Os Judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 293.

²³⁹ LESSER, Jeffrey. *Op. Cit.*, p. 115.

²⁴⁰ *Panorama*, 1 (4-5), abril-maio. In: CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado: Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Ciências Humanas Ltda., 1978, p. 572.

pretensamente não-racista, de forma que o radicalismo não encontraria espaço na própria doutrina. Esta questão se dá, inclusive, por conta da intensa presença de elementos do cristianismo na doutrina integralista, de forma que teoricamente seriam incompatíveis com o posicionamento radical proposto por Gustavo Barroso. Além da publicização da questão pela imprensa integralista, Plínio Salgado proibiu que Gustavo Barroso publicasse seus artigos, tanto em *A Ofensiva* (onde havia uma coluna intitulada “Judaísmo Internacional”), quanto em toda imprensa integralista, em um período de seis meses²⁴¹.

Esta questão pode ser analisada levando em conta que estava em jogo uma disputa de poder entre Plínio Salgado e Gustavo Barroso. Por mais que seja compreensível que um movimento político fosse composto por alas e correntes diversas nem sempre conflitantes, a configuração da AIB enquanto movimento político fascista era determinante para que uma unidade preponderante fosse – ou fizesse ser - respeitada, tanto na questão ideológica quanto na hierarquia dirigente. O posicionamento radical de Gustavo Barroso sobre a questão do antissemitismo, longe de ser expoente de um radicalismo isolado, representava os anseios de uma ala da militância dos camisas-verdes e era uma ameaça ao poder centralizado de Plínio Salgado.

Ao menos uma passagem evidencia a disputa de poder entre Plínio Salgado e Gustavo Barroso. De acordo com Trindade, ao fim de uma conferência aos militantes integralistas, Gustavo Barroso afirmara que um líder que não é fiel à sua própria doutrina, corre riscos de perder sua autoridade. Embora não tenha citado o nome de Plínio Salgado, tal afirmação foi levada como uma crítica ao *Chefe Nacional*. Dias após, durante uma reunião de prefeitos integralistas, Plínio Salgado discursa sobre temáticas como obediência ao chefe, fidelidade, entre outros. Ao fim de seu pronunciamento, Salgado se demite do cargo de chefia da AIB e abandona o palco. Todos os dirigentes presentes, inclusive Barroso, ficaram atônitos com o pronunciamento. Barroso teria ido a encontro de Salgado e, após explicações com olhos marejados, Plínio Salgado aceita “voltar” ao cargo de chefia da AIB, unicamente por “pressão” dos companheiros²⁴².

Por conta desta disputa existente entre Plínio Salgado e Gustavo Barroso, a afirmação de Barroso em “Reflexões de um Bode” (1937) sobre a importância de Salgado na formação de sua postura antissemita, tem que ser vista com ressalvas. No ano de publicação desta obra,

²⁴¹ MAIO, Marcos Chor. *Op. Cit.*, 1992, p. 95.

²⁴² TRINDADE, Hégio. *Op. Cit.* p. 169.

ainda que fizesse parte da AIB, Gustavo Barroso já tinha passado por pressões internas e externas ao movimento, decorrente de seu antissemitismo. Dividir o ônus da “culpa” com Plínio Salgado pode ser compreendido como um aspecto objetivo de construção de memória em Gustavo Barroso, levando em conta que, conforme afirma Ferreira, o *esquecimento* é um dos eixos constitutivos da memória.²⁴³

O posicionamento de Plínio Salgado em face ao antissemitismo de Gustavo Barroso não significa, no entanto, que a questão estivesse inexistente nos escritos do líder nacional dos camisas-verdes. Para Chasin²⁴⁴, é possível encontrar em obras de Plínio Salgado alguns traços antissemitas, embora não embasados por fundamentos raciais, de modo que o judeu é visto como figura usurária e manipulador internacional das economias. Tampouco consta, segundo o autor, o modelo antissemita de fundo religioso em obras de Plínio Salgado.

Traços de um ideal antissemita que veicula aos judeus o capitalismo internacional e práticas usurárias também se fazem presente em algumas obras do terceiro homem mais importante do integralismo: Miguel Reale, secretário nacional de doutrina da AIB. De acordo com Beired²⁴⁵, diferentemente das obras de Plínio Salgado (que tinham um forte apelo espiritualista, fruto da tradição católica), os textos integralistas de Miguel Reale eram pautados pela análise do Estado como ponto central para as possíveis resoluções integralistas. Levando em conta o fascismo como um “manancial inesgotável de experiências” (p. 115), Reale buscava trazer o arcabouço ideológico do modelo corporativista fascista italiano para as realidades brasileiras. Desta maneira, a grande maioria do corpus de obras integralistas de Reale vai tratar de questões referentes à organização estatal, aspectos de questões trabalhistas, e dos efeitos do capitalismo internacional no Brasil.

Diferentemente de Gustavo Barroso, Miguel Reale não reduzia estas questões à tese de existência de um complô judaico de dominação mundial. No entanto, algumas ideias estigmatizadas dos judeus enquanto células ativas – ou mesmo preponderantes – nos problemas nacionais são notadas em algumas passagens. Ainda que, como afirmado, não se configura o antissemitismo do modo *barrosiano* em Miguel Reale, algumas obras do autor vão auxiliar na consolidação do discurso antissemita de Gustavo Barroso. Não é, portanto, um

²⁴³ Desta maneira, a articulação da memória em Gustavo Barroso poderia ser útil não apenas ao *esquecimento* de aspectos do próprio passado, mas também às atribuições e projeções futuras. (cf.: FERREIRA, Jerusa Pires. *Armadilhas da memória e outros ensaios*. Cotia: Ateliê Editorial, 2003, p. 92.)

²⁴⁴ CHASIN, J. *Op. Cit.*, p. 572-3.

²⁴⁵ BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 114.

aspecto de construção da questão, mas é plausível supor que os leitores habituais de Gustavo Barroso também estivessem atentos à produção de Miguel Reale - sobretudo os militantes integralistas -, auxiliando, portanto, o processo de disseminação das teorias presentes nas obras de Barroso.

Em “O capitalismo internacional”, obra lançada originalmente em 1935, Miguel Reale aborda o processo de surgimento e disseminação do capitalismo ao redor do mundo. A figura do judeu, neste processo histórico, é tida como elemento fundamental para a configuração do espírito capitalista, *internacional e imperialista*. Desta maneira, para Miguel Reale, os agentes do capitalismo estariam à espreita de todos os fenômenos que por ventura poderiam estabelecer possibilidades de obtenção de lucros. A colonização espanhola sobre a América, por exemplo, seria marcada para, além do *heroísmo* dos navegantes, a constante vigilância dos agentes capitalistas, no caso especialmente “os judeus e da Ordem dos Templários, o primeiro grande banco internacional de depósitos”²⁴⁶.

O capitalismo, em Miguel Reale, é tomado como um fator de exploração nacional, contrário às possibilidades de construção de ideologias nacionalistas. A luta contra o capitalismo, portanto, torna-se peça chave para a ideologia integralista, luta esta fundamental que, segundo o autor, se daria contra “o capitalismo financeiro e o ‘espírito’ judaico de açambarcamento monetário”²⁴⁷. Embora o autor trate do capitalismo como uma questão não exclusiva aos judeus, é justamente o “espírito judaico” do capitalismo que o caracteriza como explorador e usurário. Esta questão não se dá de maneira direta ao teor conspiratório dos “Protocolos”, mas é possível notar esta proposta no discurso anti-capitalista de Miguel Reale, determinando o caráter maléfico do capitalismo à um grupo específico, alheio à vida nacional e, evidentemente, às práticas nacionalistas.

Em muitos casos, o governo se identifica com um grupo de capitalistas: a economia solda-se com a política em lugar de estar submetida a ela. Surge, então, o *imperialismo* que não é mais que a deturpação da ideologia nacionalista, colocando a Nação a serviço de interesses egoístas de indivíduos estranhos à vida nacional.²⁴⁸

²⁴⁶ REALE, Miguel. O capitalismo internacional. In REALE, Miguel. *Obras políticas (1ª fase - 1931/1937). Tomo II*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983a, p.183.

²⁴⁷ *Idem*, p. 193. A passagem destacada pelo autor é um trecho de outra obra de sua autoria: “O Estado Moderno” (1934).

²⁴⁸ REALE, Miguel. O capitalismo internacional. In REALE, Miguel. *Obras políticas (1ª fase - 1931/1937). Tomo II*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983(a), p. 191.

Embora não atribua aos judeus uma organização sistemática e conspiratória no sentido de determinar a falência das ideologias nacionais e da autonomia dos Estados em face ao desenvolvimento capitalista, Reale dialoga com determinadas obras que trazem este *sentido* à história, seja elogiando Gustavo Barroso – “Gustavo Barroso, em seu magnífico libelo ‘Brasil, colônia de banqueiros’, mostrou à sociedade qual é a nossa posição” (p. 219) -, ou mesmo citando obra de Raimundo Padilha (que o autor não determina qual é a obra) que cita a questão expressa nos “Protocolos” enquanto indícios da crise gerada tanto no liberalismo quanto no *bolchevismo*²⁴⁹.

Seguindo o elogio a Gustavo Barroso, Reale retoma um discurso conspiratório sobre uma ação em planos escusos, da prática capitalista. No entanto, novamente o autor não determina a questão à suposta atuação judaica na sociedade, embora alguns termos do discurso *barrosiano* estejam presentes, como sociedades secretas, indiferença às nações, entre outros.

Os vários grupos de financistas e de “agentes” de sociedades anônimas localizam-se em determinados pontos do globo e, colocados acima dos Estados, manobram os governos, lançam povos contra povos desde que lhes possa resultar um lucro, e armam as máquinas sugadoras dos “trusts” e dos “cartéis”. [...] Não se pense porém que essas forças se identificam com esta ou com aquela nação²⁵⁰. (p. 219)

Para Miguel Reale, o Brasil, no contexto do capitalismo internacional, estaria em um local estratégico, pois na América do Sul que se daria o ponto de convergência entre vários *imperialismos* - o japonês, o estadunidense, o inglês, entre outros. Embora o autor não adentre na questão das convergências e divergências entre estes modelos *imperialistas*, há uma questão preponderante: os *imperialismos* da porção ocidental seriam fruto de uma mestiçagem, mas com um predomínio absoluto do *ouro judaico*.

Para Reale, havia no contexto capitalista uma falsa relação conflituosa entre comunistas e capitalistas. Esta falsidade era escancarada quando se notava o relacionamento entre “altos senhores da finança judaica e os não menos semitas agitadores vermelhos” (p. 237). Ainda que o autor se aproxime evidentemente e conscientemente do modelo do mito do complô judaico-comunista, logo faz questão de discorrer sobre a temática antissemita, afirmando em nota de rodapé que a questão não era pautada por preconceitos raciais, mas sim

²⁴⁹ *Idem*, p. 207.

²⁵⁰ *Idem*, p. 219.

um fato, ou mesmo coincidência. Sendo assim, os exploradores estariam com os dias contados, fossem eles semitas ou não.

A questão é retomada páginas adiante (p. 253), quando Miguel Reale afirma que o nazismo se fazia mais radical que o fascismo italiano em um ponto específico, a questão do capitalismo financeiro que na Alemanha nazista havia sido transformado em “problema racial de combate aos judeus”. Afirma que, embora não houvesse dúvidas que os judeus tivessem absoluta hegemonia sobre o *supercapitalismo* e que a luta anticapitalista envolvesse o combate a “setores de Israel”, a questão não poderia caminhar para o racismo, pois o problema residiria em meios econômicos e sobretudo éticos. Além do mais, para o integralismo as teorias racistas não teriam serventia, pois um movimento *espiritualista* não levaria em conta a cor da pele ou o formato do crânio das pessoas.

É evidente que o discurso de Miguel Reale contra o antissemitismo radical coaduna-se com o posicionamento do próprio Plínio Salgado, assim como são óbvias as similaridades pontuais e discursivas, como a questão do problema: ético x étnico. É possível supor ainda que, além das afinidades ideológicas de membros de um movimento político em comum, a questão (radicalismo de Barroso) tenha sido discutida entre Plínio Salgado e Miguel Reale, principalmente pela posição hierárquica destes na AIB. Cabe lembrar ainda que, embora a carta de Plínio Salgado contra Gustavo Barroso tenha sido tornada pública (via *Panorama*) em 1936 e o livro de Reale tenha sido lançado em 1935, o texto da carta de Salgado já estava redigido desde 1934, conforme afirmara Chasin.

Reale afirma ainda que a existência do racismo antissemita na Alemanha nazista era “resultante do encontro de dois povos eminentemente racistas: os judeus e os germânicos”. Ainda que Gustavo Barroso vá se utilizar de um suposto racismo judaico como pretenso legitimador do discurso antissemita – a questão da autodefesa-, pouco provável seria se fizesse esta mesma acusação contra os alemães, não somente por sua admiração e proximidade ideológica com o nazismo (na questão antissemita, principalmente), mas também por sua ancestralidade: a mãe de Gustavo Barroso era alemã, de quem herdou o sobrenome “Dodt”²⁵¹.

²⁵¹ Para Maria Luiza Tucci Carneiro (2001) a ancestralidade alemã teria sido fator preponderante para o surgimento do antissemitismo de Gustavo Barroso. No entanto, como afirma Roney Cytrynowicz (1992), além da ancestralidade nacional não ser determinante na questão, pesa ainda o fato que Gustavo Barroso ficara órfão de mãe com sete dias de idade, e fora educado pelo pai e parentes paternos (brasileiros).

Em “ABC do Integralismo”²⁵², lançado também no ano de 1935, Miguel Reale retoma a questão do antissemitismo e das críticas ao modelo racista perpetuado pelo nazismo, embora as críticas não fossem tão incisivas quanto apresentadas em “O Capitalismo Internacional”. Para Reale, o integralismo deveria se inspirar nas medidas nazistas no âmbito de organização política e financeira, enquanto a questão racial é apresentada como incerta: “não sabemos em que nos poderia ser útil a tese da superioridade racial, tese que consulta uma situação local” (p. 231). No entanto, adiante retoma a questão que o combate ao capitalismo financeiro e ao *agiotarismo internacional* deveria seguir preceitos éticos, de forma que isto impediria o racismo na questão.

Para Reale, os preceitos éticos determinados pela ideologia integralista de fundo espiritualista impediriam que os camisas-verdes fizessem distinção “entre o agiota judeu e o agiota que se diz cristão; entre o açambarcador que freqüenta a Cúria e o que freqüenta a Sinagoga”. É curioso notar nesta passagem citada que, para Miguel Reale, o *agiotarismo* seria um traço comum da identidade judaica, enquanto um agiota cristão não seria realmente um cristão, mas sim um indivíduo autodenominado e não praticante. Ainda que Reale não conclame uma reação à presença judaica na sociedade brasileira, evidencia-se a persistência de uma visão estigmatizada do judeu como indivíduo usurário, dotado do *espírito capitalista*, e vice-versa.

Adiante, o autor fortalece o discurso que toma o capitalismo enquanto um (pré) domínio judaico, responsável pelo acirramento das lutas sociais, dos círculos operários vinculados ao marxismo e das greves “infundadas”, ou seja, a luta de classes.

Mas qual é o resultado prático das greves? Pregram-na os agitadores que precisam de acirrar o ódio e lançar a semente da discórdia para desagregar as forças da Nação e favorecer o domínio judaico.²⁵³

Ainda que buscasse um discurso pretensamente economicista que viria a tese da inexistência do antissemitismo na Ação Integralista Brasileira, há uma presença – embora discreta – de formulações de cunho antissemita em obras de Miguel Reale. Isto não quer dizer que o posicionamento do autor assemelhava-se ao de Gustavo Barroso, tampouco que compartilhava a visão racista antissemita. A incidência do antissemitismo em Miguel Reale é preponderantemente ligada às questões econômicas e, embora dialogasse com alguns

²⁵² REALE, Miguel. ABC do Integralismo. In REALE, M. *Obras políticas (1ª fase - 1931/1937). Tomo III*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983b, p.71-150.

²⁵³ *Idem*, p. 216.

elementos presentes em obras de Barroso, como a questão do mito do complô judaico-comunista, Reale não levava isto ao cerne das obras, buscando sempre relativizar estas questões com supostas constatações sobre a realidade política e econômica brasileira, que teriam sido produzidas de maneira empírica pelo autor.

Neste constante diálogo que Reale construía entre suas “constatações” e a negação de um antissemitismo nelas, assim como a crítica pública de Plínio Salgado a Gustavo Barroso, é possível notar a observação de Trindade (1979, p.242) que afirma que a crítica dos teóricos e dirigentes integralistas a Gustavo Barroso não seriam fruto de uma neutralidade quanto ao *problema-judaico*, mas sim de uma rejeição ao radicalismo do autor. Além do radicalismo de Gustavo Barroso, que poderia afugentar militantes e setores em que a AIB tinha (e nutria) forte influência, como o caso de parcela do catolicismo nacional, a constituição de uma ala mais radical do movimento impunha uma ameaça à unidade e ao poder hierárquico, tanto de Plínio Salgado, assim como de Miguel Reale.

Embora a hierarquia não tenha sido desrespeitada/quebrada durante a existência legal do integralismo nos anos 1930, a corrente antissemita da AIB influenciada pelas obras antissemitas de Gustavo Barroso foi, de acordo com Trindade, relativamente forte na militância de base. Além da militância de base, outros autores integralistas traziam o antissemitismo expresso por Barroso em suas obras, buscando elevar a questão judaica ao centro do debate ideológico e da atuação integralista, como era o caso do Padre João Passos Cabral, autor de “A Questão Judaica”²⁵⁴, lançado no ano de 1937, prefaciado por Gustavo Barroso, e que de acordo com Tucci Carneiro, foi uma das principais obras antissemitas brasileiras da década de 1930²⁵⁵.

No prefácio da obra, Gustavo Barroso afirma que o *antijudaísmo* que era então disseminado pelo mundo não era despropositado, sequer injusto, pois seria uma reação contra a ação parasitária de *Israel* e seus planos de dominação mundial, assim como as ações desencadeadoras do comunismo e do capitalismo. No corpo da obra, Cabral afirma que o governo brasileiro tinha que lançar mão de medidas protecionistas à cultura nacional, impondo práticas restritivas à migração judaica que, além de destruir a cultura nacional, levava a cabo o plano judaico de dominação mundial. Utilizava, portanto, de vários elementos

²⁵⁴ CABRAL, João Passos. *A Questão Judaica*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

²⁵⁵ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Sangue como metáfora: do anti-semitismo tradicional ao anti-semitismo moderno* in: GORENSTEIN, Lina & CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Ensaio sobre a intolerância: inquisição, marranismo e anti-semitismo*. 2ª Ed. São Paulo: Humanitas, 2005.

discursivos presentes em textos de Gustavo Barroso: a ideia do complô, o mito judaico-comunista, o internacionalismo revolucionário, entre outros. Afirmava ainda o caráter não racista de sua obra, visto que a ação se restringia ao campo político, algo que é possível notar também em textos de Barroso.

Outro autor de obras integralistas e antissemitas foi Anor Butler Maciel, importante nome do integralismo no Rio Grande do Sul, membro do triunvirato gaúcho da AIB e diretor do periódico *O Integralista*²⁵⁶. De acordo com Natália dos Reis Cruz²⁵⁷, Maciel era também entusiasta das teorias de conspiração vinculadas ao judaísmo, com fundamentação antissemita, de modo que também afirmava a existência de um complô judaico de dominação, criador tanto do capitalismo, quanto do comunismo, etc. Embora “Nacionalismo: O Problema Judaico no Mundo e no Brasil: O Nacional-Socialismo”²⁵⁸ estabelecesse críticas ao racismo nazista, utilizava correntemente de formulações antissemitas, como a *denúncia* que a cultura judaica, vista como racista e alheia às nacionalidades, era um princípio ativo das manifestações antissemitas milenares, lidando, portanto, com o mito do eterno antissemitismo como preceito legitimador da própria prática discriminatória.

Integralista do Rio de Janeiro, Oswaldo Gouvêa teve, de acordo com Oliveira²⁵⁹, papel de destaque em diversos jornais do movimento, como *A Offensiva*, *A Razão* e *Século XX*. Em 1935, Gouvêa publicou o livro “Os judeus do cinema”²⁶⁰, onde afirmava que o cinema mundial sofria *perseguição* advinda dos estúdios *hollywoodianos*, dominados pelos judeus. Para o autor, esta estratégia já havia estado em curso em outros países como França, Portugal, etc.; e, além de destruir as empresas cinematográficas nacionais, mesmo os donos de *cinematecas* eram obrigados a veicular os filmes das grandes produtoras dominadas pelo judaísmo, como *FOX*, *Warner Bros*, entre outros, sob o risco de sofrerem perseguição caso não obedecessem às ordens da elite judaica do cinema. Nota-se, portanto, que o autor constrói

²⁵⁶ LEAL, Carine de Souza. *Imprensa integralista (1932-1937): propaganda ideológica e imprensa partidária de um movimento fascista no Brasil dos anos 30*. Monografia (Comunicação Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006, p. 70.

²⁵⁷ CRUZ, Natália dos Reis. *O Integralismo e a Questão Racial: a intolerância como princípio*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2004, p. 199.

²⁵⁸ MACIEL, Anor Butler. *Nacionalismo: o problema judaico e o nacional-socialismo*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

²⁵⁹ OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. “*Perante o Tribunal da História*”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (12932 – 1937). Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica: Porto Alegre, p. 111.

²⁶⁰ GOUVÊA, Oswaldo. *Os judeus do cinema*. Rio de Janeiro: Gráfica São Jorge, 1935.

uma análise de um ponto específico da economia, embora com resultados que seriam universais, levando em conta alguns preceitos antissemitas, em especial dos “Protocolos”, sobretudo na questão de destruição da cultura e valores morais da sociedade, fortalecimento de uma indústria dominada pelos judeus, tudo isto com o ideal maior da suposta dominação judaica mundial.

Arci Tenório D’Albuquerque também seguia a linha integralista radical e antissemita preconizada por Gustavo Barroso. Duas obras de sua autoria, “Integralismo, Nazismo e Fascismo: estudos comparativos” ²⁶¹ e “A Alemanha Grandiosa: impressões de viagem ao paiz do nazismo” ²⁶² são abundantemente marcadas pelo discurso conspiratório de fundo antissemita e por uma profunda admiração ao nazismo. Em “Integralismo, Nazismo e Fascismo”, o autor elogia o nazismo, embora advirta que o modelo alemão não poderia ser aplicado ao Brasil. No entanto, para D’Albuquerque, o fator da inaplicabilidade não seria devido ao racismo nazista, tal qual é apresentado por outros autores integralistas (inclusive Gustavo Barroso), mas sim a indisciplina do povo brasileiro, que não estaria preparado para o *rigorismo* nazista (p. 80). Este seria, inclusive, um dos principais fatores causadores da escravização dos brasileiros ao *banqueirismo internacional*, pois este espírito rebelde por natureza teria impossibilitado a criação de uma ordem na sociedade brasileira, de modo que as pessoas aceitassem a hierarquia, não negligenciando a ordem vigente. Portanto, para o autor, a ausência deste espírito de ordem seria um fator preponderante para a facilidade de atuação do *banqueirismo*, agência de atuação dos judeus, tidos como *parasitários*, *usurpadores*, *tiranos*, e assim por diante.

Em “Alemanha Grandiosa”, D’Albuquerque empreende uma defesa da imagem de Adolf Hitler, afirmando que a imagem depreciativa do líder nazista teria sido obra dos judeus, por meio da imprensa judaica. Além disto, o autor retoma acusações típicas do mito do complô judaico-comunista e dos “Protocolos”, *denunciando* a indissociabilidade entre judaísmo e comunismo, o caráter perverso dos judeus nas sociedades, o *racismo judaico*, o controle das finanças mundiais nas mãos dos judeus, a *bestialização* das sociedades com presença judaica, entre outros.

É possível notar, pois, que obras integralistas e antissemitas não eram exclusividade de Gustavo Barroso, outros autores compartilhavam – ou eram influenciados – pela visão

²⁶¹ D’ALBUQUERQUE, Arci Tenório. *Integralismo, nazismo e fascismo: estudos comparativos dos três regimes*. Rio de Janeiro: Minerva, 1937

²⁶² D’ALBUQUERQUE, Arci. Tenório. *Alemanha Grandiosa: Impressões de viagem ao paiz do nazismo*. Rio de Janeiro: Minerva, 1937.

estigmatizada, preconceituosa e defensora de uma prática de exclusão/perseguição. Estas obras abordadas acima apresentam as formulações típicas do antissemitismo moderno, buscando fundamentar o preconceito em bases políticas, assim como as ações provenientes desta fundamentação, sofismas que apresentavam também elementos discursivos antissemitas do modelo tradicional, principalmente nas questões religiosas, onde o judeu era acusado de maquinador diabólico, agente do anticristo, etc.

O antissemitismo na AIB não desempenhava o papel central da doutrina, do mesmo modo como também não se tratava de uma posição una da liderança do movimento. Por outro lado, ainda que esta corrente não obtivesse o status *oficial* da ideologia integralista, utilizava também do modelo de difusão e doutrinação formado pelos diversos jornais e periódicos do movimento que, como abordado anteriormente, era composto de uma grande rede, possibilitando assim a divulgação, abrangência, atuação, doutrinação e presença nacional do integralismo. Utilizando do grande espaço destinado nestes veículos de imprensa à liderança do movimento, Gustavo Barroso e demais autores falavam diretamente com a militância de base, o que é um dos indícios da causa de grande aceitação do antissemitismo nesta parcela da militância, conforme afirmara Trindade.

De acordo com levantamento realizado sobre parte da imprensa integralista, Oliveira²⁶³ afirma que o antissemitismo representou 8,17% das matérias e referências destes materiais. Embora, afirme o autor, o antissemitismo não tinha equivalência a outras das temáticas sobre *inimigos* integralistas, como o caso do liberalismo e do comunismo, o conteúdo antissemita se fazia presente, ainda que de maneira velada. Um destes casos de disseminação do material antissemita integralista via periódico pode ser constatado a partir de pesquisa de Ribeiro²⁶⁴, sobre a atuação da AIB na cidade de Olímpia (interior de São Paulo), onde integralistas utilizavam tanto jornais do movimento ou mesmo porta-vozes oficiosos (caso do jornal “Cidade de Olympia”) para divulgar textos antissemitas de integralistas diversos, sobretudo Barroso, ou mesmo de autoria dos próprios militantes locais - como o caso de Ruy Amaral (chefe integralista de Olímpia) e do médico Philemon Ribeiro da Matta -, demonstrando, portanto, que o discurso antissemita tinha receptividade e além de reproduzido, servia de inspiração para produções de circulação local e regional.

²⁶³ OLIVEIRA, *Op. Cit.*, 2004, p. 113.

²⁶⁴ RIBEIRO, Ivair Augusto. *O integralismo no sertão de São Paulo: um “fascio de intelectuais”*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista: Franca, 2004.

Além destas conjunturas, outras questões podem ser observadas como possíveis indícios do antissemitismo na Ação Integralista Brasileira. Segundo Rose²⁶⁵, o Conselho Nacional Integralista tinha uma seção intitulada Serviço de Informações, composta de outras cinco subseções, quatro destas destinadas à fabricação de dossiês contra inimigos do movimento: um para os judeus e as outras para os comunistas, maçons e liberais democratas. O Serviço de Informações (também chamado de Serviço Secreto²⁶⁶ da AIB) era um órgão subordinado às milícias integralistas, portanto chefiadas por Gustavo Barroso. Foi dentro do Serviço de Informações da AIB que surgiu um dos principais episódios políticos da AIB e da década de 1930: a criação do Plano Cohen, redigido por Olympio Mourão Filho, chefe do Estado-Maior das milícias integralistas, chefe do Serviço de Informações da AIB e Capitão do Exército brasileiro.

Além de toda a significação política que trouxe o surgimento do Plano Cohen, com o auxílio para a implantação do Estado-Novo, há elementos que sustentam a tese que o plano fora influenciado pelo tom conspiratório dos “Protocolos”. De acordo com Wiazovski, há várias similaridades entre os dois textos, como: manipulação da imprensa, destruição de instituições públicas, violência exacerbada, uso de greves e lutas sociais para desestabilizar a sociedade, golpe de Estado, destruição das Universidades e das escolas, entre outros²⁶⁷.

Além dos elementos congruentes na suposta conspiração apresentada, a autora atenta para o fato do sobrenome judaico do conspirador (“Cohen”) e também para a *aportuguesação* que Gustavo Barroso fez do sobrenome do líder comunista húngaro Bela Kuhn em sua tradução dos “Protocolos”, onde é chamado justamente de “Cohn”, tudo isto em obra lançada cerca de um ano antes da confecção do “Plano Cohen”. Embora o Plano Cohen não fosse voltado à fomentação do antissemitismo e da defesa de perseguição aos judeus, é possível notar a intensa presença do mito do complô judaico-comunista, seguindo o raciocínio expresso por Gustavo Barroso e outros autores integralistas em diversas obras.

Este discurso conspiratório e antissemita que Gustavo Barroso inseriu na ideologia integralista e diversos autores e militantes reproduziram e disseminaram, atingiu a base militante em diversos focos: obras doutrinárias, reprodução de trechos dos textos em formas

²⁶⁵ ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getulio Vargas e o controle social no Brasil – 1930 – 1945*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001, p. 62.

²⁶⁶ Cf. WIAZOVSKI, Taciana. *Op. Cit.*, 2005, p. 165, e “Olympio Mourão Filho” in: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

²⁶⁷ WIAZOVSKI, Taciana. *Op. Cit.*, p.169-170.

de artigos publicados em jornais ou mesmo a doutrinação estabelecida na sociabilidade dos militantes. Embora não fosse a égide da doutrina integralista, esteve presente em diversos âmbitos, não reduzido somente em obras de Gustavo Barroso, conseguindo assim penetrar em diversas camadas da militância integralista.

O depoimento de Mario José Maestri concedido a Gilberto Calil²⁶⁸ demonstra como o antissemitismo não somente se desenvolveu em planos secundários na ideologia integralista, mas também como persistiu na memória dos antigos militantes. Maestri, que ingressou ainda criança no integralismo (AIB), reafirma em entrevista realizada no ano de 1997 alguns dos pontos chaves da ala antissemita da AIB: a negação da existência do racismo contra os judeus, ao mesmo tempo em que reafirma a crença nos “Protocolos” e no temor frente a um domínio judaico sobre as finanças, empresas e sobretudo veículos de comunicação.

Não tínhamos racismo, não havia racismo. Nem contra o judeu. Nós éramos contra os empréstimos internacionais feitos pelas casas judaicas, isso sim. E até hoje. Nós tínhamos os Protocolos. Vocês já leram os Protocolos dos Sábios de Sião? Já leram? Tu repara se não está acontecendo direitinho o que os Protocolos marcam. Tá, né? É impressionante, a imprensa vai ficar nas mãos de quem no fim...²⁶⁹

Evidentemente, para um antigo militante, não mais ativo em quaisquer das organizações integralistas pós - AIB, o reconhecimento - ainda que se negue o antissemitismo - do contato com os “Protocolos” e a defesa do que era pregado na obra, não configura necessariamente um entrave. Para a militância ainda ativa, no caso, os neointegralistas, a questão tende a ser mais problemática, pois não reside apenas em defender a ideologia integralista dos anos 1930 (ainda que alguns militantes proponham modernizações), mas também de situar toda a doutrina da Ação Integralista Brasileira em tempos presentes, buscando articular, portanto, a memória militante, com o contexto político nacional e internacional e o próprio arcabouço ideológico dos camisas-verdes, inclusive daqueles vinculados ao antissemitismo no movimento.

O antissemitismo, ainda que não tenha sido um fator preponderante na ideologia e doutrina integralista dos anos 1930, exerceu importante função na formação de uma corrente interna no movimento, não ficando restrito somente a obras de alguns ideólogos dos camisas-verdes, alcançando um significativo papel tanto na própria doutrina integralista quanto na

²⁶⁸ “Depoimento de Mário José Maestri”, p. 79- 168 in: SILVA, Carla Luciana Souza da & CALIL, Gilberto Grassi. *Velhos Integralistas: a memória dos militantes do Sigma*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

²⁶⁹ *Idem*, p. 96.

disseminação na militância de base. Ainda que o surgimento de teses e discursos preconceituosos contra os judeus não tenha sido, como evidenciado, uma *originalidade* do discurso integralista, foi no cerne da AIB que tal questão passou a ter maior difusão não somente perante a militância do movimento, mas também na própria sociedade brasileira do período.

Mesmo com o fim da AIB, tal legado antissemita continuou existente, sobretudo na memória militante, tanto no panorama retrospectivo da década de 1930 quanto dos grupos integralistas do tempo presente. Dada a importância do antissemitismo para a memória e a própria ideologia integralista, esta questão continua presente – ainda que em diversas intensidades – em alguns textos de grupos neointegralistas, mesmo que alguns destes grupos busquem a desvinculação explícita com o antissemitismo. De qualquer maneira, a própria iniciativa existente de alguns setores neointegralista em face ao distanciamento aparente do antissemitismo, demonstra a importância da questão para este, assim como quão é delicada para a memória integralista, gerando diversas compreensões sobre o tema, sobretudo nos grupos neointegralistas.

4. - Neointegralismo e Antissemitismo

Como abordado anteriormente nos capítulos 1 e 2, o processo de rearticulação integralista desde o fim da AIB até a constituição dos atuais grupos neointegralistas teve de situar a ideologia integralista não somente em relação ao panorama político de cada época, mas inclusive sobre determinados aspectos problemáticos da própria doutrina integralista e questões tornadas ainda mais polêmicas em face à luz da contemporaneidade. Desta maneira, o Partido de Representação Popular (PRP) buscou adequar a ideologia integralista ao modelo de democracia vigente de então, posicionando-se no jogo político partidário, ao mesmo tempo em que buscava retomar alguns elementos ideológicos preponderantes da ideologia integralista, principalmente o discurso anticomunista.

Outros aspectos, no entanto, tiveram de ser articulados, passando por um processo de construção objetiva de memória e da própria constituição política, sobretudo referente ao fascismo, tanto por conta da intensa propaganda anti-integralista do Estado Novo, quanto da vinculação ideológica (e prática) do integralismo ao contexto do fascismo internacional e também das decorrências diretas do fim da Segunda Guerra Mundial, onde o fascismo desempenhou papel preponderante na eclosão do conflito e dos diversos resultados desastroso.

No caso dos grupos neointegralistas que buscam a retomada prática institucional do integralismo, a questão da problemática da memória tende a ser ainda mais complexa. Por se tratar de iniciativas que buscam retomar – ainda que com possíveis mudanças - o integralismo da primeira fase (AIB), todos os distanciamentos efetuados pelo PRP e demais organizações pós-AIB tendem a ser desconsiderados ou minimizados, pois o foco do objetivo dos grupos integralistas mais recentes toma a atuação dos camisas-verdes entre 1932 e 1937 como inspiração preponderante. Isto não significa, no entanto, que os neointegralistas não utilizem determinados contextos criados por integralistas e perrepistas, em especial na busca de desvinculação do integralismo com os fascismos, sobretudo o italiano e o alemão.

Entretanto, outros aspectos da atuação do PRP são pontos que os neointegralistas evitam problematizar, como o caso do posicionamento Miguel Reale e Gustavo Barroso, que não aceitaram participar da iniciativa integralista perrepista. Miguel Reale partiu para outras atribuições políticas, chegando a participar da fundação de outros partidos; Gustavo Barroso não mais se dedicou efetivamente à vida política, e se referia à experiência integralista como um sonho de vida que não se concretizou, num tom melancólico, permeado por esquecimento

e silenciamento²⁷⁰. Os neointegralistas fazem, portanto, uma análise objetiva de aspectos históricos e ideológicos do movimento integralista, para que deste modo possam selecionar quais elementos deverão ser resguardados e rearticulados em suas práticas políticas cotidianas, assim como quais aqueles que devem ser silenciados, minimizados ou subtraídos.

O antissemitismo, como fora abordado anteriormente, não chegou a ser uma unanimidade dentro da AIB, principalmente em relação à radicalização do discurso. Nos grupos neointegralistas há um constante movimento de rearticulação, relativização e mesmo esquecimento desta questão, tanto em referência à ancestralidade histórica integralista quanto das práticas contemporâneas. Evidentemente, esta questão específica não se faz somente por conta das correntes internas que existiram na AIB (provocando disputas internas e posicionamento conflitantes), mas devido também à própria conjuntura política e social atual referente à questão do antissemitismo.

Sobretudo após o fim da Segunda Guerra Mundial, houve o surgimento a nível global de uma crescente discussão política, legal e acadêmica sobre a questão do holocausto e do antissemitismo, assim como propostas de criação de políticas públicas transnacionais para que tais fenômenos não viessem a se repetir. Uma das evidentes decorrências desta discussão sobre os resultados da Segunda Guerra Mundial foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proposta em Assembleia geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, que, conforme assinala Lafer²⁷¹, não foi destinada pontualmente à crítica da questão do antissemitismo, mas também sobre as experiências do totalitarismo, das bombas atômicas, etc. Buscou-se, portanto, uma iniciativa de garantir a aplicabilidade e ampliar a possibilidade de defesa dos direitos humanos. Soma-se no combate ao antissemitismo o surgimento de leis em diversos países, buscando regulamentar a criminalização de teorias e práticas antissemitas.

No caso brasileiro, no entanto, esta questão tarda a ter efetivo apoio estatal, principalmente por conta da ditadura civil militar, passando a constar na agenda, assim como o debate efetivo a partir do processo de redemocratização política, iniciada na segunda metade da década de 1980. De qualquer maneira, é evidente que havia uma preocupação em diversos setores – intelectuais e políticos – de variados países, em barrar o avanço e a continuidade de teorias e práticas antissemitas, de tal maneira que partidos e movimentos políticos ligados a

²⁷⁰ Cf. CALDEIRA NETO, Odilon. Entre a Conservação, o Apagamento e a Diversidade: aspectos da construção de memória em Gustavo Barroso. In: *Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo*, 2010. p. 294-304.

²⁷¹ LAFER, Celso. A ONU e os direitos humanos. *Estudos Avançados*. 1995, vol.9, n.25, pp. 169-185.

estas teorias, tinham mais um entrave em suas atuações políticas, como é o caso específico do neointegralismo.

Isto, no entanto, não significou que os grupos neointegralistas abandonaram determinados pontos ideológicos antissemitas da doutrina integralista. A questão do antissemitismo no neointegralismo passa por algumas variantes: desde a busca pela conservação de alguns preceitos de Gustavo Barroso e antissemitas radicais do integralismo; até uma rearticulação dos fatores antissemitas, buscando uma desvinculação da caracterização de práticas discriminatórias (aproximando, assim, principalmente do posicionamento de Miguel Reale). Há ainda setores que buscam problematizar a questão do integralismo dos anos 1930, pautando uma suposta desvinculação com o radicalismo antissemita de Gustavo Barroso e companhia. Em outros momentos, no entanto, grupos neointegralistas efetuam articulação com práticas antissemitas externas ao movimento, como é o caso do “revisonismo” do holocausto, chamado também de negacionismo.

Como forma de determinar as similaridades e especificidades de cada caso, é pertinente abordar os grupos neointegralistas pontualmente, levando em conta, inclusive, que há uma disputa de poder entre estes grupos, cada qual buscando a condição de legítimos herdeiros institucionais do integralismo de Plínio Salgado, Gustavo Barroso, Miguel Reale e demais camisas-verdes. Desta maneira, serão abordados especificamente os seguintes grupos: Ação Integralista Brasileira de Anésio de Lara Campos Jr., Frente Integralista Brasileira (FIB), Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B) e Ação Integralista Revolucionária (AIR).

4.1 Ação Integralista Brasileira (Anésio Lara)

Conforme abordado anteriormente (item 2.2), a Ação Integralista Brasileira de Anésio de Lara Campos Jr., registrada em 1985, aproveitou-se do contexto de redemocratização nacional para buscar uma reinserção do integralismo na agenda política brasileira. Além da proposta de fundar um Partido de Ação Integralista (PAI), ou mesmo devido à disputa referente à *usurpação* da legenda da AIB, o grupo liderado pelo advogado Anésio Lara foi marcado pelo envolvimento com outros agrupamentos da extrema-direita brasileira, em especial aqueles de tendência neonazista. No caso específico do antissemitismo, além da

relação evidente com grupos defensores do nacional-socialismo alemão, a AIB de Anésio Lara esteve publicamente ligada à disseminação das teorias negacionistas.

O negacionismo, contudo, ainda que tenha penetrado na literatura e política nacional também a partir da década de 1980, estava em evidência internacionalmente – sobretudo na Europa – desde a década de 1950²⁷². No ano de 1950, Paul Rassinier, antigo membro da Seção Francesa da Internacional Socialista (SFIO - *Section française de l'Internationale ouvrière*) publica “A Mentira de Ulisses” (*Lê Mensonge de Ulisses*), na qual afirma que a Segunda Guerra Mundial havia sido causada por um complô judeu internacional²⁷³. Tal obra, além de ter sido o motivo preponderante para a expulsão de Rassinier da SFIO, foi também o marco inicial da gênese da literatura negacionista.

Após a iniciativa de Rassinier, o negacionismo passou por um gradual processo de disseminação mundial, sobretudo em parte da Europa e nos Estados Unidos. Autores como Arthur Butz, David Irving, Roger Garaudy, Louis Marschalko, Ernst Zündel, entre outros, se consolidaram como principais escritores de obras que negam ou minimizam o holocausto. Evidentemente, há especificidades e diferenças nas obras destes autores, como é o caso de “Hitler’s War” (1977), autoria de David Irving, que não nega sistematicamente o holocausto, mas busca eximir a responsabilidade de Hitler no fenômeno²⁷⁴. Já “Os verdadeiros criminosos de Guerra” (1958), de Louis Marschalko, efetua um virulento ataque antissemita, buscando embutir toda a *culpa* do contexto da Segunda Guerra Mundial aos judeus, inclusive a suposta dominação mundial e o *forjamento* do holocausto, chamado de “holoconto” por diversos autores e militantes negacionistas.

Apesar de ter o surgimento ligado a setores da esquerda francesa, sobretudo de tendência Trotskista, o negacionismo (e os próprios autores, como o caso de Rassinier) rapidamente é absorvido por setores da extrema-direita, desde vichystas e colaboracionistas franceses, até neonazistas assumidos, passando por diversas outras categorias políticas que buscavam deslegitimar os processos de reparação histórica ligados a fatos do holocausto, ou

²⁷² De acordo com Pierre Vidal-Naquet (1994), a prática negacionista já era existente desde os últimos anos da Segunda Guerra Mundial, quando oficiais nazistas destruíam provas do holocausto. No entanto, o surgimento de literatura específica ocorre no pós-guerra.

²⁷³ MILMAN, Luís. Negacionismo: Gênese e desenvolvimento do extermínio conceitual, p. 121. In: MILMAN, Luís & VIZENTINI, Paulo Fagundes (org.) *Neonazismo, Negacionismo e Extremismo Político*. Porto Alegre: UFRGS/CORAG, 2000.

²⁷⁴ Isto, no entanto, não significa que o autor não compactuasse com teses negacionistas. De fato, na década de 1980 o autor passa a apoiar publicamente obras negacionistas, inclusive prefaciando-as (“*The Leuchter Report*”).

mesmo daqueles que efetuavam apoio por conta das diversas acusações antissemitas proveniente em várias obras negacionistas, muitas das quais reconhecidamente influenciadas pelos “Protocolos” e outros *clássicos* antissemitas.

Uma das primeiras aparições públicas do negacionismo no Brasil ocorreu em meados da década de 1980, quando, conforme apresenta Nehab²⁷⁵, várias reportagens veiculadas em jornais da grande mídia abordaram a repercussão internacional do lançamento de obras como “Hitler’s War”. No entanto, o surgimento concreto do fenômeno negacionista no Brasil ocorre no ano de 1987 a partir da fundação da “Revisão Editora Ltda.”, editora e livraria situada em Porto Alegre, de propriedade de Siegfried Castan Ellwanger. A editora Revisão surge com objetivo de publicar e distribuir diversas obras negacionistas, em especial “Holocausto Judeu ou Alemão? Nos bastidores da mentira do Século”, autoria de Siegfried Ellwanger, sob o pseudônimo de S. E. Castan. Nesta obra, o autor busca efetuar uma releitura da história da Segunda Guerra Mundial sob variados aspectos, utilizando sempre um discurso antissemita e de fundamentação conspiratória, tal qual expresso em obras como os “Protocolos”.

Desta maneira, o autor afirma que os conflitos da Segunda Guerra Mundial tiveram início somente por conta de uma declaração de guerra dos judeus aos alemães. No entanto, o autor não atenta para o evidente fato que a tal *declaração de guerra* consistia basicamente numa nota de repúdio de líderes de organizações e associações judaicas referente ao antissemitismo nazista, propondo um boicote aos produtos alemães. Tal documento é, no caso, uma manchete de um tablóide londrino – *Daily Express* – do dia 24 de março de 1933, com o seguinte título: “Judea declares war on Germany”.

²⁷⁵ NEHAB, Werner. *Anti-Semitismo, Integralismo, Neo-Nazismo*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1988.



Figura 10 – reprodução capa Daily Express²⁷⁶

A releitura em tons deformadores é uma constante nas obras negacionistas, inclusive nas editadas pela Revisão Editora. Partem de uma ideia preconcebida sobre a configuração da realidade política, inspirada profundamente pela tese antisemita do complô judaico-comunista, para tecer uma análise sobre diversos aspectos da história da Segunda Guerra Mundial. A questão, no entanto, não é pautada somente em episódios específicos dos conflitos, mas abordam tanto o pré, quanto o pós-guerra, sempre dialogando com a ideia que a política e a própria história seriam nada além do que um simulacro construído com o propósito de garantir a continuidade de um plano pré-elaborado dos agentes do complô judaico internacional.

Além de “Holocausto Judeu ou Alemão?”, Siegfried Ellwanger publicou outros títulos, como “SOS para Alemanha: Separada, Ocupada, Submissa”, “A Implosão da mentira do Século”, entre outros, obras de caráter negacionista, nas quais afirma que toda a história da Segunda Guerra Mundial seria uma farsa orquestrada para inverter os papéis, onde os judeus seriam os verdadeiros responsáveis e criminosos de guerra, ao passo que os alemães seriam as principais vítimas do conflito. Além de Siegfried Ellwanger, outro autor brasileiro publicou obras negacionistas pela editora Revisão, Sérgio Oliveira, autor de “Hitler: Culpado ou Inocente?”, “O livro branco sobre a conspiração mundial”, “Sionismo x Revisionismo: Fantasia x Realidade”, entre outros.

²⁷⁶ Disponível em: <<http://www.holocaust-history.org/questions/DailyExpress-March1933-judeafrontpage.jpg>> (acesso em 12 mai. 2009).

Oliveira, assim como Ellwanger, utiliza o discurso antissemita de denúncia da suposta conspiração mundial judaica como estratégia na tentativa de reverter a culpabilidade nazista na Segunda Guerra Mundial, assim como das consequências e do próprio fato histórico do holocausto. Além disto, Oliveira utiliza algumas temáticas típicas do antissemitismo tradicional de fundo religioso, como o deicídio e o discurso maniqueísta de contraposição entre judeus e cristãos.

Enquanto os cristãos pautam o seu *modus vivendi* nas mensagens de amor, harmonia, igualdade e irmandade entre os povos contidos no Novo Testamento, os judeus seguem o Torah, cujo teor aponta para o ódio a tudo o que não for judeu, para a desarmonia, para a desigualdade e para o desentendimento entre os povos (porque é dividindo que mais facilmente se conquista).²⁷⁷

Contudo, a editora Revisão não era pautada somente na produção de obras nacionais. Buscando inserir a editora nos círculos negacionistas de alcance internacional, a editora traduziu e distribuiu algumas obras de autores estrangeiros, como “Os verdadeiros criminosos de Guerra” (Louis Marschalko), “Eram inocentes” (Carlos Whitlock Porter), “Seis milhões realmente morreram?” (Richard Harwood). Uma destas obras especificamente teve edição em português prefaciada por Siegfried Ellwanger: “Acabou o Gás!... o fim de um mito: O Relatório Leuchter sobre as alegadas Câmaras de Gás de Auschwitz, Birkenau e Majdanek”.

O citado “Relatório Leuchter” foi fruto de uma vistoria do engenheiro Freud Leuchter Jr. aos três campos de concentração indicados no título, *expedição* financiada por Ernst Zündel, negacionista neonazista alemão radicado no Canadá. O resultado de tal vistoria teria sido a constatação da inexistência das câmaras de gás nestes campos de concentração, de forma que provaria a farsa do holocausto. A autenticidade de tal vistoria e inclusive a capacidade e legitimidade técnica e profissional de Leuchter foram refutadas em diversas oportunidades, inclusive em tribunais²⁷⁸. No entanto, os negacionistas tomavam tal relatório como verdade absoluta, constando como referência em diversas obras negacionista, que buscavam corroborar as teses de inexistência da sistêmica máquina genocida do nazismo.

A atuação da Revisão editora, exposição e venda de títulos em eventos como Feira do Livro de Porto Alegre e estratégias diversas de disseminação de material negacionista logo começaram a mobilizar alguns setores da sociedade brasileira, preocupados com a presença de

²⁷⁷ OLIVEIRA, Sérgio. *Hitler: Culpado ou Inocente?*. Porto Alegre: Revisão, 1989, p. 15.

²⁷⁸ BAZYLER, Michael J. *The Holocaust on Trial: David Irving vs. Penguin Books Ltd. and Deborah Lipstadt*. In: GARBER, Robert A. *Jews on Trial*. New Jersey: Princeton Jewish Center, 2005, p. 238.

obras antissemitas e preconceituosas como estas, principalmente levando em conta o período de intensos debates sobre a questão de liberdade de imprensa e de opinião, devido inclusive ao processo de redemocratização da política brasileira. Por outro lado, o fenômeno negacionista auxiliou a interligar alguns grupos com baixa relevância política e com tendências antissemitas existentes na sociedade brasileira do período, como o caso do Partido Nacional Socialista Brasileiro de Armando Zanine Júnior e também a Ação Integralista Brasileira de Anésio de Lara Campos Jr.

Em algumas oportunidades, Anésio Lara manifestou adesão e defendeu algumas das teses negacionistas, inclusive na mídia de alcance nacional. Na ocasião do centenário de nascimento de Adolf Hitler em 1989, o programa de televisão “Canal Livre” (Rede Bandeirantes) apresentado por Silvia Poppovic promoveu um debate entre defensores e opositores do nazismo/neonazismo, onde participaram Anésio de Lara Campos Jr., Armando Zanine Jr. e Sérvulo Moreira Costa (integrante dos *Carecas do ABC*) enquanto *defensores* e Ben Abraham (judeu de origem polonesa, sobrevivente do holocausto), Rodolfo Konder (escritor e jornalista, então representante da Anistia Internacional), Benno Milnitzky (um dos líderes da comunidade judaica brasileira) e Arnaldo Contier (historiador da Universidade de São Paulo) na posição de críticos ao nazismo e movimentos neonazistas, assim como defensores da memória histórica dos mortos na Segunda Guerra Mundial²⁷⁹.

Anésio Lara, trajado de camisa verde e apresentado como presidente da Ação Integralista Brasileira, afirmara logo no início do programa que não compactuava com iniciativas que pregavam a morte dos judeus e dos sionistas. No entanto, a admissão de ideias antissemitas se dá logo em seguida, quando afirma que a existência das câmaras de gás nazista na Segunda Guerra Mundial seria uma alegação / acusação dos *vencedores* e que haveria a necessidade da realização de uma vistoria internacional nos locais, composta por peritos de nações neutras na Segunda Guerra Mundial, para uma análise *neutra* da questão. Na ocasião, Anésio Lara buscou corroborar sua afirmação citando o já abordado “Relatório Leuchter”, dizendo que, se tivesse havido as câmaras de gás nos campos estudados, *todos* os nazistas e alemães presentes no local teriam morrido. O programa, marcado por exaltações de ambos os lados, posteriormente foi editado e utilizado como material de propaganda negacionista pela Revisão editora, inserindo-se comentários de Siegfried Ellwanger no vídeo editado.

²⁷⁹ Canal Livre; Sílvia Poppovic. São Paulo: BAND, 1989. Programa de TV.

Mais adiante, no ano de 1992, em programa veiculado na rede SBT (Sistema Brasileiro de Televisão), intitulado “Documento Especial – *Cultura do Ódio*”²⁸⁰, sobre a atuação de movimentos neonazistas no Brasil, Anésio Lara volta a aparecer trajado de uniforme integralista – camisa verde e calça branca – e defendendo ideias negacionistas. Na ocasião, o líder da 2ª AIB concedeu entrevista em uma sala ornamentada com bandeira integralista e um cartaz de Plínio Salgado. Durante a entrevista, portando consigo uma edição em língua espanhola do livro negacionista de Richard Harwood (“Seis milhões realmente morreram?”), Anésio reafirma a crença na inexistência das mortes ocorridas nas câmaras de gás, afirmando que as câmaras existentes eram destinadas somente à desinfecção de pessoas com piolhos. Para o líder neointegralista, a questão do *suposto* holocausto teria sido *inventada* pelos judeus como estratégia para, via indenizações de guerra, obter dinheiro alemão para beneficiamento na criação do Estado de Israel.

Portanto, para Anésio Lara a Segunda Guerra Mundial teria sido utilizada como instrumento nas mãos dos judeus, que teriam criado a questão do holocausto apenas como estratégia de ganhos monetários. Nota-se, deste modo, a adesão de novos elementos em um antigo discurso antissemita, que trata os judeus como povo usurpador, ganancioso e sem escrúpulos. As declarações de Anésio Lara tiveram relativa repercussão e geraram protestos de diversas coletividades contrárias ao antissemitismo, sobretudo de organizações judaicas. Curiosamente, Anésio de Lara Campos Jr. é meio irmão mais velho (por parte materna) de Eduardo Matarazzo Suplicy, conhecido político brasileiro filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), com largo histórico de atuação em apoio a movimentos sociais e na defesa de minorias, inclusive judaicas.

De acordo com Sobel²⁸¹, aproveitando-se do parentesco com Suplicy, Anésio Lara esteve no mesmo ano no Clube judaico paulista “A Hebraica”, onde reafirmou a tese de *inexistência* das câmaras de gás do holocausto e o suposto propósito único de *desinfecção de piolhos* nas câmaras existentes. Novamente, as declarações de Anésio Lara geraram intenso protesto de organizações judaicas, levando inclusive a confecção de uma nota de repúdio de Eduardo Suplicy às declarações de seu meio-irmão. Mais adiante, ainda no ano de 1992, as declarações de Anésio Lara voltaram a constar na mídia, por conta de debate para eleições (prefeitura da cidade de São Paulo) realizada no programa Roda Viva, da TV Cultura, onde o

²⁸⁰ Documento Especial: *Cultura do Ódio*. São Paulo: SBT, 1992. Documentário/Programa de TV.

²⁸¹ SOBEL, Henry. *Um homem: um rabino*. São Paulo, Ediouro: 2008, p.181.

candidato Paulo Salim Maluf (candidato do PDS – Partido Democrático Social), buscou responsabilizar Eduardo Suplicy pelas afirmações antissemitas de Anésio²⁸².

As declarações de Anésio Lara poderiam ser consideradas posicionamentos pessoais do líder da nova AIB. No entanto, o fato dele ser apresentado como presidente da AIB e se apresentar trajado com o uniforme integralista nestas ocasiões automaticamente relacionavam ao integralismo este discurso negacionista. A relação existente entre o neointegralismo neste período (especificamente o grupo de Anésio Lara) e o negacionismo não reside somente na adesão de Lara às ideias de autores negacionistas como Leuchter, Harwood ou mesmo Ellwanger e Oliveira. O antissemitismo integralista de Gustavo Barroso foi um importante veículo de atuação de Revisão Editora. De acordo com Nóbrega de Jesus²⁸³, as obras de Ellwanger foram profundamente influenciadas pelo contexto do antissemitismo na AIB dos anos 1930, inicialmente na visão estigmatizada dos judeus (o que, para o autor, aproximava-se mais do antissemitismo de Miguel Reale e Plínio Salgado) e, numa segunda fase, um antissemitismo radical típico de Gustavo Barroso, ainda que houvesse determinadas diferenças²⁸⁴.

A relação entre o negacionismo da Revisão Editora e o integralismo antissemita de Gustavo Barroso não residia somente no aspecto ideológico. Na ocasião do centenário de nascimento de Gustavo Barroso (1988) a editora Revisão publicou algumas obras antissemitas do líder integralista, como “Brasil Colônia de Banqueiros”, “História Secreta do Brasil” e “Os Protocolos dos Sábios de Sião”. Para Nóbrega de Jesus (p. 94), tal ocorrência foi devida mais ao antissemitismo presente nestas obras do que pelo fato de Barroso ter sido um importante intelectual brasileiro. No entanto, ainda que o antissemitismo fosse o traço que mais fortemente unia as obras de Gustavo Barroso aos títulos negacionistas da Revisão Editora, o “prestígio” intelectual de Barroso era importante para a editora Revisão, por dois motivos principais: a possibilidade de tornar o discurso negacionista mais próximo às práticas intelectuais “reconhecidas” (as obras de Barroso eram apresentadas com um *currículo* do

²⁸² A transcrição integral do debate está disponível na internet - *Debate eleições municipais: Maluf x Suplicy*. Disponível em:

<http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/270/entrevistados/debate_eleicoes_municipais_maluf_x_suplicy_1992.htm> (acesso em 12 jan. de 2010).

²⁸³ JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. *Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória*: Revisão Editora e as estratégias da intolerância (1987-2003). São Paulo: Editora UNESP, 2006, p.112.

²⁸⁴ Uma das diferenças existentes entre o antissemitismo *barrosiano* e de Ellwanger é notado pelo autor a partir da relação entre judeus e comunismo. Enquanto Barroso visualiza a questão do comunismo como uma obra judaica, Ellwanger busca notar similaridades entre o comunismo e o nazismo, motivado, afirma Nóbrega de Jesus, pela questão das práticas antissemitas stalinistas.

autor, constando obras publicadas, condecorações e menções como a atuação do autor na Academia Brasileira de Letras e o Museu Histórico Nacional, entre outros) e o nacionalismo do líder integralista, algo que, de certa forma alçaria os títulos negacionistas de Oliveira e Ellwanger no contexto nacionalista, afastando-os da condição de obras de cunho neonazista, etc.

A aproximação e publicação efetuada pela editora Revisão de algumas das obras integralistas e antissemitas de Gustavo Barroso podem ser consideradas como um dos aspectos preponderantes da aproximação dos neointegralistas da Ação Integralista Brasileira fundada por Anésio de Lara Campos Jr. com os ideais negacionistas e antissemitas da Revisão Editora. No entanto, nota-se de acordo com as fontes abordadas, que a questão do antissemitismo na AIB de Anésio Lara se dá preferencialmente na rearticulação do antissemitismo em face ao contexto do preconceito em seu tempo presente, ou seja, a adesão ao negacionismo. Isto, no entanto, não exclui a possibilidade que tivesse havido uma busca pela (re) significação do discurso *barrosiano* nesta conjuntura. A pouca variedade de fontes disponíveis encontradas para abordagem da questão antissemita neste grupo neointegralista específico é determinante para a consolidação da impressão que estes neointegralistas (Anésio e demais aliados) houvessem buscado mais a *adesão* do que a vista ao passado integralista e antissemita para uma nova empreitada, tanto discursiva quanto ideológica.

Os grupos neointegralistas posteriores à 2ª AIB efetuam, de fato, um contato mais próximo – e problemático – com as questões da própria ideologia integralista, especificamente no caso do antissemitismo no movimento, tanto no aspecto presente quanto passado. Há de ser ressaltado que, embora o grupo de Anésio Lara não tenha modificado substancialmente uma concepção do integralismo dos anos 1930, a veiculação na grande mídia do apoio deste grupo ao ideal negacionista consolidou mais um entrave para o processo de rearticulação integralista, tendo em vista que a questão do antissemitismo integralista viria agora adicionada pelos episódios decorrentes dos recentes debates sobre o negacionismo, no qual Anésio Lara participou ativamente e explicitou a relação existente entre seu grupo e outras facções dos setores antissemitas radicais presentes na sociedade brasileira, tanto de negadores do holocausto quanto de grupos neonazistas.

Além de questões advindas da principal fase institucional integralista ou mesmo decorrentes do processo de disputa da *herança* desta institucionalidade, outro aspecto preponderante que auxilia a constante reflexão e rearticulação dos grupos neointegralistas posteriores à 2ª AIB, é o advento dos *sites* integralistas. É por meio destes sites que se dará a

principal forma de disseminação das novas e antigas propostas dos integralistas, assim como evidenciam as diferenças entre estas tendências.

4.2 Frente Integralista Brasileira (FIB)

Após o fim do período de atuação da AIB *recriada* por Anésio de Lara Campos Jr., os neointegralistas buscaram congregar as correntes existentes a partir da fundação do Movimento Integralista Brasileiro (MIB), porém, como visto no segundo capítulo, a tentativa foi em vão. Dos grupos que surgiram posteriormente à iniciativa fracassada de estabelecimento do MIB, a Frente Integralista Brasileira (FIB) é caracterizada pelo maior conservadorismo em relação à ancestralidade histórica do movimento, sobretudo da Ação Integralista Brasileira dos anos 1930. Isto, no entanto, não impede que determinadas modificações sejam efetuadas em relação à doutrina e ao discurso do movimento, seja na necessidade de situar o movimento para atuação no tempo presente, ou mesmo em buscar *explicar e/ou silenciar* alguns aspectos históricos da AIB fundada em 1932.

No caso do antissemitismo, cabe à FIB buscar contextualizar a questão de forma que não atinja os anseios do neointegralismo, e também não evidencie problemas históricos dos camisas-verdes, tanto interna quanto externamente. Torna-se naturalmente problemática a defesa da inexistência do antissemitismo no integralismo quando se tem, num primeiro momento, uma considerável prática e bibliografia antissemita no movimento em sua primeira fase e, mais adiante, a inserção da questão do negacionismo a partir do apoio do grupo neointegralista de Anésio Lara. Os militantes buscam desta maneira, a aparente desvinculação explícita de ideias antissemitas, sem que isto acarrete necessariamente numa crítica ao antissemitismo que fora existente na AIB, tanto na elite dirigente quanto na militância de base.

O texto do militante neointegralista Marcelo Silveira (presidente da FIB até maio de 2009), intitulado “Integralismo Histórico e o Integralismo do Século XXI”²⁸⁵ aborda alguns pressupostos históricos do integralismo em sua primeira fase e os devidos obstáculos que tais

²⁸⁵ O texto é fruto de pronunciamento de Marcelo Silveira na ocasião do 1º Congresso do MIB, realizado em 2004. Apesar de não ter sido produzido especificamente em relação à FIB, a reprodução do texto no *site* da Frente Integralista Brasileira indica que o texto veiculado está de acordo ao modelo e anseios integralistas propostos pela FIB. SILVEIRA, Marcelo. *Integralismo Histórico e o Integralismo do Século XXI*. Disponível em: < <http://integralismo.org.br/novo/?cont=42&vis=>> acesso em 12 jun. de 2010.

questões e práticas desencadeiam na reorganização integralista no Século XXI. Para o autor, o principal entrave para a retomada integralista residiria no que chama de *pecha de fascismo*, sendo a principal causa para a não aceitação da sociedade brasileira ao ideal dos camisas-verdes, que enxergaria o integralismo como *mera espécie de imitação de fascismo na sua versão tupiniquim*. O posicionamento do autor em relação à temática do fascismo não significa, no entanto, uma crítica ou um não-reconhecimento de similaridades entre o integralismo e diversos movimentos fascistas internacionais, de forma que, para o autor, a negatividade da presença de elementos fascistas no integralismo se faz primordialmente por conta de um *pretensão “anti-fascismo” anacrônico* defendido pela esquerda, inclusive nacional, tida como *órfã de um regime falido e frustrado pela realidade, de uma concepção errônea do homem, da natureza humana e da sua história*.

Para o autor, a *identificação* (não a adesão) do integralismo com as variadas expressões fascistas existentes sobretudo na Europa dos anos 1930, se daria em relação à defesa da hierarquia e da disciplina; da supremacia do Estado; no combate ao liberalismo e ao marxismo; e numa *bandeira irredutível: o combate sem tréguas à usurocracia internacional e sem pátria*. Como visto anteriormente, a questão referente ao combate do *capitalismo internacional* estabeleceu diversificadas compreensões nas alas existentes da Ação Integralista Brasileira. Para Gustavo Barroso, o combate ao capitalismo – e também outros *inimigos* dos integralistas – envolveria necessariamente o combate ao judaísmo, ao passo que, para Miguel Reale, o *problema* não residia especificamente na *questão judaica*, embora seja possível notar que, principalmente na questão financeira, Miguel Reale elencava ao *espírito judaico* o caráter *destrutivo* do capitalismo.

Ainda que o autor (Silveira) não determine a citada *usurocracia internacional e sem pátria* aos judeus, logo após esta passagem o autor afirma que os *devaneios racistas* e o fracasso militar do nazismo acabaram por potencializar tudo o que Adolf Hitler *mais temia*. Evidentemente, ainda que o autor novamente não mencione os judeus enquanto *inimigos* do nazismo, é possível afirmar que a questão recai no discurso antissemita central do regime alemão, relacionado diretamente ao mito do complô judaico-comunista. Adiante, adicionando elementos discursivos típicos do negacionismo, Marcelo Silveira afirma que:

O chamado "holocausto" com suas alegadas câmaras de gás homicidas para suposto extermínio de milhões de seres humanos indefesos, foi a armadilha ideológica que a elite financeira internacional precisava, incutindo artificialmente na mente dos povos um complexo de culpa coletivo, para colocar em descrédito qualquer força política que primasse por princípios similares em relação ao fim da contínua acumulação de riqueza por uma pequena e poderosíssima elite financeira, amplamente, mas não

exclusivamente, representada por indivíduos integrantes de um conluio imperialista anglo-sionista.²⁸⁶

Para o autor neointegralista, o holocausto é tomado, portanto, como uma *armadilha* engendrada por uma elite financeira internacional que, embutindo uma *síndrome de culpa* na sociedade, consegue levar adiante seus planos. Nesta passagem, é possível reconhecer similaridades com o discurso negacionista (suposta criação do holocausto), mas também com as teorias de conspiração frequentemente presentes nos textos de Gustavo Barroso e, em menor instância, em Miguel Reale. Ainda que reafirme a crença em alguns pressupostos do negacionismo, o autor busca se afastar da *denúncia* da exclusividade judaica nesta questão, provavelmente para não materializar o antissemitismo em seu discurso.

A defesa da existência de um complô mundial secreto de governança exerceu fascínio em diversos militantes integralistas. Para Gustavo Barroso e outros autores próximos, a questão residia basicamente no modelo apresentado nos “Protocolos”, por meio da ação do *judaísmo internacional*. Como visto anteriormente, inclusive na confecção do “Plano Cohen” há a influência de um modelo estrutural conspiratório preconizado por esta corrente integralista. No caso neointegralista no texto abordado, é possível notar a incidência desta questão.

A verdade é que, por trás desse ingênuo romantismo que se esconde por trás da chamada globalização, se esconde o mais ambicioso projeto de toda história da humanidade: através de ordens e organizações multicruzadas, norteadas pelo mais crasso materialismo, vislumbra-se, através da máxima concentração de poderes políticos e econômicos, a possibilidade do completo domínio da ciência e de todos os processos de produção pela via pacífica do convencimento do mercado, minando lentamente, em paralelo, os valores patrióticos (para que não surjam contestações ideológicas ou resistências armadas, civis ou militares) possibilitando uma reorganização consentida de toda humanidade em torno dos interesses de uma reduzida elite financeira. A meta final é destruir os estados nacionais e seu poder de intervir na vida econômica dos seus países, abolindo suas fronteiras fixas e o conceito de soberania.²⁸⁷

O processo de globalização seria, portanto, mais um estágio do projeto de governo mundial. O domínio dos processos de produção e da ciência, a destruição dos valores patrióticos e das iniciativas políticas legítimas e independentes, o controle da economia seriam estratégias progressivas e silenciosas para a liderança incontestada de uma reduzida elite financeira. Estes estágios de organização do complô são bastante semelhantes aos encontrados

²⁸⁶ *Idem.*

²⁸⁷ *Idem.*

nos “Protocolos” ou “Plano Cohen”, ainda que não determine especificamente *quais* grupos – judeus, comunistas, etc. - seriam os responsáveis por esta empreitada.

É possível notar, portanto, que trechos do texto contem similaridades com o discurso antissemita integralista, além de adicionar a questão do holocausto e da conjuntura política nacional e internacional pós-Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, em nenhuma passagem do texto é feita referência explícita aos judeus como *causadores* do problema, mas sim aos *anglo-sionistas*, que seriam maioria, mas não hegemônicos no processo. Tal questão, longe de ser encarada como um posicionamento crítico à histórica presença do antissemitismo na ideologia integralista, tem que ser analisada como uma articulação necessária aos neointegralistas em face aos tempos presentes, pois não somente o antissemitismo de Gustavo Barroso torna-se um problema na rearticulação integralista, mas também a questão do apoio ao negacionismo, tendo em vista que dois anos antes da formação do MIB (quando ocorre o pronunciamento de Marcelo Silveira), a batalha judicial envolvendo Siegfried Ellwanger/ Revisão Editora já havia chegado até o Supremo Tribunal Federal, a mais alta instância jurídica nacional, envolvendo uma grande cobertura da mídia brasileira e um intenso debate sobre a questão do negacionismo e do antissemitismo²⁸⁸.

Referente aos textos e ideais integralista de Gustavo Barroso, a Frente Integralista Brasileira busca retomá-los assim como faz com os principais doutrinadores da primeira fase do movimento. Isto, no entanto, não significa uma absorção absoluta e desproblematizada da questão, sobretudo por conta da intensa presença do ideal antissemita nestas obras. Seguindo este propósito, os neointegralistas da FIB eventualmente *silenciam* certos aspectos dos textos de Gustavo Barroso, buscando retirar a conotação antissemita dos mesmos, ou então empreendem uma *explicação* da questão, tentando retirar o caráter preconceituoso dos discursos.

Um exemplo evidente desta prática pode ser notado a partir da divulgação de trechos selecionados de obras de Gustavo Barroso. A FIB divulga um pequeno texto de Barroso, intitulado “O Integralismo” que consiste na transcrição das páginas 9 até 16 do primeiro capítulo – também intitulado “O Integralismo” - da obra “O que o Integralista deve saber”, lançada originalmente em 1935. Em uma das versões produzidas pela FIB, há um processo de retirada da palavra “judeu” e “judaico” do texto, para que a conotação antissemita do texto original não fique evidente, como é possível notar na tabela comparativa abaixo.

²⁸⁸ cf. MILMAN, Luís. (org.) *Ensaio Sobre o Anti-Semitismo Contemporâneo: dos mitos e da crítica aos tribunais*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

Versão original (1935)	Versão da FIB
“Êsse regime fraco e vergonhoso escravizou o nosso Brasil, o pouco capital dos brasileiros e o trabalhos das nossas populações abandonadas ao banqueiro judeu internacional por um criminoso sistema de pesados, aladroados e sucessivos empréstimos externos, cuja funesta e primeira consequência é o esfolamento dos impostos.” (p. 14 – grifo nosso) “O comunismo que agitadores estrangeiros, sobretudo judeus, aliados a brasileiros vendidos ou inconscientes, inimigos da Pátria, nos prometem [...]” (p. 14 – grifo nosso) “Tirando ao indivíduo suas crenças e tradições, sua vida espiritual e sua esperança em Deus, sua família – que é sua projeção no Tempo, e sua propriedade – que é sua projeção no Espaço, arranca-lhe as forças de reação, todos os seus sentimentos, deixa somente a fera humana e prepara-o, assim, para definitiva escravização ao capitalismo judaico internacional disfarçado em capitalismo de Estado.” (p. 15 – grifo nosso)²⁸⁹	“Esse regime fraco e vergonhoso escravizou o nosso Brasil, o pouco capital dos brasileiros e o trabalho das nossas populações abandonadas ao banqueiro internacional por um criminoso sistema de pesados, aladroados e sucessivos empréstimos externos, cuja funesta e primeira consequência é o esfolamento pelos impostos.” (p. 3) “O comunismo que agitadores estrangeiros, aliados a brasileiros vendidos ou inconscientes, inimigos da Pátria, nos prometem [...]” (p.3) “Tirando ao indivíduo suas crenças e tradições, sua vida espiritual e sua esperança em Deus, sua família – que é sua projeção no Tempo, e sua propriedade – que é sua projeção no Espaço, arranca-lhe as forças de reação, todos os seus sentimentos, deixa somente a fera humana e prepara-o, assim, para definitiva escravização ao capitalismo internacional disfarçado em capitalismo de Estado.” (p.3)²⁹⁰

Tabela 2 – Tabela comparativa

A supressão das expressões “judeu”, “judeus” e “judaísmo” do texto original modificam substancialmente o teor do discurso de Gustavo Barroso reproduzido no texto divulgado pela Frente Integralista Brasileira. É possível notar, no texto original, a incidência do mito do complô judaico-comunista, assim como da significação do capitalismo enquanto um *mal* judaico. Retirando as expressões citadas, o texto passa a ser direcionado somente ao combate do capitalismo e do comunismo, sem determiná-los enquanto supostas obras judaicas, tornando evidente a prática objetiva de reconstrução do texto e da própria memória integralista, sob uma ótica militante contemporânea, buscando o *esquecimento* do fator antissemita.

Em outra ocorrência do mesmo texto, o texto original de Gustavo Barroso é reproduzido no principal *site* da Frente Integralista Brasileiras sem modificações no primeiro trecho destacado acima, mantendo, portanto, a expressão “judeu”, que fora retirada no

²⁸⁹ BARROSO, Gustavo. *O que o Integralista deve saber*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935, p. 14-15.

²⁹⁰ BARROSO, Gustavo. *O Integralismo*. Disponível em: <http://www.integralismorio.org/doutrina/arquivos/3238/O_Integralismo_de_Gustavo_Barroso.zip> (acesso em 21 mar. de 2009). A versão modificada, disponível no formato PDF - que impossibilita alterações no documento -, fora produzida pelo Núcleo Integralistas do Rio de Janeiro, principal núcleo da FIB. Para acesso ao documento na íntegra, vide o Anexo A.

documento acima analisado. Há de se observar, no entanto, a existência de uma nota de fim de texto referente ao parágrafo específico, em que se afirma (o texto não é assinado por nenhum militante específico da FIB) que a questão dos judeus abordada por Gustavo Barroso era referente somente aos “aspectos econômicos do controle judaico nas instituições financeiras internacionais, mas nunca à questão racial”²⁹¹.

Esta afirmação destacada no fim do texto faz referência a uma carta escrita por Miguel Reale ao jornal “O Estado de S. Paulo”, intitulada “O Integralismo revisitado” (28 de agosto de 2004), onde o autor pondera sobre algumas questões ideológicas do movimento, por conta de uma minissérie da TV Globo que retratava os camisas-verdes, em desacordo à memória de do ex líder integralista. É possível notar nesta questão que o antissemitismo de Gustavo Barroso, quando aparente, necessita de uma *explicação* dos neointegralistas, que buscam colocar a questão num plano secundário, afirmando que era apenas um posicionamento específico de fundo econômico, o que evidentemente vai de encontro ao montante das obras antissemitas de Gustavo Barroso e sobretudo ao teor e o radicalismo presente nestas.

Ao utilizar uma citação de Miguel Reale produzida no então tempo presente, os militantes da FIB buscam ainda resgatar as similaridades históricas entre a FIB e a AIB dos anos 1930, situando inclusive a questão na disputa pela *herança* integralista. Ademais, é pertinente ressaltar que nos dois casos apresentados, o discurso de Gustavo Barroso não é reproduzido sem qualquer interferência externa dos neointegralistas, pois a modificação posterior ao texto original se dá tanto quando almejam uma *suavização* do antissemitismo barrosiano ou mesmo quando há uma prática de *apagamento* da questão presente no texto original.

Em outros textos da Frente Integralista Brasileira, é possível notar a prática de retomar alguns dos conceitos apresentados por Gustavo Barroso ao mesmo momento em que buscam deslegitimar a *acusação* da incidência do antissemitismo no movimento. No “Manifesto de 13 de maio”, escrito por Victor Emanuel Vilela Barbuy (presidente da FIB), o posicionamento do integralismo supostamente contrário a preconceitos raciais é visto como decorrência direta da concepção cristã de humanidade, *em que não há lugar para os preconceitos baseados em uma pretensa pureza de sangue*²⁹². Este antirracismo integralista de fundo cristão seria, para o

²⁹¹BARROSO, Gustavo. *O Integralismo*. Disponível em:
<<http://www.integralismo.org.br/novo/?cont=33&vis=>> (acesso em 10 jul de 2010).

²⁹²BARBUY, Victor Emanuel Vilela. *Manifesto de 13 de Maio*. Disponível em:
<<http://www.integralismo.org.br/novo/?cont=825&tx=4>> (acesso em 17 jun. de 2009).

autor, diametralmente oposto das práticas do *povo hebreu*, marcado – e, para o autor, *comprovado* no Antigo Testamento – por um racismo em prática desde a antiguidade, fundamentado principalmente na crença religiosa. Inclusive, para o autor, o que diferenciava o *orgulho étnico* dos hebreus em relação à mesma prática nos povos helenos, gregos e romanos era justamente a questão da fundamentação na religiosidade, pois ao contrário dos *povos* apresentados, os hebreus não teriam uma das civilizações e cultura das *mais extraordinárias*.

A prática de *denunciar* o racismo como uma tradição histórica do judaísmo ocorre, como visto anteriormente, em escritos de Gustavo Barroso e de outros autores da ala antissemita radical da AIB, visando determinar o discurso antissemita (não assumido pelos autores) destas obras como uma *reação* ao racismo judaico, invertendo, portanto, os papéis da relação. No caso do texto neointegralista, na tentativa de *apagamento* do antissemitismo no integralismo, utilizam da expressão de Plínio Salgado, quando afirma que “o problema do mundo é ético e não étnico”. Embora a afirmação de Plínio Salgado tenha sido proferida justamente numa crítica ao antissemitismo radical de Gustavo Barroso, os neointegralistas não mencionam esta questão para justamente não evidenciar os conflitos históricos existente entre as correntes internas da Ação Integralista Brasileira.

A utilização do texto da carta de Plínio Salgado em *Panorama* ocorre novamente em outros textos do *site* neointegralista, com a mesma iniciativa: negar a incidência do antissemitismo na Ação Integralista Brasileira. Tanto nos textos “Integralismo e o racismo”²⁹³ quanto em diversas *notas de repúdio*²⁹⁴ a variadas emissoras de televisão e outros veículos de comunicação, a Frente Integralista Brasileira utiliza a frase de Plínio Salgado, embora não seja mencionada nestes casos a origem da disputa que ocasionou a afirmação do chefe nacional integralista, justamente para que não seja evidenciada tanto a questão antissemita quanto as correntes em disputa na AIB.

No entanto, a atuação da FIB não é restrita apenas à conservação e a comemoração de elementos históricos do integralismo, tampouco é destinada somente à resolução de “pendências históricas” dos camisas-verdes. O propósito é sobretudo manter a ideologia integralista viva e ativa. Para isto, portanto, há necessidade de uma constante abordagem de questões do tempo presente, para determinar o posicionamento do integralismo em face às mudanças e fenômenos sociais de seu tempo.

²⁹³ *Integralismo e o racismo*. Disponível em: <<http://www.integralismo.org.br/novo/?cont=34&tx=3&vis=>>> (acesso em 12 mai. 2009).

²⁹⁴ cf. <http://www.integralismo.org.br/novo/?cont=57> (acesso em 12 mai. 2009).

Em alguns destes textos voltados a fenômenos contemporâneos, há a incidência – ainda que discreta – de alguns elementos antissemitas. No texto de Marcelo Silveira intitulado “Parada Gay, Feminismo e a Nova Ordem Mundial”, o autor afirma que o feminismo, a homossexualidade (tratada com *revolução homossexual*), o controle de natalidade, métodos contraceptivos, campanhas pró-aborto, etc., seriam financiadas pelo *banqueirismo internacional* principalmente inglês e dos EUA, amplamente representado – e representantes – do *sionismo internacional (Rotschild et caterva)*²⁹⁵. Sobre tal teoria, o autor faz referência à obra “*Cruel Hoax – Feminism & New World Order*”, de Henry Makow, autor canadense ultraconservador; antifeminista; adepto de teorias da conspiração envolvendo a maçonaria, sociedades secretas, elites financeiras, etc.; e também difusor de teses negacionistas²⁹⁶.

O uso da expressão “sionista” (ou “sionismo”) não ocorre por um simples acaso. Do escritor canadense aos negacionistas brasileiros, passando também por determinados textos neointegralistas como o citado acima, a utilização do termo serve como uma prévia defesa de possíveis acusações de práticas antissemitas. Diversos autores negacionistas e antissemitas – Siegfried Ellwanger é um dos expoentes desta questão – afirmam que o teor de suas obras não é direcionado ao povo judeu como um todo, mas sim de parcelas representantes de um ideal considerado pernicioso, no caso o sionismo. Ainda que na maioria dos casos o pretense e autointitulado “antissionismo” funcione apenas como uma alcunha do antissemitismo, é necessário levar em conta que há um intenso debate referente às delimitações fronteiriças entre as práticas de antissemitismo e antissionismo, de modo que alguns autores como Biletzky²⁹⁷ defendem que críticas ao estado de Israel são fruto e geradores de uma prática antissemita, pois Israel seria o representante maior do ideal da coletividade e da identidade judaica.

Este posicionamento, contudo, não é hegemônico sequer entre os judeus residentes em Israel, pois há grupos judaicos ultraortodoxos como o *Neturei Karta* e *Satmar* que rejeitam o sionismo e a existência do Estado de Israel. O próprio processo histórico do sionismo político fundado por Theodore Herzl não era unanimidade entre os judeus, como aborda Poliakov²⁹⁸, embora seja evidente que a aceitação e a militância sionista constituem uma ampla maioria na

²⁹⁵ SILVEIRA, Marcelo. *Parada gay, Feminismo e a Nova Ordem Mundial*. Disponível em: <<http://www.integralismo.org.br/novo/>> (acesso em 12 mai. 2009).

²⁹⁶ O website oficial do autor canadense evidencia alguns de suas abordagens. <<http://www.savethemales.ca>>.

²⁹⁷ BILETZKY, Eliyahu. *Anti-sionismo nova face do Anti-semitismo*. São Paulo: Ed. B’nai B’rith, 1982.

²⁹⁸ POLIAKO, Léon. *Do anti-sionismo ao anti-semitismo*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

coletividade judaica mundial atual. Embora o debate sobre a relação existente entre antissionismo e antissemitismo seja um tema profundo e gere diversas correntes existentes na atualidade, setores antissemitas como o caso dos negacionistas utilizam da existência deste debate para dissimular o preconceito contra os judeus, evitando o escárnio da opinião pública ou mesmo de ações legais e restritivas.

Desta maneira, é possível observar em diversas passagens de textos antissemitas, negacionistas ou mesmo neointegralistas o uso de expressões como “sionista” e “antissionismo” para camuflar o antissemitismo e não evidenciar o radicalismo de seus discursos. De acordo com Bila Sorj²⁹⁹ - utilizando definição operacional proposta pelo *European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia* -, leva-se em conta como separação dos discursos antissionistas e antissemitas a presença da caracterização/abordagem do judeu a partir de uma visão estereotipada e preconceituosa, sendo esta prática característica do antissemitismo, embora seja correntemente enunciado como antissionista por seus interlocutores.

Levando em conta esta diferenciação conceitual, o texto neointegralista abordado utiliza o termo *sionista* para vincular um discurso com teorias antissemitas, onde afirma que o judeu/*sionista* é o maior responsável pela inserção do feminismo e da homossexualidade na sociedade (para o autor, questões depreciativas), visando justamente à destruição de uma ordem social sustentada no tradicionalismo cristão e no modelo familiar considerado ideal pelos neointegralistas. Esta visão estereotipada sobre a suposta ação judaica de desarticulações dos valores e tradição da sociedade não compete somente ao caso neointegralista, pois, como visto inclusive nas obras integralistas dos anos 1930 esta questão já era presente, criando visões estigmatizadas e depreciativas sobre os judeus.

A preocupação em não evidenciar o contexto antissemita de alguns dos textos, é uma constante no caso da Frente Integralista Brasileira. Para tal, utilizam os variados processos citados acima, que vão desde a retirada de palavras “indesejadas”; a *explicação* de determinadas passagens de texto ou mesmo da utilização de termos que tornem velado o ideal antissemita. Elementos deste processo podem ser notados também no texto “Brasil: Eterna Colônia de Banqueiros?”³⁰⁰, de autoria de Marcelo Silveira, que consiste basicamente numa

²⁹⁹ SORJ, Bila. Anti-semitismo na Europa hoje. *Novos Estudos (CEBRAP)*, 79, Nov./2007.

³⁰⁰ SILVEIRA, Marcelo. *Brasil: Eterna Colônia de Banqueiros?* Disponível em: < http://www.integralismo.org.br/novo/mod_dl.php?arquiv=Colonia_de_banqueiros.pdf > (acesso em 27 ago. 2009).

atualização de uma das mais populares obras integralista de Gustavo Barroso – “Brasil: Colônia de Banqueiros”.

O autor adota a tese *barrosiana* que o Brasil nunca fora de fato independente, pois mesmo antes do processo de independência já havia um forte presença de indivíduos e entidades que regulamentavam a prática de empréstimos, tornando, deste modo, o Brasil independente politicamente de Portugal, mas dependente de uma elite capitalista, formada por banqueiros internacionais. Para Gustavo Barroso, tanto os próprios banqueiros internacionais quanto a própria prática histórica de empréstimos sobre a nação brasileira seriam traços inequívocos da atuação de judeus e do espírito judaico do capitalismo, presente também no comunismo.

No texto neointegralista, o autor adiciona aspectos do panorama político e econômico do então tempo presente³⁰¹ à temática abordada por Gustavo Barroso. No entanto, ainda que o autor busque relacionar a família Rotschild (o “alvo” principal das duas obras) às *causas judaicas e sionistas*, esta questão não se configura como o centro do debate, de tal modo como ocorre na obra de Gustavo Barroso. Ao fim do texto, a síntese da questão – capitalismo internacional – é sintetizada da seguinte maneira: *Pegam uma marionete e a substituem por outra. Os controladores continuam sendo os mesmos: os velhos oligarcas do sistema financeiro internacional*. Ainda que seja evidente um tom conspiratório na questão, não é atribuída uma significação de cunho antissemita sobre os supostos protagonistas, tal qual ocorre na obra de Gustavo Barroso.

O distanciamento efetuado pelo texto neointegralista referente à questão central encontrada na obra de Gustavo Barroso, evidencia novamente o constante trato efetuado pelos novos integralistas no cuidado ao estabelecer aproximações com fontes marcadas pelo antissemitismo radical. Esta constante acaba por minimizar ou suavizar o radicalismo de Gustavo Barroso e outros expoentes da ala antissemita da Ação Integralista Brasileira, inclusive selecionando quais elementos do integralismo desta corrente seriam pertinentes ao integralismo no Século XXI.

Além de um contínuo processo de reconstrução da memória, esta prática segue algumas prerrogativas provenientes da própria sociedade brasileira, que supostamente não aceitaria discursos típicos do antissemitismo radical, seja por questões “éticas” e históricas ou

³⁰¹ No caso, principalmente os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, sobretudo no aspecto da dívida externa, altos juros e processo de privatização de empresas estatais.

mesmo legais³⁰². Ao silenciar o radicalismo do antissemitismo de Gustavo Barroso, a Frente Integralista Brasileira efetua simultaneamente uma aproximação às generalizações e formulações de cunho antissemita presente em outros autores integralistas, como é o caso de Miguel Reale, que não propunha medidas ou discurso radicais no *combate* aos judeus, ainda que houvesse o processo de estigmatização destes enquanto agentes das finanças internacionais, a síntese do espírito capitalista.

Este aspecto, no entanto, não neutraliza a presença do antissemitismo na FIB, até porque é prudente compreender que o discurso de Miguel Reale, que não era radical para o contexto dos anos 1930, toma maiores proporções quando trazidos pelos grupos neointegralistas, como é o caso da FIB. Apesar disto, é necessário ressaltar que, dentre as correntes neointegralistas aqui abordadas, a Frente Integralista Brasileira é caracterizada por um maior conservadorismo em relação à ancestralidade histórica do integralismo, sobretudo da AIB. Deste modo, ao colocar em segundo plano alguns dos pressupostos do integralismo de Gustavo Barroso, a FIB empreende o papel de conservação da hierarquia existente no movimento integralista, inclusive no plano ideológico. Além disto, caso o espaço do integralismo de Gustavo Barroso (entendido aqui como a máxima expressão da ala mais radical do movimento) ocupasse espaço semelhante ou maior ao do *chefe nacional* Plínio Salgado, acabaria por gerar uma quebra na aparente unidade do movimento e ideologia dos camisas-verdes, embora isto não minimize o processo de *silenciamento* e *explicação* do antissemitismo integralista por meio dos textos neointegralistas aqui abordados.

4.3 Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B)

Dentre os grupos mais significativos da busca pela reinserção do integralismo na agenda política nacional, o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B), fundado e dirigido por Cássio Guilherme Reis Silveira, diferencia-se dos outros grupos neointegralistas por conta da proposta de *atualização* doutrinária do movimento, isto é, a inserção de novas perspectivas e paradigmas ideológicos ao arcabouço doutrinário integralista dos anos 1930, no que resultaria o *linearismo*, a filosofia linearista, o integralismo do Século XXI. Desta maneira, há uma relativa “independência” ideológica no sentido de elencar quais seriam as

³⁰² Em 2003 chegou ao fim no Supremo Tribunal Federal o processo movido contra Siegfried Ellwanger, onde o proprietário da Revisão Editora foi condenado pela prática de racismo, abrindo prerrogativa jurídica na legislação brasileira para constituição do antissemitismo como prática racista.

perspectivas que deveriam ser conservadas neste neointegralismo e quais os elementos que deveriam ser atualizados, levando em conta o desenvolvimento – sobretudo científico – da sociedade do tempo presente.

Isto, no entanto, não significa que o MIL-B busque desconstruir – no sentido de negar – o significado ideológico e hierárquico da AIB. Plínio Salgado é considerado pelo MIL-B como o *maior brasileiro de todos os tempos*³⁰³ e a incidência de textos e menções comemorativas ao chefe nacional da AIB é constante nos textos do MIL-B, assim como ocorre com Gustavo Barroso, Miguel Reale e outros relevantes nomes da liderança e militância do integralismo da AIB.

A perspectiva diferenciada do MIL-B em relação a outros grupos neointegralistas permite que ocorra uma relativa diferenciação na maneira com que tratam determinados temas internos ou externos à ideologia integralista. Deste modo, a significação que o antissemitismo adquire dentro do modelo proposto pelo MIL-B diferencia-se dos congêneres não somente na intensidade, mas também no foco que se dá a questão. No caso da Frente Integralista Brasileira, a questão do antissemitismo assume um caráter secundário e dialoga com uma concepção antissemita bastante comum na ideologia integralista, prática não restrita somente ao radicalismo de Gustavo Barroso e autores próximos, que seria esta, basicamente, a caracterização dos judeus como seres *usurários*, articuladores do capitalismo e desagregadores da nação. Obviamente, a FIB não (re) articula a proposta e prática antissemita somente neste escopo, pois há elementos bastante próximos ao estrato barrosiano, sobretudo no aspecto do discurso conspiratório de dominação mundial, influenciado pelos “Protocolos dos Sábios de Sião”. No entanto, há um ligeiro predomínio de um discurso comum em autores como Miguel Reale, ainda que esta questão possa ser vista como uma tentativa de diluir e/ou definir outra roupagem ao radicalismo antissemita, justamente para não evidenciá-lo.

No caso específico do Movimento Integralista e Linearista Brasileiro, a presença de teses e discursos antissemitas é mais evidente se comparado com os textos da Frente Integralista Brasileira, de modo que não apenas o montante da incidência caracteriza esta condição, mas também o teor argumentativo destes textos, marcados por um radicalismo que aproximam constantemente o discurso neointegralista do MIL-B ao integralismo antissemita de Gustavo Barroso etc. Como abordado no segundo capítulo, um dos principais aspectos da simbologia do MIL-B é o galo Tupã, que representa para o grupo a insistência no ideal do *Sigma* e na capacidade do integralismo em derrotar seus inimigos, buscando ainda contrapor e

³⁰³ GUILHERME, Cássio. *O Chefe não é uma pessoa... é uma idéia*. Disponível em: <http://www.integralismolinear.org.br/site/mostrar_texto.asp?id=20> (acesso em 27 mai. 2009).

romper com a alcunha de “galinhas verdes”, difamatória aos integralistas, ainda que referente a episódios histórico da AIB.

Além desta nova significação, a imagem do galo Tupã presente na página inicial do principal *site* e porta-voz do MIL-B apresenta a ave integralista em ataque sobre um verme que estava a devorar o mapa do Brasil. A representação zoomórfica bicefálica pode ser compreendida enquanto representação (resultado, mas também disseminadora) da crença no mito do complô judaico-comunista, presença constante nas obras de Gustavo Barroso. O verme, figura parasitária e, neste sentido, contra a unidade nacional, tem duas significações “supostamente” antagônicas: o capitalismo e o comunismo, embora na visão integralista comunguem do mesmo princípio e fim, surgindo, portanto, no “ventre do Grande Capital Financeiro-Internacional”³⁰⁴ e destinados a destruir a nação (no caso, uma representação cartográfica).

Não por acaso, a figura do capitalista é facilmente identificável com a representação do judeu historicamente existente em representações artísticas antissemitas: nariz adunco (representação étnica) e cartola, fazendo referência à *usurpação* e ao *banqueirismo*, entendidas enquanto práticas genuinamente judaicas. A outra cabeça do mesmo “parasita” corresponde a uma representação que se assemelha evidentemente à imagem de Trotsky. Cabe ressaltar, portanto, referência da imagem à frase de Léon de Poncins na obra “As forças Secretas da Revolução” que Gustavo Barroso reproduziu e incorporava em algumas de seus títulos, tal qual “Brasil: Colônia de Banqueiros”: “Trotsky e Rotschild marcam a amplitude das oscilações do espírito judaico; estes dois extremos abrangem toda a sociedade, toda a civilização do século XX”. Obviamente, levando em conta a questão do mito do complô judaico-comunista, Trotsky não representaria *somente* o comunismo, mas sobretudo a suposta *genealogia* judaica do ideal revolucionário, presente também no próprio liberalismo.

³⁰⁴ Disponível em: <<http://www.integralismolinear.org.br/site/default.asp>> (acesso em 12 jan. 2010).

	
Figura 11 - Trotsky³⁰⁵	Figura 12 – Detalhe “Verme comunista-liberal”

Tabela 3 – Comparativo Trotsky / detalhe “Verme Comunista-liberal”

Assim como ocorrido em alguns textos da Frente Integralista Brasileira, no caso da imagem do “verme comunista-liberal” não há menção direta sobre uma suposta ancestralidade ideológica judaica que formaria as duas falsas dicotomias: comunistas e capitalistas. Evidentemente, a ausência da *denúncia* antissemita não acarreta sistematicamente na também ausência da formulação antissemita na representação imagética. Inclusive, leva-se em conta que em outros textos do líder do MIL-B, é constatada a teoria da vinculação entre o *perigo comunista*, o *mal capitalista* e uma suposta ação subalterna de um plano judaico de desintegração nacional e dominação mundial.

No texto intitulado “Integralismo Linear e a Questão Judaica”³⁰⁶, sem autoria determinada, o MIL-B adere explicitamente ao mito da conspiração judaico-comunista, como é possível notar no trecho abaixo.

Os judeus são os maiores Capitalistas do mundo, donos das maiores fortunas do Planeta Terra e ao mesmo tempo são os criadores do Comunismo, a ideologia que veio questionar o "Poder do Capital". Como se pode observar, essa palhaçada de dizer que Capitalismo e Comunismo são ideologias antagônicas, que nós somos bombardeados diariamente pela mídia, é tudo uma grande armação para desviar o foco das revoltas populares. Capitalismo e Comunismo servem ao banqueirismo

³⁰⁵ Reprodução do site “*In Defence of Marxism*”:
<http://www.marxist.com/images/stories/thumbnails/8258_trotsky1.jpg> (acesso em 12. Jan 2010).

³⁰⁶ *Integralismo Linear a Questão Judaica*. Disponível em:
<http://www.integralismolinear.org.br/site/mostrar_texto.asp?id=48> (acesso em 18 nov. de 2009)

internacional, e já provamos que das 8 maiores Casas Bancárias do mundo, 5 são judaicas: Rotschild, Rockfeller, JPMorgan, Warburg e Grupo Bilderberg.³⁰⁷

Além da significação típica do mito do complô judaico-comunista, o texto do MIL-B adiciona elementos antissemitas de fundo religioso, como é possível constatar em diversas obras de Gustavo Barroso (cap. 3), ainda que ao mesmo tempo busquem negar a caracterização antissemita de tais afirmações, estratégia comum tanto a autores do integralismo “clássico” quanto de movimentos neointegralistas, como o caso da FIB e do próprio MIL-B.

Obviamente não são apenas os judeus os responsáveis pelos males do mundo, mas com certeza, o amor insano e incondicional ao dinheiro (Mamonn) e não ao engrandecimento do espírito, são difusões da mídia judaica. Para eles, O Capital governa tudo (como disse os judeus Karl Marx, Friederich Engels, Moses Hess, Bruno Bauer e Adam Smith) e não a Vontade Divina. Essa é a grande luta travada na Bíblia, a luta entre o espírito e a matéria. Enquanto não vencermos esse paradigma não vamos avançar no aprimoramento do Caráter Humano. A propósito, Jesus Cristo nasceu judeu, foi apresentado ao Sinédrio Judaico, para que pudesse cumprir a Profecia de libertar todos os Homens e não apenas os "Eleitos" como consta na Torah judaica. Jesus se colocou frontalmente contra o Antigo Testamento, a Torah e os primeiros manuscritos do Talmud (um livro que prega a usurpação, a destruição dos Goim, a falcatura dos judeus e outras barbaridades). Quem condenou Jesus à morte foi o Sinédrio Judaico e não os Romanos, como pode-se ler em vários trechos da Bíblia. Isso é apenas discutir fatos e não tentar perseguir os judeus.³⁰⁸

Desta maneira, além da questão política (comunismo, democracia) e econômica (*banqueirismo*, liberalismo), a questão religiosa é adicionada sobre diversos aspectos. Mamonn (*Mamon*, *Mammon*, dentre outras variações léxicas) consiste, de acordo com Zeitlin, numa palavra de origem hebraica que significa dinheiro e riqueza³⁰⁹. No entanto, em várias traduções bíblicas, Mamon adquire a significação de falsa divindade / deus da riqueza, assim como de sinônimo de demônio. No trecho acima destacado, nota-se que a concepção de Mamon faz referência ao falso deus/demônio da riqueza em contraposição à *Vontade Divina*. A luta contra os judeus – ainda que se busque afirmar a ausência de antissemitismo – é alçada no maniqueísmo Bem x Mal, utilizando inclusive da questão deicida, onde Jesus Cristo teria sido morto pelos judeus por ir contra as supostas regras da tradição judaica, que, entre outras propostas, previa a destruição dos *Goim*, isto é, os não judeus.

³⁰⁷ *Integralismo Linear a Questão Judaica*. Disponível em:
<http://www.integralismolinear.org.br/site/mostrar_texto.asp?id=48> (acesso em 18 nov. de 2009)

³⁰⁸ *Idem*.

³⁰⁹ ZEITLIN, Solomon. The Encyclopaedia Judaica: A Specimen of Modern Jewish Scholarship. In: *The Jewish Quarterly Review*, New Series, Vol. 64, No. 1 (Jul., 1973), p. 78.

A caracterização da realidade mundial a partir de um suposto embate dicotômico entre Bem (Deus, Cristianismo, Integralismo, Linearismo) x Mal (Diabo, Mamon, Judeus, Comunismo, Capitalismo) é uma constante no discurso neointegralista do MIL-B. Nota-se, inclusive, em outra representação do galo integralista Tupã, a caracterização auto-atribuída do MIL-B enquanto defensor da causa cristã, contra o demônio que age em comunhão aos banqueiros no controle mundial.

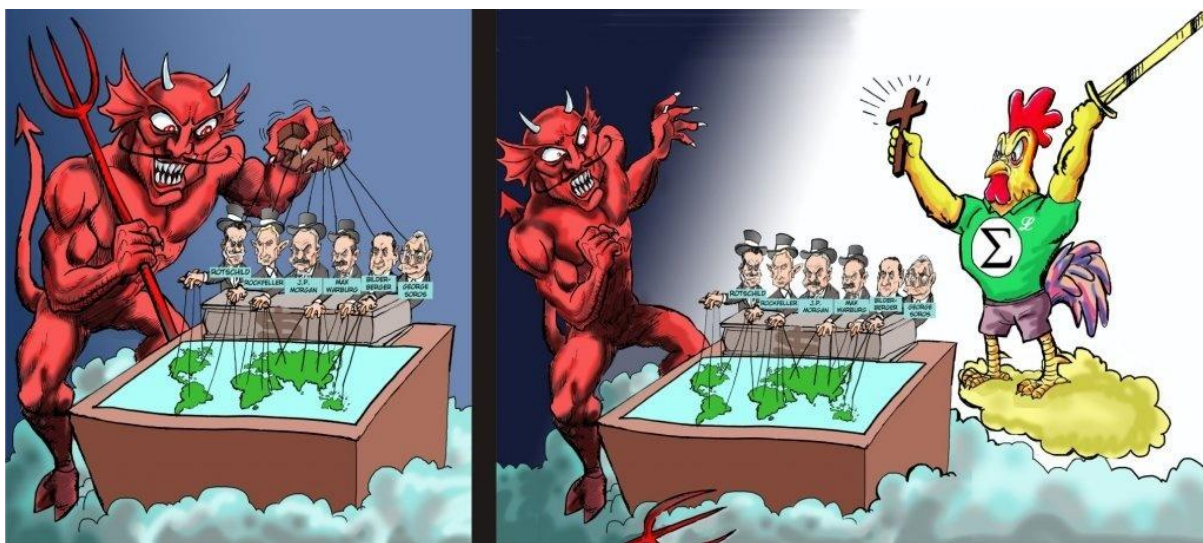


Figura 13 – Galo Tupã versus Demônio

A imagem acima é veiculada a partir do site do SENE (*Sociedade de Estudos do Nacionalismo Espiritualista* – entidade vinculada ao MIL-B)³¹⁰ com a seguinte legenda junto à imagem: “Galo Tupã enfrenta o Demônio e seus serviçais banqueiros!”. Os banqueiros destacados como serviçais do demônio são justamente aqueles que o MIL-B define como as cinco casas bancárias “judaicas” dentre as oito maiores do mundo: Rothschild, Rockfeller, J. P. Morgan, Max Warburg, (grupo) Bilderberger, além de George Soros³¹¹; como é possível constatar em recorte da imagem ampliada.

³¹⁰ < <http://www.sene.org.br/site/mascote/view/2.html> > (acesso em 11 jul. 2010).

³¹¹ Apesar de não constar na lista neointegralista das maiores casas bancárias “judaicas”, George Soros provavelmente esteja representado na imagem pelo fato de ter ascendência judaica além de claro, ser um dos mais importantes nomes do capitalismo mundial. (cf. “SOROS, George”. In: *International Encyclopedia of the Social Sciences*. 2008. *Encyclopedia.com*. 21 Dec. 2010 <<http://www.encyclopedia.com>>).



Figura 14 – recorte – banqueiros

No texto “Ataques a Jesus Cristo”, o líder do MIL-B reafirma o discurso antissemita da crença na existência de uma ação organizada dos judeus na busca pela destruição da civilização Cristã, da imagem e história de Jesus Cristo e do cristianismo. Buscando trazer a discussão ao tempo presente, o autor afirma que ícones da música pop (como a cantora Madonna e a banda de *rock* KISS), desenhos animados (*South Park*), livros e filmes como “O Código da Vinci” (Dan Brown) ou mesmo pesquisas de supostos “cientistas” seriam todas iniciativas contra o cristianismo, financiadas integralmente pelos judeus, apresentados como “adoradores do Bezerro de Ouro”, “Filhos de Mammon”, “Mecenas do Banqueirismo Internacional”, “fundadores do Capitalismo Selvagem e do Comunismo Assassino – ideologias irmãs”, etc.

Afirma o autor que tal “ódio” dos “adoradores do Bezerro de Ouro” tiveram início ainda durante a vida de Jesus Cristo, pois este teria denunciado a “farsa do Antigo Testamento”, tido para o autor como a origem e síntese da tradição judaica, baseada na usurpação, na ganância e no materialismo. A condenação final a Jesus Cristo foi causada, portanto, justamente por ter esta denúncia da *farsa* e também por ter iniciado uma defesa do espiritualismo em contraposição ao materialismo judaico. Levando em conta esta questão milenar, para o presidente e fundador do MIL-B, cabe aos integralistas e linearistas a função de *Soldados de Deus* (em referência à frase de Plínio Salgado³¹²) e *Guardiães do Novo Testamento*, na perspectiva de não apenas defender o ideal integralista, mas também a civilização cristã e, desta maneira, salvar a humanidade das forças demoníacas e da conspiração mundial dos “adoradores do Bezerro de Ouro”.

³¹² “O integralista é o soldado de Deus e da Pátria, o homem-novo do Brasil que vai construir uma grande nação.” (Plínio Salgado)

Outros textos buscam esta dinâmica de contextualização de uma visão antissemita sobre o tempo presente, trazendo esta concepção conspiratória da história para fenômenos contemporâneos. Em “Brasil, Colônia de Banqueiros”, Cássio Guilherme retoma o teor do livro “Brasil: Colônia de Banqueiros” de Gustavo Barroso, categorizando as ações dos governos de Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva enquanto *provas* concretas da ação de “financistas satânicos”³¹³ na história contemporânea (fim Séc. XX, início Séc. XXI) brasileira. Afirma ainda que a inoperância dos partidos políticos brasileiros tanto de esquerda quanto de direita sobre esta questão seriam traços inequívocos do controle dos banqueiros sobre a nação. Caberia, portanto, novamente ao integralismo a salvação nacional, pois somente os integralistas linearistas romperiam com a “orgia e o luxo desses vermes filhos de Mammon”.

A maneira como o MIL-B trata a memória sobre o integralismo de Gustavo Barroso não difere substancialmente do praticado pela FIB, de modo que partilham da estratégia da defesa da integridade intelectual do líder integralista (ressaltando diversas obras, além da produção integralista do autor), ao mesmo momento em que buscam pela desconstrução da categorização do antissemitismo do autor, ainda que isto não acarrete necessariamente no abandono da prática antissemita, seja nos textos do autor da década de 1930 ou mesmo na rearticulação destes por meio dos novos integralistas.

No texto “Homenagem a Gustavo Barroso”, Cássio Guilherme e o MIL-B buscam demonstrar as variadas áreas de atuação do autor integralista como suporte de uma ideia de integridade intelectual que afastaria a ocorrência de ideias racistas e antissemitas na obra do líder integralista³¹⁴. Além disto, destacam trechos de “Judaísmo, Maçonaria e Comunismo”, onde Gustavo Barroso atribui ao *racismo judaico* as acusações de que seria racista e antissemita. Esta estratégia, como fora visto anteriormente, é partilhada por vários grupos neointegralistas, ocasionando em um dos pontos de congruência entre estes diversos movimentos.

Uma das questões em que o neointegralismo do MIL-B se diferencia das outras concepções propostas e que faz menção de certa maneira crítica à literatura integralista de Gustavo Barroso é em relação à maçonaria. No texto intitulado “Integralismo Linear,

³¹³ GUILHERME, Cássio. *Brasil, Colônia de Banqueiros*. Disponível em: <http://www.integralismolinear.org.br/site/mostrar_artigo.asp?id=19> (acesso em 18 mar. 2009).

³¹⁴ GUILHERME, Cássio. *Homenagem a Gustavo Barroso*. Disponível em: <http://www.integralismolinear.org.br/site/mostrar_artigo.asp?id=32> (acesso em 17 nov. 2009).

Maçonaria e Monarquia”³¹⁵, Cássio Guilherme afirma que as críticas de Gustavo Barroso à maçonaria e aos maçons seriam devido ao *desvirtuamento* do ideal de constante aprimoramento espiritual preconizado pela maçonaria, questão causada justamente pela inserção do espírito materialista judaico nas organizações maçônicas, de modo que, para o presidente do MIL-B, haveria possibilidade de união e militância conjunta entre maçons e integralistas linearistas, desde que não *infiltrados* pelo espírito materialista judaico.

Como observado no terceiro capítulo, o discurso de Gustavo Barroso sobre a maçonaria diferenciava em alguns aspectos da literatura “clássica” sobre o tema. Autores como Léon de Poncins definiam a maçonaria como uma organização determinantemente criada pelo judaísmo, isto é, toda a ação maçônica estaria em consonância com o complô judaico de dominação mundial. Para Gustavo Barroso, as ações da maçonaria seriam também um reflexo – estratégia – do complô judaico, porém como um diferencial: seriam consequências diretas de um domínio (não fundação) judaico sobre as organizações, de modo que alguns maçons estariam servindo aos interesses judaicos sem ao menos ter consciência do *mal* que estavam causando. Isto, no entanto, não significa necessariamente que Gustavo Barroso tivesse aproximações com a maçonaria e, conforme afirma Costa³¹⁶, grande parte das obras integralistas de Gustavo Barroso são marcadas pelo forte discurso antimaçônico.

A prerrogativa proposta pelo MIL-B sobre a maçonaria, leva em conta que haveria possibilidade de maçons atuarem nas novas *fileiras do Sigma* e, na página inicial de um dos *sites* do MIL-B há notícia de eventos do movimento com participação de maçons da cidade de São Paulo, sob a seguinte chamada: “Encontro de membros do MIL-B, amigos de SP e membros da Maçonaria de São Paulo, unindo Forças Nacionalistas”³¹⁷ Esta questão, em relação à doutrina integralista de Gustavo Barroso é problemática sobre o seguinte aspecto: ainda que para Gustavo Barroso a maçonaria não fosse um órgão criado fundamentalmente pelos judeus, a inserção do *espírito judaico* na maçonaria tornava-a um órgão com ações essencialmente judaicas, isto é, a influência dos judeus sobre a maçonaria estaria enviesada de tal forma que, mesmo para aqueles que não comungassem das práticas do complô judaico de dominação estariam agindo para tal finalidade.

³¹⁵ GUILHERME, Cássio. *Integralismo Linear e Maçonaria e Monarquia*. Disponível em: <http://www.integralismolinear.org.br/site/mostrar_texto.asp?id=19> (acesso em 13 mar. 2009).

³¹⁶ COSTA, Luiz Mário Ferreira. *Maçonaria e Antimaçonaria: Uma análise da “História Secreta do Brasil” de Gustavo Barroso*. Dissertação (Mestrado em História), UFJF: Juiz de Fora, 2009.

³¹⁷ Disponível em: <<http://www.doutrina.linear.nom.br>> (acesso em 12 dez. 2009).

O MIL-B, quando proporciona a possibilidade de inserção maçônica na organização neointegralista efetua, de certa maneira, um afastamento em relação ao posicionamento de Gustavo Barroso sobre a questão, pois não há obras integralistas que façam uma defesa plena da maçonaria, apenas uma breve relativização sobre a inserção judaica neste, como é o caso de Gustavo Barroso e, além disto, cabe ressaltar que a crítica é sempre presente e bastante incisiva. Esta questão, portanto, ainda que estabeleça diálogo com o integralismo da década de 1930, há de ser levada em conta como uma das diferenciações geradas entre as correntes neointegralistas, justamente devido às compreensões sobre a doutrina e sobretudo das estratégias de atuação na sociedade contemporânea, de modo que a questão não é consenso geral e representa um posicionamento específico do MIL-B.

Apesar deste distanciamento sobre a questão específica da maçonaria, o posicionamento neointegralista do MIL-B é o que mais se aproxima da perspectiva integralista preconizada principalmente por Gustavo Barroso, sobretudo acerca da questão do antissemitismo. A crítica proveniente da suposta ação dos judeus na sociedade brasileira nos textos do MIL-B é fortemente influenciada por alguns pontos-chaves do discurso integralista de Gustavo Barroso: a crença no complô judaico de conspiração mundial, assim como do mito da conspiração judaico-comunista, utilizando nestas construções de um discurso altamente maniqueísta com fundamentação religiosa, onde os judeus (“judaísmo internacional”) são vistos como seres desagregadores, parasitários e usurários, ou seja, representantes e agentes do mal, serviçais do demônio e com planos de destruição do cristianismo, concebido este como a base do primado integralista.

Embora o discurso antissemita esteja mais presente no caso do MIL-B, diferentemente do constatado nos casos da 2ª AIB e da Frente Integralista Brasileira, a adesão a teses negacionistas não é notada/evidenciada por meio dos *sites* oficiais do movimento (2 *sites* do MIL-B + 1 *site* da SENE), de modo que, aparentemente, não há existência de uma relação concreta entre as perspectivas neointegralistas do MIL-B e as ideias negacionistas presente na sociedade brasileira sobretudo a partir da década de 1980. Uma das hipóteses que pode explicar tal *ausência* cabe aos âmbitos judiciais, tendo em vista que, desde os primeiros anos do Séc. XXI há uma forte mobilização de ONGs, movimentos dos Direitos Humanos e organismos estatais na proposta de combate ao antissemitismo e ao negacionismo, de forma que uma adesão efetiva a tais ideias poderia significar um forte entrave aos anseios da rearticulação integralista proposta pelo MIL-B.

Entretanto, um ponto específico há de ser ressaltado: após a proibição da comercialização dos livros negacionistas publicados e distribuídos pela Revisão Editora, a internet desempenhou (e desempenha) papel fundamental enquanto meio de comunicação e divulgação do negacionismo em língua portuguesa. Embora, como afirma Almeida³¹⁸, vários *sites* tenham sido proibidos de publicar textos antissemitas e negacionistas, há ainda *sites* e *blogs* diversos que continuam com tal prática. Um dos principais *sites* atuantes na disseminação de material negacionista no Brasil é o “Inacreditável”³¹⁹, que aparentemente não detêm qualquer vinculação partidária explícita. No entanto, para se analisar atuações de partidos e movimentos políticos diversos - tanto o neointegralismo quanto o negacionismo -, é necessário atentar para além do panorama oficial destas organizações, inclusive na internet.

Tanto os *sites* do MIL-B (três) quanto o “Inacreditável” detêm domínio próprio nacional, isto é, a seguinte configuração: “www” + “nome do site” + “.com.br”. No caso brasileiro, para que determinado domínio seja atribuído a um endereço da internet, é necessário que seja efetuado um registro de domínio em nome de uma pessoa física ou empresa diretamente no órgão regulador da internet no Brasil, o CGI (Comitê Gestor de Internet)³²⁰, garantindo portanto a autenticidade e a propriedade dos *sites* com domínio próprio. A partir deste procedimento, os *sites* ficam vinculados à empresa/pessoa física, de forma que é possível consultar – e atestar – os responsáveis pelo registro e atuação de diversos *sites*, inclusive os do MIL-B e o *site* “Inacreditável”.

Cruzando os dados de registro do site do MIL-B (integralismolinear.org.br) e “Inacreditável” (inacreditavel.com.br)³²¹, é possível constatar que ambos estão registrados sob um mesmo endereço físico na cidade de Campinas/SP, que ora consta como sede do SENE (Sociedade de Estudos do Nacionalismo Espiritualista)³²², ora como sede de uma empresa de engenharia e informática. Além disto, ambos os registros apresentam o nome de Marcelo Franchi como um dos responsáveis por estes *sites*. Franchi desempenhou, até meados de

³¹⁸ ALMEIDA, Fábio Chang de. *A Serpente na Rede: Extrema-direita, Neofascismo e Internet na Argentina*. Dissertação (Mestrado em História), UFRGS: Porto Alegre, 2008, p. 141.

³¹⁹ Disponível em: <http://www.inacreditavel.com.br>.

³²⁰ Disponível em: <http://cgi.br>.

³²¹ Cf. Anexo B.

³²² O endereço da sede do SENE é confirmado no próprio site. Cf. <http://www.sene.org.br/site/contatos.html> (acesso em mai 2010).

2009, a função de presidente do SENE, sendo na ocasião sucedido por Cássio Guilherme³²³. Isto, contudo, não significa necessariamente que o site “Inacreditável” seja uma extensão negacionista do MIL-B, até porque o site negacionista não se define como adepto do integralismo, seja da AIB “clássica” ou quaisquer dos grupos neointegralistas.

Embora possa causar um equívoco a afirmação que o site negacionista abordado é fruto de uma estratégia de disseminação desvinculada/velada do MIL-B, as evidências indicam ao menos o mínimo relacionamento entre o MIL-B e o site negacionista, de modo que auxiliam a corroborar a condição do Movimento Integralista e Linearista Brasileiro enquanto o maior representante da corrente antissemita entre os atuais grupos integralistas, seja na perspectiva de retomada da literatura e ideais antissemitas de autores como Gustavo Barroso ou mesmo pela adesão de novos elementos neste discurso preconceituoso.

Isto, contudo, não significa que a absorção do antissemitismo do integralismo da AIB seja efetuada em sua totalidade pelo MIL-B, tendo em vista principalmente o distanciamento ocasionado por conta da posição referente à relação entre maçonaria e o integralismo. Apesar deste distanciamento há variados pontos em comum entre o discurso antissemita do MIL-B e da corrente interna da AIB dos anos 1930, sobretudo na constituição de um discurso conspiratório contra os judeus e a argumentação de fundo religioso nesta prática.

4.4 Ação Integralista Revolucionária (AIR)

A Ação Integralista Revolucionária (AIR) fundada por Jenyberto Pizotti é caracterizada por uma análise crítica sobre alguns dos pressupostos ideológicos, doutrinários e organizativos da história do integralismo dos anos 1930. Pizotti afirma que algumas das deliberações da chefia integralista (não somente Plínio Salgado) ocorreram em erros, sobretudo na resolução definida a partir do II Congresso Nacional Integralista em 1935, que determinou a mudança do integralismo enquanto movimento cívico e cultural de caráter *revolucionário* – no conceito de revolução espiritual integralista – para a configuração partidária. Tal crítica da AIR é determinada principalmente por conta que a formalização do integralismo em partido político viabilizou a constituição de uma prerrogativa legal para a

³²³ Eleições do SENE/ 2009. Disponível em: <http://www.integralismolinear.org.br/site/mostrar_acao.asp?id=5> (acesso em 2 nov. 2009).

extinção da Ação Integralista Brasileira por Getúlio Vargas, assim como os demais partidos políticos, após a decretação do Estado-Novo.

Este posicionamento, crítico considerado *independente* pela Ação Integralista Revolucionária, é fundamentado basicamente em dois pressupostos: para o líder da AIR, os integralistas atuais (neointegralistas) deveriam buscar a problematização de algumas questões sobre o integralismo, inclusive formando grupos com diferenças evidentes, para que, desta maneira, fosse possível chegar a um consenso de qual seria a prática e estratégia de atuação do integralismo no Século XXI. Consequentemente, desta maneira Pizotti tornar-se-ia *naturalmente* o líder deste integralismo renovado, por considerar-se um profundo conhecedor da filosofia e doutrina dos camisas-verdes, único capacitado em unir os diversos grupos divergentes existentes na atualidade, união esta que se consolidaria justamente na sigla da AIR.

A visão crítica de Pizotti e da AIR é também direcionada à questão do antissemitismo no integralismo (AIB), sobretudo às obras de Gustavo Barroso. No texto “Integralismo ontem e hoje: posicionamento oficial da AIR”³²⁴, especificamente no sétimo tópico intitulado “A AIR acredita e luta pela igualdade entre todos os Seres Humanos”, Pizotti afirma que “uma das correntes ideológicas dentro do Integralismo, mais especificamente, a de Gustavo Barroso combatia o judaísmo” (idem). Desta maneira, o posicionamento da AIR difere-se substancialmente dos outros grupos neointegralistas em dois aspectos principais: a compreensão da existência de correntes internas na primeira fase do movimento integralista – rompendo, portanto, com a ideia de unidade ideológica homogênea –, e também ao caracterizar o pensamento de Gustavo Barroso enquanto prática e discurso antissemita, caracterização esta que os outros grupos neointegralistas buscam desconstruir, ainda que utilizem determinadas construções ideológicas e discursivas típicas do antissemitismo existente na AIB dos anos 1930.

Pizotti afirma ainda que o radicalismo da corrente antissemita de autores como Gustavo Barroso fora amplamente disseminado no movimento, sendo aceito por *centenas, talvez milhares de Integralistas*, ponderando a afirmação ressaltando que no então momento não havia divulgações acerca do holocausto judeu e tampouco a existência do Estado de Israel, buscando, de certa forma, justificar o que considera a AIR um *equívoco* ocorrido durante a atuação da AIB, pois os integralistas não tinham dimensão das práticas antissemitas.

³²⁴ PIZOTTI, Jenyberto. *Integralismo ontem e hoje: posicionamento oficial da AIR*. Disponível em: <<http://br.geocities.yahoo.com/airevolucionaria/airposoficial.htm>> (acesso em 12 jan. 2009).

Para o líder da AIR, o integralismo na contemporaneidade deveria buscar o afastamento de qualquer possibilidade de comparação e similaridade concreta do integralismo com o nazismo, pois este seria o principal obstáculo existente na reorganização do movimento. Afirma, desta maneira, “que qualquer grupo Integralista que coloque, em debate aberto, e como seu principal objetivo, questões envolvendo a denominada ‘Questão Judaico-Sionista’ estará dificultando, senão inviabilizando, a divulgação correta nos dias atuais” (idem). Além da iniciativa da reformulação da tradição histórica ideológica do integralismo, no sentido de retirar a incidência da corrente antissemita sobre o movimento, a AIR busca ainda o distanciamento de práticas antissemitas contemporâneas, sobretudo em relação às concepções negacionistas na história, afirmando desta maneira que o holocausto fora um *fator histórico incontestável*, caracterizado como uma *perseguição selvagem, brutal, covarde e desumana*. Sobre o Estado de Israel, o posicionamento da AIR divulgado no texto é bastante crítico, ao caracterizar o governo israelense como *cruel, covarde e desumano*. No entanto, ainda que o posicionamento da AIR se assemelhe a um discurso antissionista de fato (diferente do conceito de antissionismo proposto por alguns neointegralistas), o texto em si não defende o fim de Israel ou mesmo prega a ilegalidade de sua existência.

Desta maneira, o posicionamento da Ação Integralista Revolucionária sobre a temática do antissemitismo é diametralmente oposta aos outros grupos neointegralistas em diversos sentidos, inicialmente pelo próprio *reconhecimento* da existência de práticas antissemitas e principalmente na busca da *resolução* desta questão no integralismo do Século XXI, tanto em relação aos aspectos históricos da primeira fase institucional integralista quanto das novas práticas antissemitas presentes nos outros grupos contemporâneos. Apesar deste caráter crítico em relação ao integralismo de Gustavo Barroso, a AIR não sugere necessariamente uma quebra hierárquica no sentido de excluir efetivamente da doutrina integralista as contribuições e concepções de Gustavo Barroso, embora não sejam determinados explicitamente quais destes elementos das obras de Barroso seriam os aspectos que haveriam de ser conservados no *corpus* ideológico do integralismo no Século XXI.

A crítica ao antissemitismo da AIB no texto de Jenyberto Pizotti pode ser visto também como uma necessidade surgida para alocação no campo de disputa política entre os diversos existentes grupos neointegralistas. Partindo do pressuposto que o antissemitismo seria o principal causador do insucesso da retomada integralista e das aproximações entre integralismo e nazismo, Pizotti e a AIR buscam resolver a questão para, desta maneira, consolidar a proposta da AIR enquanto perspectiva ideal para o integralismo em sua nova

fase, além de evidentemente pautar uma diferenciação considerada essencial em relação aos outros grupos neointegralistas.

No entanto, embora a questão do antissemitismo seja considerada o principal obstáculo para a reorganização e retomada integralista, tal aspecto é discutido sucintamente no *site* da AIR, em breves linhas e somente no texto citado. De fato, dentre os *sites* neointegralistas analisados, o da AIR é o que tem o menor montante de material produzido (páginas) disponível, o que pode ser um indício da baixa relevância do grupo no contexto neointegralista. Além disto, convém ressaltar que, diferentemente dos outros grupos neointegralistas abordados, o *site* e os arquivos digitais da Ação Integralista Revolucionária jamais estiveram hospedados em um servidor próprio, ou seja, os arquivos e a própria atuação do grupo (restrita basicamente à internet) estavam condicionados às resoluções do servidor gratuito *Geocities* (local de hospedagem), que em 23 de abril de 2009 anunciou o fim do serviço de hospedagem gratuita de *sites*³²⁵, determinando, deste modo, que os usuários buscassem outros serviços semelhantes ou mesmo o uso de servidores pagos.

A partir de então, todos os *sites* hospedados no *Geocities* foram apagados, inclusive as páginas da Ação Integralista Revolucionária, que até então (dezembro de 2010) não inaugurou um novo *site*. De qualquer maneira, o período de atuação do *site* da Ação Integralista Revolucionária marcou presença no processo de construção e organização das diversas concepções e correntes do neointegralismo, de modo que as propostas do grupo sobre o integralismo dos anos 1930 e do Século XXI estiveram inseridas no contexto de debates e disputas dentre estes movimentos. A questão específica da crítica da AIR ao antissemitismo na AIB esteve certamente ao alcance dos outros grupos neointegralistas e, conforme é possível observar em cada grupo analisado especificamente, não obteve apoio dos outros grupos e militantes neointegralistas.

O antissemitismo, desta maneira, foi um dos elementos existentes no processo de disputa da *herança* integralista entre os atuais militantes do ideal do Sigma. A partir da presença do antissemitismo nestes grupos - tanto pela problemática advinda dos anos 1930 assim como pela inserção de novas práticas como o negacionismo -, as diversas concepções e práticas integralistas desenvolveram estratégias diferenciadas para lidar com esta questão, tanto na perspectiva de silenciar a incidência e caracterização de ideais antissemitas em obras de Gustavo Barroso e outros integralistas, mas também no anseio de articular este discurso no

³²⁵ Yahoo anuncia o fechamento do GeoCities até o fim do ano. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/tecnologia,yahoo-anuncia-fechamento-do-geocities-ate-o-fim-do-ano,360072,0.htm>> (acesso em 26 abr. 2009).

panorama contemporâneo, ao mesmo tempo em que persiste a estratégia da negação do caráter antissemita, seja referente ao histórico integralismo ou mesmo nas práticas contemporâneas.

Esta negação do caráter antissemita do integralismo em suas diversas fases é um elemento substancialmente discursivo, pois não gera de fato (com exceção do caso da AIR) uma crítica a elementos ideológicos do integralismo em sua primeira fase, mas sim numa *defesa* da memória e da doutrina integralista, buscando deslegitimar as evidências que atestam a ocorrência desta questão. Como visto anteriormente, esta estratégia não é uma criação exclusiva e restrita aos grupos neointegralistas, pois os próprios autores antissemitas e integralistas dos anos 1930 defendiam esta posição, afirmando a inexistência de antissemitismo no movimento dos camisas-verdes, buscando caracterizar a questão em um plano político e *antirracista*, pois o combate seria destinado àqueles que os integralistas mais radicais julgavam ser verdadeiramente racistas, ou seja, os judeus.

Nos grupos neointegralistas abordados, isto é, a Ação Integralista Brasileira de Anésio Lara, a Frente Integralista Brasileira (FIB), o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B) e a Ação Integralista Revolucionária (AIR), a questão do antissemitismo estabelece um marco divisório no que concerne às estratégias utilizadas para a reorganização do integralismo em cada grupo. Além disto, o antissemitismo constitui um aspecto problemático aos neointegralistas não somente na questão da contemporaneidade desta prática nas suas diversas gradações (ou mesmo nulidade) nos casos observados, mas inclusive no aspecto delimitado pela memória militante dos atuais integralistas, na forma como estes grupos buscam dialogar com este relevante aspecto histórico do integralismo nos anos 1930.

O fato de grupos como a FIB e, em menor intensidade, o MIL-B buscarem diluir este aspecto preconceituoso em outras instâncias, demonstra o quanto que o antissemitismo é encarado como um obstáculo às tentativas de retomada integralista, ainda que isto não determine o reconhecimento desta questão ou mesmo numa crítica a tal, como é possível observar no caso da AIR. Além de lidarem com o antissemitismo integralista dos anos 1930, cabe ainda aos neointegralistas buscarem o distanciamento do antissemitismo ainda no tempo presente, seja na tentativa de silenciamento ou suavização da questão em obras de autores como Gustavo Barroso, ou mesmo no distanciamento (ainda que não absoluto) de práticas antissemitas recentes, inclusive por conta do negacionismo, que obteve adesão “oficial” de integralistas, principalmente da AIB de Anésio Lara. Este suposto distanciamento, contudo, não significa necessariamente a ausência do discurso preconceituoso antissemita nestes

grupos, assim como não esteve ausente no integralismo em sua principal fase, à revelia do discurso militante, inclusive dos principais autores antissemitas dos camisas-verdes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das características inerentes às pesquisas historiográficas que lidam com atuações humanas em associações, movimentos e partidos políticos, como o caso do integralismo, é o fato que a memória militante, expressa tanto por meios orais quanto escritos, tende a construir uma própria versão da história, na qual determinados aspectos nocivos à “integridade” institucional são subtraídos ou reconstruídos, de forma a garantir – ou forjar – uma solidez, tanto no terreno da própria história quanto da contemporaneidade, sobretudo nos casos daqueles que persistem em sua atuação no tempo presente.

Esta questão, evidentemente, não está restrita somente a casos de partidos políticos que obtiveram, em algum lugar do passado, um grande poder institucionalizado, embora seja compreensível que nos casos mais significativos em relação à relevância de poder conquistado tal questão ocorra com maior intensidade ou mesmo naturalidade. No caso de partidos e movimentos políticos que detinham (ou ainda tem) um projeto nacional de atuação - mesmo que no plano discursivo - fruto de uma doutrina ideológica compreendida como *salvadora e gloriosa* pela militância, a compreensão histórica destes não reside apenas nos limites da própria atuação, indo além, compreendendo diversos pontos “positivos” do panorama político, social e cultural nacional enquanto obra objetiva ou subjetiva (influenciada) por esta ideologia *salvadora*.

De maneira inversa, os problemas nacionais em diversos âmbitos, indo de questões morais a econômicas, entre outros, são compreendidos como resultado da não efetivação ou aceitação dos postulados defendidos e enunciados pela doutrina em questão. Deste modo, a *culpa* pelo fracasso ou do não sucesso absoluto está normalmente atrelada (na concepção militante) a fatores externos ao grupo ou mesmo pela dimensão revolucionária, em diversos sentidos, que não seria compreendida em toda sua suposta magnitude pela população de determinado ou variados períodos.

No caso do integralismo, abordado aqui em variados momentos históricos (ou mesmo configurações diversificadas), esta questão é constatada frequentemente e com relativa facilidade. Na compreensão militante vinculada às *fileiras do Sigma*, certos aspectos tidos como louváveis na história política brasileira teriam sido influenciados diretamente pela ideologia ou militância integralista. Desta maneira, a luta anticomunista dos integralistas teria despertado a consciência nacional no tocante ao combate do *perigo vermelho*. Tanto no

contexto dos anos 1930, ou mesmo às vésperas do golpe que instituiu a ditadura civil-militar em 1964, a atuação de integralistas neste processo é constatada e louvada (ou mesmo superestimada) tanto no imediatismo destes processos ou mesmo na memória militante que vai se consolidando gradualmente com o passar dos anos.

De maneira semelhante, é possível notar a boa receptividade dos integralistas para com as ditaduras estadonovista e pós 1964, ainda que com devidos distanciamentos e vicissitudes posteriores, sobretudo no primeiro caso. É por meio destes processos que a militância integralista, em variados aspectos, vai construindo uma compreensão histórica que leva em conta principalmente o que haveria de ser comemorado ou mesmo retomado pela militância. Evidentemente, este processo não consiste unicamente na questão da seleção dos fatos e características louváveis, mas também no apagamento e/ou silenciamento de contextos históricos problemáticos ou mesmo pontos específicos da ideologia integralista.

Desta maneira, o fisiologismo político do PRP existente em alguns momentos (apoio a Leonel Brizola, por exemplo) foi sumariamente esquecido na trajetória e memória integralista pós-AIB. No entanto, esquecer este aspecto ou mesmo acontecimento histórico não ocorria necessariamente numa crítica ou distanciamento de aspectos centrais ou relativamente importantes no arcabouço doutrinário integralista, seja em sua primeira fase ou mesmo em momentos posteriores. Ainda que o apoio do PRP a candidatos outrora fortemente criticados poderia constituir uma *traição* à causa e à própria integridade institucional, estas guinadas partidárias eram relativamente compreendidas pela militância integralista e perrepista, ainda que houvesse casos de tentativas de dissidência institucional.

O caso do antissemitismo, no entanto, não é um fator de tamanha *irrelevância* tal qual o fisiologismo perrepista não reconhecido ou mesmo diversas questões provenientes do integralismo em sua primeira fase institucional, a Ação Integralista Brasileira. Em primeiro lugar, há de ser ressaltado que a própria prática antissemita dos integralistas não era reconhecida como tal, ao menos abertamente. Esta questão pode ser explicada a partir de algumas variáveis: inicialmente, há de ser ressaltado que o antissemitismo não foi, de fato, o cerne ideológico e programático do integralismo nos anos 1930. Isto, contudo, não afasta a questão e a incidência desta prática. Coube aos integralistas – e é necessário ressaltar esta questão – a função de larga disseminação de ideias, escritos e discursos antissemitas no Brasil.

Ainda que houvesse práticas e algumas obras antissemitas em produção e sobretudo circulação no Brasil anos antes da fundação do integralismo, coube de fato ao movimento dos

camisas e blusas-verdes a sistematização de uma literatura doutrinária extremamente preconceituosa e que frequentemente (mas não obrigatoriamente) englobava todos os males da humanidade em uma categoria específica, os judeus, à partir da defesa de ideias que, apesar de baixa fundamentação em relação à verossimilhança, eram bem aceitas, sobretudo pela militância de base da AIB.

Desta maneira, discursos provenientes de estruturas já existentes, isto é, o mito do complô judaico-comunista e o mito do complô judaico de dominação mundial (que, sob certo aspecto, eram complementares), foram não somente reproduzidas por autores e imprensa integralista, mas também reestruturados e *reaplicados* no contexto da sociedade brasileira, tanto no período então presente (anos 1930) quanto na própria história política, econômica e militar nacional. Para tal, obras como “Brasil – Colônia de Banqueiros” buscavam não somente situar a chamada questão judaica para a militância integralista, mas também criar uma própria versão da história brasileira, na qual os judeus seriam determinantes para a criação dos problemas nacionais, desde tempos remotos.

Este discurso antissemita, que reproduzia variados conceitos e argumentos do antissemitismo então em voga em diversos países do mundo (o francês Léon de Poncins é um caso emblemático) obteve uma notável importância no movimento integralista como um todo, cooptando vários setores da militância de base e alguns nomes importantes dos segundos escalões da hierarquia integralista, além de, é claro, Gustavo Barroso, segundo homem mais importante do integralismo da AIB, demonstrando que a questão não estava restrita somente a alguns casos de militantes *inexpressivos*, mas inclusive em um dos maiores ideólogos e doutrinadores do movimento.

Ainda que o antissemitismo não tenha desempenhado de fato um papel central no *corpus* ideológico do integralismo da AIB (conforme a própria reação de Plínio Salgado torna evidente a cisão - ou possibilidade de ocorrência – no movimento), contou com um expressivo apoio e função dentro da AIB, como é possível notar por meio de algumas das obras integralistas e antissemitas abordadas. Isto, contudo, não significou o *reconhecimento* da caracterização e prática antissemita pelos integralistas, inclusive nos escritos essencialmente antissemitas, como o caso de Gustavo Barroso.

Isto evidencia, desde os anos 1930, o aspecto problemático da questão do antissemitismo no e para o integralismo, não somente no aspecto de caracterização e reconhecimento da prática, mas também nas disputas internas e externas decorrentes desta questão. Analisando este aspecto específico nas atuais práticas integralistas, isto é, o

neointegralismo, é possível notar novamente o quanto esta questão persiste, ainda que evidentemente em outras intensidades, contextos e atores históricos.

No fenômeno neointegralista, em suas variadas expressões, a questão do antissemitismo assume diversificados aspectos, variação condicionada também à própria disputa de poder existente entre os principais grupos integralistas em atuação nos últimos anos. Deste modo, cada grupo neointegralista lida com a questão antissemita à sua maneira, em um processo contínuo de reconstrução institucional e de memória, buscando rearticular, silenciar ou mesmo apagar tal incidência no integralismo histórico e nas próprias práticas contemporâneas.

A Ação Integralista Brasileira, rearticulada por Anésio Lara de Campos Júnior em meados da década de 1980, buscou se aliar a algumas das novas práticas antissemitas surgidas na sociedade brasileira em pleno contexto de redemocratização política nacional. Não somente na relação existente entre a AIB de Anésio Lara e alguns pequenos grupos de tendência neonazista e autoritária residia a questão, mas sobretudo no apoio público e reprodução de algumas das teses do negacionismo do holocausto, principalmente na defesa da ideia que as câmaras de gás nos campos de concentração teriam sido uma *mentira judaica* elaborada para planos posteriores. A defesa pública de tais teses, além da questão da suposta *usurpação* da sigla integralista, tornaram a rearticulação posterior dos integralistas ainda mais complexa, levando em conta que os neointegralistas haveriam de *explicar* não somente o antissemitismo dos anos 1930, mas também o negacionismo defendido pelo grupo de Anésio Lara.

Dentre os grupos formados posteriormente à desastrosa tentativa de criação do Movimento Integralista Brasileiro (MIB), a Frente Integralista Brasileira nega em vários momentos o reconhecimento da questão antissemita no integralismo de Gustavo Barroso (e demais autores), assim como na prática neointegralista cotidiana. Isto, contudo, como é possível notar a partir dos textos abordados, não configura necessariamente uma crítica à questão, tampouco a inexistência de um discurso antissemita, de maneira velada. Buscam, ao mesmo momento em que negam a caracterização antissemita, a defesa e reprodução de um discurso que sugere (mas não denuncia efetivamente) o caráter *judaico* das mazelas sociais e econômicas da sociedade brasileira, ao mesmo momento em que há a defesa de algumas ideias típicas do complô judaico de dominação mundial, inclusive na questão do holocausto

Já no caso do MIL-B – Movimento Integralista e Linearista Brasileiro –, o discurso antissemita é mais evidente, com a corrente reutilização de elementos e teses do discurso

antisemita barrosiano, inclusive na questão religiosa, consolidando a construção de uma leitura maniqueísta da história da humanidade, onde os judeus são encarados não somente como forças desagregadoras, mas *verdadeiramente* malignas, a serviço do Diabo e contra Deus e toda a tradição cristã, como é possível notar inclusive por meio de representações gráficas (Galo Tupã). A presença de elementos do antissemitismo contemporâneo não é notada com facilidade, mas, além do plano institucional reconhecido, há questões que indicam (ou sugerem, no mínimo), o apoio do MIL-B a ideias e disseminadores de material negacionista, principalmente no caso do *site* “Inacreditável”. Tudo isto, contudo, não significa que há o reconhecimento da questão antisemita nos textos do MIL-B, aspecto negado sistematicamente, ainda que a prática esteja evidente.

Já no caso da Ação Integralista Revolucionária liderada por Jenyberto Pizotti, alguns aspectos do integralismo da AIB (década de 1930) são problematizados abertamente, buscando a resolução do que seriam alguns problemas ocorridos na principal fase institucional integralista. Desta maneira, não somente a questão partidária é trazida à tona, mas também a questão do antissemitismo, que, na opinião do líder da AIR, haveria de ser neutralizado, por ser justamente este aspecto o principal impedimento para a rearticulação do integralismo no Século XXI. Deste modo, a AIR não somente reconhece a incidência e caracterização antisemita na AIB (ou mesmo em grupos neointegralistas), mas também busca *silenciá-la* para que a tão almejada reconstrução do integralismo possa ser efetivamente consolidada.

Estas posturas diversificadas dos grupos neointegralistas abordados demonstra não apenas a disputa de poder existente entre estes, tanto no aspecto de inserção e consolidação institucional na agenda política nacional, mas também na questão da memória militante das *fileiras do Sigma* (e também *milícias do além*), corroborando a tese de que o antissemitismo não somente foi (e é) presente no integralismo, mas também que tal aspecto constitui uma espécie de “divisor de águas” (ainda que sutil) da militância integralista, gerando diversas gradações de uma prática perniciosa que, apesar de deplorável, ainda encontra adeptos em pleno Século XXI.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Obras Integralistas

BARROSO, Gustavo. *A Sinagoga Paulista*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: ABC Ltda., 1937(a).

_____. *Brasil – Colônia de Banqueiros (História dos empréstimos de 1824 a 1934)*. 5. Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

_____. *Espírito do Século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

_____. *Integralismo e Catolicismo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: ABC Ltda., 1937(b).

_____. *O Integralismo e o mundo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

_____. *O Integralismo em Marcha*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.

_____. *O que o Integralista deve saber*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

_____. *O que o Integralista deve saber*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

_____. *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. Porto Alegre: Revisão, 1989.

_____. *Reflexões de um bode*. Rio de Janeiro: Gráfica Educadora Ltda., 1937.

CABRAL, João Passos. *A Questão Judaica*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

D'ALBUQUERQUE, Arci Tenório. *Integralismo, nazismo e fascismo: estudos comparativos dos três regimes*. Rio de Janeiro: Minerva, 1937.

_____. *Allemanha Grandiosa: Impressões de viagem ao paiz do nazismo*. Rio de Janeiro: Minerva, 1937.

GOUVÊA, Oswaldo. *Os judeus do cinema*. Rio de Janeiro: Gráfica São Jorge, 1935.

MACIEL, Anor Butler. *Nacionalismo - o problema judaico e o nacional-socialismo*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

REALE, Miguel. ABC do Integralismo. In REALE, M. *Obras políticas (1ª fase - 1931/1937)*. Tomo III. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983b

_____. O capitalismo internacional. In REALE, Miguel. *Obras políticas (1ª fase - 1931/1937)*. Tomo II. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983 a.

Textos Neointegralistas

BARROSO, Gustavo. *O Integralismo*. Disponível em: <http://www.integralismorio.org/doutrina/arquivos/3238/O_Integralismo_de_Gustavo_Barros_o.zip>.

_____. *O Integralismo*. Disponível em: <<http://www.integralismo.org.br/novo/?cont=33&vis=>> (acesso em 10 jul de 2010).

BARBUY, Victor Emanuel Vilela. *Manifesto de 13 de Maio*. Disponível em: <<http://www.integralismo.org.br/novo/?cont=825&tx=4>> (acesso em 17 jun. de 2009).

Eleições do SENE / 2009. Disponível em: <http://www.integralismolinear.org.br/site/mostrar_acao.asp?id=5> (acesso em 2 nov. 2009).

ESTATUTOS DA AÇÃO INTEGRALISTA REVOLUCIONÁRIA - A.I.R. Disponível em: <<http://br.geocities.yahoo.com/airevolucionaria/estatutos.htm>> (acesso em 11 jan. de 2009).

GUILHERME, Cássio. *Brasil, Colônia de Banqueiros*. Disponível em: <http://www.integralismolinear.org.br/site/mostrar_artigo.asp?id=19> (acesso em 18 mar. 2009).

_____. *Homenagem a Gustavo Barroso*. Disponível em: <http://www.integralismolinear.org.br/site/mostrar_artigo.asp?id=32> (acesso em 17 nov. 2009).

_____. *O Chefe não é uma pessoa... é uma idéia*. Disponível em: <http://www.integralismolinear.org.br/site/mostrar_texto.asp?id=20> (acesso em 27 mai. 2009).

Integralismo e o racismo. Disponível em: <<http://www.integralismo.org.br/novo/?cont=34&tx=3&vis=>> (acesso em 12 mai. 2009).

Integralismo Linear a Questão Judaica. Disponível em: <http://www.integralismolinear.org.br/site/mostrar_texto.asp?id=48> (acesso em 18 nov. de 2009)

Integralismo Linear e Maçonaria e Monarquia. Disponível em: <http://www.integralismolinear.org.br/site/mostrar_texto.asp?id=19> (Acesso em 15 nov. 2009).

Linearidade Doutrinária. Disponível em: <<http://www.doutrina.linear.nom.br/linearidade%20doutrinaria.htm>> (Acesso em 15 nov. 2009).

Manifesto Integralista 2001. Disponível em: <<http://www.anauefz.hpg.ig.com.br/>> (acesso em 19 jan. 2009).

O que é Linearismo. Disponível em: <<http://www.doutrina.linear.nom.br/o%20que%20c9%20linearismo.htm>> (acesso em 27 mai. de 2009).

Orientação aos Integralistas sobre um Pseudo-integralismo. Disponível em: <<http://www.integralismo.org.br/novo/?cont=58&tx=11>> (Acesso em 17 fev. 2009).

PIZOTTI, Jenyberto. *Integralismo ontem e hoje*: posicionamento oficial da AIR. Disponível em: < <http://br.geocities.yahoo.com/airevolucionaria/airposoficial.htm>> (acesso em 12 jan. 2009).

Significado do símbolo Linearista. Disponível em: <<http://www.doutrina.linear.nom.br/simbolo%20linearista.htm>> (Acesso em 15 nov. 2009).

SILVEIRA, Marcelo. *Integralismo Histórico e o Integralismo do Século XXI*. Disponível em: < <http://integralismo.org.br/novo/?cont=42&vis=>> acesso em 12 jun. de 2010.

_____. *Parada gay, Feminismo e a Nova Ordem Mundial*. Disponível em: < <http://www.integralismo.org.br/novo/>> (acesso em 12 mai. 2009).

_____. *Brasil: Eterna Colônia de Banqueiros?* Disponível em: < http://www.integralismo.org.br/novo/mod_dl.php?arquiv=Colonia_de_banqueiros.pdf > (acesso em 27 ago. 2009).

Arquivos

CPDOC / FGV – Arquivo Getúlio Vargas - c 1953.03.00/2.

CPDOC/FGV – Arquivo Getúlio Vargas - c 1941.09.00.

Relatório da Cruzada Anti-Comunista Brasileira sobre a organização e as atividades da mesma. Arquivos: Getúlio Vargas Classificação: GV c 1953.03.00/2 Data 03/1953 Qtd de Documentos: 1 (8 fl.).

Matérias (jornais e revistas)

“Integralistas tem tímido ‘lobby’ para a constituinte”. *Folha de São Paulo*, 21 de dezembro de 1986, 1º caderno, pág. A5.

“Do sebo à paixão por Plínio Salgado”. *Jornal do Brasil*, 04.05.1988.

“Integralista tenta reabrir AIB, extinta há 50 anos.”. *Jornal do Brasil*, 05.05.1988.

“Na Praça da Sé, Prestes defende a luta armada”. *Jornal do Brasil*, 02.05.88, p. 6.

“Integralistas voltam”, *Jornal do Brasil*, 22.05.88.

“Os diferentes rostos da direita radical”. *Revista Veja*, 08 de Abril, 1981.

“Livros dos ‘camisas-verdes’ são raros mesmo em ‘sebos’”. *Folha de São Paulo*, 21.12.1986.

“A volta do ‘Chefe’”, *Revista Veja*, São Paulo, 13 de maio, p. 20-23, 1970.

“Integralista tenta reabrir AIB, extinta há 50 anos.”. *Jornal do Brasil*, 05.05.1988.

Programas de Televisão

Documento Especial: *Culturas do Ódio*. São Paulo: SBT, 1992. Documentário/Programa de TV.

Canal Livre; Sílvia Poppovic. São Paulo: BAND, 1989. Debate/Programa de TV.

Entrevistas

Entrevista com Fernando Rodrigues Batista (realizada por Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro e Rita Érica Molini). . Série: Política no Brasil: *Memória do Integralismo*. Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI). Universidade Federal Fluminense (UFF).

Entrevista com Cássio Guilherme Reis Silveira (realizada por Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro). Série: Política no Brasil: *Memória do Integralismo*. Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI). Universidade Federal Fluminense (UFF).

Entrevista com Anésio de Lara Campos Jr. (realiza por Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro). Série: Política no Brasil: *Memória do Integralismo*. Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI). Universidade Federal Fluminense (UFF).

Entrevista com Jenyberto Pizotti. (realiza por Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro). Série: Política no Brasil: *Memória do Integralismo*. Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI). Universidade Federal Fluminense (UFF).

Sites consultados

http://www.integralismolinear.org.br	MIL-B
http://www.doutrina.linear.nom.br	MIL-B
http://www.sene.org.br	SENE
http://br.geocities.yahoo.com/airevolucionaria	AIR
http://www.integralismorio.net	FIB / RJ
http://www.integralismonosul.net	FIB / SUL
http://www.anauefoz.hpg.com.br	CEDI
http://www.integralismo.org	BRIGADAS INTEGRALISTAS
http://www.integralismo.org.br	FIB

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de ET AL. (org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Ed. FGV/CPDOC, 2001.

ALMEIDA, Fábio Chang de. *A Serpente na Rede: Extrema-direita, Neofascismo e Internet na Argentina*. Dissertação (Mestrado em História), UFRGS: Porto Alegre, 2008.

Anti-Defamation League. The Skinhead International: A Worldwide Survey of Neo-Nazi Skinheads. New York: Anti-Defamation League, 1995. Anti-Defamation League, 823 United Nations Plaza, New York, NY 10017. Disponível em: <<http://www.nizkor.org/hweb/orgs/american/adl/skinhead-international/skins-poland.html>> acesso em 10 abr. de 2009.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. A ascensão da Ação Integralista Brasileira (1932 – 1937).in: *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v. 6, n. 1/2/3, p.67-81, 2006.

_____. Entre milícias e militantes (IV): neointegralistas ou integralismo contemporâneo. *Passa Palavra*. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=8711>>(Acesso em 25 jun. de 2009).

BAZYLER, Michael J. The Holocaust on Trial: David Irving vs. Penguin Books Ltd. and Deborah Lipstadt. In: GARBER, Robert A. *Jews on Trial*. New Jersey: Princeton Jewish Center, 2005.

BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BERTONHA, João Fábio. A construção da memória através de um acervo pessoal: O caso do Fundo Plínio Salgado em Rio Claro (SP). *UNESP – FCLAs – CEDAP*, v.3, n.1, 2007.

_____. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001.

_____. *O antifascismo socialista italiano em São Paulo nos anos 20 e 30*. Dissertação (Mestrado em História). UNICAMP: Campinas, 1993.

_____. Os integralistas pós-1945. A busca pelo poder no regime democrático e na ditadura (1945-1985) in: *LASA 2009 Congress Paper Archive*. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/files/BertonhaJoaoFabio.pdf>> (acesso em 18 fev. 2010).

_____. Os integralistas pós-1945. A busca pelo poder no regime democrático e na ditadura (1945-1985). *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 13, n. 1, p. 63-82, 2009.

BILETZKY, Eliyahu. *Anti-sionismo nova face do Anti-semitismo*. São Paulo: Ed. B'nai B'rith, 1982.

Biografia – Gustavo Barroso – Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=617&sid=213>> (acesso em 10 mai. 2010).

BLAMIRE, Gregory (org.). *World fascism: a historical encyclopedia*. Santa Barbara: ABC Clio Inc., 2006.

BLAY, Eva Alterman. INQUISIÇÃO, INQUISIÇÕES: Aspectos da participação dos judeus na vida sócio-política brasileira nos anos 30 *Tempo Social*; Rev. Social. USP, S. Paulo, VOLUME 1(1).

BULHÕES, Tatiana da Silva, “*Evidências esmagadoras de seus atos*”: fotografia e imprensa na construção da imagem pública da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2007.

CALDEIRA NETO, Odilon. Entre a Conservação, o Apagamento e a Diversidade: aspectos da construção de memória em Gustavo Barroso. In: *Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo*, 2010. p. 294-304.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e Política Regional*. São Paulo: Annablume, 1999.

CALIL, Gilberto Grassi. Integralismo e Hegemonia Burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965). Cascavel: Edunioeste, 2010.

_____. *O integralismo no Pós-Guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CAMPOS, Névio de. Ação católica: o papel da imprensa no processo de organização do projeto formativo da igreja católica no Paraná (1926-1939). *Educ. rev.*, Curitiba, n. 37, 2010.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. A busca incessante pelo Sigma: o integralismo no Século XXI. *Anais: IV Simpósio Nacional – Estado e Poder: Intelectuais*. UEMA: São Luiz do Maranhão, 2007.

_____. *Do sigma ao sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas*. Tese de doutorado (História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

_____. Gustavo Barroso, enfim, soldado da farda verde. In: *Anais – XXI Encontro Regional de História (ANPUH/RJ)*, UERJ, 2007.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-semitismo na Era Vargas: Fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. (org.). *O Anti-Semitismo nas Américas: história e memória*. São Paulo: Edusp/FAPESP, 2007.

_____. O Sangue como metáfora: do anti-semitismo tradicional ao anti-semitismo moderno in: GORENSTEIN, Lina & CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Ensaio sobre a intolerância: inquisição, marranismo e anti-semitismo*. 2ª Ed. São Paulo: Humanitas, 2005.

_____. *O Veneno da Serpente*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. *Preconceito Racial em Portugal e Brasil Colônia: os cristãos-novos e o mito da pureza de sangue*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CARONE, Edgar. *A segunda república*. São Paulo: Difusão européia do livro, 1973.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932 – 1937)*. Bauru: EDUSC, 1999.

CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado: Forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. São Paulo: Ciências Humanas Ltda.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. A face intelectualizada do Novo Verde: a Enciclopédia do Integralismo como suporte de auto-afirmação democrática. *Dimensões*, Vitória, n. 13, p. 187-195, 2001.

COHN, Norman. *A conspiração mundial dos judeus: mito ou realidade? (Análise dos Protocolos e Outros Documentos)*. São Paulo: IBRASA, 1969.

COSTA, Luiz Mário Ferreira. *Maçonaria e Antimaçonaria: Uma análise da “História Secreta do Brasil” de Gustavo Barroso*. Dissertação (Mestrado em História), UFJF: Juiz de Fora, 2009.

COSTA, Márcia Regina da. *Os Carecas do Subúrbio: caminhos de um nomadismo moderno*. São Paulo: MUSA, 2000.

COTTER, John M. Sounds of Hate: White Power rock and roll and the neo-Nazi skinhead subculture. In: GRIFFIN, Roger & FELDMAN, Matthew (org.). *Fascism: Critical concepts in Political Science* (Vol. V – Post-war Fascisms). Routledge: New York, 2004.

CRUZ, Natália dos Reis. *O Integralismo e a Questão Racial: a intolerância como princípio*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2004.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Integralismo e Anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 30*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, 1992..

DECOL, René Daniel. Judeus no Brasil: explorando os dados censitários. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 2001, vol.16, n.46, pp. 147-160.

DEUTSCH, Sandra McGee. *Las Derechas: Extreme-right in Argentina, Brazil and Chile (1890 – 1939)*. Stanford: Stanford University Press, 1999

DIAS, Romualdo. *Imagens de ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil, 1922-1933*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

- DREIFUSS, René. *O jogo da Direita*. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 1989.
- FALBEL, Nachman. *Judeus no Brasil: Estudos e Notas*. São Paulo: Humanas/Edusp, 2008.
- FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FERREIRA, Jerusa Pires. *Armadilhas da memória e outros ensaios*. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.
- FERREIRA, Laís Mônica Reis. O Integralismo na imprensa da Bahia: o caso de O Imparcial. In: *Revista de História Regional*, 11(1): 53-86, Verão, 2006.
- FILHO, Antônio Rago. *A crítica romântica à miséria brasileira: o integralismo de Gustavo Barroso*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.44.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935)* in: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano*, vol.3: Sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª edição, 1996.
- GRINBERG, Keyla. *Os Judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX – 1914 – 1991*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.
- JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. *Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória: Revisão Editora e as estratégias da intolerância (1987-2003)*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- KUSHNIR, Beatriz. Responsabilidade e soberba: os sigilos e acordos das pautas de jornais, no Brasil, pós 1964. *Anais do XII Encontro Regional de História (Usos do Passado) da ANPUH*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Beatriz%20Kushnir.pdf>> (Acesso em 12 mai. de 2010).
- LAFER, Celso. A ONU e os direitos humanos. *Estudos Avançados*. 1995, vol.9, n.25, pp. 169-185.
- LEAL, Carine de Souza. *Imprensa integralista (1932-1937): propaganda ideológica e imprensa partidária de um movimento fascista no Brasil dos anos 30*. Monografia (Comunicação Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.
- LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a Questão Judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- LIMA, Delcio Monteiro de. *Os Senhores da Direita*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1980.

MAIO, Marcos Chor. & CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932 – 1938). In: FERREIRA, J. & DELGADO, L. A. N. (org.). *O tempo do nacional – estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MAIO, Marcos Chor. *Nem Rothschild nem Trotsky: O pensamento anti-semita de Gustavo Barros*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MATOS, Karin Mandeli. O Autoritarismo em Oliveira Viana. *Metavnoia*. São João Del Rei, n. 2, p. 71-75, jul. 2000.

MCCANN, Frank D. Vargas and the Destruction of the Brazilian Integralista and Nazi Parties. In: *The Americas*, Vol. 26, No. 1, (Jul., 1969).

MILMAN, Luís & VIZENTINI, Paulo Fagundes (org.) *Neonazismo, Negacionismo e Extremismo Político*. Porto Alegre: UFRGS/CORAG, 2000.

MILMAN, Luís. (org.) *Ensaio Sobre o Anti-Semitismo Contemporâneo: dos mitos e da crítica aos tribunais*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

MIRANDA, Gustavo Felipe. Os integralistas no Rio de Janeiro: organização e atuação no Estado Novo. In: SILVA, Giselda Brito, GONÇALVES, Leandro Pereira & PARADA, Maurício B. Alvarez. *História da Política Autoritária: integralismos, nacional sindicalismo, nazismo, fascismos*. Recife: Ed. UFRPE, 2010.

_____. Um projeto em disputa: os integralistas na imprensa durante o Estado-Novo. *Anais: XIII Encontro Regional da ANPUH*, Rio de Janeiro, 2008.

MONTEMAYOR, Juan de. *La Secta Moon: Carrera política y estratégia internacional*. IEPALA: Madri, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O mito da conspiração judaico-comunista. *Revista de História (USP)*, n. 138, 1998.

NEHAB, Werner. *Anti-Semitismo, Integralismo, Neo-Nazismo*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1988.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. *O conservadorismo a serviço da memória: Tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso*. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica: Rio de Janeiro, 2003.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. “*Perante o Tribunal da História*”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932 – 1937). Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica: Porto Alegre, 2004.

PADOVANI, Ariovaldo. Os medos escatológicos: a representação do demônio e os seus agentes no imaginário medieval. *Alétheia* - Revista de estudos sobre Antigüidade e Medievo, Janeiro/Dezembro, 2008.

POLIAKOV, Léon. *Do anti-sionismo ao anti-semitismo*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PONCINS, Léon de. *As forças secretas da Revolução: Maçonaria, Judaísmo*. 2ª Ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

“PONCINS Léon de (1897-1975)” In: JAMES, Marie-France. *Esoterisme, occultisme, franc-maçonnerie et christianisme aux XIXe et XXe siècles*. Explorations bio-bibliographiques. Paris: Nouvelles Editions Latines, 1981.

RIBEIRO, Ivair Augusto. *O integralismo no sertão de São Paulo: um “fascio de intelectuais”*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista: Franca, 2004.

ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getulio Vargas e o controle social no Brasil – 1930 – 1945*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.

ROSENFELD, Anatol. *Mistificações Literárias: “Os Protocolos dos Sábios de Sião”*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

SILVA, Carla L. & CALIL, Gilberto G (org.). *Velhos integralistas: a memória dos militantes do Sigma*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SILVA, Hélio. *1938: Terrorismo em Campo Verde. O Ciclo Vargas, Vol. X*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1964.

SILVA, Rogério Souza. A política como espetáculo: a reinvenção da história brasileira e a consolidação dos discursos e das imagens integralistas na revista Anauê!. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 25, n. 50, Dec. 2005.

SOBEL, Henry. *Um homem: um rabino*. São Paulo, Ediouro: 2008, p.181.

SORJ, Bila. (org.). *Identidades Judaicas no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

_____. Anti-semitismo na Europa hoje. *Novos Estudos (CEBRAP)*, 79, Nov./2007.

SOROS, George. In: *International Encyclopedia of the Social Sciences*. 2008. *Encyclopedia.com*. 21 Dec. 2010 <<http://www.encyclopedia.com>>.

SOUSA, Thomaz Oscar Marcondes de. *O acadêmico Gustavo Barroso e o seu processo “sui generis” de cuidar de história*. São Paulo: s/ ed., 1950

SOUZA, Ricardo Luiz de. Os caminhos da modernidade em Azevedo Amaral. *Sociedade e cultura*, janeiro-junho, ano/vol. 8, 2001.

TRINDADE, Hélgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.

_____. Integralismo: Teoria e Práxis Política nos anos 30. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano*, tomo III, 3º v: Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. O radicalismo militar em 64 e a nova tentação fascista. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1994.

VICTOR, Rogério Lustosa. *O integralismo nas águas do Lete: história, memória e esquecimento*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Los asesinos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 1994.

VILLAÇA, Antonio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

WIAZOVSKI, Taciana. *O mito do complô judaico-comunista no Brasil: gênese, difusão e desdobramentos (1907 – 1954)*. São Paulo: Humanitas, 2008.

ZANOTTO, Gizele. Plínio Corrêa de Oliveira e a TFP: um reacionário a serviço da contra-revolução. *Esboços (UFSC)*, Chapecó/SC, n. 09, p. 193-214, 2002.

ZEITLIN, Solomon. The Encyclopaedia Judaica: A Specimen of Modern Jewish Scholarship. In: *The Jewish Quarterly Review*, New Series, Vol. 64, No. 1 (Jul., 1973), p. 78.

ANEXO A



NÚCLEOS INTEGRALISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Visite nosso portal: www.integralismorio.org
contato@integralismorio.org

O INTEGRALISMO

Gustavo Barroso

O Integralismo não é um *partido político*, nem de modo algum deve ser confundido com qualquer *partido político*. Os *partidos* representam interesses parciais dum grupo de eleitores organizados à sombra dum programa destinado à duração dos mandatos daqueles que elege. O Integralismo põe o interesse da Nação acima de todos os interesses *parciais* ou *partidários* e se guia por uma *doutrina*, não por um *programa*.

Programa é um projeto ou resolução daquilo que se pretende fazer em um *tempo determinado*. *Doutrina* é um conjunto de princípios filosóficos, morais e científicos no qual se baseia um sistema político por *tempo indeterminado*. A diferença é essencial. Uma doutrina dá origem a incalculável número de *programas*. Um *programa* não produz nenhuma *doutrina*.

- Se não é *partido*, que é, então, o Integralismo? – perguntarão todos quantos se viciaram em compreender a política como simples jogo e manejo de *partidos*.

O Integralismo é uma Ação Social, um Movimento de Renovação Nacional em todos os pontos e em todos os sentidos. Prega uma *doutrina* de renovação política, econômica, financeira, cultural e moral. Prega essa *doutrina*, completa-a e a amplifica constantemente com seus estudos, e prepara os homens capazes de executar as medidas dela decorrentes. Abrange, nos seus postulados, indagações e finalidades, todas as atividades nacionais. Bate-se, não por um *programa* partidário regional ou local, - *autonomista*, *evolucionista*, *constitucionalista*, *partido republicano mineiro*, *partido republicano paulista*, *partido democrático*, etc.; mas pela construção duma Grande Pátria dentro duma *doutrina* que contenha princípios definidos desde as concepções do Mundo e do Homem até às dos fatores materiais econômicos.

Isto é uma *Política*, da qual decorre uma *administração*. Os *partidos* somente são capazes de chegar até um *programa de administração*. O Integralismo constrói uma *Doutrina Política*, em consequência da qual poderá formular inúmeros *programas de administração*.

Por isso, o Integralismo não compreende e não quer o Brasil *partido*, *dividido*: dum lado, o povo alistado em dezenas e mesmo centenas de *partidos*, votando em milhares de legendas que *subpartem* os *partidos*, sempre contrário ao governo, como se este fosse seu pior inimigo; dum lado, o povo iludido pelos politiquieiros, contrapondo-se ao Estado que o esfola com os impostos; do outro, esse Estado manobrado pelo *partido* que dele se apoderou por meio do voto, oscilando ao sabor das forças paralelas a ele – corrilhos eleitorais ou financeiros, etc., tornado *meio* de satisfazer apetites, quando deve ser um *fim* para satisfazer o bem público; mas compreende e quer o Brasil - Unido, isto é, o Brasil - Integral, com o Estado e a Nação confundidos num *tudo indissolúvel*.

O Estado não deve ser somente o *governo*, a *administração* dum país. A Nação não deve ser somente a comunidade dos indivíduos unidos pela origem, pela raça, pela língua ou pela religião sob o mesmo regime político. A Nação e o Estado devem integrar-se num corpo só, na mesma associação de interesses e de sentimentos, confundindo-se na mesma identidade e para os mesmos fins.

Na Doutrina Integralista, a Pátria Brasileira deve ser uma síntese do Estado e da Nação, organizada sobre a base corporativa. A sociedade humana não vale somente pelo que apresenta aos nossos olhos; vale muito mais ainda pelo que nela existe e não conseguimos ver, isto é, as forças ocultas do seu Passado e do seu Espírito. Os homens prendem-se ao Passado através de seus ascendentes, cujas características essenciais herdaram, cujas conquistas morais, intelectuais, técnicas e materiais lhes são transmitidas como um verdadeiro patrimônio. Essa herança é a civilização e nela as gerações que se sucedem são solidárias.

Compostas de homens, as Nações ligam-se ao passado pelas suas tradições de toda a espécie. Enraizada nelas é que a Pátria Brasileira deve florescer no Presente para frutificar no Futuro.

O regime corporativo une os sindicatos de trabalhadores, de técnicos e de patrões, coordena seus esforços e transforma-os de organismos políticos de luta em organismos políticos, sociais, econômicos, morais, educativos, de equilíbrio e de cooperação.

Afim de realizar o que pretende, o Integralismo não apela, como os extremistas, para a brusca subversão da ordem social e conseqüente inversão de todos os seus valores, para os atos de banditismo, vandalismo ou terrorismo, para bombas de dinamite e atentados pessoais, para sabotagens e greves que ainda mais precária tornam a situação do pobre operário; mas para o valor do próprio homem, sua dignidade de ser pensante, suas virtudes patrióticas, suas reservas morais, sua tradição religiosa e familiar, seu amor pelo Brasil, sua crença em Deus!

Querendo a grandeza da Pátria Brasileira, o Integralismo por ela se bate em todos os sentidos. Essa grandeza somente pode alicerçar-se na alma das massas trabalhadoras de todo o país, libertadas ao mesmo tempo da exploração econômica do capitalismo sem pátria e da exploração política dos caçadores de votos ou dos extremistas fingidos, que falam em nome de operários e camponeses sem serem nem operários, nem camponeses.

Pelo Integralismo, a grandeza da Pátria Brasileira se fará pela renúncia dos interesses pessoais em favor dos interesses nacionais, a pureza dos costumes públicos e privados, a simplicidade da vida, a modéstia do proceder, a integridade da família, o respeito à tradição, a garantia do trabalho, o direito de propriedade com seus deveres correlatos, o governo com autoridade moral e mental, a unidade intangível da Nação e as supremas aspirações do espírito humano.

Integralismo quer dizer *soma, reunião, integralização* de esforços, de sentimentos, de pensamentos, ao mesmo tempo de interesses e de ideais. Não pode ser um simples *partido*. É coisa muito mais elevada. É um *movimento*, uma *ação*, uma *atitude*, um *despertar de consciências*, um *sentido novo da vida*, a *marcha de um povo que desperta!*

Batendo-se pela felicidade do Brasil dentro das linhas de seus grandes destinos, condicionadas pelas suas realidades de toda a ordem, o Integralismo quer que o pensamento dos brasileiros não se divida e enfraqueça na confusão de *doutrinas* ou *programas*; quer que se una e some ao influxo de uma mesma *doutrina* político-social. Porque essa base doutrinária é imprescindível para a construção do ESTADO INTEGRAL BRASILEIRO, ESTADO HERÓICO pela sua capacidade de reação e de sacrifício, ESTADO FORTE pela sua coesão, sem fermentos desagregadores dentro de si, no qual, como fator indispensável de independência, se tenha processado a emancipação econômica e, como condição principal da unidade da Nação, tenham desaparecido as fronteiras interestaduais.

Para a realização de tão grande obra política, econômica e social, o Integralismo tem de combater sem tréguas e sem piedade toda a repelente imoralidade do atual regime de fraudes, enganos, corrupção e promessas vãs, bem como todo o materialismo dissolvente da barbárie comunista que alguns loucos apontam como salvação para nosso país. O atual regime pseudo-liberal e pseudo-democrático é um espelho da decadência a que chegou o liberalismo, que procurou dividir a nação com

regionalismos e separatismos estreitos, implantando ódios entre irmãos, atirados às trincheiras da guerra civil; com partidos políticos transitórios que sobrepõem as ambições pessoais aos mais altos interesses da Pátria e pescam votos, favorecendo os eleitores com um imediatismo inconsciente, em que tudo concedem ou vendem, contanto que atinjam as posições.

Esse regime fraco e vergonhoso escravizou o nosso Brasil, o pouco capital dos brasileiros e o trabalho das nossas populações abandonadas ao banqueiro internacional por um criminoso sistema de pesados, aladroados e sucessivos empréstimos externos, cuja funesta e primeira consequência é o esfolamento pelos impostos.

O comunismo que agitadores estrangeiros, aliados a brasileiros vendidos ou inconscientes, inimigos da Pátria, nos prometem, quer a destruição das pátrias, da propriedade e da família, a proletarização das massas e a materialização do homem em todos os sentidos. Tirando ao indivíduo suas crenças e tradições, sua vida espiritual e sua esperança em Deus, sua família – que é sua projeção no Tempo, e sua propriedade – que é sua projeção no Espaço, arranca-lhe as forças de reação, todos os seus sentimentos, deixa somente a fera humana e prepara-o, assim, para definitiva escravização ao capitalismo internacional disfarçado em capitalismo de Estado.

O Povo Brasileiro debate-se em verdadeira angústia econômica e anseia por novo padrão de vida; debate-se numa completa desorganização de sua existência pública e almeja nova forma de justiça social; debate-se em formidável anarquia de valores e na incultura geral, e precisa formar sem detença homens escolhidos que possam resolver os grandes e graves problemas da Nação.

Urge a transferência completa do Brasil para salvá-lo, novo conceito de vida, novo regime, novo quadro de valores. Essa transformação completa, *integral* da Sociedade Brasileira fatalmente terá de ser o resultado duma transformação completa, *integral* da Alma Brasileira no sentido do rigoroso cumprimento de todos os deveres para com a Família, para com a Pátria e para com Deus.

A lição de Jacques Maritain manda a Razão submeter-se a Deus, que é Espírito, e à Ordem Espiritual por Ele instituída.

Só uma Revolução Moral pode produzir uma grande, digna e benéfica Revolução Social. Porque esta é projeção daquela. Por isso, a Doutrina Integralista afirma que a primeira revolução do Integralismo é a Revolução Interior.

(Transcrito das págs. 9 até 16 de “O que o Integralista deve saber”, Rio de Janeiro – Civilização Brasileira – 1935 – 214 págs.)

“O INTEGRALISTA é o soldado de Deus e da Pátria, homem-novo do Brasil que vai construir uma grande Nação.”

Plínio Salgado

“No fundo da alma de qualquer povo dormem, ignoradas, forças infinitas. Quem as souber despertar, moverá montanhas.”

Gustavo Barroso



Se você deseja maiores informações sobre o Integralismo, contate:
NÚCLEOS INTEGRALISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
contato@integralismorio.org
VISITE NOSSO PORTAL: www.integralismorio.org

APÊNDICE HISTÓRICO SOBRE GUSTAVO BARROSO

Sérgio de Vasconcellos

Em Outubro de 1932, Plínio Salgado fundou o Integralismo. Nos meses subsequentes, centenas de Núcleos Integralistas surgiram por todo o País. No início de 1933, Ovídio Gouvêa da Cunha, um jovem estudante de Sociologia, ouvindo falar em Integralismo, dirige-se a São Paulo, e lá, encontra-se com Plínio Salgado e M. Reale, dividindo a mesma mesa, numa modesta sala na Av. Brigadeiro Luis Antônio Nº 12, a primeira Sede Nacional da A.I.B. O próprio Plínio Salgado fornece-lhe alguns exemplares do **Manifesto de Outubro**. Voltando ao Rio, Ovídio Cunha – que aderira ao Sigma –, encontra-se com Gustavo Barroso e entrega-lhe um dos **Manifestos**, que recebera das mãos do Chefe Nacional. Esse foi o primeiro contato do Autor de “Terra do Sol” com a Doutrina Integralista.

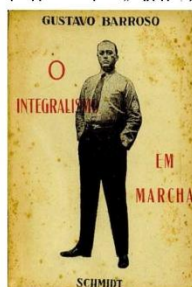


Gustavo Barroso
Secretário Nacional
de Educação(A.I.B.)

Prosseguindo em sua tarefa Revolucionária, Plínio Salgado vem ao Rio, em 1933, e pronuncia uma série de Conferências Doutrinárias no Salão da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro. Ao final de uma delas – em que demonstrava como a Filosofia Integralista conciliava o livre arbítrio, o determinismo e o providencialismo –, um homem dirige-se a Plínio Salgado e pede simplesmente um distintivo, o Chefe retirou o que usava na lapela e presenteou o desconhecido. Tratava-se de Gustavo Barroso, e esse foi o seu segundo e decisivo contato com o Integralismo.

Ainda nesse ano de 1933, Plínio Salgado lança os dois primeiros livros Integralistas – “Psicologia da Revolução” e “O que é o Integralismo” –, e parte, junto com Thiers Martins Moreira, Capitão Aristófanes do Vale e Hermes Barcelos, na Primeira Bandeira Integralista, que singrou diversos Estados, chegando até o Ceará, de onde iniciou o retorno ao Rio de Janeiro. Em Vitória, Capital do Espírito Santo, Plínio Salgado encontra-se novamente com Barroso – que publicara “O Integralismo em Marcha”, o terceiro livro Integralista – e com Madeira de Freitas – médico afamado e escritor muito conhecido sob o pseudônimo de Mendes Fradique –, um dos principais articuladores do Movimento no Rio de Janeiro.

O ingresso de Gustavo Barroso na Ação Integralista Brasileira causara grande impacto na opinião pública, pois, Barroso era figura de projeção nacional e internacional. Fundador do Museu Histórico Nacional, Presidente da Academia Brasileira de Letras, ex-Deputado Federal, Folclorista, Historiador, Museólogo, Romancista, Contista, enfim, um homem brilhante, inteligentíssimo, com vasta produção literária em vários campos do conhecimento, só superado por Coelho Neto em quantidade de livros editados. No Integralismo foi Chefe da Milícia, e com a extinção desta, Secretário Nacional de Educação(Moral, Cívica e Física) da A.I.B. Escreveu os seguintes Livros Integralistas: “O Integralismo em Marcha”, “A Palavra e o Pensamento Integralista”, “O Integralismo de Norte a Sul”, “Brasil – Colônia do Integralismo e Catolicismo”, “Espírito do Século XX”, “O



Se você deseja maiores informações sobre o Integralismo, contate:
NÚCLEOS INTEGRALISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
contato@integralismorio.org
VISITE NOSSO PORTAL: www.integralismorio.org



ANEXO B – DADOS DO REGISTRO DE DOMÍNIOS³²⁶

“WWW.INACREDITAVEL.COM.BR”

% Copyright (c) Nic.br
% A utilização dos dados abaixo é permitida somente conforme
% descrito no Termo de Uso (<http://registro.br/termo>), sendo
% proibida a sua distribuição, comercialização ou reprodução,
% em particular para fins publicitários ou propósitos
% similares.
% 2010-03-25 10:28:58 (BRT -03:00)

domínio: inacreditavel.com.br
entidade: BrasCAD Engenharia e Informática Ltda.
documento: 001.950.711/0001-90
responsável: Contato Brascad
endereço: Rua General Osório, 1031, 194
endereço: 13010-908 - Campinas - SP
país: BR
telefone: (19) 32312993 []
ID entidade: BEL
ID admin: BEL
ID técnico: BEL
ID cobrança: BEL
servidor DNS: ns1.brainfonet.com
status DNS: 22/03/2010 AA
último AA: 22/03/2010
servidor DNS: ns2.brainfonet.com
status DNS: 22/03/2010 AA
último AA: 22/03/2010
criado: 25/05/2005 #2170989
expiração: 25/05/2013
alterado: 04/09/2008
status: publicado

ID: BEL
nome: Brascad Engenharia e Informaática Ltda.
e-mail: abc@brascad.com.br
criado: 19/12/1997
alterado: 12/07/2008

% Problemas de segurança e spam também devem ser reportados ao
% cert.br, <http://cert.br/>, respectivamente para cert@cert.br
% e mail-abuse@cert.br
%
% whois.registro.br aceita somente consultas diretas. Tipos de
% consultas são: domínio (.br), ticket, provedor, ID, bloco
% CIDR, IP e ASN.

³²⁶ Dados obtidos a partir do site “Registro de Domínios para a Internet no Brasil” (disponível em: <<http://registro.br>>), de acesso público (grifo meu).

% Copyright (c) Nic.br
% A utilização dos dados abaixo é permitida somente conforme
% descrito no Termo de Uso (<http://registro.br/termo>), sendo
% proibida a sua distribuição, comercialização ou reprodução,
% em particular para fins publicitários ou propósitos
% similares.
% 2010-12-22 03:29:39 (BRST -02:00)

ticket: #2170989

domínio: **inacreditavel.com.br**

entidade: **BrasCAD Engenharia e Informática Ltda.**

documento: 001.950.711/0001-90

responsável: **Marcelo Franchi Stievano**

país: BR

ID entidade: BEL

ID admin: BEL

ID técnico: BEL

ID cobrança: BEL

servidor DNS: ns2.terraempresas.com.br

servidor DNS: ns3.terraempresas.com.br

criado: 25/05/2005

desativado: 25/05/2005

status: inativo

ID: BEL

nome: **Brascad Engenharia e Informaática Ltda.**

e-mail: abc@brascad.com.br

criado: 19/12/1997

alterado: 12/07/2008

% Problemas de segurança e spam também devem ser reportados ao

% cert.br, <http://cert.br/>, respectivamente para cert@cert.br

% e mail-abuse@cert.br

%

% whois.registro.br aceita somente consultas diretas. Tipos de

% consultas são: domínio (.br), ticket, provedor, ID, bloco

% CIDR, IP e ASN.

“WWW.SENE.ORG.BR”

% Copyright (c) Nic.br
% A utilização dos dados abaixo é permitida somente conforme
% descrito no Termo de Uso (<http://registro.br/termo>), sendo
% proibida a sua distribuição, comercialização ou reprodução,
% em particular para fins publicitários ou propósitos
% similares.
% 2010-03-25 10:52:28 (BRT -03:00)
domínio: sene.org.br
entidade: Associação Estudos do Nacionalismo Espiritualista
documento: 008.294.458/0001-02
responsável: Contato Sene
endereço: Rua General Osório, 1031, Sala 194
endereço: 13010-908 - Campinas - SP
país: BR
telefone: (19) 32312993 []
ID entidade: CGS206
ID admin: CGS206
ID técnico: JWRNA
ID cobrança: CGS206
servidor DNS: dns.kinghost.com.br
status DNS: 23/03/2010 AA
último AA: 23/03/2010
servidor DNS: dns1.kinghost.com.br
status DNS: 23/03/2010 AA
último AA: 23/03/2010
servidor DNS: dns2.kinghost.com.br
status DNS: 23/03/2010 AA
último AA: 23/03/2010
servidor DNS: dns3.kinghost.com.br
status DNS: 23/03/2010 AA
último AA: 23/03/2010
servidor DNS: dns4.kinghost.com.br
status DNS: 23/03/2010 AA
último AA: 23/03/2010
criado: 03/10/2006 #3095075
expiração: 03/10/2010
alterado: 15/09/2009
status: publicado

ID: CGS206
nome: Cassio Guilherme Reis Silveira
e-mail: cassioah@yahoo.com.br
criado: 29/10/2004
alterado: 26/08/2009
ID: JWRNA
nome: José Welson Ricas do Nascimento
e-mail: jwelson@gmail.com
criado: 26/08/2008
alterado: 26/08/2008

% Problemas de segurança e spam também devem ser reportados ao
% cert.br, <http://cert.br/>, respectivamente para cert@cert.br
% e mail-abuse@cert.br
%
% whois.registro.br aceita somente consultas diretas. Tipos de
% consultas são: dominio (.br), ticket, provedor, ID, bloco
% CIDR, IP e ASN.

“WWW.INTEGRALISMOLINEAR.ORG.BR”

% Copyright (c) Nic.br
% A utilização dos dados abaixo é permitida somente conforme
% descrito no Termo de Uso (<http://registro.br/termo>), sendo
% proibida a sua distribuição, comercialização ou reprodução,
% em particular para fins publicitários ou propósitos
% similares.
% 2010-03-25 10:54:36 (BRT -03:00)

domínio: integralismolinear.org.br
entidade: Associação Estudos do Nacionalismo Espiritualista
documento: 008.294.458/0001-02
responsável: Contato Sene
endereço: Rua General Osório, 1031, Sala 194
endereço: 13010-908 - Campinas - SP
país: BR
telefone: (19) 32312993 []
ID entidade: CGS206
ID admin: CGS206
ID técnico: JWRNA
ID cobrança: CGS206
servidor DNS: ns1.brainfonet.com
status DNS: 25/03/2010 AA
último AA: 25/03/2010
servidor DNS: ns2.brainfonet.com
status DNS: 25/03/2010 AA
último AA: 25/03/2010
criado: 28/02/2008 #4244589
expiração: 28/02/2011
alterado: 09/03/2010
status: publicado

ID: CGS206
nome: Cassio Guilherme Reis Silveira
e-mail: cassioah@yahoo.com.br
criado: 29/10/2004
alterado: 26/08/2009

ID: JWRNA
nome: José Welson Ricas do Nascimento
e-mail: jwelson@gmail.com
criado: 26/08/2008
alterado: 26/08/2008

% Problemas de segurança e spam também devem ser reportados ao
% cert.br, <http://cert.br/>, respectivamente para cert@cert.br
% e mail-abuse@cert.br
%
% whois.registro.br aceita somente consultas diretas. Tipos de
% consultas são: domínio (.br), ticket, provedor, ID, bloco
% CIDR, IP e ASN.

% Copyright (c) Nic.br
% A utilização dos dados abaixo é permitida somente conforme
% descrito no Termo de Uso (<http://registro.br/termo>), sendo
% proibida a sua distribuição, comercialização ou reprodução,
% em particular para fins publicitários ou propósitos
% similares.
% 2011-01-15 17:01:04 (BRST -02:00)

ticket: #4244589

domínio: integralismolinear.org.br

entidade: Associação Estudos do Nacionalismo Espiritualista

documento: 008.294.458/0001-02

responsável: Marcelo Franchi

país: BR

ID entidade: BEL

ID admin: BEL

ID técnico: BEL

ID cobrança: BEL

servidor DNS: ns1.princidns.com.br

servidor DNS: ns2.princidns.com.br

criado: 16/02/2008

desativado: 28/02/2008

status: inativo

ID: BEL

nome: Brascad Engenharia e Informática Ltda.

e-mail: abc@brascad.com.br

criado: 19/12/1997

alterado: 12/07/2008